

Sub-Capítulo 7.7: Violência Sexual

Sub-Capítulo 7.7: Violência Sexual	1
Sub-Capítulo 7.7: Violência Sexual	2
7.7.1 Introdução	2
Definição e metodologia	4
Uma cultura de silêncio	5
7.7.2 A Violação Sexual	6
A violação sexual no contexto do conflito interpartidário (1975)	7
A violação sexual durante a ocupação indonésia (1975/1999)	9
7.7.3 Escravidão sexual	48
A perspectiva da vítima	49
Escravidão sexual no contexto do conflito interpartidário	50
Escravidão sexual durante a ocupação indonésia (1975/1999)	51
7.7.4 Outras formas de violência sexual	83
Outras formas de violência sexual no contexto do conflito interpartidário	83
Outras formas de violência sexual durante a ocupação indonésia (1975/1999)	84
7.7.5 O impacto das violações sexuais nas vítimas	102
Saúde reprodutiva	102
Saúde mental	106
Espiral de vitimização	107
7.7.6 Conclusões	114
Violações sexuais perpetradas por membros da Fretilin e da UDT	114
Violações sexuais perpetradas por membros das Falintil	114
Violação e tortura sexuais perpetrados pelos membros das forças de segurança indonésias	115
Impunidade gozada pelos perpetradores de violação e de tortura sexual	118
Escravidão sexual	118
Impunidade para os perpetradores de escravidão sexual	119
Violações sexuais como utensílio de terror e de degradação	120
Número total de vítimas de violações sexuais	120
Impacto nas vítimas	120

Sub-Capítulo 7.7: Violência Sexual

7.7.1 Introdução

1. Em cumprimento com o disposto no mandato (artº 3º, nº 4 c), a Comissão desenvolveu uma abordagem em relação à vítima que teve em consideração a especificidade do género, com vista ao apuramento da verdade sobre as violações de direitos humanos perpetradas no contexto do conflito político ocorrido entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Outubro de 1999. Isto significa que a Comissão se viu na necessidade de compreender de que forma é que homens e mulheres, devido à diferenciação social dos seus estatutos e papéis, sofreram as violações e qual o impacto diferenciado dessas violações. Se bem que as mulheres tivessem sido objecto da mesma gama de violações de direitos humanos que os homens, também foram as vítimas quase exclusivas de todos os casos de violência sexual – violação, escravidão sexual e outras formas de violência sexual.

2. A Comissão, usando uma metodologia sensível ao género da vítima, verificou que as mulheres tinham sido vítimas de formas de violação específica, relacionadas com o seu estatuto social mais baixo e com estereótipos sexuais que lhes foram impostos. Estas violações, que incluem a violação, a escravidão sexual, a tortura sexual e o assédio, podem ser classificadas como violência sexual. Apesar de alguns homens terem sido vítimas de violência sexual, como foi o caso daqueles que sofreram tortura sexual durante a detenção, a maioria das vítimas foram mulheres.

3. Em Timor-Leste, tal como em outros países, as vítimas de violência sexual não estão, em geral, dispostas a falar sobre as suas experiências. Independentemente das razões culturais e pessoais de tais decisões, a Comissão recebeu centenas de depoimentos directos de testemunhas que foram vítimas de violação sexual grave por parte das forças de segurança indonésias durante o período abrangido pelo seu mandato. Também foram recebidos relatos de vítimas violadas por membros da União Democrática Timorense (UDT), da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) e das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Falintil).

4. Estes depoimentos pessoais bem como o vasto conjunto de provas que os corroboraram directa e indirectamente, proporcionaram à Comissão uma imagem clara e consistente da natureza das violações sexuais que ocorreram durante o período abrangido pelo seu mandato. Este capítulo procura contar a história dessas violações e o contexto no qual foram cometidas, na maioria dos casos através das palavras mais genuínas, as das vítimas.

5. Na sua grande maioria, as mulheres eram jovens na altura em que foram vítimas de violação. Eram já mulheres de meia-idade quando testemunharam perante a Comissão. Muitas afirmaram ter conservado estas pesadas recordações em silêncio durante os longos anos da intervenção. Frequentemente, a apresentação de provas à Comissão envolveu um difícil processo emocional, quer para as vítimas, quer, em menor grau, para os funcionários da Comissão que as entrevistaram.

6. As mulheres que relataram as suas histórias à Comissão eram originárias de regiões diferentes e pertenciam a comunidades diferentes; no entanto, os detalhes dos seus relatos eram notavelmente semelhantes. Não havia qualquer razão aparente que as motivasse a enganar a Comissão. O facto de serem oriundas de grupos tão díspares impossibilitaria qualquer tipo de colaboração entre si.

7. A Comissão coligiu 853 casos de violência sexual no decurso do processo de recolha de testemunhos pessoais. A violação sexual foi a forma de violência sexual mais comumente relatada, correspondendo a 46,1% (393 em 853) do total de casos de violência sexual relatados à Comissão. Seguem-se os casos de assédio sexual a outros actos de violência sexual, 27,1% (231 em 853) e de escravidão sexual, 26,8% (229 em 853) do total de casos de violência sexual relatados. Do total de casos de violência sexual documentados no processo de

recolha de testemunhos, 93,3% (796 em 853) foram atribuídos às forças de segurança indonésias e forças coadjuvantes, 2,5% à Fretilin (21 em 853), 1,2% às Falintil (10 em 853), 0,6% à UDT (5 em 853), 0,1% à Apodeti (1 em 853) e 0,9% a outros (8 em 853).

Insert graph g122M700 and 441999

8. A Comissão entrevistou mais de 200 vítimas e testemunhas de violência sexual. Estas entrevistas minuciosas e os testemunhos que relatam incidentes de violência sexual ilustram claramente a impunidade existente relativamente à perpetração de abuso sexual. Após rigorosa avaliação das provas, a Comissão não tem qualquer dúvida que o padrão generalizado de violações sexuais descrito pelas mulheres é representativo da verdade.

9. Independentemente do ângulo de análise adoptado, o conteúdo deste capítulo ilustra claramente a forma vergonhosa e ignominiosa como o abuso de poder, nas mãos daqueles que possuem as armas, pode ser usado para visar os membros fisicamente mais fracos e mais vulneráveis das comunidades, apoiando-se em razões isentas de qualquer ligação legítima a objectivos militares ou políticos.

10. Neste subcapítulo, a voz das vítimas, permite-nos construir uma imagem clara da forma generalizada e sistemática como os membros das forças de segurança indonésias se envolveram declaradamente na violação sexual, na tortura sexual, na escravidão sexual e noutras formas de violência sexual, ao longo de todo o período da invasão e da ocupação. Os membros da Fretilin, da UDT e das Falintil também cometeram violações, apesar de terem sido incidentes isolados e de terem ocorrido numa escala muito inferior. Estas violações não foram generalizadas nem sistemáticas.

11. As provas também demonstram como a aceitação destas práticas repugnantes por parte dos comandantes e dos oficiais encorajou aqueles que estavam sob o seu comando a perpetuarem e a expandirem o seu uso. Os depoimentos das vítimas demonstram claramente que era prática amplamente aceite que os membros das forças de segurança em missão violassem e torturassem sexualmente as mulheres nas instalações militares ou noutros edifícios públicos. Estas práticas gozavam de uma impunidade quase total.

12. Os actos que ocorriam, geral e abertamente, neste locais oficiais incluíam a tortura sexual prolongada das mulheres, seguida de violação individual ou em grupo por membros das forças de segurança indonésias. Esta tortura sexual incluía, frequentemente, a mutilação dos órgãos sexuais das mulheres, a inserção de objectos na vagina, a queima com cigarros acessos dos mamilos e dos órgãos genitais, a aplicação de choques eléctricos aos órgãos genitais, aos seios e à boca, forçar os detidos a realizar actos sexuais, a violação de mulheres grávidas, a violação de mulheres vendadas com os pés e as mãos atados e o recurso a cobras para instilar terror nas vítimas.

13. Os depoimentos das vítimas também demonstram que as mulheres eram frequentemente violadas durante as operações militares e que era prática correntemente aceite entre os militares obrigar mulheres jovens a viverem situações de escravidão sexual, através do recurso a ameaças de violência directa contra elas próprias, as suas famílias e as suas comunidades. Nestas situações, que por vezes se prolongaram por vários anos, os oficiais violavam as mulheres sob o seu controlo, dia após dia. Existiram casos em que quando um oficial terminava a comissão 'transferia' a mulher para o seu substituto ou para outro oficial. Tudo isto era tolerado pela hierarquia superior e outros oficiais, e mesmo encorajado. Os comandantes e os funcionários também participaram.

14. Apesar da existência de rigorosos tabus culturais e das dificuldades pessoais, algumas mulheres apresentaram relatos minuciosos do seu sofrimento em audiências públicas, que foram transmitidas em directo pela rádio e a televisão nacional. A Comissão presta reconhecimento à coragem extraordinária destas mulheres e à de todas as vítimas que prestaram testemunho e que concordaram em ser entrevistadas. Expressa igual apreço pela determinação em darem a conhecer a sua história dos abusos sofridos, independentemente dos custos pessoais. Por outro lado, infere que as centenas de mulheres que prestaram testemunhos são apenas uma pequena porção do número total de vítimas que não prestaram

testemunhos devido a pressões sociais e pessoais, ou à incapacidade de falarem sobre suas experiências devido ao trauma persistente causado pelas violações.

15. Visto a violação ter sido a forma prevalecente de abuso sexual de 1974 a 1999, a primeira parte deste capítulo é especificamente dedicada ao debate dos depoimentos relativos a este crime. No entanto, também é importante compreender que existiram formas de abuso sexual que incluíram a violação e, em simultâneo, outras formas de exploração e de violência, em que as vítimas eram forçadas a manter um relacionamento continuado com o perpetrador durante períodos prolongados. Para compreender esta forma de violência, a segunda parte do capítulo debruça-se sobre formas de escravidão sexual. Seguir-se-lhe-á um debate sobre outras formas de abuso sexual que possam ter ocorrido, isoladamente ou em simultâneo, com a violação e a escravidão sexuais. Por fim, o capítulo analisa o impacto da violência sexual nas vítimas a longo prazo, e apresenta um resumo das conclusões da Comissão relativamente à violência sexual.

Definição e metodologia

16. A Comissão utilizou a seguinte definição de violência sexual: "qualquer violência, física ou psicológica, praticada por via sexual ou visando a sexualidade."¹ Esta definição de violência sexual inclui a violação, a escravidão sexual e outras formas de violência sexual, tais como a tortura sexual, a humilhação sexual pública e o assédio sexual.

17. A violação e outras formas de agressão sexual grave que ocorreram durante o período de 25 anos abrangido pelo mandato da Comissão violaram quer o direito internacional, quer a legislação nacional vigente no momento dos delitos.

18. Estes actos eram proibidos pela legislação interna de ambos os regimes que governaram Timor-Leste de 1974 a 1999. Quer o Código Penal português quer o Código Penal indonésio (*Kita Undang-undang Hukum Pidana*, conhecido pela sigla *KUHP*) proibiam a violação. O *KUHP* também penaliza a imposição sobre alguém em 'tolerar actos obscenos'. A violação e outras agressões sexuais graves são proibidas ao abrigo das disposições do direito internacional humanitário, que salvaguarda o direito fundamental de cada pessoa à integridade física e à protecção contra a tortura ou contra o tratamento cruel, desumano ou degradante.

19. Num conflito armado, a protecção contra a violação e a violência sexual estão regulamentadas com maior precisão. A Lei Internacional relativa a Conflitos Armados proíbe especificamente a violação e contém proibições gerais contra os maus-tratos, incluindo disposições que remetem para a 'honra'.ⁱ As violências sexuais mais graves, tais como a violação, a tortura sexual e a escravidão sexual, podem constituir crimes contra a humanidade, quando cometidas no âmbito de um ataque generalizado e sistemático contra a população civil.

20. A Comissão desenvolveu uma variedade de métodos para tentar ultrapassar a barreira cultural que torna difícil às mulheres falarem sobre as violações de direitos humanos por si vividas. Entre estes contavam-se o equilíbrio de género no recrutamento dos funcionários que recolhiam os testemunhos e dos funcionários que prestavam apoio às vítimas em cada equipa distrital; o envolvimento das mulheres nos debates em grupos comunitários sobre a experiência colectiva das violações de direitos humanos; a implementação de um projecto especial de pesquisa com seis meses de duração, incidindo sobre as violações dos direitos humanos das mulheres e realizado em cooperação com organizações não governamentais (ONG) de mulheres de Timor-Leste; uma audiência pública sobre as mulheres e o conflito que incluiu a apresentação de um depoimento e de várias declarações de ONG de mulheres; a inclusão de mulheres sobreviventes como testemunhas em outras audiências públicas temáticas como forma de ajudar a restaurar as sua dignidade; e um censo às famílias que incluiu entrevistas

ⁱ Ver artigo 46º dos Regulamentos Anexos à IV Convenção de Haia para proteger "os direitos e a honra da família". De acordo com o disposto no Artigo Comum 3º da Convenção de Genebra, a violência sexual constitui uma violação da dignidade individual. Ver, também, o Julgamento de Furundzija, parágrafo 137, que assinala a evolução do direito internacional até à inclusão da proibição da violação e dos ataques sexuais graves nos conflitos armados fazendo referência ao Tribunal Militar Internacional de Tóquio e à proibição de 'afrontas contra a dignidade pessoal' tal como afirmado no direito internacional consuetudinário.

em separado às mulheres adultas, para inquirir sobre as experiências que viveram de violações dos direitos humanos e seminários de restabelecimento com a participação de pequenos grupos, incluindo um seminário apenas de mulheres sobreviventes, que contaram com o apoio de uma ONG de mulheres timorenses.

21. A Comissão coligiu 1.642 testemunhos, de um total de 7.668 recebidos de mulheres que foram testemunhas ou vítimas de violações de direitos humanos. Isto corresponde a 21,4% da totalidade dos testemunhos reunidos durante os 18 meses de trabalho da Comissão. Foram ainda recebidos 260 testemunhos de violações relatadas por mulheres, que foram submetidos por uma ONG de mulheres. Um total de 3.482 homens e de 1.384 mulheres participaram em grupos de debate sobre direitos humanos que foram realizados em 284 aldeias de mais de 60 subdistritos. Foram realizadas sessões especificamente para as mulheres em 22 dessas aldeias. A equipa de investigação e pesquisa da Comissão conduziu mais de 200 entrevistas, a maior parte das quais com mulheres vítimas de violações de direitos humanos.

22. A Audiência Pública Nacional sobre 'Mulheres e Conflito', realizada a 28 e 29 de Abril de 2003, proporcionou a oportunidade a 14 mulheres sobreviventes de violações de contarem as suas histórias. Ainda durante esta audiência quatro testemunhas periciais apresentaram informação sobre o enquadramento em que tais violações ocorreram. Dezoito mulheres apresentaram ainda depoimentos noutras audiências públicas temáticas. No inquérito sobre a mortalidade e a violação de direitos humanos, conduzido entre 1.322 famílias escolhidas aleatoriamente, a Comissão entrevistou pelo menos uma mulher adulta em cada família sobre as suas experiências na área da violação de direitos humanos, tendo incluído perguntas relativas a possíveis violações sexuais. Foram entrevistadas 1.718 mulheres no âmbito deste inquérito.ⁱⁱ

23. Este subcapítulo atribui prioridade a vários casos desconhecidos até à data em vez de se centrar em casos sobejamente conhecidos. Além disso, se bem que a maioria dos casos de violência sexual contra menores (de idade igual ou inferior a 17 anos) sejam abordados no capítulo sobre as crianças, alguns foram aqui incluídos.

Uma cultura de silêncio

24. "É um segredo entre mim e Deus. Não há necessidade de se falar mais disso."² Estas foram as palavras de uma mulher que foi detida e torturada no Hotel Flamboyant, em Baucau, quando questionada se tinha vivido uma situação de violação sexual.

25. Muitas mulheres timorenses têm dificuldade em revelar que foram vítimas de violência, em particular de violência sexual. Numa cultura que valoriza a virgindade de uma mulher acima de tudo, as mulheres que sofreram violências sexuais, violação sexual e particularmente escravidão sexual, ficam vulneráveis à discriminação e ao isolamento. A sociedade tende a culpabilizar as mulheres pela violência sexual que viveram, a vê-las como 'bens em segunda mão' e a estigmatizar os seus filhos. A compensação social é demasiado limitada para que as mulheres vítimas de violência sexual revelem, a outros, a experiência vivida.

26. Algumas mulheres relataram à Comissão as dificuldades sentidas em admitirem as suas experiências de violação aos seus maridos, por medo de rejeição. Um marido pode abandonar a mulher se ela admitir que foi violada. Uma rapariga pode não encontrar quem queira casar-se com ela. Uma mulher vítima de violação pelos militares pode tornar-se 'presa fácil' para ser sexualmente abusada por outros homens.

27. Muitas das narrativas deste capítulo exprimem a vergonha e a humilhação que estas mulheres sentiram quando ficaram conhecidas como 'mulheres dos militares' ou *feto nona*.ⁱⁱⁱ

ⁱⁱ Todas estas fontes foram consideradas para o debate das conclusões neste capítulo. No entanto, a análise estatística neste capítulo, incluindo os gráficos, engloba apenas as 1.642 declarações oficiais e não os dados dos perfis comunitários, do inquérito sobre mortalidade ou das entrevistas em profundidade conduzidas pela equipa de investigação e pesquisa.

ⁱⁱⁱ *Feto nona* é um eufemismo híbrido específico de Timor-Leste: *feto* é a palavra em tétum para designar 'mulher' e *nona* é a palavra insonédia para designar uma jovem solteira. A designação de uma mulher timorense por *nona* indonésia, revela a identidade do perpetrador.

Nalguns casos, mesmo as crianças nascidas destas situações de violação ou de escravidão sexual e depois abandonadas pelos seus pais, foram vítimas de ostracismo por parte da sua comunidade.

28. Os perpetradores aproveitaram-se do estigma da violação, confiando muitas vezes no sentimento de vergonha da vítima para proteger as suas identidades enquanto perpetradores. Mesmo nos casos em que as vítimas tiveram a coragem de os denunciar, em geral não houve punição do(s) infractor(es). Estes factores reforçam a cultura do silêncio.

29. A Comissão reconhece que, quer os casos de violência sexual, quer os de outros tipos de violência sofrida pelas mulheres, foram subavaliados pelas limitações de registo. Devido ao estigma social e cultural ligado à violência sexual, os indivíduos, as famílias e os membros da comunidade mostraram-se frequentemente reticentes em revelar informação sobre esses casos em reuniões públicas.^{iv}

30. A Comissão presta reconhecimento à coragem extraordinária demonstrada pelas mulheres que se apresentaram voluntariamente para revelar as histórias de violência sexual, prestando os seus testemunhos e enquanto depoentes em audiências públicas.^v

7.7.2 A Violação Sexual

31. Alinhando-se com a jurisprudência internacional mais recente, a Comissão adoptou a definição de violação como sendo uma invasão física de natureza sexual, cometida sobre uma pessoa em circunstâncias coercivas.³ Segundo esta definição, os elementos constitutivos de uma violação são:

[A] penetração sexual, ainda que ligeira: (a) da vagina ou do ânus da vítima, pelo pénis do perpetrador ou por qualquer outro objecto utilizado pelo perpetrador; ou (b) da boca da vítima pelo pénis do perpetrador; através da coerção, ou da força, ou da ameaça do emprego de força, contra a vítima ou uma terceira pessoa.⁴

32. Está-se perante um caso de violação quando a penetração sexual ocorre sem o consentimento da vítima. Tal consentimento tem de ser dado voluntariamente, em consequência da livre vontade da vítima, sendo avaliado no contexto das circunstâncias que o rodeiam.⁵ De acordo com o disposto no direito internacional, quando o perpetrador recorre à ameaça, à força ou ao cativo, considera-se que a vítima está em situação de incapacidade de dar o seu consentimento. As circunstâncias manifestamente coercivas que existem em todas as situações de conflitos armados estabelecem a presunção de não consentimento.^{vi}

33. A definição anterior de violação aplica-se quer a vítimas do sexo masculino quer do sexo feminino. No entanto, a Comissão só recebeu três relatos de violação de homens. Tal como indicado no gráfico seguinte como, as mulheres, especialmente aquelas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, foram a grande maioria das vítimas.

Inserir Gráfico g42107000

34. Os dados reunidos através de testemunhos, entrevistas e documentação submetida à consideração da Comissão revelam padrões explícitos de violação e revelam abuso consistente e generalizado. A violação ocorreu durante todos os anos da ocupação indonésia (1975/1999) e abrangeu todos os 13 distritos. A Comissão também recebeu relatos de

^{iv} Para informação mais detalhada sobre o baixo número de participações recebidas, ver a Secção sobre Metodologia no Capítulo Seis, Perfil das Violações de Direitos Humanos.

^v A Comissão criou iniciais falsas para proteger a identidade das vítimas e dos indivíduos intimamente ligados aos acontecimentos relatados.

^{vi} A este respeito a Comissão confia nos princípios reflectidos nas Regras de Prova do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia, Regra nº 96.

mulheres de Timor-Leste violadas em Timor Ocidental. Os distritos com elevada incidência de casos de violação também apresentaram valores relativamente elevados de escravidão sexual e de outras formas de violência sexual.

35. A violação sexual, tal como a tortura, é uma violação da dignidade pessoal e foi utilizada para intimidar, degradar, humilhar, discriminar, punir ou controlar a vítima. Nalgumas circunstâncias, a violação equivaleu à tortura quando, por exemplo, foi utilizada para obter informação ou para extrair uma confissão à vítima. Outra estratégia utilizada era a de inculcar medo noutros detidos que testemunhavam ou ouviam a vítima a ser torturada. Isto confirmava e reforçava a posição de poder não regulado do perpetrador e o desamparo da vítima.

36. Os dados recolhidos pela Comissão indicam a existência de padrões consistentes de tortura e de violação das mulheres presas ao longo do período de duração do conflito. O número de mulheres arbitrariamente detidas variaram ao longo desse período, mas a prática de tortura de algumas das detidas manteve-se constante. Isto revela claramente que a tortura das mulheres detidas não era aleatória.

37. A violação sexual era também uma forma de violência para atingir outrém. Por outras palavras, a vítima de violação tornava-se uma substituta quando não era possível capturar o alvo preferencial dessa violência. Em muitos casos, os elementos das forças de segurança violavam a mulher de uma personalidade apoiante da independência que não tinham conseguido capturar. A Comissão recebeu provas deste tipo de violência cometida pelas partes envolvidas no conflito interpartidário, ainda que em muito menor escala que a violência perpetrada pelas forças indonésias.

38. O gráfico seguinte compara casos de detenção arbitrária e de violações sexuais revelando como estas tenderam a aumentar e a diminuir em simultâneo, ao longo do tempo.

Inserir gráfico g1stlM700400

39. Para efeitos de análise, esta secção do presente subcapítulo descreve casos de violação simples e múltipla, incluindo a violação repetida durante a detenção, numa situação em que o perpetrador não estabeleceu uma relação de posse.

A violação sexual no contexto do conflito interpartidário (1975)

40. A Comissão recebeu sete testemunhos que descrevem actos de violação no contexto do conflito interpartidário em 1975, perpetrados por membros armados das partes nele envolvidas. A Comissão reconhece que este resultado poderá reflectir o facto de a violação sexual não ter ocorrido em larga escala durante este período. Contudo, o pequeno número de incidentes relatados também poderá dever-se a outros factores, tais como a hesitação das mulheres em falar sobre a violação sexual perpetrada contra si, o período prolongado de tempo transcorrido desde a ocorrência do conflito, a possibilidade de, entretanto, as vítimas e as testemunhas terem falecido, ou a relutância em abordar assuntos que envolvem indivíduos e partidos políticos ainda presentes em Timor-Leste.

Violação sexual por membros da UDT

41. A Comissão recebeu três de testemunhos de vítimas de violação sexual perpetrada por membros da UDT, no contexto do conflito interpartidário. AA, professora e membro de uma organização da Fretilin, a Organização Popular das Mulheres de Timor (OPMT), testemunhou numa audiência pública sobre a sua captura por membros da UDT a 20 de Agosto de 1975, em Liquiça:

[E]les capturaram-me e levaram-me de carro para a sua sede [na vila de Maubara]. Durante a viagem insultaram-me e bateram-me, cuspiram-me na cara e disseram ‘ A Fretilin não serve para nada. Nem sabem fazer uma caixa de fósforos, mas querem a independência.’ Ataram-me as mãos atrás das costas, amordaçaram-me com um pedaço de tecido, vendaram-me e amarraram-me as pernas. Depois pegaram em mim e atiraram-me para dentro do carro, amarrada como se fosse um porco. De seguida, bateram-me, deram-me pontapés e queimaram-me os joelhos e as coxas com pontas de cigarro e fizeram-me cortes nas coxas com lâminas de barbear.

Quando chegámos perto de um rio, um dos homens disse aos outros, “Vamos violá-la antes de a levarmos ao comandante.” Deitaram-me à beira do rio e um dos homens segurou-me de maneira a eu ficar deitada de costas, depois senti um homem a violar-me. Quando eles acabaram eu estava tonta e imóvel. Quando me viram assim, esbofetearam-me. Eles pensavam que eu tinha desmaiado e que não sentia nada, mas nessa altura eu ainda estava consciente.⁶

Violação sexual por membros da Fretilin e das Falintil

42. A Comissão tem provas relativas a três casos de violação sexual cometidos por membros da Fretilin no contexto do conflito interpartidário.

43. No seu testemunho à Comissão, BA1 apresentou provas sobre a violação das suas duas irmãs, BA e CA, da aldeia de Purogoa (Cailaco, Bobonaro), em 1975. Um membro armado da Fretilin, chamado PS4, forçou o BA1 e as suas duas irmãs, sob a ameaça de uma arma de fogo, a irem para Aileu. Segundo o BA1:

Como naquela altura nós éramos membros da UDT, o PS4, armado com uma Mauser [espingarda], ameaçou as minhas irmãs e forçou-as a dormir com ele. Como elas temiam pelas suas vidas, renderam-se ao PS4. Ele violou-as desde o anoitecer até ao amanhecer.⁷

44. As duas mulheres foram libertadas após a violação.

45. A violação sexual também ocorreu em situações de assassinato daqueles que se pensava serem traidores. Tito Soares da Silva afirmou à Comissão que, em Novembro de 1975, as tropas da Fretilin estabeleceram um posto na povoação de Poerema, Miligo (Cailaco, Bobonaro). Segundo o seu depoimento, os aldeões foram obrigados a fornecer-lhes alimentos e as jovens foram forçadas a participar num baile. Ao fim de quatro dias em Poerema, as tropas da Fretilin mataram três pessoas por suspeita de espionagem a favor do exército indonésio. Mais tarde, o comandante, um homem conhecido por PS5, matou um homem e violou a mulher dele.⁸

46. Em 1976, A1 e a sua família fugiram da sua casa na aldeia de Leber (Bobonaro, Bobonaro) quando foram atacados pelo exército indonésio e vaguearam de aldeia em aldeia no subdistrito vizinho de Lolotoe. Por fim, foram capturados pelo exército indonésio e obrigados a regressar à sua aldeia. Durante esse período, dois membros da sua família morreram devido à escassez de alimentos. A A1 contou à Comissão a história da sua irmã mais velha, A, que fugiu de novo para a floresta:

Em 1976, a minha irmã, A, fugiu de novo para a floresta porque não havia comida. Ela deparou-se com as forças das Falintil na aldeia de Opa [Lolotoe, Bobonaro]. O comandante PS6 e os seus homens disseram que ela era uma espia das forças indonésias. Eles capturaram-na e violaram-na. Depois disso, espancaram-na até à morte, algures na área de Tapo [Bobonaro, Bobonaro].⁹

A violação sexual durante a ocupação indonésia (1975/1999)

47. À excepção de um número reduzido, quase todos os casos de violação documentados pela Comissão, foram cometidos durante a ocupação indonésia de Timor-Leste. Destes, 51% (198 em 393) foram cometidos durante a invasão ou nos primeiros anos de ocupação, contra 23% ocorridos entre 1985 e 1998. Os restantes 26% foram cometidos durante a violência que se verificou na altura da votação de 1999. Isto coincide com os dados que indicam que os soldados indonésios e o pessoal de apoio paramilitar, como os membros da *Hansip* (*Pertahanan Sipil, Hansip, Defesa Civil*) e as milícias, foram os perpetradores na quase totalidade de casos relatados. Em alguns casos de violação individual e colectiva, os perpetradores foram identificados pelo nome, ou pela unidade do exército ou da milícia a que pertenciam.

Inserir gpMpfvIn700.pdf

[Revised Graph needed, or else delete]

A Violação sexual pelos membros das Falintil

48. A Comissão recebeu seis testemunhos relacionados com actos de violação cometidos por membros das Falintil, relativos ao período de 1975 a 1999¹⁰. No conflito armado, as mulheres corriam o risco de sofrerem violência sexual por qualquer das partes envolvidas. No entanto, a Comissão constatou que o número de violações cometidas pelas Falintil foi muito menor do que o cometido pelos militares indonésios. DA1 contou à Comissão sobre a violação da sua tia, DA, em 1978, por um soldado das Falintil em Fatuk Makerek (Soibada, Manatuto). PS7, um membro armado das Falintil, foi a casa de DA para a obrigar a ter relações sexuais com ele. Ela não opôs resistência, pois estava amedrontada. Apesar de então ter prometido casar-se com ela, o PS7 abandonou a área por ter sido colocado noutra região.¹¹

49. Durante o período de consolidação da ocupação indonésia, de 1985 a 1998, as mulheres continuaram a estar em perigo de serem violadas por homens armados de qualquer uma das partes envolvidas. Por exemplo, até 1998, os soldados das Falintil continuaram a cometer violações, de quando em quando, em Ermera. EA, de Railaco Kraik (Railaco, Ermera), foi violada a 16 de Março de 1995 por um soldado das Falintil, que ela conhecia como sendo PS8. Ela acredita que foi um alvo deliberado, por ter aberto um quiosque na sua aldeia com capital recebido através de um programa de assistência do governo indonésio. Numa noite em que o seu marido ficou a guardar o quiosque, o PS8 entrou no quarto da EA armado com uma faca e violou-a. Ela engravidou em consequência da violação.¹²

50. Um outro soldado das Falintil, chamado PS9, era autor recorrente de violações. Em 1997, PS9 violou FA na povoação de Donbati, Lisabat (Hatulia, Ermera). Num testemunho dramático apresentado à Comissão, a FA descreveu a sua experiência enquanto mulher vulnerável confrontada por homens armados de ambos os lados do conflito. O PS9 e um outro soldado das Falintil chamado PS10, violaram a FA quando ela lhes levou comida à floresta. Um mês mais tarde, ela foi capturada e violada por um soldado das *ABRI*, da unidade de combate *Rajawali*^{vii}, pelo seu envolvimento no apoio às Falintil.

^{vii} *Rajawali* era o nome de código do Comando da Reserva Estratégica do Exército (*Komando Strategi dan Cadangan Angkatan Darat, Kostrad*) destacado em Timor Leste em meados dos anos 90. Anteriormente já era a expressão utilizada para referir o Comando das Forças Especiais (Kopassus). Todos os casos no presente capítulo em que é mencionada a *Rajawali* enquanto perpetradora, referem-se à Reserva Estratégica do Exército.

A 16 de Fevereiro de 1997, eu estava a levar comida aos soldados das Falintil em Donbati, Lisabat. Dois soldados das Falintil, chamados PS9 e PS10, puseram uma corda à volta da minha garganta, deitaram-me à beira do rio e ameaçaram matar-me com uma faca. Tiraram-me as roupas e violaram-me, um de cada vez, enquanto me sufocavam com a corda à volta do pescoço. Fizem isso ao longo de quatro horas. Depois mandaram-me para casa, ameaçando-me para não contar a ninguém se quisesse continuar a viver. Eu fui para casa muito assustada e com uma grande dor de cabeça. Mal podia andar. Continuei a levar comida às Falintil e a 20 de Março de 1997, quando estava a levar comida para a aldeia de Raihatu, fui capturada pelas tropas Rajawali[(nome de código da Kostrad: Komando Cadangan Strategis Angkatan Darat, Comando de Reserva Estratégica do Exército]. PS374, o comandante, que chefiava 10 soldados, esbofeteou-me quatro vezes e levou-me para uma casa. Dentro da casa e enquanto segurava uma pistola AR-16, ele despiu-me e violou-me. Depois disso, ele e as suas tropas partiram.¹³

51. PS9 foi ainda mencionado por uma mulher violada na sua própria casa. No dia 6 de Dezembro de 1998, a GA deu abrigo e comida a PS9 na sua casa em Urahau (Hatulia, Ermera). Na manhã seguinte, os pais deixaram-na em casa com o PS9, enquanto foram ao mercado comprar comida.

De repente o PS9 ameaçou-me com uma faca e torceu-me o braço para trás das minhas costas. Eu pedi clemência por três vezes para o fazer parar, mas ele continuou a empurrar-me para o quarto, tirou-me as roupas todas e violou-me por cerca de uma hora. Eu não podia gritar porque ele tinha fechado a porta e tapado a minha boca com a sua mão. Nessa altura eu era virgem, ainda era inocente. Depois dele me ter violado, desmaiei. Fiquei inconsciente até ele me trazer um copo de água para beber. Vi que estava coberta de sangue. Chorei porque ainda era virgem. O PS9 tentou dar-me 80.000 rupias para ir ao hospital tratar-me, mas eu recusei.¹⁴

52. Em Março de 1997, um membro das Falintil chamado PS11, estava em casa de HA, em Atara (Atsabe, Ermera). De repente, o PS11 ameaçou-a com uma faca e violou-a. Tal como sucedeu com EA, a HA ficou grávida em consequência da violação.¹⁵

A violação por membros das forças armadas indonésias e forças coadjuvantes durante a invasão e as operações de larga escala (1975/1984)

53. Relativamente ao período de 1975/1984, os relatos de testemunhas oculares e das vítimas descrevem vários padrões de práticas de violação: a violação perpetrada na altura em que aqueles que tinham fugido para as montanhas se renderam e foram aprisionados (1975-1979); a violação cometida por grupos durante os ataques armados; a violação organizada em postos ou instalações militares, incluindo o envolvimento activo dos comandantes locais enquanto perpetradores; a violação de prisioneiras; e a violação perpetrada por paramilitares ou outros que se consideravam acima da lei, devido à sua associação às forças de segurança indonésias.

54. A violação, tal como outras formas de repressão, esteve particularmente associada aos períodos mais intensos de operações militares, como as conduzidas pelas *ABRI/TNI*.^{viii} O número de casos de violação aumentava com o escalar das operações militares indonésias.

A. A violação após a rendição (1975-1979)

55. Tal como foi descrito no subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome, uma grande parte da população civil fugiu para as montanhas na altura da invasão militar indonésia em 1975. Muitos deles acabaram por se render, ou foram capturados pelas tropas indonésias, entre 1975 e 1979. Após a rendição, muitos foram alojados em campos provisórios ou em campos de realojamento temporário junto a postos militares. As mulheres que se pensava terem informações estratégicas sobre a localização das tropas das Falintil, ou que se pensava terem ligações com aqueles que estavam nas montanhas, tornaram-se alvo de violação. No entanto, também se verificaram casos aleatórios de violação de mulheres que se tinham rendido, mas que não tinham qualquer ligação directa com a Resistência.

56. IA tinha apenas 17 anos em 1975 quando a sua família se rendeu às forças indonésias. A família dela foi autorizada a regressar à sua casa, na povoação de Kolibau, Rairobo (Atabae, Bobonaro). Um soldado indonésio, identificado pela vítima como PS12, armado e fardado, entrou à força na casa da IA para a violar. Perante a resistência inicial de IA, ele arrastou-a para fora do quarto dos pais, encostou-a a uma parede e violou-a.¹⁶

57. JA1, de Samaleten (Railaco, Ermera), descreveu à Comissão a violação da sua irmã, JA, por quatro soldados indonésios do Batalhão de Infantaria 512. Em Dezembro de 1975, a JA1 e a sua família fugiram para um local chamado Fatumaenhun, regressando a Samaleten em Agosto de 1976 para fugir a uma investida das *ABRI*. A JA1, o seu marido e a sua irmã acabaram por ser capturados e levados para um campo de realojamento temporário na povoação de Aitoi, Malere (vila de Aileu, Aileu):

*Em Abril de 1977, quatro membros do Batalhão de Infantaria 512 entraram na caserna onde estava a minha irmã JA, e revezaram-se a violá-la. Antes de a violarem, rasgaram-lhe as roupas. Nessa altura a minha irmã estava doente e não conseguia manter-se em pé. Eu fiquei ali a ver a minha irmã a ser violada. Não fiz nada, pois estava com demasiado medo. A minha irmã morreu dois dias depois de ter sido violada pelos [soldados das] *ABRI*.¹⁷*

58. Os civis que se renderam ficaram indefesos, não só perante os soldados indonésios, mas também contra os timorenses membros do exército e dos seus grupos coadjuvantes, tais como os membros da *Hansip*. KA e o seu marido, KA1, descreveram perante Comissão a violação da KA em 1977. A KA, o marido e dois filhos renderam-se num local chamado Fahinehan (Fatuberliu, Manufahi). Foram levados de Fahinehan para Turiscai (Manufahi) e depois para o campo de realojamento em Edi (Maubisse, Ainaro), onde foram obrigados a colher inhame e batata-doce para um membro da *Hansip*, PS13. Alguns dias mais tarde, o PS13 convocou o KA1 e disse-lhe: “Agora que a tua mulher passou a ser a minha mulher, o que é que tencionas fazer?” O PS13 começou então a espancar KA1 nas pernas, nos braços e nas coxas, com um bastão de madeira; o espancamento durou cerca de uma hora, até o KA1 estar coberto de sangue. Depois de ter sido espancado, o KA1 conseguiu fugir para Díli. A KA também depôs sobre a tentativa de violação e de assassinato pelo PS13 de uma mulher chamada B, seguidamente violou a KA, sob ameaça de arma de fogo. As violações continuaram durante um mês.¹⁸

^{viii} O período abrangido pelo mandato da Comissão, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Outubro de 1999, inclui uma fase fundamental de transição dentro da estrutura militar indonésia quando as *ABRI* (*Angkatan Bersenjata Republik Indonesia*, Forças Armadas da República da Indonésia) foram divididas em duas instituições distintas – a militar e a da polícia. A 1 de Abril de 1999, as *ABRI* foram substituídas pelo *TNI* (*Tentara Nasional Indonesia*, Exército Nacional da Indonésia) e a *Polri* (*Polisi Republik Indonesia*, Polícia da República da Indonésia). [ver Capítulo 4: Regime de Ocupação].

59. A violação ocorria durante os interrogatórios ou quando as mulheres eram obrigadas a juntar-se a operações militares para procurar o inimigo. LA contou à Comissão sobre a sua violação depois de se ter rendido em Uma Metan (Alas, Manufahi), em 1978. A LA e duas amigas, a MA e a LA1, foram inicialmente levadas para Betano (Same, Manufahi) por quatro membros da *Hansip* – o PS14, o PS15, o PS16 e o PS17 – e depois entregues ao comandante PS20 e a dois dos seus soldados [indonésios], o PS18 e o PS19, no posto do Batalhão de Infantaria 327 de Fatuk Kuak, na aldeia de Fatukahi (Fatuberliu, Manufahi). A LA e as outras duas mulheres foram interrogadas durante duas semanas no posto. Numa ocasião foram amarradas juntas e obrigadas a permanecer de pé, ao sol. A LA1 foi mandada para casa com o membro da *Hansip*, PS17, por estar doente, mas a LA e a MA foram forçadas a participar em operações militares nas montanhas, em busca de membros das respectivas famílias. Num sítio chamado Wekhau, ambas as mulheres foram violadas por PS18 e PS19, que as acompanhavam. Depois, foram obrigadas a participar em operações de busca durante três dias e três noites.¹⁹

60. Por vezes uma mulher era violada depois de ter sido libertada da detenção, por homens que estavam em posição de abusar da situação, tal como NA relatou à Comissão. Quando a NA se rendeu em Díli, em 1978, o chefe de aldeia, PS21, levou-a para o posto das *Nanggala*^{ix} em Colmera (Díli), porque os seus dois irmãos permaneciam na floresta. Ficou aí detida durante oito meses. Alguns dias após a sua libertação, dois homens que a haviam conhecido durante o período de detenção – PS22, um timorense intérprete das *ABRI*, e PS23, um informador – emboscaram-na na sua horta. Perante a sua resistência, PS22 esbofeteou-a, agarrou-a pela garganta e finalmente violou-a.²⁰

61. As mulheres claramente identificadas como membros ou como apoiantes das Falintil, também eram alvo de violência sexual. OA foi detida, torturada e sujeita repetidamente a violação, por ser suspeita de fornecer alimentos às Falintil. No seu depoimento à Comissão, descreveu o modo como ela e outras mulheres se renderam a membros do Batalhão de Infantaria 721, num local chamado Aifu (Ermera, Ermera), em Abril de 1976. Na altura, a OA e seis amigas foram levadas para o *Kodim* de Ermera (*Komando Distrik Militer*, Comando Militar Distrital, conhecido por *Kodim*). Acusadas de fornecerem alimentos às Falintil, as sete mulheres foram torturadas, despidas, espancadas, pontapeadas e queimadas com cigarros por todo o corpo. Posteriormente, a OA e duas das suas amigas foram encarceradas numa cela escura e violadas repetidamente durante uma semana. Mais tarde foram retiradas da cela escura e obrigadas a trabalhar no pátio do *Kodim*. Foram libertadas duas semanas mais tarde.²¹

B. A violação em grupo, como parte integrante dos ataques militares

62. As violações não ocorriam exclusivamente no momento da rendição, mas também durante os ataques militares. São vários os relatos de casos de violação em grupo (nos quais dois ou mais perpetradores violaram uma única vítima, no mesmo local e ao mesmo tempo), que ocorreram durante, ou imediatamente após, um ataque militar.

63. PA testemunhou perante a Comissão sobre a forma como dez soldados indonésios emboscaram a sua família em Lauana (Letefoho, Ermera), em 1976. Os soldados raptaram a sua irmã C e levaram-na para uma área chamada Catrai Leten (Letefoho, Ermera). Depois, os 10 soldados das *ABRI* revezaram-se a violá-la. A PA estava com medo, mas conseguiu fugir para a floresta, deixando a mãe e a irmã para trás. Dois anos mais tarde, também ela foi capturada e forçada por um soldado indonésio a viver numa situação de escravidão sexual, descrita na secção relativa a escravidão sexual, deste relatório.²²

64. QA não foi violada no campo de batalha, mas sim num posto militar, após um ataque. Em 1978, ela e um grupo de aldeões procuravam comida, perto de Vila Uatu-Lari (Uatu-Lari, Viqueque), onde ela vivia. De repente, foram atacados por membros do Batalhão de Infantaria 732 e da *Hansip*. Três aldeões morreram durante esse ataque. A QA juntamente com

^{ix} *Nanggala* era o nome de código da Unidade do Comando Especial de Guerra (Kopassandha) destacada em Timor Leste para operações de combate aproximadamente de Outubro de 1975 a Abril de 1983. A pesquisa efectuada pela Comissão sugere que foram enviadas para Timor Leste três companhias, por um período de seis meses, após o qual regressaram às respectivas bases [ver Capítulo 4: Regime de Ocupação].

outras 11 mulheres foram levadas para o posto do Batalhão de Infantaria 732, onde a QA foi violada. Ela contou à Comissão:

Em 1978, dois Hansip chamados PS24 e PS25 e soldados do Batalhão de Infantaria 732 capturaram-me, [a mim] e a 11 outras mulheres, num lugar chamado Bubulita. Eles levaram-nos para o posto militar, onde nos interrogaram. Durante o interrogatório, o PS24 e o PS25 mandaram-me entrar para as instalações do comandante do batalhão. Disseram que era para eu ser interrogada, mas isso era mentira. Eles tinham-me levado para ali para me violarem. O comandante violou-me durante 24 horas. Depois violaram-me à vez, todos os 15 soldados. Eu tive de suportar aquilo para assegurar que eles não matavam as 11 mulheres que foram capturadas comigo.²³

65. RA e a sua amiga foram violadas por um grupo de membros do Batalhão Aerotransportado 100 (*Batalyon Infantri Lintas Udara, Yonif Linud*) em serviço em Leulobo, um lugar da aldeia de Mauchiga (Hatu Bulico, Ainaro), em 1977. As violações repetidas tiveram sérias repercussões na saúde destas mulheres, tendo estado na origem de hemorragias constantes ao longo de várias semanas.²⁴

66. SA1 descreveu à Comissão um ataque levado a cabo por soldados indonésios num lugar chamado Kiarbokmauk (Alas, Manufahi), em 24 de Dezembro de 1979, quando ela e a sua prima, SA, levaram alimentos e medicamentos às Falintil. Os soldados indonésios violaram repetidamente a SA. Depois dessa violação, ficou incapacitada de andar e teve de ser transportada para casa no dorso de um cavalo.²⁵

67. TA era uma figura bem conhecida da Fretilin e amiga do comandante das Falintil, TA1. Em 1979, ela e o TA1, juntamente com outros dois guardas das Falintil, TA2 e TA3, foram atacados pelas *ABRI*. O TA1 foi fatalmente atingido, mas a TA e os dois homens que a guardavam conseguiram escapar. Mais tarde, as forças da *Hansip* e das *ABRI* em Alas (Manufahi) capturaram-na. Os soldados cortaram as orelhas aos seus dois guardas das Falintil, o TA2 e o TA3. A TA foi retida sob ameaça de armas e violada durante duas noites.²⁶

C. A Violação em instalações militares

68. A violação não era apenas cometida pelos soldados no decurso de operações militares, mas também em instalações militares. A Comissão documentou casos em que o pessoal militar convocava mulheres para comparecerem nas instalações militares com o propósito de as violarem. Em alguns dos casos, os comandantes não só negligenciaram o seu dever de evitar as violações e de punir os perpetradores, mas eram também eles próprios os perpetradores do crime.

69. UA3 contou à Comissão sobre a detenção do seu marido e do seu pai, UA2 e UA4, na povoação de Maulakoulo, Humboe (Ermera, Ermera), pelos soldados do Batalhão de Infantaria 726, em Fevereiro de 1976. Após a sua captura, o UA2 e o UA4 ficaram detidos e foram torturados na sede do *Kodim* em Ermera. Em Agosto desse ano, o pai e a irmã do seu marido, UA1 e UA, foram também convocados para o *Kodim*. A UA foi levada à força para um quarto e violada pelo chefe da secção dos serviços de informação do *Kodim* (*Kepala Seksi I Inteljen, Kasi I Intel*), conhecido como PS26. Não contente com isso, PS26 ordenou a um membro da *Hansip* que prendesse VA, a irmã de UA. Levada à força para o *Kodim* de Ermera, a VA foi depois transferida para a casa de um professor da localidade, onde foi violada por PS26. Só após os dois actos de violação é que a UA, a VA e dois dos detidos – UA4 e UA1 – foram libertados. PS26 reteve o UA2 para servir como *TBO* (*Tenaga Bantuan Operasi*, auxiliar de operações).²⁷

70. No seu depoimento, WA, da aldeia de Afaloicai, (Uatu-Lari Viqueque), disse ter sido detida, torturada e violada repetidamente após a sua rendição em Uatu-Lari, em Abril de 1979.

PS27 [timorense membro do grupo Partidários] foi a minha casa para me informar que os soldados queriam que eu fosse ao Koramil [posto de comando de subdistrito] e que eu tinha de me despachar. Senti tanto medo que me limitei a segui-lo até ao Koramil. Levei comigo o meu filho mais novo, que só tinha um ano e meio e deixei o mais velho com uma tia. Quando lá cheguei, o PS27 deixou-me à espera num quarto e saiu. De repente, um soldado entrou e disse-me para ter relações sexuais com ele, mas eu recusei-me. Ele zangou-se, tirou-me a criança do colo e colocou-a no chão. Depois violou-me à frente do meu filho, que chorava e gritava porque tinha medo.²⁸

Violações no Koramil de Uatu-Lari, 1979-1981

A violação de WA no *Koramil* de Uatu-Lari (*Komando Rayon Militer*, Comando Militar Subdistrital, conhecido por *Koramil*) não foi um caso isolado. Pelo contrário, a Comissão reuniu provas que apontam para uma elevada incidência de violações na sede do *Koramil* em Uatu-Lari, Viqueque. XA, YA (ver subtítulo Violência Sexual no Capítulo 7.8: Violações do Direito da Criança) e ZA também prestaram depoimentos corroborativos em como foram vítimas de violação durante a sua detenção no *Koramil* de Uatu-Lari, de 1979 a 1981, que envolveu, pelo menos, nove infractores:

- PS28: membro da *Hansip* e membro dos serviços de informação das *ABRI*; PS29 já morto.
- PS30: membro timorense do parlamento distrital (*DPRD II*)
- PS31: chefe de aldeia de Babulu
- PS379: primeiro-cabo timorense, polícia
- PS32, PS33, PS34 e PS35: membros da *Hansip*

Por volta de 1979, a XA desceu das montanhas para a vila de Uatu-Lari, onde foi capturada por PS30 e por um membro das *ABRI* cujo nome se desconhece. Foi torturada por se recusar a fornecer informações sobre o paradeiro das Falintil na floresta. Foi despida, queimada com cigarros, introduziram-lhe um pau na vagina, foi espancada, esmurrada e pontapeada. O PS30 levou então a XA e outras oito pessoas, incluindo o XA1, o XA2, a XA3, a ZA e a YA, para uma casa que os soldados do *Koramil* usavam para detenções. Ali, dois membros da *Hansip*, PS36 e PS33, torturaram todos os detidos e violaram a XA à frente dos restantes detidos. No dia seguinte, três membros da *Hansip*, PS37, PS31 e PS38, foram até ao local da detenção. Eles despiram a XA e espancaram-na, pontapearam-na e esmurraram-na até ela sangrar. Depois os três violaram-na de novo, à vez e à frente dos restantes detidos. A XA esteve detida durante 16 dias; durante esse período, os cinco membros da *Hansip* violaram-na repetidamente, até os seus órgãos genitais ficarem feridos e inchados e ela não conseguir andar. Quando os infractores já se sentiam saciados, obrigaram os detidos do sexo masculino a violarem a XA e as amigas. Quando a XA foi libertada, ela não podia andar porque tinha uma anca partida, por isso um soldado teve de a transportar até casa. Chegada a casa a sua família tratou-a através da medicina tradicional. A partir daí, a XA foi sempre vigiada pelos serviços de informação das *ABRI*, até que finalmente fugiu para Díli.²⁹

Em 1979, YA foi presa com o seu marido, XA2 e depois levada para o *Koramil* de Uatu-Lari. À chegada, os membros da *Hansip* tiraram-lhe as roupas e depois atiraram-na ao chão. Um membro das *ABRI* urinou para cima das suas roupas e membros da *Hansip* violaram-na à vez na presença do marido. Entre os perpetradores da violação contavam-se os membros da *Hansip* PS39, PS32, PS33 e PS34. Durante a sua detenção no *Koramil* de Uatu-Lari, membros da *Hansip* foram buscá-la todas as noites, para a violarem e a ameaçarem. Depois, mandavam-na de volta para a prisão do *Koramil*.³⁰

ZA, cujo marido era um membro das Falintil a lutar nas florestas, foi presa durante a noite por um grupo de soldados, em Novembro de 1979. Foi forçada a levar consigo o filho de sete anos para a sede do *Koramil*.

*Quando lá cheguei, de noite, eles juntaram as mulheres numa sala. Pouco depois, um Hansip chamado PS35 veio abrir a porta aos soldados, para que estes levassem as mulheres para serem violadas. Todas as noites, os soldados vinham e levavam as mulheres. Também me tentaram levar, mas eu enganei-os, pois masqueei nozes de bêtele e espalhei o suco vermelho entre as minhas pernas; assim, quando eles vieram e me tiraram o sarong pensaram que eu estava menstruada, mas não estava. Uma noite, um membro da Hansip, PS41, levou-me à força para uma sala de interrogatórios. Bateu-me, deu-me pontapés e queimou-me o corpo com pontas de cigarro. Depois arrancou-me as roupas e violou-me. Durante esse tempo, o meu filho de sete anos tinha sido deixado dentro da cela.*³¹

Segundo os depoimentos destas três mulheres, muitas outras mulheres detidas no *Koramil* de Uatu-Lari viveram experiências semelhantes de violência sexual, mas como eram de outras aldeias os seus nomes não são conhecidos. Apesar de AB ter estado detida vários anos mais tarde do que a XA, a YA e a ZA, o seu depoimento corrobora as provas reunidas relativamente ao padrão de violência sexual no *Koramil* de Uatu-Lari. Em 1981, a AB foi levada de sua casa por quatro membros da *Hansip* que ela conhecia como PS41, PS42, PS43 e PS44.³² Levaram-na para o *Koramil* de Uatu-Lari onde ficou detida durante uma semana e foi violada revezadamente por quatro soldados indonésios cujos nomes desconhece. Finalmente, foi libertada após ter estado detida em Viqueque durante dois meses.

71. A experiência de BB foi semelhante à de WA. BB e a sua nora CB foram presas em 1981 e detidas num posto das *ABRI* de Rotutu (Same, Manufahi) porque os seus maridos eram membros das Falintil e ainda estavam na floresta.

*Eles levaram-nos para o posto das ABRI. Então, um comandante chamado PS393 violou-me e um dos seus subordinados fez o mesmo à minha nora que, na altura, estava grávida. Juntaram-nos a outras duas mulheres de Hato Udo. Prenderam a minha nora porque o marido ainda estava na floresta...fomos violadas continuamente durante sete meses, apesar de eu já ser velha e da minha nora estar grávida. Depois, fomos transferidas para a prisão no Kodim [sede do Comando Militar Distrital] 1634, em Manufahi, onde ficámos sete meses e onde já não voltámos a ser violadas. Eu fui mandada para Ataúro com os meus filhos de quatro e seis anos. Ficámos em Ataúro quatro anos, sete meses e sete dias.*³³

72. Em 1981, em Tutuala (Tutuala, Lautém), um homem identificado como Rohan, o Comandante do *Koramil*, violou uma mulher chamada DB. No dia 17 de Julho de 1981, durante as comemorações do “Dia da Integração” em Tutuala, DB teve de cozinhar juntamente com membros da PKK (*Pembinaan Kesejahteraan Keluarga* ou Conselheiras para o Bem-Estar da Família, uma organização indonésia de mulheres). Segundo o depoimento do seu irmão, DB1, quando DB estava a cozinhar, o comandante PS45 mandou-a sair da cozinha mas “como ela não queria ir, ele arrastou-a para um quarto e violou-a...as roupas dela ficaram completamente rasgadas.”³⁴

73. EB era a única mulher entre as oito pessoas capturadas em Selo Malere (Aileu, Aileu) em 1979, por um pelotão do *Koramil* de Remexio (Aileu). Os oito detidos foram levados para o *Kodim* (sede do Comando Militar Distrital) de Aileu e transferidos para o *Koramil* de Remexio cerca duma semana mais tarde. Uma vez no *Koramil*, foram obrigados a ir procurar o EB1, o marido de EB, que tinha fugido para a floresta quando os outros foram capturados. Mais tarde, todos os homens foram libertados, mas EB continuou detida no *Kodim* de Aileu. Um dia, ela foi transferida do *Kodim* de Aileu para os alojamentos da base militar de Aileu por um segundo-tenente. Aí foi violada repetidamente durante dois dias, até ser levada de novo para Remexio.³⁵

74. CB relatou à Comissão o seu rapto, detenção, violação e envolvimento forçado nas operações de busca à Fretilin, levadas a cabo pelas *ABRI*. Em 1979, a CB foi capturada em Manulesi por um membro da *Hansip* e pelo chefe da aldeia de Rotutru (Same, Manufahi), PS237. A CB foi levada à força para o *Kodim*, posto de Same onde, segundo ela contou à Comissão: “Fui repetidamente violada durante um mês.” A CB foi forçada a ir para a floresta procurar o marido. Por não o ter encontrado foi espancada com a coronha de uma arma. Um sargento-mor indonésio, conhecido como PS47, decidiu ter relações sexuais com a CB. Ele disse-lhe que, se ela se recusasse, isso significaria que “ela ainda amava o marido que estava na floresta”. As violações continuaram durante um mês. CB foi então transferida para Aisirimou (vila de Aileu, Aileu), onde foi obrigada a trabalhar nos arrozais durante seis meses, com um outro grupo de pessoas. Finalmente, o Comité Internacional da Cruz Vermelha interveio e ela pôde regressar à sua aldeia.³⁶

75. FB1 descreveu as violações vividas por membros da sua família, em 1981, na sede do *Kodim*, em Manatuto. A FB1 e outros quatro membros da sua família foram presos por soldados das *ABRI* e levados para o posto do Batalhão de Combate Territorial (*Batalyon Tempur Teritorial*, conhecido como *BTT*) em Mota Hasoru-Malu, Manatuto. Aí ficaram detidos e foram interrogados sobre as actividades das Falintil. Foram então transferidos para o posto do *BTT* em Raemean e, por fim, levados, num veículo das *ABRI*, para o *Kodim* em Manatuto. No *Kodim*, os detidos do sexo masculino foram torturados, enquanto que a sua irmã, foi violada todas as noites por PS48, um soldado das *ABRI*.³⁷

Violação de Detidos do Sexo Masculino

Segundo disposto no direito processual dos tribunais internacionais, os homens também podem ser vítimas de violação. Alguns detidos do sexo masculino também foram violados durante a ocupação indonésia. De uma forma geral, a violação de homens ocorreu num contexto de tortura.

Dulce Vítor, uma detida nas instalações da polícia militar de Baucau em 1978, testemunhou sobre a violação de detidos do sexo masculino:

*Quando eu estive detida na Pom [Polisi Militer, Polícia Militar] em Baucau, entre Novembro e Dezembro de 1978, vi detidos do sexo masculino a serem sexualmente assediados e violados. Os detidos do sexo masculino foram amarrados e despídos e depois os soldados das ABRI e os seus seguidores espetaram-lhes pedaços de madeira no ânus. Eles gritaram, pois não conseguiam suportar a dor, mas os soldados ignoravam os gritos. Quanto mais gritavam, os soldados manuseavam os pedaços de madeira mais depressa e com mais força para dentro e para fora do seu ânus. As mulheres detidas foram forçadas a sair das celas para assistirem à violação dos homens. Também foram obrigadas pelas ABRI a segurarem e massajarem os órgãos sexuais dos homens detidos. Eu sei que isto também aconteceu noutros locais de detenção em Baucau; no entanto, aquilo que vi com os meus próprios olhos aconteceu na Pom em Baucau a cinco homens, cujos nomes desconheço.*³⁸

Em 1984, dois irmãos, GB e HB, foram capturados por soldados das *ABRI* na sua aldeia em Lore I (Lospalos, Lautém) e levados para o Posto 4 do Comando das *ABRI* em Maluro, Lore, Lospalos. GB, o irmão mais novo, foi o primeiro a ser detido e espancado. Foi obrigado a confessar que o seu irmão HB fornecia alimentos às Falintil. O HB foi detido e torturado. Ele foi espancado e obrigado a comer malaguetas, sal e fezes humanas. Ele descreveu à Comissão a sua experiência de tortura e a violação que sofreu:

*Alguns dias mais tarde eles separaram o meu irmão mais novo, GB, de mim e dos outros detidos. Ele foi levado para uma floresta próxima do posto de comando de Maluro. Quando o GB voltou, disse-me que um soldado indonésio PS49 tinha[-o forçado a praticar] sexo oral com ele, até ele quase ter vomitado. Subitamente, o PS49 apareceu e perguntou-me: “Queres viver ou morrer?” Respondi que queria viver e então o PS49 levou-me para uma horta abandonada e fez-me sentar em cima dum monte de pedras e forçou-me a ter sexo oral com ele. Obrigou-me a engolir o seu esperma. [Numa outra ocasião] estava eu ainda a sentir-me estonteado em consequência da tortura, [quase] ao ponto de desmaiar. Um comandante timorense das ABRI [sic, patente incerta] meteu o seu pénis na minha boca, urinou na minha boca e obrigou-me a engolir a urina. Eu estava com tanto medo que engoli.*³⁹

76. IB1 prestou testemunho à Comissão sobre a sua irmã, IB, que foi vítima de violação por um grupo de soldados das *ABRI*, no *Kodim* de Ainaro, em 1981. Nesse mesmo ano, seis soldados tinham ido a casa de IB na povoação de Poelau, Soro (Ainaro, Ainaro). Prenderam-na e ao seu irmão IB2 e levaram-nos para a sede do *Kodim* em Ainaro. Quando lá chegaram, já lá estavam outras cinco mulheres. Todas foram espancadas e queimadas com pontas de cigarros pelos interrogadores. Segundo o depoimento do irmão, vários soldados das *ABRI* violaram a IB por o marido dela ser um membro activo das Falintil.⁴⁰

77. A informação reunida pela Comissão indica que entre 1982 e 1984, ocorreu um aumento da incidência de violações a par do aumento de acções de detenções em massa,

como são exemplo as detenções relacionadas com os casos em Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro) e Kraras, Bibileo (Viqueque, Viqueque). Algumas destas violações ocorreram nos quartéis ou nos postos militares.

78. JB1 descreveu à Comissão as violações vividas por ela e pela sua família no rescaldo do levantamento de Mauchiga. A sua filha JB foi detida a 5 de Setembro de 1982 em sua casa em Dare (Hatu Builico, Ainaro), por soldados das *ABRI* e por três membros da *Hansip* – PS51 PS52 e PS53 – e foi levada para o quartel do *Kodim* em Ainaro. O seu marido, JB2, que tinha sido preso a 30 de Agosto de 1982 e o seu filho, o JB3, preso a 3 de Setembro de 1982, também foram levados para o *Kodim* de Ainaro, onde foram torturados. No *Kodim* de Ainaro, JB foi espancada, pontapeada, electrocutada, queimada com cigarros nas pernas e, por último, violada por um comandante do *Kodim* conhecido como PS394. Também foi violada por um *Hansip* chamado PS53 e por um soldado das *ABRI* cujo nome desconhecia. Mais tarde, ainda no próprio dia em que foram presos, a JB e o seu irmão foram transferidos para a prisão de Balide em Díli (o seu pai já se encontrava aí preso). Dois dias mais tarde, ela, o pai, o irmão e outros detidos foram metidos num barco, rumo à Ilha de Ataúro.⁴¹

79. No incidente de Mauchiga, não foram só os *Hansip* e os soldados de baixa patente que violaram mulheres, mas também os comandantes militares, como é evidente pelo depoimento de KB. A 20 de Agosto de 1982, sete pessoas – KB, sua irmã LB, e mais cinco – foram detidos na povoação de Surhati, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro) pelos membros da *Hansip* PS54, PS55, PS56, PS57 e PS58. Foram levados para o *Koramil* de Dare, onde foram espancados com a coronha das espingardas e com cintos, e os seus corpos cortados com pedras aguçadas até sangrarem. No dia a seguir à sua libertação, os mesmos *Hansip* atacaram a KB em casa. Bateram-lhe com pés de cabra e tacos, cortaram-lhe a mão com uma faca e espetaram-lhe os seios com a ponta das espingardas. Dois dias mais tarde, um comandante indonésio de elevada patente do *Kodim* de Ainaro, conhecido como PS59, transportou à força estas sete pessoas para o *Kodim* de Ainaro, num mini-autocarro. No *Kodim*, ficaram detidos na mesma cela e foram electrocutados na face e nos órgãos genitais com a participação de. O PS59 violou a KB, que estava grávida de dois meses nessa altura, assim como a sua irmã LB, na cela no *Kodim* de Ainaro.⁴²

80. Nesse mesmo ano, os membros da *Hansip* PS54 e PS380 detiveram MB e NB em Surhati, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), por se suspeitar que os maridos seriam comandantes das Falintil envolvidos no levantamento de Mauchiga. As duas mulheres foram levadas para o quartel do *Koramil* em Dare, onde o respectivo comandante e PS54 violaram a MB ao longo de toda a noite. Ela foi libertada no dia seguinte; contudo, dois dias depois de ter regressado a casa foi visitada por PS60, um membro da *Hansip*. Ele ameaçou-a com uma arma e violou-a. As violações continuaram durante um mês.⁴³

81. OB e PB, de Lifau (Laleia, Manatuto), foram detidas e violadas no *Kodim*, em 1982. Como o seu irmão era um combatente das Falintil, a OB e a sua amiga PB foram levadas para o *Kodim* de Manatuto por dois membros da *Hansip*, chamados PS62 e PS63. Aí foram interrogadas por um chefe do Estado-Maior do *Kodim* (*Kepala Staf Kodim*, conhecido como *Kasdim*) cujo nome se desconhece. Após dois dias de detenção, a OB foi levada para um quarto e violada pelo *Kasdim*. A princípio, a OB resistiu e, por isso, foi espancada. Depois, “nada pude fazer senão chorar”. Uma semana mais tarde, as duas mulheres foram libertadas. Pouco tempo depois, a OB quase foi violada por um *Hansip* chamado PS64, que a abordou com uma arma quando ela se dirigia para o trabalho nos campos. Ela conseguiu escapar devido ao aparecimento inesperado de um *TBO*. No entanto, a sua mãe e a sua irmã, OB1 e OB2, foram detidas e exiladas para Ataúro pouco depois destes acontecimentos.⁴⁴

82. Como o seu marido era um membro da *Hansip* que tinha desertado e fugido para a floresta para se juntar às Falintil, QB foi presa por dois *TBO* em Março de 1984, na sua aldeia de Mehara (Tutuala, Lautém). Ela conhecia os dois *TBO* do Batalhão de Infantaria 641 como sendo PS65 e PS66. Foi levada para o posto 641 em Herana-Poros (Lautém), juntamente com outra mulher. À chegada ao *Koramil*, a QB recebeu instruções de se dirigir a uma sala cheia de armas onde, em total escuridão, foi interrogada sobre o seu marido. Um soldado chamado PS67 [indonésio] “começou a tocar-me no corpo, beijou-me os lábios, queimou-me com um

cigarro...bateu-me na barriga proeminente e apertou-a – eu estava grávida nessa altura – para me fazer abortar.” Depois, ela foi violada por PS67.⁴⁵

83. RB contou à Comissão a sua experiência no mesmo posto militar, Batalhão de Infantaria 641, em Outubro de 1984. Nessa altura, as *ABRI* já tinham detido o seu marido em Lospalos (Lautém). A RB e outra mulher foram convocadas por um *TBO*, de entre uma lista elaborada pelas *ABRI*, para irem ao *Koramil*. O comandante e o comandante-adjunto do posto violaram-nas às duas. Tal como a RB contou a Comissão:

As ABRI não tinham em consideração o estatuto das mulheres que queriam violar – se eram mulheres casadas ou ainda virgens. O alvo eram as mulheres de Timor-Leste. Não sei porque motivo é que eles só procuravam mulheres de Timor-Leste. Geralmente, eles davam instruções aos seus TBO para que fossem buscar mulheres cujos nomes constavam numa lista – sabe-se lá porquê; talvez por estarem envolvidas em actividades clandestinas, ou por as suas famílias terem fugido para as florestas – para serem interrogadas e depois violadas. Era como se aqueles postos, que tinham sido estabelecidos por razões de segurança, se tornassem, de facto, locais onde as mulheres eram violadas. Eu vi muitas mulheres serem para ali levadas para serem violadas, mas, infelizmente, não conheço todos os seus nomes, só sei alguns. [Listou 12 nomes].⁴⁶

Violação de Detidas no Hotel Flamboyen

O Hotel Flamboyen, em Bahu (cidade de Baucau, Baucau) era um dos lugares de tortura mais temidos do distrito oriental de Baucau. Além do Hotel existiam nove outros centros de detenção na Vila de Baucau, nomeadamente o *Kodim* e o *Koramil*, o *Uma Lima* (Cinco Casas), o *Rumah Merah* (Casa Vermelha), o Clube Municipal, as equipas do regimento de combate (*Resimen Tim Pertempuran*, conhecida como *RTP*) RTP 12, RTP 15 e RTP 18 e a esquadra da polícia distrital (*Polisi Resort*, conhecida como *Polres*). Os detidos de ambos os sexos eram insultados, espancados, pontapeados com botas militares, queimados com pontas de cigarros, os dedos das suas mãos e dos seus pés eram esmagados sob das pernas de cadeiras e eram mantidos em celas solitárias durante longos períodos de tempo. O ataque sexual contra as detidas foi a principal diferença na vivência de detenção entre homens e mulheres. As mulheres, eram queimadas com pontas cigarros, e os alvos eram geralmente os seios e os órgãos genitais. Quando eram despidas durante os interrogatórios, a ameaça de violação era um fardo acrescido para as detidas. Sabe-se que, pelo menos, 30 detidas que, entre Dezembro de 1975 e 1984, que estiveram no Hotel Flamboyen e noutros centros de detenção da cidade de Baucau, foram torturadas, tendo cerca de um terço sido também violadas.

Para aqueles cujos entes queridos estavam detidos, a falta de informação sobre a sua localização e condição tornou-se uma preocupação quotidiana. SB1 tinha apenas dez anos quando a sua irmã SB, dois irmãos, um tio e uma tia foram levados das suas casas, em Julho de 1976:

Eles foram acorrentados uns aos outros e obrigados a caminhar em fila. Os meus primos e eu, de idades compreendidas entre os sete e os dez anos, corremos atrás do camião a gritar: "Para onde é que os levam?" Passados dois dias à procura deles no Flamboyen, um soldado disse-nos para procurarmos em Rumah [Uma] Lima. Quando lá chegámos, um TBO de Baucau sussurrou-nos que eles estavam ali. Ficámos muito aliviados e fomos imediatamente buscar-lhes comida. No dia seguinte, já lá não estavam. Só os recipientes de comida vazios tinham permanecido no posto militar. Eu perguntei para onde é que eles tinham sido levados, mas todos disseram que não sabiam. Nesse dia vi muitos cadáveres a serem carregados para um veículo. Estavam enfiados dentro de sacos de arroz, mas os sacos eram demasiadamente curtos para os corpos. Vi cabeças a quererem sair e cabelos que saíam dos sacos. Eles atiravam com os cadáveres para dentro dum veículo como se fossem lenha. Também ouvi gritos de detidos a serem torturados. Fomos até ao Flamboyen, procurar a nossa família. No dia seguinte, a minha irmã foi libertada e regressou a casa. Ela estava diferente: muito silenciosa e metida consigo própria. Disse-me que ela e os outros tinham sido interrogados, espancados e postos numa divisão tão cheia com outros detidos, homens e mulheres, que era impossível deitarem-se para dormir. Disse ainda que a tinham amarrado a um outro detido, frente-a-frente. Também tinha sido violada por um soldado das ABRI. Quando me contou isto, primeiro chorou histericamente e depois começou a rir-se sozinha. Ela ficou chocada e traumatizada. Depois deste acontecimento, muitos soldados das ABRI foram a nossa casa para lhe pedir que casasse com eles, mas os meus pais recusaram. Os soldados só deixaram de aparecer depois da SB se ter casado. Ela morreu alguns anos mais tarde e deixou duas crianças pequenas.⁴⁷

TB foi raptada quando estava grávida de dois meses e detida no Hotel Flamboyen durante seis meses. Ela foi despida, electrocutada e violada de pé. A tortura e a violação que sofreu foram tão brutais que, por fim, ela concordou em se tornar 'mulher' de um membro do Batalhão de Infantaria 744, de modo a assegurar a libertação.⁴⁸

Por vezes, a detenção, a tortura e a violação das mulheres no Hotel Flamboyen eram claramente formas de violência por substituição de outrem. UB1, filha de um responsável da Fretilin em Baucau, juntamente com VB1 e VB2, filhas de um outro responsável da Fretilin em Baucau, contavam-se entre as primeiras mulheres a serem detidas no Hotel Flamboyen. A UB1 relatou à Comissão a violação repetida de UB, cujo marido era um comandante das Falintil. A UB1 tomou conta dos três filhos da UB, de cinco, quatro e dois anos, quando ela foi levada para um quarto no segundo andar do hotel, onde os soldados das *ABRI* a torturaram e a violaram. A UB1 recorda-se que as mulheres e as crianças detidas no piso inferior ouviam nitidamente os gritos da UB sempre que ela era torturada.⁴⁹

VB1 contou à Comissão o caso da sua tia, que estava entre aquelas que foram torturadas e violadas. A sua tia nunca tinha falado sobre o assunto até ao dia em que, no seu leito de morte, mostrou à VB1 e à família as cicatrizes que lhe cobriam o corpo em resultado das torturas sofridas.⁵⁰

Segundo Zeferino Armando Ximenes, em 1979, os soldados do Batalhão de Infantaria 330 violaram uma mulher chamada WB na sua própria casa, enquanto o seu marido estava detido.⁵¹

Testemunhas mencionaram as seguintes unidades das *ABRI* como perpetradores: o Batalhão de Infantaria 330, o Batalhão de Infantaria 745, uma unidade de forças especiais designada Força de Comando de Guerra Especial (*Komando Pasukan Sandhi Yudha, Kopassandha*), a *Nanggala* (nome de código de uma unidade do *Kopassandha* destacada em Timor Leste entre 1975 e 1983), a *Umi* (uma de quatro unidades *Nanggala* destacadas em Timor Leste cujo nome deriva do seu sinal de chamada de rádio), a Unidade 13 de Artilharia de Campo (*Batalyon Infantri Artileri Medan, Yon Armed*), a Polícia Militar (*Polisi Militer, Pom*), a Brigada Móvel da Polícia (*Brigade Mobil, Brimob*), a Brigada de Infantaria (que consistia em três batalhões) e membros da *Hansip*. As unidades destacadas para os centros de detenção eram mistas. O primeiro comandante das *ABRI* no Hotel Flamboyan foi um comandante da *Kopassandha* chamado PS68, enquanto que as tropas ali estacionadas eram do Batalhão de Infantaria 330. Além destes, também estiveram no Hotel Flamboyan membros da Polícia Militar, da equipa da *Umi* e da *Hansip*. Foi relatado que o Batalhão de Infantaria 330 e membros da Força de Comando de Guerra Especial tinham estado colocados na Casa Vermelha (*Rumah Merah*). Membros da Força de Comando de Guerra Especial, do *Kodim*, do *Koramil* e da *Hansip* tinham sido vistos no Clube Municipal. O Batalhão de Infantaria 745 (de Lospalos) e a Unidade 13 de Artilharia de Campo (de Malang) estiveram destacados na RTP-12. A exceção foi na RTP-15 e na RTP-18 onde foram colocados exclusivamente membros da Unidade 13 de Artilharia de Campo, sem que estivessem quaisquer outras unidades militares.

Os seguintes oficiais das *ABRI* e da polícia foram identificados por vítimas e testemunhas como perpetradores de tortura e de violação em Baucau: (os nomes transcritos são de testemunhas e não de vítimas de violência sexual)

- Major PS68, comandante da *Kopassandha*, perpetrador de tortura e de violação de quatro vítimas: XB, YB, ZB e UB (nomeado por RJ, Marcelina Guterres, Florência Martins Freitas, Santina de Jesus Soares Li)
- Capitão PS69, um subordinado do major PS68 [indonésio], perpetrador de tortura de uma vítima constante das listas (nomeado por Florência Martins Freitas)
- Soldado de segunda classe PS70, do Batalhão de Infantaria 330 [indonésio], perpetrador de tortura e de violação de duas vítimas: a YB e a D (nomeado por RJ)
- Soldado de segunda classe PS71, do Batalhão de Infantaria 330 [indonésio], mencionado como perpetrador de tortura e de violação das mesmas duas vítimas acima mencionadas, YB e D e como perpetrador de tortura e de violação de uma outra vítima constante das listas: UB (nomeado por RJ; identificado por Marcelina Guterres e Florência Martins Freitas como sendo membro da *Umi*)
- Primeiro-sargento PS72, do Batalhão de Infantaria 330 [indonésio], perpetrador de tortura e de violação de duas vítimas constantes das listas: AC e UB, e como perpetrador de tortura de duas outras vítimas: DC e MFDS (nomeado por Marcelina Guterres, RJ, Florência Martins Freitas, Terezinha de Sá)
- Membros da Brigada Móvel da Polícia, PS73 e PS74 [timorenses], perpetradores de tortura de uma vítima que os nomeou: VB2
- Oficial judicial superior, PS75 [indonésio], da Polícia Militar, perpetrador de tortura de uma vítima, BR e perpetrador de violação de uma outra vítima, BC, ambas constantes das listas (nomeado por Terezinha de Sá e Miguel António da Costa)
- Primeiro-sargento PS76 [indonésio], da Polícia Militar (já falecido), perpetrador de tortura de duas vítimas, BR e DC e perpetrador da violação de uma outra vítima, CC, todas constantes das listas (nomeado por Terezinha de Sá e Miguel António da Costa)

- Primeiro-tenente, PS77 [indonésio], juntamente com membros da Unidade de Artilharia de Campo 18, perpetradores de tortura de três das vítimas constantes das listas : JG, LMG e T (nomeado por Zeferino Armando Ximenes)
- PS78 [timorense], informador e funcionário do Hotel Flamboyan (nomeado por Florência Martins Freitas)

Os efeitos da tortura sofrida pelas detidas em Baucau continuaram a fazer-se sentir ao longo das suas vidas. RJ, Terezinha de Sá e DC ainda hoje sofrem de problemas na coluna por terem sido espancadas com barras de madeira quando foram torturadas. A RJ não consegue andar normalmente. A morte de pelo menos cinco mulheres — UB, AC, Ana Maria Gusmão, Mafalda Lemos Soares e Palmira Peloi — poderá estar relacionada com a tortura que sofreram durante a detenção.

D. Outras violações sexuais

84. À medida que o exército indonésio expandia o seu controlo territorial, a violação não ocorria apenas nas instalações militares, cometida por soldados indonésios. Muitos timorenses que trabalharam com os militares indonésios, nomeadamente membros da *Hansip* e funcionários do governo, foram também identificados como perpetradores de violações sexuais.

85. Este aumento do número de violações cometidas por pessoal não militar pode ser interpretado de diferentes formas. Pode indiciar a expansão das forças da *Hansip*, bem como a intensificação do seu papel na assistência prestada aos militares. Pode ser também um reflexo da impunidade gozada pelos militares perpetradores do mesmo crime em anos anteriores. O facto dos militares terem escapado às consequências da violação, pode ter incitado outros homens a repetir os actos. Os depoimentos de algumas vítimas de violação continuada indicam que o primeiro infractor não só gozou de impunidade, como ainda encorajou outros a cometerem o mesmo crime. Os casos que se seguem revelam um padrão de violação em que as mulheres eram passadas de um perpetrador para outro.

86. DC disse que, em 1976, foi vítima de violação cometida por PS79, o administrador civil do subdistrito (*camat*) de Lequidoe (Aileu), que foi a casa dela e ameaçou matar o seu pai e irmãos se ela não condescendesse. A DC sangrou durante uma semana porque, nessa altura, ainda era virgem. Alguns meses mais tarde, PS79 enviou quatro soldados ABRI – PS80, PS81, PS82 e PS83 – a casa da DC e eles violaram-na. Segundo o seu depoimento, este administrador civil do subdistrito violou muitas outras mulheres.⁵²

87. EC descreveu a sua captura e violação, pelo comandante PS84 do *Koramil*, em Hatu Builico (Ainaro), em 1976 (ver a secção sobre ‘Violência sexual’ no Subcapítulo 7.8: Violações do Direito da Criança). Depois de EC ter sido apanhada pelo comandante PS84 e por um chefe de aldeia em Hatu Builico (Ainaro), PS85, foi levada para o posto de Comando Tático (*Komando Taktis, Kotis*), onde foi interrogada por PS86, um membro da *Hansip* e pelo Comandante PS84. A EC foi então despida e violada, primeiro por PS85, o chefe de aldeia e depois pelo comandante PS84. Ainda despida e depois de ter sido violada, foi-lhe ordenado que regressasse a casa. Ela sentiu tanta vergonha que se foi escondendo ao longo do caminho até chegar a casa. Alguns dias mais tarde, PS87, um membro da *Hansip*, foi a casa dela. Tinha acabado de regressar de uma operação na floresta, pelo que trazia consigo uma espingarda Mauser. O PS87 atirou a EC ao chão, despiu-a e depois chamou os amigos da *Hansip* que o acompanhavam para assistirem. Quando olharam para ela riram-se e fizeram uma grande algazarra. Depois o PS87 violou-a. Ele continuou a ir ter com a EC e a violá-la até ela ficar grávida e ter uma criança. Neste caso, o comportamento do comandante do *Koramil* local deu ‘luz verde’ ao seu subordinado, um membro da *Hansip*, para o imitar ao violar a lei e a moral resultante da cultural local. O caso também ilustra como os infractores que não eram punidos judicialmente pelas seus actos de ofensa à lei se podiam transformar em infractores reincidentes (ver a secção sobre ‘Violência sexual’ no Subcapítulo 7.8: Violações do Direito da Criança).⁵³

88. Depois dos membros da *Hansip* PS88 e PS89 terem matado o marido de FC, em 1979, ela foi repetidamente violada por outros membros da *Hansip*, em Aiduk, Leolima (Hatu Udo,

Ainaro). Primeiro foi violada por um membro timorense do parlamento regional (*DPRD I*), chamado PS90. Mais tarde, o PS90 levou consigo dois membros indonésios das *ABRI*, PS381 e PS382, respectivamente do Batalhão de Infantaria 323 e do Batalhão de Infantaria 125, para a violarem novamente. Posteriormente PS90, convidou os seus quatro filhos – PS91, PS92, PS93 e PS94 – a violarem a FC sequencialmente.⁵⁴

89. GC foi vítima de violação pelo comandante do *Koramil* de Ainaro, quando se rendeu em Bunaria (Ainara, Ainara), em 1979. Depois de ter regressado à sua casa na aldeia de Soro (Ainara, Ainara), membros da *Hansip* e o oficial de orientação da aldeia (*Bintara Pembinaan Desa, Babinsa*, oficial da classe de sargentos) de Soro, chamado PS95, iam frequentemente ter com ela para a violarem. A GC foi violada pelo menos duas vezes pelo PS95 e ficou grávida em resultado da violação. Devido à sua situação, um padre e uma irmã católica levaram-na para viver na Igreja. As violações só pararam quando ela foi viver e trabalhar na Igreja.⁵⁵

90. HC (Quelicai, Baucau) testemunhou perante a Comissão sobre as violações repetidas que sofreu. Com medo dos ataques militares indonésios, HC e a sua mãe adoptiva fugiram para a floresta em 1977. Em 1978, a HC e outros refugiados foram capturados por membros das *ABRI* e da *Hansip* e levados para a aldeia de Abafala (Quelicai, Baucau). A mãe de HC tinha falecido na floresta e o seu irmão era soldado das Falintil. Em Dezembro de 1979, dois membros da *Hansip* levaram a HC de Uaitame (Quelicai, Baucau) para o posto da aldeia de Abafala, que também servia como posto das *ABRI*. À chegada ao posto, o *Hansip* PS96 empurrou a HC para cima dos soldados e dos membros da *Hansip* que estavam a dormir, enquanto gritava: “Esta mulher é membro da Fretilin. Forniquem-na!” Eles amordaçaram-na com uma mão e disseram: “Se resistires fornecemos-te até à morte.” A HC foi violada pelo PS96 no posto, à frente dos soldados e dos membros da *Hansip*. Após a violação, ela foi libertada mas no dia seguinte, o *Hansip* PS96 levou-a de novo para o posto e tornou a violá-la. As violações continuaram durante mais quatro noites, até um outro membro da *Hansip* ter repreendido o PS96.⁵⁶

91. Em 1991, um grupo chamado Voluntários (*Sukarelawan*),^x que incluía o PS97, o PS98, o PS99 e o PS100 [timorenses], chegou a casa de IC em Cassa (Ainara, Ainara). Iam para capturar o marido de IC mas, como este já tinha fugido para Díli, levaram-na a ela. Conduziram-na até casa do PS98 e torturaram-na. As mãos dela foram atadas com um cabo às de uma outra mulher, cuja identidade ela desconhecia. Elas foram interrogadas sobre actividades da Fretilin, especialmente sobre o fornecimento de comida à Fretilin. Durante o interrogatório, os membros dos *Sukarelawan* encostaram uma catana ao peito da IC, bateram-lhe repetidamente com a coronha de uma espingarda e esmurraram-lhe a cara. Passados dois dias e duas noites, as mulheres foram finalmente libertadas. No entanto, os dois membros dos *Sukarelawan*, PS99 e PS100, seguiram IC até sua casa e violaram-na.⁵⁷

92. A violação da mulher de um detido, para além de ser uma violação sofrida pela própria mulher, constituía uma tensão adicional sobre o detido, algo que poderia por fim quebrar a sua resistência perante os interrogadores. JC1 descreveu à Comissão a sua detenção e tortura, assim como a violação da sua mulher, JC. A 4 de Outubro de 1984, cerca de 20 soldados e de 10 membros da *Hansip* do *Kodim* de Díli detiveram o JC1 e os seus dois irmãos, que eram suspeitos de fornecerem comida às Falintil. Outros cinco homens também foram detidos na mesma altura. Foram interrogados e torturados no *Kodim* de Díli e posteriormente levados para o Departamento Sócio-político (*Sospol*) do governo, em Díli. Por fim, o JC1 e os seus irmãos permaneceram presos na prisão de Balide durante três anos e meio. A esposa de JC1 disse-lhe que, enquanto ele esteve na prisão, ela tinha sido violada quatro vezes por um soldado.

^x O *Sukarelawan* era um grupo pró-integração, estabelecido em Ainara, por volta de 1991, por Câncio Lopes de Carvalho e que, posteriormente, recebeu o apoio das *ABRI*. Os membros do *Sukarelawan* formaram, mais tarde, o núcleo da milícia *Mahidi*.

*Fui sentenciado a três anos e seis meses de prisão. Mantiveram-me durante três meses da sentença no Kodim [Comando Militar Distrital], [de Díli] e, a 4 de Janeiro de 1985, transferiram-me para a prisão de Balide em Díli. Quando eu estava na prisão de Balide, a minha mulher visitou-me e disse-me que tinha sido ameaçada por soldados do TNI [ABRI] e que tinha sido violada quatro vezes. Ela não sabia os nomes deles.*⁵⁸

Violação durante a consolidação da ocupação (1985-1998)

93. Dadas as inúmeras razões que explicam porque as pessoas não falam publicamente das suas experiências de violação, a Comissão considerou que o número reduzido de participações de casos de violência sexual foi relativamente consistente ao longo de todos os períodos do conflito. Este pressuposto permitiu que a Comissão fizesse algumas observações mais alargadas sobre os padrões de violação ocorridos durante todo o período de conflitos políticos.

94. Os números de casos de violação relatados referentes aos anos iniciais da ocupação oscilaram entre 10 e 47 por ano. No entanto, após um aumento substancial, em 1982, dos casos de violação relatados (48 casos individuais de violação, nos testemunhos recolhidos), seguiu-se um decréscimo significativo de casos relatados – apenas 2 a 17 casos por ano, entre 1985 e 1988. Dois factores podem ter contribuído para este decréscimo: o exército indonésio estava a diminuir a intensidade das suas operações de larga escala e o governo civil começava a assumir a gestão do quotidiano de Timor-Leste. Durante este período, as vítimas nomearam os polícias como os perpetradores de violação. Isto sugere um aumento do papel da polícia na manutenção da segurança. Foi também durante este período que as famílias das vítimas começaram a procurar obter reparações legais pela violação, apesar dos processos judiciais não proporcionarem qualquer compensação real às vítimas pois, na realidade, as perspectivas de que os perpetradores fossem efectivamente condenados eram mínimas. As violações continuaram no final dos anos 80 e até 1998, mas a um nível inferior do que durante os primeiros anos da ocupação.

A. Violação durante a detenção

95. Apesar da vida quotidiana durante este período tender cada vez para a normalidade, os militares ainda detinham e torturavam arbitrariamente indivíduos suspeitos de apoiarem a independência. As mulheres eram detidas, quer por se suspeitar que apoiavam a independência, quer porque os maridos, irmãos ou outros familiares eram suspeitos de estarem envolvidos com a Resistência. Quase 10% das mulheres detidas durante este período foram vítimas de violação em, pelo menos, uma ocasião durante a sua detenção; muitas foram repetidamente violadas.

96. KC1 testemunhou perante a Comissão sobre o recrutamento forçado e a violação da sua mulher, KC, em Mehara (Tutuala, Lautém), em 1989. Como o KC1 era um guerrilheiro da Fretilin/Falintil no mato, as tropas paramilitares *Halilintar* forçaram a KC a juntar-se às operações militares durante dois meses. Durante esse período, ela foi violada pelas tropas e engravidou em resultado disso. PS101, um *TBO* que nessa altura acompanhava as tropas, contou mais tarde ao KC1 que, no dia 30 de Setembro de 1989, ele tinha pessoalmente testemunhado soldados do Batalhão de Infantaria 744, sob o comando do capitão PS102,^{xi} a esfaquearem a KC no peito com uma baioneta, provocando-lhe a morte.⁵⁹

97. Em 1994, duas irmãs, LC e MC, foram raptadas juntamente com o seu pai, em Ermera. 15 soldados das *ABRI*, dos quais elas apenas reconheceram quatro, levaram-nos para o *Koramil* de Atsabe (Ermera). A MC contou à Comissão:

^{xi} Neste caso, o *Halilintar* de Lautém, em 1989, refere-se a um grupo específico de soldados das *ABRI* e não ao grupo de milícias activo no distrito de Bobonaro.

Em 1984, os soldados PS103, PS104, PS105 e PS106, juntamente com 11 soldados indonésios, detiveram-me, assim como ao meu pai...e à minha irmã mais nova, LC, em Lasaun [Atsabe, Ermera]. Eles levaram-nos para o Koramil de Atsabe, onde nos separaram. O meu pai ficou numa cela e a minha irmã e eu ficámos noutra. Quer os soldados timorenses quer os indonésios bateram-nos e pontapearam-nos. Eles molharam as botas e deram-nos pontapés. Colocaram uma arma nas nossas bocas e exigiam informações. Despiram-nos, vendaram-nos os olhos e puseram-nos dentro de um tanque de água desde as 8.00h da manhã até ao meio-dia. Voltaram a fazer a mesma coisa entre a meia-noite e as 2.00h da manhã. Depois disso, puseram-nos dentro de um buraco [escavado] na terra para nos matarem nessa noite, mas não foi isso que aconteceu e levaram-nos de volta para o local de detenção. Os soldados, timorenses e indonésios, violaram a minha irmã aos pares. Eu não consegui contar quantos [soldados violaram a minha irmã] porque eles eram muitos. Isto continuou durante quatro dias.⁶⁰

98. NC foi detida, a 24 de Janeiro de 1996, no Kodim 1636, de Maliana. Aí foi ameaçada com uma arma, electrocutada e deixada a dormir no chão molhado. A NC foi violada por membros da Unidade Conjunta dos Serviços de Informação (*Satuan Gabungan Intelijen, SGI*), vendada e com as mãos e os pés algemados. Ao fim de algumas semanas foi libertada mas, durante um ano teve de se apresentar diariamente no *Kodim* todos os dias.⁶¹

99. A 10 de Fevereiro de 1996, 10 soldados timorenses prenderam OC e PC na sua aldeia de Raiheu (Cailaco, Bobonaro) e levaram-nas para o *Koramil* de Bobonaro. Elas ficaram em celas separadas na sede do *Koramil* de Bobonaro, onde foram torturadas, interrogadas e repetidamente violadas:

No dia 10 de Fevereiro de 1996, cerca das 6.00h da manhã, na povoação de Bada Lesumali, Raiheu [Cailaco, Bobonaro], dez soldados timorenses armados prenderam-me, a mim e à minha amiga PC. Eu apenas sabia o nome de um deles – PS107. Na altura em que nos prenderam não fomos torturadas, mas levaram-nos para o Koramil de Bobonaro, onde nos colocaram em celas separadas. Depois, um soldado interrogou-me sobre a minha relação com as Falintil. Como eu não fui honesta, cinco soldados esbofetearam-me duas vezes e pontapearam-me com as botas quatro vezes. Colocaram uma cadeira sobre os meus dedos do pé esquerdo e sentaram-se nela até os meus dedos sangrarem. Depois, puseram-me num pequeno quarto até à manhã seguinte.

No dia 12 de Fevereiro de 1996, por volta das 19.00h, cinco soldados indonésios entraram na minha cela. Eles ameaçaram-me, atiraram-me ao chão, despiram-me e violaram-me. Durante a noite, todos os cinco me violaram uns a seguir aos outros, durante três horas. Eu tinha 20 anos quando os [soldados das] ABRI me violaram. Na mesma noite, eles também violaram a minha amiga PC, mas na altura eu não o soube. A PC contou-me mais tarde.

No dia 13 de Fevereiro de 1996, o comandante do Koramil de Bobonaro entregou-nos às duas ao Kodim 1637 de Babonaro [em Maliana], onde nos entregaram ao comandante do Kodim. Uma vez mais, fomos separadas e colocadas em celas escuras. Eu fui interrogada por dois soldados das ABRI que estavam de serviço no Kodim. Durante o interrogatório, eles tiraram-me todas as roupas, com excepção das cuecas, deram-me choques eléctricos e queimaram-me os mamilos com pontas de cigarros. Eles começaram a beijar-me e a tentar seduzir-me, depois de me terem empurrado contra uma parede para me violarem, mas não o fizeram porque viram sangue [menstrual] nas minhas cuecas.

No dia 12 de Fevereiro de 1998, três soldados Rajawali entraram na minha cela e amarraram-me as mãos uma à outra. [Eles levaram-me para o exterior], ameaçaram-me e empurraram-me contra uma árvore perto da prisão. Depois, levantaram-me a saia e violaram-me em pé. Nesse mesmo dia libertaram-me e mandaram-me para casa.⁶²

100. Durante este período, as violações no decurso da detenção não eram exclusivamente perpetradas por membros das *ABRI* mas também por membros da polícia. Ainda que, quantitativamente, os casos de violação cometidos por polícias sejam inferiores aos casos de violação pelas *ABRI*, o tratamento das detidas pelos polícias era semelhante ao tratamento dado pelas *ABRI*, em particular no caso de mulheres suspeitas de envolvimento com organizações pró-independência.

101. Em 1993, três mulheres chamadas QC1, QC2 e QC regressavam de uma reunião com membros das Falintil em Atsabe (Ermera). Dois agentes timorenses dos serviços de informação, PS108 e PS109, emboscaram-nas e tentaram atacá-las sexualmente, quando regressavam a casa. Um membro das Falintil, PS325 conseguiu evitar o ataque, apunhalando o PS108. As três mulheres fugiram, mas, uma semana mais tarde, foram-nas buscar e levaram-nas para a esquadra de polícia de Atsabe, onde foram torturadas. Um agente da polícia timorense, PS110, levou QC para um quarto vazio, despiu-a e violou-a. A QC sofreu grandes dores durante três dias. Passados três dias foram transferidas para a esquadra distrital da polícia em Gleno (Ermera), onde ficaram detidas durante uma semana. Foram então mandadas de volta para a esquadra de polícia de Atsabe, onde ficaram um mês. A QC tinha apenas 15 anos nessa altura.⁶³

B. Violação sem recurso legal

102. Os tribunais indonésios começaram a funcionar em Timor-Leste a partir de 1977. No entanto, nos anos 90 o sistema formal de justiça ainda não dava resposta às vítimas de violação e às suas famílias, que a ele recorriam para tentarem obter algum tipo de justiça. A maioria das vítimas considerava inútil, e até perigoso, apresentar queixa da violação. Aquelas que procuravam obter reparação legal pelas violações que tinham sofrido, recebiam muito pouco apoio.

103. A 4 de Abril de 1992, a RC de Fatuletu (Zumalai, Covalima) foi violada por um membro da *Hansip* chamado PS111. Tal como foi descrito pela sua irmã, RC1, a família da RC apresentou queixa ao comandante do *Koramil* de Zumalai, mas sem qualquer resultado:

PS111 apareceu e ameaçou-nos com uma arma. Ele disparou três vezes para o ar. Ficámos todos com medo...Ele tinha vindo obrigar a minha irmã mais nova, RC, a ter relações sexuais com ele. Como ela tinha medo, ele violou-a. Apesar do PS111 ser um membro da Hansip e um funcionário da aldeia que nós sabíamos já ser casado, queria obrigar a minha irmã a ser amante dele, mas, como ela se recusava, ele ameaçou-a com uma arma e violou-a. Nós relatámos o caso ao comandante do Koramil, mas ele permaneceu em silêncio. Depois, disse-nos para resolvermos o assunto através do lisan [costume tradicional]. Mas isso não aconteceu. O PS111 só disse, com modos ameaçadores: "Esta é a lei das armas. Temos a liberdade de violar apoiantes da Fretilin." A minha irmã, RC, morreu em 1999.⁶⁴

104. Em 1995, SC foi violada por um agente da polícia que ela conhecia pelo nome de PS396, em Soibada (Manatuto). O agente da polícia entrou em casa dela a meio da noite e fugiu quando os pais dela entraram no quarto. Apesar de ser considerado crime, ao abrigo da lei indonésia, o comandante da polícia que investigou o caso bateu no agente que a tinha violado, rapou-lhe o cabelo e obrigou-o a pagar uma pequena indemnização, em vez de cumprir o seu dever e prendê-lo. O tratamento dado pelo comandante ao perpetrador demonstra claramente que ele acreditava que o seu subordinado cometera a violação. No entanto, não o prendeu. Segundo o testemunho de SC:

Ele tapou-me a boca para eu não poder gritar, depois despiu-me e violou-me. Eu consegui gritar e os meus pais ouviram-me. O PS396 fugiu e saltou a vedação frente à casa, a correr em direcção à esquadra da polícia. Os meus pais bateram-me e depois foram relatar o incidente ao Kapolsek [Kepala Polisi Sektor, Chefe da Polícia do Subdistrito]. O Kapolsek foi à minha casa com os seus subordinados e bateu em PS396 à frente dos meus pais. Depois, rapou-lhe a cabelo e ordenou-lhe que pagasse 200.000 rupias de indemnização. Depois disso, ele foi transferido para Manatuto.⁶⁵

105. A 5 de Novembro de 1996, TC, da aldeia de Lisapat (Hatulia, Ermera), foi presa juntamente com sete membros da sua família em Atabae (Bobonaro), por suspeita de albergarem membros das Falintil. Eles foram levados para o *Koramil* de Ermera, onde ficaram detidos cerca de duas semanas. Depois, ficaram detidos cerca de outras duas semanas no posto militar da Reserva Estratégica do Exército (*Rajawali II*)^{xii} em Lulirema (Ermera). Enquanto a TC esteve detida, os soldados violaram-na repetidamente e obrigaram-na a fazer as tarefas domésticas. Este caso chegou ao conhecimento de funcionários da Igreja local, cujos esforços para que a TC fosse libertada foram bem sucedidos. O caso também foi relatado a funcionários de organizações de direitos humanos em Díli e em Jacarta. Em declaração apresentada à Comissão de Direitos Humanos da Indonésia (*Komnas HAM*), a 22 de Janeiro de 1997, uma coligação de ONG baseadas em Jacarta forneceu os seguintes detalhes sobre o caso:

^{xii} *Rajawali* era o nome de código de uma unidade de reserva estratégica do exército, destacada para Timor-Leste em meados da década de 90. Antes disso, era um termo que se referia à *Kopassus*. Todos os casos deste capítulo em que o nome *Rajawali* é mencionado como perpetrador, referem-se a membro(s) da Reserva Estratégica do Exército.

Cerca da meia-noite, a TC foi solta do poste da bandeira e levada para a sede do *Koramil*, com as mãos ainda algemadas. Foi deixada sozinha num quarto...Durante todo o tempo que ali permaneceu, teve sempre as mãos algemadas, excepto quando comia ou ia à casa de banho. Um dia (data desconhecida pela vítima), por volta da meia-noite, quando estava tudo muito sossegado, as luzes do seu quarto foram repentinamente apagadas pelo lado de fora. Na escuridão, entrou um soldado que ela não reconheceu. Ele abraçou-a, enquanto a ameaçava para não gritar: “Se gritares, a culpa é tua. Levo-te esta noite e mato-te na floresta. Se amanhã disseres ao meu comandante, mato-te na noite seguinte,” disse ele. Com as mãos algemadas, a TC resignou-se a ser violada até perder a consciência.

Em meados de Novembro de 1996, as detidas foram levadas para o posto de comando *Rajawali II* em Lulirema. Neste posto de comando havia entre 50 a 100 soldados. Elas ficaram lá detidas durante duas semanas. Na primeira semana, a TC foi violada por duas vezes. As violações ocorreram durante a noite, quando ela estava algemada. Ela desconhece o nome do perpetrador, mas sabe que os seus galões tinham três divisas amarelas (sargento-mor), que tinha a pele escura, era alto e com o cabelo liso...Na segunda semana, tiraram-lhe as algemas. O mesmo perpetrador violou-a mais duas vezes. Enquanto esteve no posto militar, a TC também tinha de ferver a água e realizar outras tarefas domésticas.⁶⁶

106. A TC foi libertada após a intervenção de um catequista local.^{xiii} Ela apresentou queixa na Polícia Militar em Balide, Díli, com a ajuda de dois advogados da Fundação HAK, uma ONG de prestação de assistência jurídica e de defesa dos direitos humanos, que eram apoiados para este efeito por dois advogados indonésios de renome, em Jacarta e Kupang. Um dos advogados, Rui Pereira dos Santos explicou:

^{xiii} A função de catequista, posição laica na Igreja Católica, é a de prestar formação e orientação religiosa para a aprendizagem da liturgia, preparação das famílias para o baptismo das crianças, preparação das crianças para receberem a comunhão e outros actos semelhantes. Em Timor-Leste existem catequistas na maioria das comunidades.

*O [processo de investigação] foi demorado. O maior impedimento foi que a pessoa que tinha cometido estes crimes no posto de Rajawali, em Ermera, tinha voltado à sua base [fora de Timor Leste]. Foi...devido a esse motivo que ele não pôde ser trazido para [o quartel de] a Polícia Militar em Díli, para ser investigado. Quando a investigação terminou, enviámos os documentos para o comandante do Korem, com cópias para o Supremo Tribunal Militar em Jacarta, para o Comandante-chefe das Forças Armadas, para o ministro da defesa e segurança, para o procurador-geral e para o presidente do Supremo Tribunal em Jacarta. Por fim, viemos a saber que o processo de acusação tinha sido concluído em Jacarta, mas o teor da acusação tinha sido alterado de violação para relação sexual por mútuo consentimento [uma acusação menor]. Também retiraram qualquer menção ao facto de que a TC tinha desempenhado tarefas domésticas. Soube que o perpetrador foi condenado a seis meses, mas, enquanto advogado da TC, nunca recebi qualquer cópia da sentença. Durante o processo de investigação, a TC já estava grávida de três ou quatro meses.*⁶⁷

107. No dia 9 de Janeiro de 1997, a UC e a UC1 foram presas na aldeia de Babulo (Uatu-Lari, Viqueque), devido ao seu envolvimento no fornecimento clandestino de munições para as Falintil. Foram levadas para a esquadra de polícia do subdistrito de Uatu-Lari e depois transferidas para a esquadra de polícia 1134 no distrito de Viqueque, na cidade de Viqueque. A UC explicou os acontecimentos que se seguiram:

*Quando lá chegámos, detiveram-nos em celas separadas. Nessa noite, chamaram-me para ser interrogada e depois levaram-me outra vez para a minha cela. Ainda nessa mesma noite, um polícia chamado PS112, originário de Kupang, entrou na minha cela e violou-me até ao amanhecer. No dia 11 de Janeiro de 1997, um outro polícia chamado PS396 entrou na minha cela e, uma vez mais, fui violada até ao amanhecer.*⁶⁸

108. Após o interrogatório, a UC foi libertada, mas foi convocada de novo, a 23 de Agosto de 1997, para uma audiência no tribunal. A Yayasan HAK assegurou à UC assistência jurídica durante o seu julgamento e ela contou-lhes sobre a violação que tinha sofrido enquanto detida. Porque temia pela sua vida, não quis ir com os seus advogados à Polícia Militar, pelo que estes apresentaram [sozinhos] a queixa usando, para o efeito, poderes de representação. Os advogados também encaminharam a denúncia para o auditor militar da província. No entanto, de acordo com o advogado de UC, não receberam qualquer resposta concreta. O caso permaneceu “na prateleira.”⁶⁹

C. Violação dentro, ou nas imediações, da casa da vítima

109. Tal como com a generalidade dos casos de violência sexual, o número de casos de violação de mulheres relatados à Comissão, incluindo os casos de violação durante a detenção, diminuiu significativamente entre 1985 e 1998. No entanto, as mulheres continuavam em risco de violência sexual. Isto é particularmente evidente nos casos de violação ocorridos em locais que são tradicionalmente considerados como o domínio da mulher: dentro, e nas imediações das suas casas, nas suas hortas e na sua vizinhança.

110. Em 1989, VC tinha 15 anos quando o primeiro-cabo PS113, de uma unidade de artilharia (*Artileri Medan*, conhecida como *Armed*), foi a sua casa em Iliapa, Lore II (Lospalos, Lautém) e exigiu que a VC se tornasse sua “mulher”. Segundo a VC, isto significava que poderia ter relações sexuais com ela e levá-la como acompanhante a festas. A VC recusou. O

PS113 ameaçou-a com uma arma, depois arrastou-a para o quarto e violou-a. Em consequência da violação ela ficou grávida, mas continuou a frequentar a escola. O soldado PS113 foi transferido para Laga (Baucau). Mais tarde, ele apareceu novamente e, desta vez, ameaçou-a com uma granada, na tentativa de a obrigar a ir com ele para Laga. A VC conseguiu escapar.⁷⁰

111. PS114 era o chefe de aldeia de Talo, Hatulia (Hatulia, Ermera). Devido às suas ligações estreitas com o Batalhão de Infantaria 744, o PS114 conseguiu cometer repetidamente actos de violação sexual com impunidade. Em Março de 1989, violou repetidamente uma jovem de 14 anos, WC, que fez a seguinte descrição:

O PS114 limitou-se a entrar, tirou-me a roupa, sentou-se em cima de mim e violou-me quatro vezes nessa noite. Ele deu à minha mãe 30.000 rupias... Sempre que me encontrava sozinha na rua, puxava-me para os arbustos do café, despia-me e violava-me. Uma vez até trouxe um homem indonésio chamado PS115, que era supervisor da plantação de café, PT Salazar, em Talo. O PS115 chamou-me para a rua, puxou-me e violou-me. Quando cheguei a casa, o PS114 violou-me outra vez. Senti-me como se fosse um animal. O PS114 violou-me muitas vezes, na estrada, na plantação de café, em qualquer sítio... até eu ficar grávida; depois, nunca reconheceu a criança.⁷¹

112. Seis anos mais tarde, XC foi uma outra vítima do mesmo infractor. Ela foi violada na sua casa em Talo, em 1995. No seu depoimento, XC disse que se sabia que o PS114 tinha boas relações com o Batalhão de Infantaria 744 e ela temia pela sua vida se lhe resistisse.⁷²

113. Também a aldeia de Talo, um soldado do Batalhão de Infantaria 726 violou YC. No dia 12 de Julho de 1989, quatro soldados, armados e fardados, rodearam a casa de YC. Nessa altura, nem o seu pai nem o seu irmão estavam em casa. Um dos soldados entrou em casa e violou-a.⁷³

114. marido de ZC, membro das Falintil, estava a ter uma reunião secreta com o comandante Mau Hunu das Falintil e com o adjunto Mera Putar quando os três homens foram emboscados por soldados, numa operação conjunta com membros do Batalhão de Infantaria 142, do Kodim de Ainaro e membros das *milsas*.^{xiv} Como o seu marido conseguiu escapar, a ZC transformou-se num alvo de violência por substituição. Ela foi levada de sua casa nesse mesmo dia:

^{xiv} *Milsas*, diminutivo de “*militerisas*” ou militarização, era um processo de recrutamento e treino militar de civis, iniciado pelo Comando de Reserva Estratégica do Exército (Kostrad) em 1989. Os membros de grupos civis tais como a *Hansip* (Pertahanan Sipil, Hansip), a Resistência Popular (*Perlawanan Rakyat, Wanra*) e os Civis Treinados (*Rakyat Terlatih, Ratih*) eram enviados de Timor-Leste para Bali ou Malang (Java) durante três meses, para receberem treino militar. Ao terminarem o treino, eram inseridos no exército. Quer o treino, quer os timorenses que tinham recebido este tipo de treino, eram vulgarmente chamados *Milsas* ou, por vezes, soldados de três meses [ver Capítulo 4: Regime de ocupação, para mais detalhes sobre os programas das *Milsas* em Timor Leste].

No dia 8 de Novembro de 1991, os Sukarelawan [Voluntários] liderados por PS98, enviaram dois dos seus membros, PS116 e PS117, à minha casa. Estes perguntaram-me onde estava o meu marido. Eu respondi que ele tinha saído, porque estava a trabalhar num projecto. Então, eles levaram-me para um sítio chamado Centro Pró-integração, onde fui interrogada. Acusaram-me de preparar comida para as Falintil. Eu respondi que não sabia de nada. Dois dias mais tarde, os membros dos Sukarelawan amarraram-me, juntamente com outros 14 homens e mulheres. Passada uma noite, o PS98 e o segundo-sargento PS118, um membro do Koramil, desamarraram-nos e obrigaram-nos a assinar uma declaração...Antes disso, tínhamos sido obrigados a beber vinho de palma para fazermos a cerimónia do juramento [de lealdade para com a Indonésia]. Fomos obrigados a fazer este juramento em Novembro de 1991. Depois disso, fomos obrigados a dançar com o PS98 e com os membros da Militerisasi até ao amanhecer. Uma noite, alguns membros da Sukarelawan entraram na minha casa com facas, armas de fogo — AR 16, FNC, SKS — e espadas tipo samurai. PS1119 mandou o meu sogro ir comprar cigarros. Depois, arrastou-me para o quarto, as minhas roupas foram rasgadas e eu fui violada...PS120, um outro membro [da Sukarelawan], violou-me uma vez.⁷⁴

115. As mulheres não eram apenas vítimas de violação depois de serem levadas das suas casas; AD foi violada num quiosque perto da sua casa, em Laleia, Manatuto. Em 1994, quando ia ao quiosque comprar bolachas, um grupo de soldados — PS123, PS124, PS125 e alguns outros — obrigaram a AD a entrar no quiosque. Então, o PS123 violou-a enquanto os outros faziam guarda à entrada do quiosque. O PS123 ameaçou a AD de morte se ela gritasse.⁷⁵

116. BD1, de Aidaba Leten (Atabae, Bobonaro), prestou declarações à Comissão sobre a violação da sua mulher, BD. Em 1996, os membros da milícia *Halilintar* capturaram o BD1 em Aidaba Leten e torturaram-no no posto da Unidade Conjunta dos Serviços de Informação (SGI), a operar em casa de PS126. Um ano mais tarde, depois do BD1 ter fugido para o mato, o mesmo grupo de milícias, incluindo o PS127, o PS128, o PS129, o PS130, o PS131 e o PS132, foram a sua casa, onde se encontrava a sua mulher, BD. Ameaçaram matar toda a família de BD se ela não se rendesse. Por fim, o PS130 violou-a na sua própria casa.⁷⁶

117. Em Dezembro de 1996, CD assistiu a uma busca na sua casa, na aldeia de Batu Manu, (Atsabe, Ermera), efectuada por membros da reserva estratégica do exército (*Rajawali*), depois de terem sido informados que ela estava envolvida em actividades clandestinas. A CD, o seu irmão, o seu pai e dois outros homens, o CD1 e o CD2, foram amarrados e espancados. A meio da noite, foram obrigados a ir à procura de um homem chamado Mateus, que alegadamente teria ido para a floresta entregar granadas. A CD teve de subir os montes e atravessar um rio. Dois membros da *Rajawali* violaram-na à frente do CD1.⁷⁷

118. E1 era um membro activo do movimento clandestino. Em Agosto de 1997, a sua irmã, E, foi levada de sua casa por PS133, um *Babinsa* timorense e por três soldados timorenses das *ABRI* — PS134, PS135 e PS136. Eles levaram-na para a repartição da aldeia em Betulau (Lequidoe, Aileu), onde o E1 já estava a ser interrogado. Ali, o PS133 e um outro membro das milícias violaram a E. Ela guardou segredo até que, no seu leito de morte, contou ao irmão.⁷⁸

119. DD1 descreveu à Comissão a violação sofrida pela sua irmã, DD, na aldeia de Laulana (Letefoho, Ermera), em 1998. Ela foi violada revezadamente por membros do Batalhão de Combate Territorial (*BTT*) 711, na sua própria casa. Suspeita de cozinhar para as Falintil, a DD foi forçada por três soldados, (um dos quais indonésio, chamado PS137, a entrar na cozinha onde foi violada à frente do seu irmão.⁷⁹

Depoimento e testemunho de Mário Viegas Carrascalão

sobre a violência contra as mulheres, de 1982 a 1992

No seu declaração escrita à Comissão, Mário Viegas Carrascalão, o governador de Timor Leste de 1982 a 1992, identifica quatro grupos de perpetradores de violência sexual contra as mulheres.

1) **Soldados indonésios**, [que cometeram actos violentos contra as mulheres] de uma maneira mais ou menos organizada e sistemática. Nestes casos, as vítimas eram, em geral, alvos fáceis, pois poderiam pagar com a sua própria vida, ou com a vida de um familiar, se se recusassem a obedecer ao violador/infractor. São conhecidos casos em que houve recurso ao disparo de armas de fogo [pelos soldados] como meio de alcançarem os seus objectivos. Entre estas vítimas contavam-se:

a. Mulheres que eram familiares próximas de membros da Resistência mortos em combate, por exemplo, as suas viúvas e/ou as filhas, assim como as irmãs, tias e primas;

b. Mulheres e/ou filhas daqueles que estavam detidos e eram acusados de apoiar a Resistência;

c. Mulheres e/ou filhas daqueles que ainda tinham familiares “no mato”, mesmo que não fossem activos [na Resistência];

d. Prisioneiras [detidas] por infracções criminais ou por razões políticas;

e. Filhas de mulheres timorenses e de homens portugueses a viver no estrangeiro, ou os seus descendentes;

f. Raparigas bonitas, filhas de aldeões comuns, oferecidas aos soldados pelos seus próprios familiares a troco de favores/benefícios/sigilo; nalgumas áreas de Timor-Leste, tais práticas eram já usadas durante os tempos coloniais;

g. Mulheres jovens que viviam em “Aldeias Vigiadas” (Desa Binaan), que mais não eram do que campos de concentração.

Nestes casos (de a. a g.), [os métodos] mais frequentemente usados eram as ameaças, as intrigas, a chantagem e o terror. Os perpetradores eram quase sempre soldados com funções territoriais (desde pessoal dos comandos militares provinciais, *Kodim* e *Koramil*, a militares e polícias colocados em aldeias). As mulheres eram “prendas” oferecidas pelos subordinados locais aos seus superiores, quando estes vinham em visitas de trabalho. Esta era uma forma dos subordinados atraírem os favores dos seus superiores e assim conseguirem promoções rápidas nas suas carreiras.

2) **Timorenses de leste integrados na estrutura da potência militar ocupante** como informadores, membros de grupos paramilitares ou *Hansip* e Segurança Civil, ou integrados como parte das forças regulares. Estes infractores agiram principalmente contra os sectores mais modestos e pobres da população. Os [métodos] por eles usados eram geralmente o terror, a ameaça de denúncia aos serviços de informação, a intriga, a chantagem e as visitas nocturnas às casa das vítimas (sós ou acompanhados por membros da “Intel” ou outros [funcionários] militares, em alguns casos vestidos de ninjas, como fizeram em Díli). Eles eram, [além disso], a ligação entre os soldados indonésios e as vítimas locais [e eram utilizados para levarem as vítimas] destinadas a servirem os seus superiores hierárquicos.

3) **Civis, quer timorenses quer estrangeiros, que ocupavam posições importantes a todos os níveis da administração.** Este grupo utilizava a sua posição na administração estatal para “facilitar” os procedimentos burocráticos às suas vítimas (solteiras, viúvas e casadas) que precisavam, por exemplo, de uma licença comercial, da desbloqueamento do processo de atribuição de pensão a que teriam direito se o seu falecido marido tivesse sido um funcionário público, ou...de melhores hipóteses num concurso público para projectos de desenvolvimento. Em troca, eles [estes civis] teriam os seus apetites carnis satisfeitos.

4) **Professores primários de Timor Leste e estrangeiros.** Em 1983, quando o sistema da escolaridade obrigatória teve início em Timor Leste, não foram só as crianças de seis anos que começaram a ir à escola; também jovens de 16 e 17 anos frequentavam a escola primária. O número reduzido de professores primários de Timor Leste levou ao recrutamento de muitos professores indonésios. Apenas foram colocados em Timor Leste professores do sexo masculino, fossem solteiros ou casados (quando eram casados, as mulheres tinham que permanecer na Indonésia). A maioria dos timorenses recrutados para ensinar nas escolas primárias também era predominantemente do sexo masculino, jovens – recém-formados – e solteiros ou casados. No caso de serem casados, as mulheres não eram autorizadas a acompanhá-los para o interior. A consequência desta situação chegou ao governo sob a forma de histórias sobre o envolvimento dos “Senhores”, ou professores de Timor Leste, com as suas alunas. Os distritos de Covalima, Maliana, Liquiça e Baucau registaram a maioria dos casos. Em Baucau, um professor da Indonésia violou 22 das suas estudantes. O caso foi levado a tribunal e o violador sentenciado a apenas dois anos e meio de prisão. Este homem acabou por ser transferido para a sua terra natal sem ter cumprido integralmente a sua pena.

Nem todos os infractores foram punidos pelas suas infracções porque o governador, segundo o disposto na lei indonésia, não podia punir soldados, oficiais da polícia, administradores distritais (Bupati) e [outros]. Portanto, o máximo que podia fazer contra estas pessoas [perpetradores] era conduzir as investigações e, quando possível, formular acusações [contra eles] através dos departamentos onde trabalhavam e que, conseqüentemente, poderiam agir sobre a situação.⁸⁰

Mário Carrascalão também descreveu alguns casos de violação em que ele tomou algumas medidas, quer através de cartas a apresentar queixa ao comandante militar da província, ou falando com o governador indonésio e com os líderes militares em Jacarta. Segundo o seu depoimento, Mário Carrascalão afirmou à Comissão que nunca recebeu qualquer resposta oficial a nenhum dos seus relatórios sobre violência sexual.

Violação sexual e a Consulta Popular

120. Os dados reunidos pela Comissão revelam um aumento significativo do número de casos de violação em 1999, com picos em Abril e em Setembro do mesmo ano. Dezanove por cento (20 em 105) dos casos relatados nesse ano, foram cometidos por membros das milícias.

Inserir gp4fpvlvn7000

A. Violações anteriores à Consulta Popular (de Abril a Agosto de 1999)

121. A violação fez parte da violência que se espalhou pelo território antes da Consulta Popular de Agosto de 1999. Antes do referendo, os incidentes de violação atingiram os seus valores mais elevados em Abril e Maio, em quase todos os distritos. Isto ocorreu em simultâneo com a onda de deslocação da população, provocada pelo incendiar de habitações e por outros actos de violência em todo o território de Timor-Leste.

122. Uma vez mais, as mulheres foram frequentemente as vítimas da violência por substituição – os membros das forças de segurança indonésias e os milícias sob seu controlo violavam as mulheres, as irmãs e as filhas dos homens ausentes que eles queriam matar por apoiarem o movimento pela independência.⁸¹

123. Isso foi, por exemplo, aquilo que aconteceu a DE. A DE foi atacada na sua própria casa em Fatubesi (Hatulia, Ermera), no dia 14 de Maio de 1999, pela milícia *Darah Merah Putih* (Sangue Vermelho e Branco). Liderada pelos comandantes PS138 e PS139, membros das milícias, juntamente com membros da Unidade Conjunta dos Serviços de Informação, atacaram a casa da DE, por saberem que o seu marido, DE1, tinha já fugido para a floresta, para se juntar às Falintil. O PS135 entrou em casa de DE, ameaçou-a com uma faca e violou-a. Depois disso, o PS136 e os membros da Unidade Conjunta dos Serviços de Informação também a molestaram sexualmente, uns a seguir aos outros. Ataram-lhe as mãos com um cabo e levaram-na para o posto da milícia *Darah Merah Integrasi* (Sangue Vermelho pela Integração) em Hatulia, onde ela ficou detida durante dois meses. Enquanto lá esteve, continuou a ser alvo de assédio sexual. Ela disse que foi molestada sexualmente por, pelo menos, 24 membros da Unidade Conjunta dos Serviços de Informação e da milícia. Passados dois meses, conseguiu escapar.⁸²

124. Em Maio de 1999, um grupo de milícia chamado KMP (*Kaer Metin Merah Putih* literalmente, Agarrar o Vermelho e o Branco), perpetrou uma série de actos violentos por todo o subdistrito de Lolotoe, Bobonaro. O Painel Especial para Crimes Graves do Tribunal Distrital de Díli considerou três pessoas – Jhoni Franca, comandante do KMP; Sabino Leite, chefe da aldeia de Guda (Lolotoe, Bobonaro); e José Cardoso, comandante da KMP — culpadas do crime de violação como crime contra a humanidade. Este foi o primeiro caso em que a acusação de violação foi julgada pelo Painel Especial como crime contra a humanidade.⁸³

125. Ainda em Maio de 1999, três mulheres, cuja identidade foi protegida pelo Tribunal, foram arbitrariamente detidas pelo KMP, juntamente com outras 13 pessoas de Lolotoe. Depois de terem ficado detidas cerca de um mês no edifício da PKK, Conselheiras para o Bem-Estar da Família que se situava frente ao *Koramil* de Lolotoe, as três mulheres foram levadas sob o pretexto de terem sido convocadas por João Tavares, o comandante da PPI (*Pasukan Pejuang Integrasi*, Força de Integração dos Combatentes).^{xv} Elas foram metidas numa ambulância do governo, conduzida por um funcionário público do sector da saúde chamado PS140, juntamente com o comandante do *Koramil* de Lolotoe, o segundo-tenente PS141 [indonésio] e com o PS142, o comandante do KMP. As três mulheres foram levadas para um hotel em Atambua, Timor Ocidental, onde foram repetidamente violadas. Uma das vítimas testemunhou que uma das mulheres foi sujeita a uma injeção com um produto que elas julgaram ser um tipo de contraceptivo. As vítimas foram ameaçadas com várias armas artesanais e foi-lhes dito que, se não tivessem relações sexuais, seriam mortas e atiradas ao mar. Depois de lhes ter sido permitido sair para irem buscar comida, tornaram a ser violadas na noite seguinte.⁸⁴

126. As milícias foram um fenómeno pré-Consulta Popular. Os grupos de milícias, com os seus recursos e poder, tinham capacidade para organizarem festas em que as mulheres das aldeias tinham forçosamente de participar. Estas festas proporcionavam a oportunidade para o assédio sexual e a violação. A DMP (*Dadurus Merah Putih*, Onda Vermelha e Branca), o grupo de milícias que operava na aldeia de Lourba (Bobonaro, Bobonaro), organizou uma dessas festas no dia 4 de Maio de 1999. No seu depoimento à Comissão, EE contou que 14 mulheres, ela própria incluída, tinham sido obrigadas a preparar café e comida para as milícias. Ela foi convocada pelo comandante da DMP e violada. Segundo o seu depoimento, as restantes 13 mulheres sofreram a mesma violência.⁸⁵ As declarações de FE corroboram este incidente:

*Durante o dia, um membro das milícias foi a minha casa. Ele fingiu andar atrás do meu galo, enquanto dizia. "Dentro em breve trato de ti." Nessa altura, o meu marido...tinha recebido ordens para os acompanhar numa operação, por isso não estava em casa. Nesse dia esse milícia violou-me, apesar de eu ter dado à luz apenas dois meses antes.*⁸⁶

^{xv} A PPI - Força de Combatentes pela Integração - foi estabelecida no dia 17 de Abril de 1999, numa cerimónia oficial que ocorreu em frente do então gabinete do governador (actualmente, Palácio do Governo) em Díli. João Tavares era o comandante da PPI e Eurico Guterres o seu vice-comandante. Mais tarde, nesse mesmo dia, uma multidão de milícias atacou e queimou a casa de Manuel Carrascalão, onde numerosas pessoas deslocadas se abrigaram e assassinaram pelo menos 12 pessoas, incluindo o seu filho Manelito [ver Capítulo 3: História do Conflito e Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados].

127. Uma outra mulher, GE, testemunhou ter sido violada na sua casa após a mesma festa:

[O]s [comandantes] milicianos PS383, PS143, PS144, PS145 e PS146...enfiaram as mãos dentro dos nossos soutiens e puseram-nos os seios de fora. Tivemos de os deixar fazer isso, porque eles ameaçaram bater-nos com bastões. Quando regressávamos a casa, a seguir à festa, o comandante da DMP chamou-me e a três amigas minhas...para sermos interrogadas. Ele tinha fotografias de nós as três a cozinharmos para as Falintil. Eu repliquei: "É verdade que as minhas amigas e eu cozinhámos para as Falintil, mas nós somos apenas pessoas comuns. Não percebemos nada de política. Se eles disserem que têm fome, nesse caso tenho de os alimentar, porque somos todos seres humanos. Qual é o mal em alimentá-los? Eu também tenho medo, porque as Falintil têm armas." Depois do interrogatório, fui directamente para casa. Assim que entrei no meu quarto, [vi que] quatro membros da DMP – PS383, PS143, PS144 e PS145 – já lá estavam, despidos, à minha espera. Eles arrastaram-me, tiraram-me a roupa e revezaram-se a violar-me. Os meus filhos entraram no quarto e eles bateram-lhes e pontapearam-nos para fora do quarto.⁸⁷

128. A violência aumentou dramaticamente em quase todos os distritos nos meses que antecederam a Consulta Popular, provocando deslocções em larga escala. Uma vez mais, as mulheres deslocadas das suas casas e aldeias encontravam-se, em risco de serem violadas.

129. Em Abril de 1999, HE, tendo sido ameaçada de morte por membros da milícia *Sakunar* (Escorpião), deixou a sua casa para procurar refúgio na casa de familiares em Lesuwen (Vila de Suai, Covalima). O seu familiar era também membro da *Sakunar*. Apesar de se ter tentado proteger, a HE foi violada por um membro da milícia *Laksaur* chamado PS147.⁸⁸

130. Após o Massacre na Igreja de Liquiça, a 6 de Abril de 1999, inúmeras famílias fugiram de casa. Muitas mulheres foram vítimas de violação no caos que se lhe seguiu. IE, uma mulher da aldeia de Leotela (Liquiça, Liquiça) foi detida por PS148, um membro da milícia *BMP* (*Besi Merah Putih*, Ferro Vermelho e Branco), quando regressava do mercado, no dia 14 de Abril de 1999. A IE e uma amiga foram obrigadas a assinar uma declaração onde acusavam o chefe de aldeia de Leotela de albergar membros das Falintil. Uma semana mais tarde, tropas do Batalhão de Combate Territorial (*BTT*) e do comando de forças especiais (*Kopassus*) obrigaram, sob ameaça de morte, o povo de Leotela a mudar-se para Liquiça. A IE fugiu para casa do seu tio, em Liquiça, mas ainda não se tinha passado um mês quando PS148 apareceu, à sua procura:

No dia 7 de Maio de 1999, por volta das 9.00h da noite, o PS148 foi a casa do meu tio e disse-lhe que eu tinha que me apresentar ao comandante do BMP para ser interrogada. Em vez disso, o PS148 levou-me para um sítio chamado Kaeloho [Liquiça], onde eu fui sexualmente atacada. Fui obrigada a beijá-lo e a fazer coisas de que não quero falar aqui...

*Três dias mais tarde, a 12 de Maio de 1999, por volta das 15.00h, o PS148 foi de novo a casa do meu tio, ao volante de um jipe de capota rígida amovível. Dessa vez, usou a desculpa de que queria falar comigo sobre uma carta para os chefes de aldeia de Leotela. Fui levada para a praia, perto do rio Kaimeno. Ele tirou-me as roupas à força e obrigou-me a deitar. O PS148 disse que, se eu o recusasse, me matava a mim e à minha família. Depois violou-me e ameaçou matar-me se eu contasse à mulher dele.*⁸⁹

131. JE tinha apenas 17 anos aquando do Massacre na Igreja de Liquiça. No dia 28 de Maio de 1999, dois membros da milícia *BMP*, chamados PS151 e PS152, chegaram à casa da sua família, em Maumeta (Liquiça, Liquiça), às 3.00h da manhã. A JE fugiu para se esconder no edifício do parlamento distrital (DPRD II), mas o PS151 e o PS152 perseguiram-na, armados com duas pistolas e facas e violaram-na.⁹⁰ No mesmo dia, num outro incidente, KE estava a ver televisão na sua casa em Maumeta (Liquiça, Liquiça), quando um membro das milícias *BMP* chamado PS153 e um agente da polícia conhecido por PS154 chegaram a sua casa. O PS153 violou a KE e ameaçou matá-la se contasse à sua família. Cinco dias mais tarde, a 2 de Junho de 1999, o PS153 violou-a de novo. Por fim, a KE ficou grávida e deu à luz uma criança fruto da violação.⁹¹

132. Foram relatados casos semelhantes noutros distritos. Depois do seu marido ter fugido para a floresta, LE viajou para a vila de Suai, acompanhada da sua mãe e de uma tia, no dia 25 de Abril de 1999. Quando chegaram à aldeia de Ogues (Maucatar, Covalima), foram atacadas por dois membros da milícia *Laksaur*, PS154 e PS155. A LE foi levada para uma sala na sede da milícia e foi questionada sobre o paradeiro do seu marido. O PS155 ordenou-lhe que se mudasse para a sede da *Laksaur*. A LE recusou-se a fazê-lo, e acabou por ser lá violada. Nessa altura, ela estava grávida.⁹²

133. As mulheres eram vulneráveis quando se deslocavam à procura de segurança, mas também quando ficavam para trás, para cuidar das suas casas, do gado, de pais idosos ou de crianças pequenas. Quando a legalidade esteve ausente no período que antecedeu a Consulta Popular, aqueles com imunidade de facto perante a lei sentiram-se livres para cometerem crimes, incluindo a violação nas casas das próprias vítimas.

134. ME, no seu depoimento à Comissão, descreveu como foi violada por um membro da milícia *BMP* em Maumeta, (Bazartete, Liquiça). No dia 1 de Maio de 1999, ME estava em casa quando PS156, um membro da milícia *BMP*, lhe deu uma bebida misturada com drogas. Ela ficou tão enfraquecida que o PS156 conseguiu pegar nela e levá-la para a cozinha. Ali, ele amordaçou-a, atirou-a ao chão e violou-a. Em consequência disso, o seu osso da anca ficou partido e ela ainda hoje não consegue fazer nenhum trabalho pesado.⁹³

135. NE foi violada na sua casa na aldeia de Kaua-Uman, Kasabauk (Tilomar, Covalima), no dia 7 de Julho de 1999, depois do seu marido e filhos terem fugido para procurar refúgio na Igreja de Suai. A milícia *Laksaur* foi a sua casa e um dos homens, conhecido por PS157, ameaçou-a, espancou-a e pontapeou-a até lhe partir as costelas. Seguidamente, violou-a até ela ficar inconsciente.⁹⁴

136. A *ABLAI* (*Aku Berjuang Laksanakan Amanat Integrasi*, Eu Luto para Executar o Mandato da Integração) era um outro grupo de milícias que recorria à violação enquanto parte integrante do ataque contra a população civil. Com base em testemunhos recebidos pela Comissão através de uma declaração escrita, pode delinear-se claramente um padrão de violência sexual como parte integrante dos ataques da *ABLAI* na zona de Same (Manufahi), em Abril de 1999. OE, de Horema (Same), prestou o seguinte depoimento:

No dia 17 de Abril de 1999, os milícias da ABLAI vieram procurar aldeãos escondidos, mas não conseguiram encontrar ninguém. Apareceram com catanas, facas, arcos e flechas, aos gritos e a ameaçar: “Se vocês não saírem, vamos matar os homens e violar as mulheres.” Ao ouvirmos estas ameaças, saímos dos nossos esconderijos e caminhámos em direcção à capela, que ficava perto da casa de um milícia chamado PS158. Aí, o PS158 agarrou-me pelo braço e arrastou-me para dentro de um quarto. Eu resisti, mas ele ameaçou-me: “Se não [me] seguires, mato-te.” No quarto, eles revezaram-se para me violar. Depois do PS158 me violar ordenou a um dos seus amigos que me violasse também. Quando acabaram, deixaram-me para ali deitada na cama. Eu senti-me tão envergonhada quando me levantei daquela cama.⁹⁵

137. PE, uma segunda vítima, descreveu como, na mesma aldeia e no mesmo dia, a mandaram cozinhar e depois a levaram para um quarto vazio e foi repetidamente violada.⁹⁶

138. A terceira e a quarta vítimas, QE e RE, foram violadas no mesmo dia. Alguns dias mais tarde, foram levadas à força para o posto da milícia, onde tiveram de permanecer até Setembro de 1999. RE, cujo pai e irmão foram assassinados durante este incidente, descreve como foi violada por membros da milícia ABLAI:

No dia 17 de Abril de 1999 a milícia cercou a aldeia de Orema Holarua [Same, Manufahi] e conduziu uma operação de limpeza que visava matar-nos. Por volta das 10.00h, um grupo de milícias, que incluía o PS159, o PS160, o PS161, o PS162 e o PS163 foi a minha casa procurar-me. O PS159 disse: “Se te atreveres a recusar dormir comigo, mato-te.” Ao ouvir isto, o meu irmão tentou distrair o PS158 oferecendo-lhe comida. Mas depois de comer ele arrastou-me para um quarto. Aí, tirou-me as roupas e violou-me. Levou uma catana e uma faca para o quarto. Depois de me violar, disse-me para não contar a ninguém. Alguns dias mais tarde, os membros da milícia, PS161 e PS162 foram a [minha] casa e levaram-me [e a três outras mulheres] para a aldeia de Leoprema. Nós ficámos em casa do PS160 até Agosto. Todos os sábados à noite durante o período em que aí permanecemos, o PS161, o PS159, o PS162 e o PS163 saíam connosco e obrigavam-nos a dançar com eles. Durante a dança, nós as quatro éramos beijadas, abraçadas e levadas para o exterior da tenda, para sermos violadas revezadamente até ao amanhecer.⁹⁷

B. Violação após o anúncio dos resultados da Consulta Popular (de Setembro a Outubro de 1999)

139. Os dados reunidos pela Comissão indicam claramente que a violência atingiu um novo auge durante o período que se seguiu ao anúncio dos resultados do Consulta Popular, no dia 4 de Setembro de 1999. A violação ocorreu em simultâneo com as deslocações forçadas, o incendiar de habitações, os assassinatos, os desaparecimentos e outros actos de violência. Os distritos ocidentais, que sofreram maior violência durante o período que se seguiu à votação, foram também aqueles onde se verificou a maior incidência de violência sexual. Das 47 violações registadas, cometidas após a votação de 1999 e incluídas pela Comissão para efeitos de análise estatística, 81% (38 em 47) ocorreram nos distritos ocidentais de Timor-Leste ou em Timor Ocidental.

140. Tal como o gráfico seguinte mostra, em 1999, os militares indonésios e os membros das milícias cometeram todas as violações que foram relatadas à Comissão.

Inserir <gp4pfvln700> aqui.

141. As violações ocorreram no contexto das deslocações generalizadas, quando muitas famílias fugiram das suas casas e foram separadas, transformando muitas vezes os mais vulneráveis em alvos de violência. Duas irmãs de aldeia de Namleso, (Liquidoe, Aileu) — SE e TE, de 24 e 15 anos respectivamente – foram deslocadas à força pela milícia *AHI (Aileu Hametin Integrasaun, Aileu Fortalece a Integração)* e depois violadas por soldados do *TNI* quando estavam em retirada. SE prestou o seguinte depoimento:

No dia 18 de Setembro de 1999, grupos da AHI mandaram os refugiados seguirem para Aileu. [Nós] chegámos a Aileu às 3.00h da tarde e fomos instalados no centro de saúde local [Puskesmas]. A minha família e eu dormimos no terraço. À tarde, cerca das 7.00h, três milicianos – PS156, de Fahisoi, PS156 e o PS156, de Namleso [aldeias do subdistrito de Lequidoe, Aileu] — foram buscar-me. Eles vestiam T-shirts e calças pretas do uniforme da AHI e traziam armas, facas e pistolas artesanais. Obrigaram-me a segui-los até uma casa vazia. Os três membros da milícia mandaram-me entrar e depois esconderam-se algures. De repente, entraram dois soldados do Kodim de Aileu, que eu conhecia de vista mas não os nomes. Eles também vestiam T-shirts e calças pretas do uniforme da AHI. Os dois soldados mandaram-me despir e eu fui obrigada a ter relações sexuais com eles, um a seguir ao outro, para salvar a minha vida.⁹⁸

142. SE, a irmã mais nova de TE, foi violada por um membro das milícias chamado PS384, depois de ser levada de mota do centro de saúde para uma casa vazia. A TE descreveu:

Ele deitou-se comigo logo ali, enquanto me apontava uma faca ao pescoço e dizia: “Despacha-te”, tira as roupas e não grites’. Depois atirou-me ao chão e violou-me. Ele pousou a faca perto de si, por isso eu rendi-me. Depois das relações sexuais, senti dores à volta da minha vagina.⁹⁹

143. Na noite seguinte, TE foi outra vez levada do centro de saúde, onde estava a dormir. Um milícia chamado PS397 levou-a para uma casa vazia e deixou-a lá. Mas ela assustou-se, porque viu um homem fardado e a segurar uma catana, pelo que correu de volta para o centro de saúde. No entanto, desta vez, dois soldados fardados foram ter com ela e ameaçaram matá-la se ela se recusasse a entregar-se. Foi obrigada a regressar à casa vazia e a ser violada pela segunda vez. Depois da violação, disseram-lhe para ir buscar a irmã mais velha, mas ela não o fez. No entanto, isto não salvou a irmã de uma outra violação.

Cerca das 2.00h da manhã, o perpetrador ordenou a três dos seus subordinados que fossem a minha casa e acordassem a minha irmã. Eles disseram-lhe que o seu superior a tinha mandado chamar, por isso, quer quisesse quer não, a minha irmã teve de ir com eles porque eles estavam armados. Quando chegou ao sítio onde eu tinha sido violada, aconteceu-lhe o mesmo a ela. Ela foi violada por um soldado, mas não conseguiu ver o perpetrador porque estava escuro.¹⁰⁰

144. No subdistrito de Bobonaro (Bobonaro), foram relatados pelo menos três incidentes distintos de violação, nos quais membros timorenses das milícias ou civis levaram uma mulher aos soldados indonésios para estes a violarem. UE descreveu o modo como a milícia *Dadurus Merah Putih* e soldados do *TNI* atacaram e deslocaram à força os habitantes da aldeia de Oat de um lado para o outro, antes de os instalarem na vila de Bobonaro. Segundo UE, PS385, PS385 e PS385 - três milícias da aldeia de Malilait (Bobonaro, Bobonaro) — ordenaram a um familiar de UE, chamado UE1, que lhes levasse a filha dela. A filha e as sobrinhas de UE esconderam-se na escuridão da casa onde estavam. Ao fim de algum tempo, os três membros das milícias foram pessoalmente à casa. UE disse aos seus entrevistadores: “Como a minha filha era ainda uma rapariga muito nova, eu consenti em ir com eles em vez dela.” Os membros da milícia levaram UE para o *Koramil* de Bobonaro e entregaram-na ao comandante do *Koramil*, que a violou num dos quartos.¹⁰¹

145. testemunho de VE, também da aldeia de Oat, é semelhante ao de UE. VE estava em Bobonaro como refugiada, a caminho de Atambua. Ela foi levada por um homem timorense chamado PS168 para uma casa que não conhecia.

O perpetrador [que eu não conhecia] disse às pessoas que estavam na casa para apagarem a luz. Depois, levou-me para um quarto e teve relações sexuais comigo...Eu não reagi porque tinha medo que ele me cortasse a garganta. Submeti-me porque estava com medo e [também] para salvar as vidas dos meus familiares.¹⁰²

146. Na sequência do anúncio do resultado da Consulta Popular, continuaram a verificar-se violações motivadas por uma necessidade de vingança contra alguém que já tinha fugido. WE relatou à Comissão como foi violada na aldeia de Mauabu (Hatulia, Ermera), no dia 9 de Setembro de 1999. PS169, um membro timorense da reserva estratégica do exército (*Rajawali*) e PS170, e um funcionário timorense da administração da mesma aldeia, foram a sua casa à procura do seu marido, que já tinha fugido para a floresta. Como o marido dela não estava em casa, eles incendiaram a mota da família e a WE foi violada pelo PS169.¹⁰³

147. Num outro caso de violência por substituição, XE foi violada à frente do seu marido. Em Setembro de 1999, a XE e o marido, iam a caminho de Lautém quando foram emboscados por soldados do *TNI* que não conheciam, que lhes apontaram armas e catanas e ameaçaram matá-los por os pais deles serem membros do CNRT. Quando os soldados começaram a despir a XE, o marido tentou intervir mas foi agredido na cabeça com a coroa de uma espingarda e perdeu a consciência. A XE foi violada. A XE e o marido deram aos soldados dois tecidos tradicionais e 200.000 rupias para serem libertados.¹⁰⁴

148. A escalada de violência e de impunidade criaram um contexto propício às formas mais brutais de violência contra as mulheres – o crime duplo de violação e assassinato. Em Setembro de 1999 ocorreram, pelo menos, dois casos de violação e assassinato de mulheres.

149. Francisco Martins, ele próprio um membro da milícia *Darah Merah Integrasi* (Integração Sangue Vermelho) apresentou um depoimento à Comissão sobre a violação e assassinato de YE, na aldeia de Lauala, (Ermera, Ermera).

No dia 6 de Setembro, eu ia a caminho de casa para Gleno, vindo de Atambua. À noite, cerca das 9.00h, o PS172, o comandante da milícia Darah Merah Integrasi, trouxe uma mulher jovem chamada YE para o nosso posto em Gleno, que ficava por detrás do mercado e da pensão Liurai. Nessa mesma noite, eu vi o PS172 e três outros membros – o PS173, o PS174 e o PS175 – levarem a YE para uma casa, para dormirem com ela. Na manhã seguinte, dia 7 de Setembro, quando a YE acordou, o seu corpo estava coberto de sangue fresco, assim como as suas roupas. Ela gritou e pediu que a ajudássemos a ir para a Igreja. Foi só nessa altura que eu compreendi que eles a tinham violado, porque ela não conseguia andar [normalmente], cambaleava.¹⁰⁵

150. Depois da violação , ela foi levada de volta para o posto, amarrada e por fim assassinada.

A violação e morte da ZE, 11 de Setembro de 1999

ZE1, mãe de ZE, relatou a violação e o desaparecimento forçado da sua filha, ZE, em Ermera, no dia 11 de Setembro de 1999. A ZE era um membro activo da CNRT e uma funcionária da UNAMET para o acompanhamento das eleições. No dia 31 de Agosto de 1999, durante a evacuação da repartição da UNAMET em Gleno, Ermera, a ZE foi levada para Díli juntamente com os funcionários locais e estrangeiros da UNAMET. No entanto, segundo o depoimento da sua mãe, no dia 4 de Setembro de 1999, ela foi trazida de volta para o *Kodim* de Gleno, num veículo da polícia. ZE1 testemunhou à Comissão sobre a violação e o assassinato da sua filha.

Aproximadamente às 8.00h da noite, um soldado timorense do Batalhão 744 do TNI chamado PS176 e outros elementos...foram a casa da minha vizinha...onde nós estávamos porque a nossa casa tinha sido queimada uns dias antes. Antes do PS176 entrar em casa, já tínhamos sido cercados por tropas Rajawali. O PS176 entrou na casa e sentou-se na sala da frente. Depois chamou a ZE que veio da traseira [da casa] e obrigou-a a sentar-se junto dele. À minha frente, ele puxou-a para si, abraçou-a e beijou-a...Eu fui para a sala das traseiras, porque não conseguia assistir à minha filha ser tratada daquela maneira. Nessa altura, a mulher do meu vizinho disse à filha da ZE e à sua própria filha para irem para a sala das traseiras. Ela fechou-as à chave na sala, para não verem assistirem ao o PS176 fez à ZE.

Depois da minha vizinha ter deixado a sala da frente, o PS176 arrastou a ZE para a frente da casa, para a varanda junto às escadas e violou-a ali mesmo. Nós vimos através da janela...Nós ouvimo-la gritar, mas não podíamos fazer nada. Talvez porque os seus comparssas já estivessem fartos de esperar, eles dispararam um tiro para o ar e o PS176 parou aquilo que estava a fazer [e saiu]...Quando saímos, a ZE estava a chorar. Ela disse: “Sinto-me envergonhada por ter sido tratada como um animal. Ouviram-me a ser violada ao pé das escadas?” Nós respondemos: “Nós vimos e ouvimos, mas não podíamos fazer nada. Estávamos todos à espera de morrer.” Depois de ter bebido alguma água, ela fez-nos entrar em casa, onde se despiu completamente e nos mostrou, a mim e à minha vizinha, como o seu corpo estava ferido. Ela disse, enquanto chorava: “Vocês viram com os vossos próprios olhos, o meu corpo está arruinado. Todos eles me violaram.” Eu vi com os meus próprios olhos que, desde os seios até à vagina, toda a pele estava cheia de nódoas negras e de arranhões.

No dia 12 de Setembro, eles vieram de novo buscá-la [e] ela foi com eles. Nós fomos à missa e depois também nós fomos levados num carro para Gleno. Depois disso, a ZE foi obrigada a cozinhar para o TNI, a polícia e a milícia. No dia 13 de Setembro de 1999, um comandante da milícia Darah Merah Integrasi, conhecido como PS177, chegou com os seus acólitos. O PS177 disse à ZE: “Professora, entra para o carro.” Eu disse que nesse caso queria acompanhar a minha filha, mas eles não me deixaram...A ZE, disse-me: “Mãe, desta vez é o PS177 que me está a levar. Eu sei que me vão matar.” Eu fiquei à espera desde manhã até às 5.00h da tarde, mas a ZE não voltou. De repente, apareceu o PS178, um membro da milícia Darah Merah. Ele disse-me. “Mãe, não fiques mais à espera porque a professora foi morta.” Eu respondi: “Se esse é o caso, mostra-me o corpo da ZE.” O PS178 disse: “Esta foi a primeira vez que eu vi alguém de Ermera matar uma mulher.”¹⁰⁶

151. Alguns depoimentos de violência sexual indiciam a existência de “centros de violação” no meio do caos e da violência generalizados, durante e após a Consulta Popular. Eram lugares onde as mulheres eram detidas à força e disponibilizadas para violações repetidas. Por exemplo, na aldeia de Malilait (Bobonaro), a milícia *Hametin Merah Putih* (Fortalecer o Vermelho e Branco) raptava e detinha mulheres numa casa. A casa, segundo uma entrevista com Bosco da Costa, pertencia a uma família que tinha fugido para Atambua, Timor Ocidental, e tinha sido ocupada pela milícia. Alguns idosos e quatro mulheres jovens foram mantidos dentro da casa. PS179, o comandante da milícia *HMP*, o seu adjunto PS180 e o chefe de aldeia de Ai-Aissa, mantinham-nos dentro da casa. Segundo Bosco da Costa, o comandante do *Koramil* e o chefe de polícia distrital não repreenderam ou tomaram qualquer acção contra os milícias, apesar de terem conhecimento do crime.¹⁰⁷

152. AF, uma vítima de violação reiterada, explicou como os crimes eram perpetrados em casa da mulher de um dos membros da milícia, em conjunto por milícias e por soldados do TNI, e também, que ela não tinha sido a única vítima de violação nessa casa:

No dia 10 de Setembro de 1999, as milícias e o TNI foram a minha casa armados e ameaçaram matar-me e a toda a minha família se eu não os seguisse até à sede da milícia. Como ficámos todos num estado de medo e de pânico, eu acabei por ceder. O meu pai, a minha mãe e a minha filha resignaram-se [com a minha prisão...Na] sede da milícia, os milicianos entregaram-me a três soldados do TNI, que me violaram durante três dias e três noites, de 10 a 12 de Setembro de 1999.

Na primeira noite fui violada por um soldado timorense do TNI chamado PS182. No segundo dia, fui violada pelo PS388, timorense. A PS389, a mulher do PS388, ajudou...ao disponibilizar a [sua] casa para ser usada pela milícia e pelo TNI como base operacional. Uma das minhas amigas...também foi violada em casa da PS389, no dia 18 de Setembro de 1999 e ainda não conseguiu ultrapassar o trauma. No terceiro dia o PS388 entregou-me a um outro amigo, um soldado timorense do TNI chamado PS183. Ele violou-me na terceira noite, no dia 12 de Setembro de 1999.¹⁰⁸

153. A Comissão recebeu a corroboração da existência deste “centro de violação” de BF, outra mulher que também foi violada na mesma casa:

A casa pertencia ao casal timorense PS389 e PS388, um membro do TNI de Topo. Eu pensei que ia ser empregada da PS389 – cozinhar, fazer café para o comandante e para as milícias – mas enganei-me. A realidade é que eles planeavam violar-me. Quando descobri, senti muito medo. Chorei e pedi à PS389 que me ajudasse a fugir, mas em vez disso ela zangou-se e praguejou: “Já foram trazidas para aqui muitas mulheres e elas fizeram o que lhes mandaram. Porque é que tu és tão teimosa?” Só pude ficar calada e a chorar baixinho. Não havia nada que eu pudesse fazer. Na noite de 18 de Setembro de 1999, o PS184 foi a casa da PS389. Ela saiu de propósito, enquanto o PS184 me fechava num quarto e me violava.¹⁰⁹

Violação e Escravidão Sexual após o Massacre na Igreja de Suai,

6 de Setembro de 1999

As violações e a escravidão sexual de mulheres após o ataque à Igreja de Suai, a 6 de Setembro de 1999, foram organizados de forma sistemática. As violações ocorreram em diversos locais onde as mulheres que se tinham refugiado na Igreja de Suai foram temporariamente alojadas, nomeadamente, no *Kodim* de Suai, no edifício da escola secundária (SMP 2), num orfanato e no edifício das Mulheres dos Funcionários Públicos (*Dharma Wanita*). As mulheres também foram violadas a caminho de Atambua, em Timor Ocidental, e durante a sua estadia aí, nos campos de refugiados. A Comissão recebeu provas de violação e de escravidão sexual a partir de 11 depoimentos, que acusam as milícias *Laksaur* e *Mahidi* (*Mati Hidup Integrasi dengan Indonesia*, Vida ou Morte - Integração na Indonésia), assim como as forças de segurança indonésias, de terem sido os perpetradores desses crimes.

CF foi uma das refugiadas atacadas na Igreja de Suai, que presenciou o assassinato de um dos padres, o Padre Francisco. Depois disso, ficou detida no edifício da escola secundária e viu mulheres a serem levadas pelas milícias. Por fim, também ela foi violada por um membro das milícias e, alguns dias mais tarde, por um agente da polícia. A CF contou à Comissão:

Fomos levadas à força para o edifício da escola preparatória, onde fomos insultadas pelos milícias e onde ficámos sem alimentação durante três dias. Todas as noites nos assediavam e as mulheres jovens eram levadas pelas milícias. No dia 11 de Setembro, exactamente às 9.00h da noite, um homem entrou com um archote que apontou à minha cara. Ele levantou o sarong com que eu tapava a cara. O milícia da Laksaur ordenou que me levantasse e ameaçou que se não obedecesse eles matariam todas as pessoas que estavam à minha volta. Tive de me levantar e eles arrastaram-me para fora do quarto. Fui levada por PS185, um milícia da Laksaur que me violou e que depois me trouxe de volta para o quarto, onde tudo o que pude fazer foi chorar...No dia seguinte fomos levados para o edifício da Dharma Wanita. Aí fomos aterrorizados e as mulheres foram levadas para o exterior. No dia 14 de Setembro, um agente da polícia que, segundo constava, era membro da SGI, obrigou-me a entrar num veículo. Eu estava com medo e a chorar. O milícia disse: " O melhor é entrares ou logo à noite dou-te um tiro." Fui levada para casa de um agente da polícia e violada. Depois disso fui levada de novo para o edifício da Dharma Wanita quando os outros já estavam a dormir. Um milícia da Laksaur ameaçou-me: "Hoje foste com um polícia; se amanhã fores chamada e te recusares, morres."

¹¹⁰

Irene dos Santos também depôs perante a Comissão sobre as violações que ocorreram após o ataque à Igreja de Suai. No dia 7 de Setembro de 1999, Irene viu duas mulheres, DF e EF, serem levadas à força pelos milícias da *Laksaur* conhecidos como PS186, PS187 e PS188. Os três espancaram a DF severamente até o seu nariz e a sua boca estarem a sangrar. Por fim, a DF caiu ao chão e foi violada já inconsciente. Na sequência desta agressão brutal, a vítima sofreu hemorragias durante quatro meses e depois morreu. ¹¹¹

EF foi uma jovem extremamente corajosa que depôs perante a primeira Audiência Pública Nacional de Vítimas da Comissão, *Rona Ami-nia Lian*, Ouçam as Nossas Vozes, em Díli, que decorreu nos dias 11 e 12 de Novembro de 2002. Ela presenciou o assassinato de muitas pessoas na Igreja de Suai, incluindo os membros da sua própria família. Os sobreviventes foram divididos em dois grupos – cerca de 75 foram levados para o *Kodim* e outros 50 para o edifício da escola, EF disse à Comissão:

Nós fomos levados para o edifício da escola – aproximadamente 50 pessoas, incluindo crianças. Eu ouvi um milícia a dizer: "Não matem aquela, vamos violá-la." Eu estava com medo e nem tive coragem de olhar para eles. A caminho da escola secundária, fomos escoltados por polícias javaneses fardados...Na escola, fomos levados para uma sala escura...Um milícia chamado PS189, um professor da aldeia de Leogor, veio ter comigo para me obrigar a dormir com ele, mas eu recusei-me. Ficou furioso e deu-me pontapés nas costas e bofetadas até eu ficar com a cara inchada e cair no chão. Depois, à força, ele despiu-me e violou-me.

A EF foi repetidamente violada no edifício da escola secundária. “Na noite de 10 de Setembro, eles interrogaram-me e exigiram-me dinheiro. Como eu estava assustada, dei 100.000 rupias ao PS398, 100.000 rupias ao PS399 e 50.000 rupias ao PS400. Na escuridão, fui violada, juntamente com outras mulheres.” Segundo o seu depoimento, pelo menos três outras mulheres foram violadas naquela noite por PS190 e PS191, membros das milícias. No dia 13 de Setembro de 1999, os refugiados foram postos num camião *Hino* com soldados indonésios e milícias e levados para um campo [em Timor Ocidental], para se juntarem a outros refugiados. Pouco tempo depois, o PS189 encontrou a EF, e impôs-lhe uma situação de escravidão sexual. EF afirmou:

*Ele disse que já andava há dois dias à minha procura. Bateu-me na boca com a sua arma artesanal, deu-me um pontapé no peito e bateu-me nas costas à frente de várias pessoas. Nessa noite ele transferiu-me para sua casa e, quando lá chegámos...violou-me outra vez. Fiquei com este homem durante três meses e 16 dias. Durante o dia ele saía e deixava-me trancada num quarto; quando regressava, abria a porta e fazia-o outra vez.*¹¹²

Aquelas que ficaram detidas na sede do *Kodim* de Suai sofreram a mesma violência sexual. FF procurou refúgio na Igreja de Suai em Julho de 1999. O seu marido era membro do CNRT e já tinha fugido para a floresta. Ela depôs sobre:

[O] ataque em larga escala da milícia Laksaur à Igreja de Suai. Soldados indonésios não fardados também tomaram parte no ataque. Eles usaram armas artesanais – armas de fogo, catanas, espadas samurai...Vi muitas pessoas mortas.

A FF escapou à morte apenas para se transformar numa vítima de violação e de escravidão sexual. Após o massacre, os sobreviventes foram reunidos:

Fomos obrigados a juntarmo-nos e a não nos mexermos. Eles ameaçaram matar qualquer um que se mexesse. Cerca das 3.00h da tarde, a minha família e eu fomos levados para o Kodim. Cerca da meia-noite do dia 7 de Setembro, o PS192 ameaçou-me e violou-me. Eu não resisti porque sentia demasiado medo.

Cinco dias mais tarde, a FF foi transferida para o *Koramil* e depois para um orfanato, onde voltou a ser violada pelo mesmo homem:

*Quando ele fez aquilo, estavam quatro soldados do TNI lá fora, de plantão. Às 6.00h da manhã da manhã seguinte, o PS192 levou-me, numa mota Yamaha, do orfanato para Rai Henek Oan, [Betun, Timor Ocidental]. Quando lá chegámos, ameaçou-me com uma faca. Enquanto eu ali estivesse, seria a “sua mulher”. Ele disse que eu tinha de ser sua amante por causa do meu marido [que não apoiava a autonomia]. Tive de ser amante dele porque era uma sobrevivente da tragédia da Igreja de Suai.*¹¹³

A GF tinha 15 anos quando, com a sua tia e o irmão mais novo, procurou refúgio na Igreja de Suai. A tia testemunhou sobre o rapto e a escravidão sexual da GF:

*Durante o massacre...o irmão da GF, que tinha 13 anos, foi morto. Nós e os outros refugiados fomos obrigados a sair da Igreja. Fomos divididos em dois grupos – alguns [foram levados] para o Kodim e outros para a escola secundária de Suai. A GF e eu ficámos no Kodim durante uma semana, até 12 de Setembro de 1999. No Kodim, à minha frente, o PS193 e o PS194, um [membro da] milícia Laksaur, colocaram um colar no pescoço da GF. O PS194 disse: “Este é o meu troféu de guerra. A partir de agora, a GF é a minha terceira mulher.” A partir daquele momento, a GF foi separada da família e levada para onde quer que o PS194 fosse. A GF foi levada para viver na sede da Laksaur em Raihenek, Betun, Timor Ocidental.*¹¹⁴

No seu depoimento à Comissão, HF descreveu como foi levada à força da Igreja de Suai para o *Kodim*, após o massacre. Durante os oito dias de detenção, foi repetidamente violada por PS195, PS196 e por outros quatro milícias. No dia 14 de Setembro, foi transferida para Atambua, onde foi repetidamente violada pelo PS197, pelo PS198 e por outros quatro homens da milícia *Laksaur*.¹¹⁵

A jovem IF escapou à morte por pouco durante o Massacre na Igreja de Suai. À medida que a situação foi acalmando:

Eu e a minha tia e outros refugiados ficámos no Kodim. Ai, fomos assediados durante toda a nossa estadia. As mulheres eram levadas durante a noite. Eles apareciam com tochas e iluminavam-nos enquanto estávamos a dormir. Depois obrigavam as mulheres a saírem com eles.

No dia 14 de Setembro, IF foi levada para Betun, em Timor Ocidental. Nessa noite, foi violada:

Às 6.00h ou 7.00h da noite chegaram quatro homens, num jipe de capota rígida amovível. Dois deles estavam armados. Eles levaram-me de jipe para uma floresta, onde dois homens da milícia Laukasar me violaram à vez.¹¹⁶

JF foi uma das refugiadas levadas para a delegação do Kodim e depois deslocadas à força para Timor Ocidental, para onde muitos dos sobreviventes do Massacre na Igreja de Suai foram enviados:

Nessa altura, os sobreviventes...mulheres e crianças, foram separados em dois grupos de aproximadamente 100 pessoas. Nós fomos levados para o Kodim e os outros para o edifício da escola secundária. Foi PS194, o seu irmão, chefe da aldeia de Moruk e vários outros milicianos com camisolas pretas da Laksaur que nos levaram para lá. Empunhavam armas artesanais, catanas e AR [um tipo de espingarda semi-automática], enquanto que os militares e os oficiais da polícia estavam fardados, mas desarmados.

No dia 11 de Setembro, JF foi levada para um campo de refugiados em Wemasa, Timor Ocidental. Nove dias mais tarde, alguns membros das milícias Laksaur – PS194, PS199, PS200, PS201 (um professor primário), PS202 e PS203 – agarraram JF, que tinha o seu filho ao colo, bem como à sua cunhada e fizeram-nas entrar num carro onde já se encontravam outras mulheres. Elas foram levadas para uma área isolada, onde a JF foi violada à vez pelo PS199 e pelo PS201. Ela descreveu a violação:

O PS199 tirou-me do veículo, disse-me para pôr a criança no chão e tirar a roupa. Depois violou-me. Quando ele acabou, peguei outra vez no meu filho. Quando voltei ao carro, fui levada pelo PS201 e ele fez-me o mesmo. A criança estava a chorar, mas eu não podia fazer nada porque, naquela altura, sentia dores muito fortes. Depois de me terem violado, levaram-me de volta. Era 1.00h da manhã. No caminho de regresso, eles estavam alegres e a rir.¹¹⁷

Uma semana mais tarde, JF foi novamente violada, desta vez por um funcionário civil do Kodim de Suai chamado PS204. A violação ocorreu no campo de refugiados, à frente da sua mãe e da sua cunhada.

KF relembra pormenorizadamente a forma como os refugiados foram deportados para Timor Ocidental, de como ela foi violada num campo de refugiados:

Na quarta-feira [15 de Setembro de 1999] um membro do Kodim 1635, um Pratu [primeiro-cabo] cujo nome desconhecia, chegou num camião e levou 57 [pessoas] de entre nós, incluindo crianças, para Wemasa, em Timor Ocidental...

Às 11.00h da noite, a 5 de Outubro de 1999, o comandante PS194, o PS202, o PS200, o PS190 e o 1º Cabo PS206, da unidade 144, foram ao nosso sítio enquanto dormíamos. Eles estavam fardados e armados e ameaçaram matar-nos. Eu fui violada pelo comandante PS194. Quando ele acabou, disse: "Tu não passas duma prostituta, para seres usada e depois deitada fora."¹¹⁸

LF1 também contou as experiências que viveu após o assassinato do Padre Francisco e do seu marido, durante o massacre.

[O]s que sobreviveram receberam ordens para saírem [da Igreja]. Fomos empurrados, pontapeados com botas, espezinhados e espancados. Eles apontaram-nos pistolas e catanas durante todo o caminho da Igreja até ao Kodim 1635...Estavam muitas pessoas no Kodim, entre as quais a Domingas, a mulher do responsável [do CNRT] do subdistrito de Zumalai, com as suas filhas, Zulmira, Fátima, Agostinha, Cinta e Mónica...Enquanto estivemos no Kodim fomos insultadas, ridicularizadas e fomos alimentadas com as sobras de comida. As outras mulheres e eu não comíamos, pois tínhamos medo de sermos envenenadas. No dia 13 de Setembro de 1999...o Kasdim [chefe de gabinete no Kodim] ordenou a nossa transferência para Betun [Timor Ocidental] em quatro camiões...mas, no cruzamento de Camenasa [Suai, Covalima], fomos deixadas à beira da estrada.

No dia 14 de Setembro de 1999, aproximadamente às 7.00h da noite, PS208, um membro da Laksaur, levou a minha sobrinha, que na altura estava comigo. Ela foi obrigada a entrar num jipe de capota rígida amovível e foi levada. Nessa mesma noite, às 7.30h, eu e uma amiga prosseguimos a caminhada com a ajuda de um membro da Mahidi que nós conhecíamos...Ele acompanhou-nos a pé até Betun. Fomos escoltadas por dois agentes da polícia que seguíam em motos. A caminhada a pé desde o cruzamento de Camenasa até Betun, Timor Ocidental, demorou oito horas. Chegámos no dia 15 de Setembro de 1999, às 10.00h da manhã. [No momento em que chegámos] a minha sobrinha estava a ser trazida de volta de mota pelo membro da milícia Laksaur, PS208. Quando ela saiu da mota não conseguia andar, porque tinha sido violada. Estava cheia de feridas e com sangue nos órgãos genitais, eu tratei-a...ela bebeu [uma infusão de] água com folhas de bétele (sirih), eu lavei-a com a água de sirih e com as folhas que tinha fervido.¹¹⁹

MF foi raptada por um milícia Laksaur chamado PS209 e levada para o Kodim.¹²⁰ Pouco tempo depois de lá estar, a MF e outros refugiados foram transferidos para Wemasa, em Timor Ocidental. No dia 21 de Outubro de 1999, ela foi atacada por PS210, um milícia da Laksaur. Naquela noite, dois membros da milícia Laksaur, PS194 e PS190, obrigaram-na a entrar num veículo. A princípio, convidaram-na para uma festa, sob o pretexto de que ali iria encontrar o marido; mas, quando ela se recusou, eles empurraram-na para dentro do carro, onde já se encontrava outra mulher. “Nessa altura eu gritei para os meus pais, ‘Se de manhã não estiver de volta, significa que morri.’” No cruzamento de Wemasa, o PS190 violou a MF e o PS194 violou a outra mulher.

A violação e a escravidão sexual, sofridas pelas mulheres que sobreviveram ao Massacre na Igreja de Suai, evidenciam os elementos de um padrão-chave:

- a colaboração entre as forças de segurança indonésias e as milícias, durante e após o massacre.
- a instalação das vítimas no Kodim de Suai, no edifício da escola e noutros locais, guardados pelas forças de segurança.
- os membros das milícias e os agentes da polícia tinham acesso ilimitado às mulheres que se encontravam nesses locais.
- as forças de segurança não protegeram as mulheres contra a perpetração de crimes sexuais.

154. A violência sexual não parou durante a viagem dos refugiados para Timor Ocidental, nem quando aí foram reinstalados, tal como indicam as supracitadas narrativas de violação e de escravidão sexual na sequência do Massacre na Igreja de Suai. Pelo contrário, as mulheres ficaram mais vulneráveis à violência sexual quando foram retiradas das suas comunidades de origem. No contexto desta movimentação da população em larga escala, muitas mulheres foram violadas durante a viagem.

155. Em Setembro de 1999, a milícia DMP obrigou NF e outras [mulheres] a instalarem-se no ginásio público (GOR) em Maliana, enquanto aguardavam a evacuação para Atambua. Às 4.00h da manhã, no meio destes preparativos, o milícia PS211 agarrou a NF, arrastou-a para trás do edifício do GOR e violou-a. O PS211 ameaçou atacar os seus irmãos se ela não cedesse.¹²¹

156. OF, da aldeia de Ira Lau, Pairara (Moro, Lautém), foi forçada a deixar a sua casa, em Setembro de 1999, por sete soldados do BTT do TNI que foram à sua aldeia. Receberam ordens para seguirem para Lautém. À chegada a Lautém, ela foi ameaçada com uma baioneta e uma espada e de seguida violada:

Enquanto esperava pelo barco na praia de Lautém, aproximaram-se dois membros do TNI que eu não conhecia. Estavam armados com baionetas e espadas. Eles ameaçaram-me, a mim e aos meus filhos, com as suas armas. Revezaram-se a violar-me. Eu rendi-me para eles não matarem os meus filhos.¹²²

157. A OF foi então posta num barco a caminho de Timor Ocidental, juntamente com os seus quatro filhos e outros membros da sua comunidade.

158. No enclave de Oecusse, do outro lado do território, um membro da milícia Sakunar violou a PF quando o seu marido foi obrigado a registar-se como refugiado, em Setembro de 1999. A PF depôs na Audiência Pública Nacional sobre Mulheres e Conflito, organizada pela Comissão em Abril de 2003:

PS212, o comandante da milícia Sakunar em Lela-Ufe e PS213, um membro da milícia, deram informações falsas ao meu marido, dizendo-lhe que nós devíamos pôr os nossos nomes numa lista, para podermos ser levados para um lugar seguro em Oelbinose, em Timor Ocidental. Os dois homens ameaçaram-no: “Quem não vier será destruído dentro da sua própria casa.” Depois do meu marido e de outros terem partido, os dois homens foram à minha casa. O PS212...entrou [dentro da casa] e acusou-me de ter preparado comida para José Poto, um membro do movimento clandestino. Sem pronunciar uma palavra ele agarrou-me, levou-me para o exterior e arrastou-me para dentro da casa tradicional [redonda]. O PS213 ficou atrás com os meus cinco filhos, que choravam histericamente.

Eu estava com medo e a chorar porque só estávamos nós os dois dentro da casa redonda. Disse-lhe: “Por favor, não faça isso, eu sou uma mulher casada.” Apesar disso, o PS212 agarrou numa faca e encostou-a ao meu peito. Eu estava com tanto medo que molhei o sarong. A tremer, tornei a dizer: “Se quiser, pode levar a cabra que está no curral.” Ele ignorou os meus comentários...O PS212 puxou-me e apertou-me tanto que eu não me conseguia mexer. Ele empurrou-me para um canto, de pé contra uma parede...e violou-me durante muito tempo.¹²³

159. Os campos de refugiados em Timor Ocidental não ofereciam qualquer protecção contra a violação, particularmente para aquelas que tinham sido deslocadas à força e que estavam confinadas aos campos, lado-a-lado com os membros da milícia que as tinham para lá levado. No dia 14 de Setembro de 1999, QF e quatro das suas amigas foram vítimas de abuso sexual em Wedare (Suai, Covalima), onde tinham estado escondidas. Elas foram levadas de Wedare, por um milícia chamado PS214 e quatro dos seus comparsas, para o posto da milícia Mahidi em Betun. A QF e as suas amigas ficaram ali detidas durante três dias e três noites. Depois disso, um agente de polícia da aldeia (Bintara Polisi Desa, Binpolda), chamado PS401, levou a QF do posto da milícia em Betun para Wemata, (Belu, Timor Ocidental), onde a violou.¹²⁴

160. Em Setembro de 1999, RF e três filhas eram refugiados em Haliulun, Atambua. O seu marido e o filho tinham ficado para trás, em Timor-Leste. Durante a sua estadia em Haliulun, um milícia da Aitarak chamado PS126 pediu-lhe para dormir com ele e ofereceu-lhe 20.000

rupias. Perante a recusa de RF, ele ameaçou-a com uma catana e violou-a. Uma testemunha ocular presenciou a violação.¹²⁵

161. SF viveu algo de semelhante em Tilomar, Covalima, em Setembro de 1999. Segundo o depoimento de SF, o seu marido, já tinha fugido para a floresta, por temer ser atacado pela milícia *Laksaur*. Sob a ameaça de uma pistola artesanal,^{xvi} a SF foi violada por um de três milícias na sua própria casa (no campo de refugiados):

*No dia 10 de Setembro de 1999, em Manumutin, Betun, [Belu, Timor Ocidental], três milícias da Laksaur – PS217, PS218 e PS219 – foram a minha casa [no campo de refugiados em Betun]. Eles estavam armados com pistolas e espadas artesanais. O PS218 e o PS219 disseram-me que os três iam violar-me. Eu respondi ao Leonardo: “Tu já és casado com a irmã da minha mãe e eu chamo-te tio. Porque é que me vais violar a mim, uma das tuas filhas?” Dos três, só o PS219 é que me violou. Ele segurou-me as mãos atrás das costas e arrastou-me para fora da casa. Atirou-me ao chão, onde fiquei com a cabeça virada a poente e os pés a nascente. Depois de me despir, o PS219 violou-me. Enquanto me violava, o PS219 encostou-me ao peito uma pistola artesanal que possuía. Depois deste acontecimento, o TNI chegou de Atambua e obrigou-nos [incluindo aos refugiados daquela região] a ir para Atambua. Eu fui obrigada a juntar-me aos outros refugiados que iam para Atambua porque o meu marido ainda estava em Suai [tinha fugido para a floresta]. Depois disso, não voltaram a incomodar-me.*¹²⁶

7.7.3 Escravidão sexual

162. Enquadrada na proibição geral da escravatura, a escravidão sexual é ilegal.¹²⁷ A Relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Escravidão inclui na definição de escravidão sexual as situações em que uma pessoa exerce sobre outra o poder de propriedade, “incluindo o acesso sexual através da violação ou de outras formas de violência sexual.” Ela explica ainda:

A escravidão sexual também engloba situações em que mulheres e raparigas são forçadas a contraír “casamento” e situações de servidão doméstica ou de outros tipos de trabalho forçado que acabam por implicar uma actividade sexual forçada, incluindo a violação por parte dos seus captores.¹²⁸

163. A escravidão sexual durante conflitos internacionais armados ou ocupações é uma violação do artº 27º da IV Convenção de Genebra e representa uma infracção grave da Convenção (artº 147º). Pode ainda constituir um crime contra a humanidade quando cometida no âmbito de um ataque sistemático a generalizado contra a população civil.

164. A Comissão recebeu informação de um número significativo de casos que podem ser tipificados como sendo de escravidão sexual. Muitos incluíram práticas notavelmente semelhantes entre si. Num pequeno número de casos, verificou-se o envolvimento de membros

^{xvi} A utilização de pistolas artesanais (*senjata rakitan*) era muito freqüente entre os membros das milícias em 1999. Uma fotografia, bem como a explicação da forma como as milícias montavam uma pistola de três canos, pode ser vista nos Anexos 3 e 4, em K Campbell-Nelson, YA Damapolii, L Simanjuntak e F Tadu Hungu, *Perempuan dibawa/h Laki-laki yang Kalah: Kekerasan terhadap Perempuan Timor Timur dalam Kamp Pengungsian di Timor Barat* [Mulheres transportadas/Sob o controle dos Homens que perderam: [Women Carried by/Underneath Men Who Lost:Violência Contra as Mulheres Timorenses de Leste em Campos de Refugiados de Timor Ocidental], JKPIIT e PIKUL, Kupang, págs. 247, 249.

dos partidos políticos de Timor-Leste como perpetradores. Na grande maioria dos casos, os membros das forças de segurança da Indonésia constituíram a classe predominante de perpetrador. Foram identificados pela Comissão três padrões principais de escravidão sexual.

165. Era prática corrente os oficiais indonésios manterem mulheres timorenses em condições de escravidão sexual em instalações militares. Nestes casos, o exercício da propriedade podia ser individual ou colectivo. Por outras palavras, a mulher podia ser repetidamente violada por um infractor ou por um grupo de infractores. A sua detenção fazia parte da logística das operações militares quotidianas e era do conhecimento do comandante militar local. O gráfico seguinte mostra a correlação entre os actos de detenção e de escravidão sexual durante o conflito.

Inserir gráfico g1stlM800400

166. Uma segunda forma de escravidão sexual militar não exigia a detenção física das mulheres em instalações militares. Em vez disso, as mulheres eram intimadas pelos militares para fins sexuais, sempre que estes o desejassem. Na realidade, estas mulheres eram consideradas propriedade de uma unidade militar e, portanto, tinham de prestar serviços sexuais aos seus membros se e quando tal lhes fosse exigido. Estes casos também envolviam a utilização de instalações militares. Nalguns casos, o nome de uma mulher era inscrito numa lista especial e a informação sobre a sua disponibilidade sexual era transmitida de um batalhão para o seguinte, sempre que as tropas eram rendidas numa determinada área.

167. Um terceiro padrão de escravidão sexual implicava que um membro das forças de segurança se apossasse de uma mulher num ambiente doméstico, normalmente a casa da vítima. Nesta forma de escravidão sexual, o perpetrador ameaçava frequentemente de morte a mulher ou a sua família, se ela não se disponibilizasse a ter sexo quando tal lhe fosse exigido ou, muitas vezes, realizasse diversas tarefas domésticas. Nas circunstâncias de Timor-Leste, seria muito provável que tais ameaças pudessem ser concretizadas se as exigências não fossem satisfeitas. Nalguns casos, as mulheres tinham de escolher entre a situação de exclusividade e as repetidas violações em grupo. As vítimas deste padrão habitual de violação eram coloquialmente apelidadas de “amante de TNI”, ou “mulher de TNI”. No entanto, na realidade não havia casamento algum, nem a vítima dava o seu consentimento livre para se envolver em relações sexuais com o perpetrador.

gpMpfvln800 or gpMpevln800 (revise institutional affiliation groupings)

168. A Comissão reconhece que se realizaram alguns casamentos genuínos entre elementos da segurança indonésia e mulheres timorenses. Estas uniões consensuais, quer tenham sido formalizadas através do registo civil, da lei tradicional (*lisan* ou *lulik* em tétum, e *adat* em indonésio), dos rituais religiosos ou como uniões de facto, não constituem uma violação dos direitos humanos. A Comissão faz notar que algumas mulheres timorenses iniciaram voluntariamente um relacionamento com membros das forças de segurança indonésias, por razões económicas. A Comissão considera estes relacionamentos como uniões consensuais e que não constituem violação dos direitos humanos.

A perspectiva da vítima

169. São vários os casos em que a situação de escravidão sexual manteve-se ao longo de vários anos. Este exercício prolongado do direito de propriedade pelo perpetrador produziu resultados ainda mais complexos, particularmente quando nasceram crianças fruto destas relações. Algumas vítimas foram afastadas das suas famílias e comunidades. Tornaram-se financeira e socialmente dependentes do militar que as controlava, restando-lhes poucas opções realistas de escapar a essa situação.

170. As vítimas de escravidão sexual recorreram a diversos eufemismos para descreverem as experiências que viveram. Algumas descreveram simplesmente o primeiro acto de violação e depois adicionaram “isto continuou durante um ano.” Outras limitaram-se a dizer que tinham

sido transformadas “em prostituta” (*lonte* ou *feto nona*, ver nota de pé de página acima) . Outras utilizaram o termo comum de “*isteri TNI*” ou “mulher de *TNI*”.

171. Estes eufemismos reflectem preconceitos e estereótipos contra as mulheres que foram vítimas de escravidão sexual. Qualquer que tenha sido o termo usado para descrever a violação, a escravidão sexual era portadora de um estigma para a vítima. As consequências foram frequentemente o isolamento da sua própria família, a ridicularização por parte da comunidade e a discriminação contra a mulher e os seus filhos, incluindo em alguns casos, até por membros da Igreja. Apesar destas barreiras, as mulheres romperam o silêncio e, numa demonstração de grande coragem, falaram à Comissão das suas experiências de escravidão sexual.

Escravidão sexual no contexto do conflito interpartidário

172. A Comissão encontrou provas de escravidão sexual ocorrida no contexto do conflito interpartidário em 1975.

173. TF1, de Selo Kraik, (vila de Aileu, Aileu) depôs perante a Comissão sobre a situação de escravidão sexual vivida por TF, que teve início quando a Fretilin deteve a TF1, a TF e sete outros. Em Agosto de 1975, a TF1, três outras mulheres e cinco homens foram raptados nas suas várzeas pelas tropas da Fretilin de uma outra aldeia. Suspeitos de serem simpatizantes da UDT e de esconderem armas, eles foram espancados e interrogados na sede da Fretilin, antes de serem levados para a prisão de Aisirimou em Aileu, onde voltaram a ser interrogados. Foram finalmente libertados, mas obrigados a pilar arroz e a limpar as terras [para a sementeira] durante um mês. Uma noite, PS220, um membro da Fretilin, entrou no quarto onde as quatro mulheres se encontravam a dormir e levou a TF à força. Segundo o testemunho da TF1:

*O PS220 entrou no quarto que nós as quatro [ocupávamos] e arrastou-a para fora do quarto. Nessa noite, ele violou a TF; e continuou a relação com ela até terem muitos filhos.*¹²⁹

174. UF depôs sobre o assassinato do seu marido, em 1978, na aldeia de Maulau (Maubessi), por três membros da UDT conhecidos como PS221, PS222 e PS223. Após o assassinato, o PS221 coagiu a UF a manter um relacionamento sexual com ele, ameaçando matá-la se ela se recusasse. A UF teve uma criança em consequência desse relacionamento.¹³⁰

175. Em Maio de 1977, a VF1 e alguns membros da sua família foram detidos pela Fretilin, por suspeita de traição. A VF1 depôs perante a Comissão acerca da detenção e da tortura infligidas pela Fretilin, experiências que ela sofreu e presenciou, primeiro em Roluli e depois no centro da Renal (Reabilitação Nacional) da Fretilin, em Remexio (Aileu). No final da sua história, a VF1 mencionou que uma das detidas foi forçada a casar-se com um membro da Fretilin:

[Éramos] seis, as mulheres que ficámos presas [no centro de detenção da Fretilin em Rohuli]...por duas semanas. Durante esse período, fui frequentemente espancada, pontapeada e interrogada. Eles separaram-nos [aos detidos] em dois grupos: homens e mulheres. O meu grupo foi levado para um outro centro de detenção conhecido por Renal, em Remexio, Aileu.^{xvii} Durante a viagem, as nossas mãos estavam atadas atrás das nossas costas e estávamos todos presos uns aos outros com uma corda comprida puxada pela Fretilin...Quase todas as que foram detidas na Renal morreram, incluindo todas as minhas tias e a minha avó. Morreram à fome...No dia 25 de Junho de 1978, nós fugimos precipitadamente da Renal no meio da confusão, porque os soldados indonésios estavam a chegar e a atacar a população daquela área. Nesse dia, fugimos para Roluli. Ali, nós as quatro [mulheres] seguimos caminhos separados, para viver com, e cozinhar para, os comandantes da Fretilin. A minha amiga VF viveu com o comandante PS224, a WF viveu com o comandante PS225, enquanto que a XF e eu vivemos com o comandante PS226...Depois disso, nós seguimos por caminhos separados, juntamente com os comandantes...No dia 19 de Janeiro de 1979, rendemo-nos todos, incluindo o comandante PS226, em Metinaro [Manatuto]. Antes de nos rendermos, a minha amiga XF foi obrigada a casar-se com o PS227, um membro das Falintil.¹³¹

Esclavidão sexual durante a ocupação indonésia (1975/1999)

176. A Comissão encontrou provas da ocorrência de esclavidão sexual no contexto da ocupação indonésia. Os depoimentos das vítimas e os testemunhos oculares sugerem que os incidentes de esclavidão sexual aumentavam no decurso dos períodos das principais ofensivas militares indonésias conhecidas. Como é visível na tabela abaixo inserida, ocorreram aumentos significativos de casos de esclavidão sexual no final dos anos 70, outra vez em 1982, durante o período do levantamento e em 1999, por altura do Consulta Popular.

Esclavidão sexual durante a invasão e as operações em larga escala (1975/1984)

177. Sessenta e três por cento dos casos de esclavidão sexual documentados na base de dados da Comissão ocorreram durante o período da invasão indonésia e das operações militares em larga escala, entre 1975 e 1984. Tal como foi anteriormente explicado, os casos de esclavidão sexual durante este período podem ser divididos em dois padrões distintos: a esclavidão sexual militar e a esclavidão sexual doméstica.

A. Esclavidão sexual militar em instalações militares

178. A Comissão reuniu provas substanciais que apontam para a prática de esclavidão sexual institucionalmente tolerada e apoiada pelos militares indonésios.¹³² Nos casos em que as vítimas se encontravam detidas em instalações militares durante o período de esclavidão sexual, a culpabilidade dos militares é óbvia.

179. YF contou à Comissão as suas experiências de detenção e de esclavidão sexual, quando tinha cerca de 15 anos. Aquando da invasão pelo exército indonésio, a YF e a sua

^{xvii} Os centros de detenção Renal eram de campos de detenção da Fretilin localizados no interior do território, após a invasão, nos anos 70. Eram usados para encarcerar e “reeducar” politicamente membros da Fretilin, e foram palco de inúmeras violações de direitos humanos. [ver secção sobre Renal no Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos].

família, que eram conhecidos apoiantes da Fretilin, fugiram da aldeia de Lauana (Ermera) para a floresta. Em 1977, a YF, a sua família e uma mulher idosa chamada YF1 foram capturados por militares indonésios. Foram levados para o *Koramil* de Letefoho em Ermera para serem interrogados e depois foi-lhes ordenado que regressassem à floresta, para convencerem outros membros da Fretilin a renderem-se. Nessa altura, o irmão da YF, que tinha sido detido e capturado ao mesmo tempo que o resto da família, conseguiu evitar que ela tomasse parte na operação e a YF regressou à sua casa em Lauana. No entanto, YF1 participou [nessa operação] e foi morta pelas costas pelos militares. Algum tempo depois, os soldados foram a casa da YF e prenderam-na de novo.

*Os militares prenderam-me outra vez, juntamente com a minha prima ZF e fomos levadas de Lauana para o Koramil, em Letefoho. Em Letefoho, dois militares, de cujos nomes já me esqueci, obrigaram-nos a ter sexo com eles no Koramil. Eles empurraram-nos para dois quartos separados e ameaçaram-nos: "Vocês são da Fretilin e se não quiserem [fazer isso] connosco, nós matamo-vos com um tiro." Nós não queríamos morrer e por isso submetemo-nos aos soldados que nos violaram.*¹³³

180. Depois dos soldados terem violado as duas raparigas, obrigaram-nas a ficar de pé ao sol, junto ao poste da bandeira. Esbofetearam-nas e ameaçaram matá-las. Todavia elas tiveram sorte, porque um soldado timorense do *Koramil* pôs cobro a esta situação. Após quatro dias no *Koramil* de Letefoho, YF foi transferida para o *Kodim* de Ermera, onde permaneceu detida durante um ano (1977-1978). Sobre o tempo que passou no *Kodim* de Ermera, YF disse:

*As violações continuaram e não me deixaram ver a minha família porque éramos todos da Fretilin. Durante a minha detenção no Kodim, o Peltu [oficial judicial superior], de cujo nome me esqueci, assediou-me e usou-me constantemente, como se eu fosse uma prostituta [nona].*¹³⁴

181. A YF testemunhou que outras duas mulheres, capturadas em Hauhei (Hatulia, Ermera) também foram repetidamente violadas pelos soldados do *Kodim* de Ermera. Em consequência desta situação, a YF teve duas crianças, uma das quais morreu.

182. Em muitos dos casos de escravidão sexual militar foram utilizados recursos militares para cometer este crime. Tal como a YF, que foi ilegalmente presa e detida, também a AG contou à Comissão as suas experiências de violação e de escravidão sexual, primeiro no *Koramil* de Hatulia, em Ermera e depois no *Kodim* de Maliana em Bobonaro:

*Em 1977, um soldado do TNI [ABRI], PS228, foi a minha casa, ameaçou os meus pais e levou-me para o Koramil de Hatulia...[ali ele] despiu-me, deitou-me numa cama de lona e usou-me como se fosse uma prostituta. [Isto continuou] durante um ano inteiro.*¹³⁵

183. Após terminar a sua comissão de serviço, PS228 abandonou-a. Dois anos mais tarde, ele voltou a ser destacado para Timor-Leste, desta vez para o *Kodim* de Maliana. Ele ordenou a dois membros da *Hansip* que lhe levassem a AG. Uma vez mais, sob ameaça de morte, os pais da AG tiveram que entregar a sua filha ao soldado indonésio. A AG foi levada para a caserna do *Kodim* de Maliana, e foi de novo forçada a uma situação de escravidão sexual durante mais três anos. Ela deu à luz duas crianças. PS228 reclamou para si a propriedade sexual exclusiva da AG durante vários anos. O facto dele ter ordenado a dois *Hansip* que a fossem buscar ao subdistrito de Hatolia, que era controlado pelo *Kodim* de Ermera e a levassem para o *Kodim* de Maliana, demonstra claramente o uso de recursos militares, e de que se recorreu à autoridade entre *Kodims*, para se cometer este crime. Ver também mais à frente o caso do PS229, chefe da secção dos serviços de informação do *Kodim* de Ainaro.

184. A detenção de mulheres para efeitos de escravidão sexual não ocorreu apenas nos *Kodim* (distritais) nos *Koramil* (subdistritais), mas também nos postos militares espalhados pelo território. BG descreveu a sua detenção e escravidão sexual no posto do batalhão 145 em Hatulia:

*Em 1977, na vila de Hatulia, o comandante do Batalhão 145, PS230, de Sumatra do Sul, ameaçou matar o meu irmão...com uma pistola, para me obrigar a ir para o posto do TNI [ABRI]. [Ali ele] utilizou-me como prostituta durante um ano, até que, por fim, eu dei à luz uma criança. Nessa altura, eu ainda era uma rapariga nova.*¹³⁶

185. BG também revelou que uma outra mulher, que ela conhecia como CG, também tinha sido forçada a viver no posto do Batalhão de Infantaria 145. Tal como aconteceu com a BG, a CG foi coagida a viver numa situação de escravidão sexual, tendo igualmente dado à luz uma criança. Quando o Batalhão de Infantaria 145 deixou Timor, as duas mulheres e as suas duas crianças foram abandonadas sem qualquer meio de subsistência. As duas mulheres foram sujeitas a uma situação de escravidão sexual neste posto militar até ambas terem engravidado e dado à luz uma criança. Isto demonstra que esta prática era conhecida e tolerada pelos militares.

186. As mulheres conhecidas por desempenharem um papel nas Falintil eram todas vulneráveis à escravidão sexual. Incluindo as mulheres que se tinham rendido depois de terem fugido para as montanhas e, em particular, as mulheres casadas com dirigentes das Falintil. DG, que dois anos antes tinha presenciado a violação em grupo da sua irmã, E, em Lauana, Ermera, tornou-se uma guerrilheira e casou, numa cerimónia civil, com um comandante das Falintil chamado DG1. Estiveram separados durante os combates e, em 1977, a DG recebeu a notícia de que o marido fora morto em Aidea, Ai-Assa (Bobonaro, Bobonaro). Um ano mais tarde, a DG rendeu-se em Cailaco (Bobonaro). DG contou à Comissão:

*“Como [as ABRI] sabiam que eu era a mulher do comandante DG1, o comandante do Koramil de Hatulia, um homem de Sulawesi chamado PS213, forçou-me e usou-me como prostituta durante um ano...[Então] abandonou-me com a criança que nasceu dessa relação.*¹³⁷

187. EG1 testemunhou perante a Comissão sobre a escravidão sexual da sua irmã, EG. Segundo o seu depoimento, ela tornou-se um alvo porque o irmão era um comandante das Falintil. Em 1979, depois de quatro membros da sua família terem sido mortos pelas bombas indonésias lançadas sobre a aldeia de Fatuacan, Fahinehan (Fatuberliu, Manufahi), o EG1 e a sua família renderam-se ao chefe de aldeia de Riamori, PS233, em Fahinehan. O irmão mais velho do EG1, EG2, que era comandante das Falintil, também se rendeu.

*O chefe de aldeia [de Fahinehan] informou o Batalhão Linud 100 que o EG2 era um comandante de alta patente na floresta e que, portanto, ou teria de ser morto, ou o TNI [ABRI] teria de levar a sua irmã, ou casar com ela. Então, eles vieram buscar a minha irmã, EG. Levaram-na para o posto militar e violaram-na à vez. Eles continuaram a fazer isso até 1980, quando [os Linud 100] foram desmobilizados e substituídos pelo Batalhão 643. Eles também me levaram para ser um TBO no posto...Eu vi, com os meus próprios olhos, a minha irmã a ser violada. Quando eles deixaram Fahinehan, ela foi libertada [e autorizada] para ir para casa.*¹³⁸

188. Em 1979, FG, que nessa altura tinha 14 anos, rendeu-se aos militares indonésios na aldeia de Mulo (Hatu Builico, Ainaro). Juntamente com duas outras amigas, ela foi detida numa

cela do *Koramil* de Hatu Bullico. Ali, o comandante do *Koramil* e o seu adjunto, conhecidos respectivamente como PS402 e PS403, despiram-nas e violaram-nas.

*Eles violaram-me, a mim e às minhas amigas, todas as noites durante a semana da nossa detenção. Da primeira vez que fui violada, fiquei a sangrar e não conseguia andar.*¹³⁹

189. A FG teve uma criança em consequência das violações. Ela disse à Comissão que dois anos mais tarde um soldado das *ABRI* chamado PS404:

*foi [a minha casa] para me forçar a casar com ele...Eu estava assustada, porque a situação estava cada vez mais difícil e muitas pessoas estavam a ser detidas...[N]o final [eu cedi e] tive uma criança dessa união.*¹⁴⁰

190. Neste caso, a FG e as amigas foram vítimas de violação repetida enquanto estiveram detidas no *Koramil* de Hatu Bullico (Ainaro) e, dois anos mais tarde, a FG foi vítima de escravidão sexual doméstica.¹⁴¹

191. Nalguns casos, a escravidão sexual incluiu o recrutamento forçado para participar nas operações militares destinadas a encontrar as Falintil, como aconteceu com GG. Em 1979, dois soldados do Batalhão 121 da *ABRI*, o cabo PS234 de Sumatra do Sul e um homem desconhecido, detiveram a GG na sua casa em Nun-sorau, aldeia de Ma'abat (Manatuto, Manatuto). Eles levaram-na para o *Kodim* de Manatuto: "Se eu recusasse, eles matariam o meu pai. Como eu estava cheia de medo, acabei por me resignar". Depois de ter sido violada no chão, a GG foi levada para casa no dia seguinte. "A partir daí, fui usada como sua 'mulher de conforto' durante seis meses e, fruto dessa relação, dei à luz uma criança." Durante a gravidez, a GG foi obrigada a ir à floresta, com uma carga de 5Kg de arroz, outros alimentos vários, cigarros e duas cartas. As cartas – uma do *Kodim* e a outra do Batalhão 121 – faziam um apelo aos membros da Fretilin que ainda estavam na floresta para que se rendessem. Por fim, a GG encontrou uns membros da Fretilin que a conheciam, mas ficou detida no posto de comando da Fretilin durante cinco dias. Ela acabou por conseguir escapar e relatar o sucedido no *Kodim* de Manatuto. Alguns dias mais tarde, foi obrigada a ir com o batalhão numa operação de busca de bases da Fretilin, mas não conseguiram encontrar nada. No dia seguinte, foi forçada a juntar-se a outra operação militar:

*Três TNI [ABRI] do Batalhão 121, cujos nomes me eram desconhecidos, ameaçaram-me com uma pistola e uma granada, para que eu os levasse à floresta numa busca para encontrar a resistência armada da Fretilin. Como eu me recusei, deram-me três pontapés na coxa até eu cair – eu estava grávida de um mês nessa altura. Foi-me dito para me levantar e continuei a ser forçada [a andar].*¹⁴²

192. A GG acabou por regressar à aldeia de Cribas (Manatuto, Manatuto) com esta unidade militar, num comboio de três veículos Hino. Foi obrigada a subir as montanhas e a ficar na floresta com os soldados, mas eles não conseguiram encontrar quaisquer tropas das Falintil. Uma vez mais, o aspecto da escravidão sexual está claramente ilustrado; o rapto de casa dela, a ameaça à segurança da sua família, a violação e o envolvimento nas operações militares, não aconteceram de sua livre vontade. Não há dúvida que o Batalhão 121 exerceu o direito de propriedade sobre a GG, apesar de o acesso sexual ter sido apenas cometido pelo cabo PS234.

193. No caso seguinte, um chefe da secção dos serviços de informação conseguiu transferir duas detidas do *Koramil* de Hatu Udo (Ainaro) para o *Kodim* de Ainaro, exclusivamente para o seu uso sexual. Em 1980, MB e NB renderam-se em Betano e foram levadas para a delegação do *Koramil* em Hatu Udo. Ao ter conhecimento da sua captura, o chefe da secção dos serviços de informação (*Kasi I Intel*) do *Kodim* de Ainaro, conhecido por PS229, foi interrogá-las. Depois

de ter regressado a Ainaro, PS229 ordenou a dois membros da *Hansip* que fossem buscar as duas mulheres ao *Koramil* de Hatu Udo e que as levassem para o *Kodim* de Ainaro:

*Nós ficámos ali; [depois] o Kasi I Intel [chefe da secção dos serviços de informação] PS229 chamou-me e à NB para [a sua casa] para nos usar. Ele violava-nos cinco noites e cinco dias por semana. Fez-nos isto durante um ano. Eu tive um filho desse relacionamento.*¹⁴³

B. Escravidão sexual militar fora das instalações militares

194. A Comissão obteve provas de escravidão sexual em que as mulheres eram intimadas pelas *ABRI* para satisfazerem as necessidades sexuais dos militares quando estes o desejassem, mesmo sem serem retidas nas bases militares. Apesar de não estarem fisicamente detidas em recintos militares, essas vítimas estavam, todavia, sob controlo militar absoluto. Nalguns casos, os nomes das mulheres eram inscritos numa lista ou num dossier na posse dos militares, que requeriam que estivessem sexualmente disponíveis para o pessoal militar. Estas listas ou dossiers eram transferidos de um batalhão para outro. A HG, de Lautém, relatou à Comissão:

*O meu nome estava na lista do Kodim como pessoa que podia ser “usada”. Por isso, a cada rendição [de tropas] eu era sempre chamada por um membro das *ABRI* que me queria. Fui-lhes sempre submissa, porque temia pela minha vida.*¹⁴⁴

195. IG foi vítima de escravidão sexual militar durante o período de um ano, que terminou quando ela concordou em aceitar a situação de escravidão sexual doméstica com um *Babinsa*. Em 1977, a IG foi levada da sua casa, na aldeia de Uaturidi, Bahú (Baucau, Baucau), pelas tropas do Regimento de Equipas de Combate (*RTP15*) e do Batalhão de Infantaria 330. Ela foi interrogada e torturada: “[Eles] queimaram-me os lábios com pontas de cigarro, esbofetearam-me, pontapearam-me...depois mandaram-me para casa. Passado um ano, IG foi presa novamente, desta vez na aldeia de Anawaru, Caibada Uaimua (Baucau, Baucau) e levada para o quartel das *ABRI* em Baucau. “No quartel do *TNI [ABRI]*, os soldados violaram-me repetidamente durante quatro dias: “Se eu recusasse [eles disseram que] eu seria morta a tiro.” Após quatro dias, IG foi libertada e levada para a sua casa em Anawaru.

*Mas...todas as manhãs, às 8.00h, eu era intimada pelo TNI [ABRI], para estar com os soldados como marido e mulher. Se eu me recusasse, seria morta. Tudo isto aconteceu porque, naquela altura, o meu marido ainda estava com os guerrilheiros das *Falintil*.*¹⁴⁵

196. A situação prolongou-se durante um ano. Em 1979, a IG foi espancada quando se recusou a ter relações sexuais com um soldado das *ABRI*. “Naquela altura, eu estava sob grande tensão, por isso, acabei por me entregar, se bem que com relutância, a um *Babinsa* que queria casar comigo.” Ela teve dois filhos desse relacionamento.¹⁴⁶

197. G1 depôs sobre o tormento que foi a escravidão sexual da sua irmã em 1978, quando o G1 e a sua família se renderam ao Batalhão de Infantaria 122 em Lauana (Letefoho, Ermera). Quando a G foi forçada a tornar-se propriedade do Batalhão de Infantaria 122 tinha apenas 17 anos.

*Quando nós nos rendemos, a minha irmã G ainda era virgem. Os soldados e os *Hansip* violaram-na. Quando os soldados queriam satisfazer a sua luxúria, levavam a [G] para o posto, para a usarem. Devido a estas violações sexuais, a G nunca se casou – ela vive como se fosse viúva.*¹⁴⁷

C. Escravidão sexual doméstica

198. A Comissão recebeu provas de casos de escravidão sexual em que uma mulher, sentindo-se ameaçada por pessoal de segurança armado, era forçada a estabelecer uma relação sexual de longo prazo, num cenário doméstico. Em muitos dos casos de violação sexual doméstica relatados à Comissão, a vítima era violada antes de ser forçada a manter um relacionamento sexual de longo prazo com o perpetrador.

199. A Comissão recebeu provas corroborantes no que diz respeito ao caso de escravidão sexual vivido por JG. Em 1980, as *ABRI* estavam a distribuir farinha de milho à população do subdistrito de Welaluhu (agora conhecido por Fatuberliu) no distrito de Manufahi. [Nessa ocasião], Dois homens e três mulheres – JG, KG e LG – foram detidos e torturados. As três mulheres foram separadas dos outros detidos, levadas para uma casa perto do *Koramil* e violadas repetidamente pelo respectivo comandante, PS239, e pelo seu adjunto. A JG foi violada durante cerca de 40 dias pelo adjunto do comandante do *Koramil*. Duas semanas depois da JG ter sido libertada, o adjunto do comandante do *Koramil* foi a sua casa e obrigou-a a “casar” com ele. Este relacionamento prolongou-se durante um mês, até que o adjunto terminou a sua comissão de serviço em Timor-Leste.¹⁴⁸

200. MG testemunhou sobre a violação e a escravidão sexual doméstica que sofreu em 1982, na sua própria casa, quando tinha apenas 15 anos. Este caso, que ocorreu na aldeia de Manlala (Soibada, Manatuto), demonstra a impotência da população local e das autoridades civis perante as forças de segurança indonésias.

Em 1982, quando regressava da escola, fui perseguida por um membro da Nanggala, [comando especial de guerra] chamado PS240. Eu não consegui correr suficientemente depressa e ele apanhou-me e violou-me [num lugar chamado] Besarim. Algumas horas mais tarde, a minha professora, Lourdes, chegou ao local da violação porque os meus amigos lhe tinham dito o que tinha acontecido. Quando o meu pai chegou dos campos, ficou muito zangado e bateu-me, apesar de eu ser ainda uma criança.

O meu pai não suportava ver-me assim e, por fim, foi relatar o incidente ao chefe do subdistrito nomeado pelo governo [Camat], um homem chamado PS241, [para que ele] proibisse o PS240 de ter qualquer contacto comigo. Em vez disso, o Nanggala PS240 ficou muito zangado e espancou e pontapeou o meu pai até ele ficar a sangrar. Uma semana mais tarde o Nanggala PS240 apareceu em minha casa e passou lá a noite. A partir daí ele obrigou-me a ser a sua mulher-conforto, até eu ficar grávida. Depois da criança nascer começou a evitar[-me], até que, [por fim,] foi transferido para Baucau.¹⁴⁹

201. Um caso semelhante foi relatado pelo NG1. Em 1983, quando o NG1 era uma criança de apenas 12 anos, na aldeia de Sananain (Laclubar, Manatuto), PS242, um membro da polícia de aldeia (*Binpolda*) costumava visitar frequentemente a casa da família do NG1. Uma noite, o PS242 apareceu e pediu a presença da irmã de NG1, a NG. Os pais do NG1 tentaram impedir o PS242, mas ele forçou a entrada no quarto de NG. O NG1 também tentou proteger a sua irmã, mas o PS242 ameaçou dar-lhe um tiro. Nessa noite, a NG foi violada na sua própria casa. Depois daquela noite, o PS242 decidiu unilateralmente que, de vez em quando, ficaria lá em casa para ter relações sexuais com a NG. Por fim, a NG deu à luz uma criança. O relacionamento deles continuou, até que o PS242 completou a sua comissão de serviço em Sananain. Em resultado destas violações, a NG deu à luz uma criança.¹⁵⁰

202. A tabela seguinte apresenta uma síntese de alguns casos de escravidão sexual doméstica durante este período.

Table 1 - Síntese de casos de escravidão sexual doméstica (1975-1984)

Número de Depoimento na HRVD	Ano	Localização	Perpetrador	Breve descrição	Duração do período de escravidão sexual
01792	1975	Rairobo, Atabae, Bobonaro	Polícia anónimo	Sob ameaça de ser queimado vivo, OG1 entregou a sua filha a um polícia. Nasceram duas crianças desse relacionamento.	Mais de um ano
01167	1975/1976	Atabae, Bobonaro	PS243, membro do <i>Koramil</i> de Maliana, de Sulawesi, Indonésia	O primeiro-sargento PS243 entrou à força na casa de PG. Sob a ameaça de morte, ela foi forçada a aceitar um relacionamento sexual continuado com ele. Nasceu uma criança como fruto deste relacionamento, que foi abandonada por PS243 quando ele regressou à Indonésia.	Mais de nove meses
01827	1975/1978	Bobonaro	PS126, seguidor da integração, timorense,	Quando as tropas formadas por seguidores da integração entraram na vila de Aidabaleten, QG foi violada durante cinco horas por PS126. Depois, foi forçada a aceitar uma situação de escravidão sexual com ele, que durou três anos.	Três anos
06190	1976/1978	Hatulia e Ermera Ermera	PS245, administrador de Ermera, timorense	Depois de se render às <i>ABRI</i> na aldeia de Samara, RG e a sua família foram levados para Ermera. Ali, PS245, o administrador distrital, fez a RG perfilar-se em linha, com três outras raparigas. Ele seleccionou-a para ser a sua "amante": decidiu iniciar com ela um relacionamento sexual não consentido.	Dois anos
07905	1976	Sau, Manatuto	PS246, soldado da artilharia de campo, indonésio	PS246 ameaçou matar os pais de SG; depois, violou-a na sua própria casa. Esta situação prolongou-se durante sete meses.	Sete meses
06193	1978	Hatulia Ermera	Soldado anónimo do Batalhão de Infantaria 721	Sob a ameaça de matar o irmão dela, um soldado das <i>ABRI</i> do Batalhão de Infantaria 721 levou a H à força da sua aldeia em Hatulia, para viver com ele em Díli.	Seis meses
04108	1978/1979	Rotutu, Same, Manufahi	PS247, das <i>ABRI</i> , indonésio	TG foi ameaçada por 10 membros da <i>Hansip</i> , que lhe disseram que matariam toda a sua família se ela não aceitasse os avanços de PS247. O PS247 viveu com a TG e com a sua família durante dois meses. A TG estava grávida quando o PS247 a forçou a mudar-se com ele para Betano. Eles viveram em Betano até a criança deles ter um ano, altura em que o PS247 regressou a Sulawesi, Indonésia.	Mais de um ano
01161	1978/1981	Atabae, Bobonaro	PS248, do regimento de operações especiais do exército, indonésio	PS248 ameaçou UG de morte se ela rejeitasse os seus avanços sexuais. Nasceram três crianças como fruto deste relacionamento, que foram abandonadas por PS248 depois do seu regresso à Indonésia.	Três anos
06355	1979	Raimea-Biluli, Ermera	PS249, comandante do Batalhão de Infantaria 401,	PS249 e outros nove soldados foram a casa de VG. PS249 ameaçou matar o irmão de VG se ela rejeitasse os seus avanços. Ela submeteu-se, por	Mais de nove meses

			indonésio	temer pela vida do seu irmão. PS249 continuou a violar a VG na sua casa. Por fim, ela deu à luz um filho, que mais tarde morreu.	
01066	1979/ 1981	Dukurai, Letefoho, Ermera	Liurai PS250, chefe de aldeia	WG foi detida por PS250 e por um membro da <i>Hansip</i> chamado PS340. Ela foi espancada e depois forçada a aceitar uma situação de escravidão sexual com o PS250, que foi viver com a WG para casa dos pais dela. Ela teve duas crianças como fruto deste relacionamento.	Dois anos
00566	1979	Uailacama, Vemasse, Baucau	PS251, <i>Babinsa</i> de Vemasse, indonésio	PS251 acusou J e o seu pai de trabalharem com a Fretilin e ameaçou matá-los. A troco de lhes poupar as vidas, ele levou a J e viveu com ela no <i>Koramil</i> de Vemasse. Nasceu uma criança como fruto deste relacionamento.	Um ano
05212	1980	Lenao, Manatuto	PS252, soldado das <i>ABRI</i> , indonésio	A vítima foi violada na sua própria casa sob ameaça de morte, depois foi forçada a aceitar um relacionamento sexual continuado. Quando o PS252 foi transferido para Soibada (Manatuto) levou-a consigo. Ela teve uma criança como fruto deste relacionamento. Ele regressou à Indonésia.	Mais de nove meses
03527	1984/ 1987	Railaco Kraik, Railaco, Ermera	PS253, <i>Babinsa</i> , originário de Java Central, Indonésia	PS253 confiscou os bens de XG. Nessa mesma noite, ele foi a casa dela e ameaçou matar os membros da sua família. Depois, ela foi violada e obrigada a aceitar um relacionamento sexual continuado em sua casa. Ele teve uma criança como fruto deste relacionamento.	Três anos

D. Escravidão sexual doméstica reiterada

203. A Comissão recebeu provas de casos de escravidão sexual doméstica reiterada, perpetrada por infractores diferentes contra a mesma vítima.¹⁵¹ A Comissão tem provas de que a propriedade sexual era transmitida de um membro das forças de segurança indonésias para o seu substituto.

204. YG tornou-se vítima de escravidão sexual, infligida consecutivamente por três soldados indonésios. Em 1980, a YG quase foi abatida por um agente da polícia e por soldados das *ABRI*, quando trabalhava no campo com os seus filhos. Acusada de ter aderido às Falintil, YG foi levada para o *Koramil* de Alas (Manufahi). No caminho, ameaçaram matá-la e atirá-la ao rio, mas não o fizeram. No *Koramil* de Alas, a YG foi interrogada durante três dias. Então, o comandante do *Koramil* de Alas, conhecido como PS254, forçou a YG a ceder aos seus avanços sexuais até que, por fim, ela teve um filho. O comandante do *Koramil* morreu pouco tempo depois da criança ter nascido. Em 1982, a YG foi outra vez forçada a um relacionamento de escravidão sexual, desta vez com um soldado chamado PS255. Fruto deste relacionamento, ela deu à luz um nado-morto. Um ano mais tarde e pela terceira vez, a YG foi forçada a uma situação de escravidão sexual com um membro das *ABRI*, cujo nome não foi revelado. O soldado deixou a YG ao fim de um mês, quando completou a sua comissão de serviço.¹⁵²

205. ZG foi forçada a aceitar uma situação de escravidão sexual, que se prolongou por um ano e envolveu quatro perpetradores consecutivos, de unidades militares diferentes. Em 1981, a Josefina tinha apenas 16 anos quando PS256, o chefe de aldeia de Mindelo (Turiscari, Manufahi), foi a sua casa a meio da noite, acompanhado por PS257, um soldado das *ABRI*. O PS256 ameaçou o matar o irmão de ZG se ele não lha entregasse. A ZG foi obrigada a manter um relacionamento sexual com o PS257, que durou dois meses. Depois de PS257 ter deixado a região, quando o seu batalhão foi transferido, um outro soldado das *ABRI*, chamado PS258, chegou à região e foi a casa da ZG com um membro da *Hansip*. Recorrendo a ameaças, ele

forçou a ZG a envolver-se num relacionamento sexual que durou quatro meses. Quando o PS258 partiu, foi substituído por um outro soldado, de nome PS259 e depois ainda por um outro soldado, chamado PS260. Cada um deles forçou a ZG a manter um relacionamento sexual continuado durante a sua comissão de serviço naquela região (um a quatro meses). Em 1984, ainda um outro soldado, cujo nome a vítima desconhecia, tentou uma vez mais forçar a ZG a aceitar um relacionamento sexual. A ZG explicou à Comissão:

*Eu entreguei-me para ser morta. Disse-lhe 'Se quiseres matar-me, mata-me, mas eu não vou viver outra vez uma situação daquelas.' Por isso, nada aconteceu.*¹⁵³

206. Em consequência da sua situação, a ZG tornou-se mentalmente instável.¹⁵⁴

207. No início dos anos 80, os militares indonésios consideravam o distrito de Lautém um bastião da Resistência, que apelidavam de movimento de perturbação da segurança (GPK, *Gerakan Pengacau Keamanan*). Consequentemente, lançaram operações militares de larga escala neste distrito que coincidiram com o aumento da incidência da violência sexual contra as mulheres. No subdistrito de Lospalos, a tortura, a violação e a escravidão sexual foram generalizadas. A HG, cujo nome constava de uma lista de “mulheres disponíveis” na sede do Kodim de Lospalos, (ver acima) foi uma das várias mulheres que descreveram à Comissão a sua captura e a subsequente tortura e violência sexual que ela enfrentou. Em 1981, o marido de HG, um membro de um grupo indonésio de defesa civil designado por Civis Treinados (*Rakyat Terlatih, Ratih*), foi abatido a tiro durante um ataque das Falintil. Um ano mais tarde, a HG foi capturada pelos militares indonésios, por suspeita de ajudar o seu tio que estava na floresta.

Eles obrigaram-me a caminhar desde casa até ao posto de Maluro [aldeia de Lore I], onde fiquei detida durante três dias. Enquanto estive no posto, eles despiram-me e puxaram-me os pelos púbicos, depois electrocutaram-me os órgãos genitais...e as orelhas. Eu fui capturada juntamente com todas as raparigas jovens de Maluro. Despiram-nos a todas à frente de toda a população de Maluro e depois puseram-nos pilhas grandes dentro das nossas vaginas.

208. A HG foi interrogada, torturada e violada durante três dias. Depois disto, foi imandada para casa; no entanto, ela era intimada todas as noites e, juntamente com uma mãe e respectiva filha, obrigada a prestar “serviços” sexuais aos soldados. Ela descreve:

Cada uma de nós tinha de ter relações sexuais com um homem, até eles regressarem às suas próprias províncias. O meu era um soldado indonésio, chamado PS262. Depois dele terminar, não me era permitido regressar a casa, tinha de ficar ali, a dormir com ele. A minha amiga e a filha dela eram mandadas para casa. Um dia o PS262 foi transferido para o Kodim de Lospalos e eu também fui mandada para lá, para viver com ele. Quando fiquei grávida, ele disse-me para regressar para minha casa, em Maluro. Após o parto, ele nunca se preocupou com a criança, que acabou por morrer por má-nutrição.

A segunda pessoa a reivindicar-me [sic, de facto é a terceira pessoa contando com o homem que primeiro a violou] foi o PS263. Ele deu-me ordens para que fosse à floresta, juntamente com um grupo de outras pessoas, procurar por membros das Falintil...Obrigaram-me a a andar cerca de 100 metros à frente deles, e seguiam-me sempre a vigiar-me pelas costas. Durante as operações na floresta, fui obrigada a usar um uniforme das ABRI, mas nunca me deram uma arma. Durante essas viagens, eu tinha de ter relações sexuais com o PS263 sempre que ele o desejasse. Quando fiquei grávida, ele pediu a um amigo, com formação em enfermagem, que me desse uma injeção para eu abortar, mas eu recusei.

Já me esqueci do nome do meu quarto "marido". O quinto chamava-se PS264 [indonésio]. Acabei por ter cinco filhos de cinco pais diferentes. O pai da primeira criança que morreu, era da unidade de comandos. O pai da segunda, era da unidade 412. O terceiro era da unidade 413. Esqueci-me do nome e da unidade do pai do meu quarto filho. O pai da última criança foi o PS264, mas não me recordo a que unidade pertencia.¹⁵⁵

209. Tal como a HG, também a AH foi sujeita a várias formas de violência. Em 1983, o seu marido foi capturado e permaneceu detido na sede do *Kodim* de Lospalos (Lautém) durante vários anos. Pouco tempo depois, a AH também foi capturada por PS265, um membro da unidade de combate *Nanggala* e por um soldado da companhia A da unidade 642. Foi levada para o posto das *ABRI* em Maluro, vila de Lore I, onde foi torturada e violada por vários soldados das *ABRI* durante cerca duma semana. Após a sua libertação, os soldados iam a sua casa, onde vivia com os seus dois pequenos filhos, e violavam-na. Tinha de se apresentar diariamente no posto de Maluro, entre 1983 e 1987. Em muitas ocasiões em que se foi apresentar eles chamavam-na, para ser interrogada e violada.¹⁵⁶

210. BH foi detida e torturada por recusar os avanços sexuais de um soldado. Depois, tornou-se vítima de escravidão sexual doméstica, perpetrada sucessivamente por dois soldados indonésios.¹⁵⁷ A Comissão também recebeu o depoimento de CH, sobre a sua captura, tortura sexual e escravidão sexual militar no posto de Maluro. Tal como a HG, ela disse que o seu nome constava dos ficheiros das *ABRI* e que ela podia ser transferida de um soldado de um batalhão para o seguinte, quando havia rendição de tropas em Maluro.

Em 1983, fui capturada por soldados das ABRI da unidade 372, porque [um membro da minha família] ainda estava na floresta. Eu também fornecia mandioca, batata-doce e feijão a Xanana e às Falintil, que os colhiam directamente nos meus terrenos. Um informador relatou-lhes isto, por isso os soldados das ABRI foram buscar-me a casa e levaram-me para o posto das ABRI em Maluro. À chegada, despiram-me e interrogaram-me. Eles bateram-me com as próprias mãos e com paus, ataram-me e pontapearam-me, queimaram-me com pontas de cigarros e [inflagiram-me] outras formas de tortura. Durante o interrogatório, um outro membro beliscou-me e apertou-me os seios, mas eu fiquei quieta, porque não havia nada que eu pudesse fazer. Eles puxaram-me os pelos púbicos e depois violaram-me. Eles violaram-me uns a seguir aos outros. De cada vez que eles precisavam, eu tinha de o fazer com eles; senão, eles batiam-me até ficar toda negra. Estive detida no posto das ABRI durante dois anos. Os meus deveres principais durante a detenção eram lavar-lhes a roupa, cozinhar e satisfazer as suas necessidades sexuais. Por fim, tive uma criança de um soldado das ABRI chamado PS266 [indonésio].¹⁵⁸

E. Estudo de caso: violação e escravidão sexual em Mauchiga, Ainaro

211. Para melhor compreender o contexto em que a escravidão sexual ocorreu, a Comissão conduziu uma investigação especial sobre as violações de direitos humanos verificadas em Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), de 1982 a 1987. A escravidão sexual, a violação e outras formas de violência sexual ocorreram em simultâneo com as detenções em massa, a tortura, os assassinatos e, por último, o exílio para a Ilha de Ataúro e para outros locais isolados.

212. Ao amanhecer do dia 20 de Agosto de 1982, as tropas das Falintil e homens de Dare e de Mauchiga atacaram o *Koramil* de Dare e outros postos das *ABRI* nessa área. Sucedeu-se-lhe imediatamente uma batalha aguerrida, quando os soldados das *ABRI* e os *Hansip* ripostaram. No mesmo dia, as *ABRI* da região lançaram um ataque de retaliação contra a população civil de Dare e Mauchiga. Pouco tempo depois, foram reforçadas por soldados das *ABRI* das áreas limítrofes, incluindo os Batalhões de Infantaria 745 e 746, destacados das redondezas para aquela área. De 20 a 24 de Agosto, as *ABRI* arrasaram a vila de Mauchiga e a população fugiu e dispersou-se em todas as direcções, incluindo para o Monte Kablaki. As *ABRI* perseguiram a população em fuga e capturaram a maior parte das mulheres, que foram detidas em vários locais: nas sedes do *Kodim* em Same e Ainaro; no *Koramil* de Maubisse (Ainaro), Lesuati (Same, Manuhafi) e Dare (Ainaro); no edifício da escola primária de Dare; no mercado velho de Dare; ou em tendas ou cabanas provisórias em Dare. À excepção das que permaneceram no edifício da escola, a maioria das detidas foi deslocada para locais de detenção mais permanentes na Ilha de Ataúro, em Dotik (Manufahi) e em Dare ou nos seus arredores.

213. Depois de verem as suas habitações queimadas, os civis capturados em Mauchiga foram levados para o posto das *ABRI* em Lesuati. Após algumas semanas em Lesuati, estes detidos, assim como os detidos no *Kodim* de Same e Ainaro, foram transferidos para a prisão de Balide, em Díli, em camiões Hino. Como os camiões estavam cheios, alguns dos detidos esperaram cerca de uma semana para que outros camiões os fossem buscar. Mas como esses camiões não apareceram, os detidos que ainda estavam em Lesuati foram forçados a caminhar durante várias horas até chegarem ao *Koramil* de Dare, no início de Setembro de 1982.

214. Quando os centros de detenção provisórios em redor de Dare ficaram cheios, foi permitido que alguns detidos ficassem em casa da comunidade de Dare. Os detidos que viviam nas casas dos civis tinham de se apresentar para uma chamada diária no *Koramil* de Dare. Entretanto, as mulheres que estavam nos centros de detenção eram rigorosamente guardadas

e controladas. Elas foram separadas dos homens das suas famílias e afastadas do apoio social e emocional das suas comunidades.

215. A violência sexual contra as mulheres de Mauchiga começou pouco depois de terem sido detidas. Por exemplo, seis das mulheres presas em Lesuati relataram que tinham sido levadas para um outro posto das ABRI em Mantutu (não muito longe de Lesuati). DH, EH e FH foram sexualmente torturadas (ver a secção seguinte), enquanto que GH, HH e IH, foram para lá levadas em momentos distintos, para serem violadas (ver também a secção sobre violência sexual no Capítulo 7.8: Violações dos Direitos da Criança).¹⁵⁹

216. JH não foi levada para o posto de Mantutu, mas foi violada no posto de Lesuati na mesma noite em que o seu marido e o seu tio foram interrogados e assassinados no posto de Mantutu.¹⁶⁰

217. A violação em grupo de detidas ocorria no contexto do interrogatório. Das 66 mulheres entrevistadas (ou referidas em entrevistas) sobre o levantamento de Mauchiga em 1982, 41 foram vítimas de violência sexual: 24 foram violadas, 11 outras vivenciaram experiências de abuso sexual do tipo da escravidão e outras 6 sofreram outras formas de violência sexual. A GH testemunhou à Comissão:

*A 20 de Agosto de 1982, dois ABRI [soldados] queimaram todas as nossas casas em Mauchiga e ordenaram-me que fosse para Lesuati. Fiquei lá durante uma semana com a minha família. Uma noite levaram-me para o posto militar de Mantutu para ser interrogada. Verifiquei que mentiram, porque aí fui violada pelo PS61, um soldado timorense do Batalhão 745 com a patente de Serka [Sersan Kepala, sargento-mor]. Violaram-me junto à estrada, na erva alta. Não foi o único. As ABRI e os membros da Hansip fizeram o mesmo. Nesse momento era como se o corpo fosse o de uma prostituta.*¹⁶¹

E.1 Prisão em Dare, Ainaro

218. A sede do Koramil de Dare era o centro geográfico e logístico onde muitos dos crimes contra os membros da comunidade de Mauchiga foram organizados e cometidos. A sede do Koramil de Dare ficava localizada entre dois centros de detenção. A escola primária estava localizada mesmo por detrás do Koramil e o mercado ficava mesmo em frente, do outro lado da rua. A maior parte das pessoas que foram capturadas foram primeiro levadas para este Koramil, antes de ser determinado o seu destino final.

219. Para muitas das mulheres detidas, as sessões de interrogatório eram meros pretextos para serem violadas pelas forças de segurança. “Noite após noite, eles [os militares] levavam as mulheres...diziam que queriam ‘obter informações’ mas, na realidade, limitavam-se a violar as mulheres.” Regra geral, a primeira pergunta feita a uma mulher casada que estivesse a ser interrogada era: “Para onde fugiu o teu marido?”¹⁶² A violação durante o interrogatório era habitualmente acompanhada por outras formas de tortura física. LH disse à Comissão:

Nós as três [a LH1, a LH2 e eu] fomos a Hatuquero procurar comida. Aí, fomos capturadas pelo chefe da aldeia, que se chamava PS267. Ele levou-nos às três para Aituto [Maubisse, Ainaro] e entregou-nos no Koramil de Dare. [Então,] um Hansip chamado PS54 disse-nos às três: “Porque é que não vêm [comigo] que eu faço das três minhas mulheres?” Depois de dizer isto...ele começou a bater-me com uma grande cana de bambu. A seguir, tirou alguns fósforos do bolso das calças e queimou-me a boca, as orelhas, os braços e o corpo, até a minha pele ter ficado negra e inchada. Depois de me queimar, ele ordenou-me que despisse todas as peças de roupa que eu tinha no corpo, foi chamar um [soldado das] ABRI e os dois revezaram-se a violar-me.¹⁶³

220. Algumas mulheres eram chamadas para serem interrogadas na sede do *Koramil*, enquanto que outras ficavam ali detidas. A LH1, bem como a LH, a MH e a NH, permaneceram detidas na cozinha do *Koramil* de Dare durante uma semana, antes de serem transferidas para uma casa em Dare. A LH1 foi a única mulher que não foi violada enquanto permaneceu na cozinha do *Koramil*.¹⁶⁴

221. As instalações das *ABRI* em Dare não foram o único lugar onde os soldados violaram as mulheres de Mauchiga. OH e PH, duas mulheres que cozinharam para uma reunião clandestina, para preparar o ataque das Falintil ao *Koramil* de Dare, foram violadas durante a sua detenção no *Kodim* de Ainaro.¹⁶⁵ Um dos perpetradores foi o sargento-mor PS269 [indonésio]. Ele violou a OH depois dela ter sido interrogada e espancada nas costas, até ficar incapacitada de andar. Nessa altura, a OH estava grávida de dois meses. OH1, que tinha sido detido numa cela do *Kodim* de Ainaro, juntamente com outros homens, alguns dias antes da OH e da PH serem capturadas, nomeou outros perpetradores:

No dia 11 de Junho de 1982, eu ainda estava na cela quando um soldado das ABRI me levou para ser interrogado porque, a informação que lhes tinha dado, na opinião deles, não correspondia à verdade. Eles espancaram-me, pontapearam-me, beliscaram-me, queimaram-me e electrocutaram todo o meu corpo. No dia 12 de Junho de 1982, eles apanharam a PH e a OH e puseram-nas às duas numa cela. A seguir, ambas foram violadas.

Um dia, aconteceu a mesma coisa a uma mulher cujo nome eu não conheço. Ela era de Ainaro. As ABRI e a Hansip também a violaram. Eu sei porque ela estava na cela ao lado da minha e eu ouvi tudo através da parede. Eu ouvi-a a gritar, uma coisa deste género: “Eu estou grávida de cinco meses. Porque é que têm de me violar assim?” Naquela altura, os responsáveis eram o PS270 e o PS271 [indonésios]. O PS271 era um agente da Intel que raramente vestia uniforme. Um dos homens que violou a PH e a OH foi o PS272 (primeiro-sargento, chefe da Intel local). O outro, o PS406, era um agente dos serviços de informação que também só raramente usava uniforme.¹⁶⁶

222. QH também esteve detida no *Kodim* de Ainaro durante um ano, antes de ser libertada da sua cela para iniciar uma situação de escravidão sexual doméstica, na sequência de negociações entre os soldados do *Kodim*.¹⁶⁷

223. RH ficou numa cela escura quando esteve detida no posto das *ABRI*:

Eu estive em Nunu Mogue [Hatu Bulico] durante três meses, sempre sob o controlo das ABRI. Um Hansip foi a minha casa inesperadamente e disse que eu e três dos meus amigos...tínhamos sido convocados pelo Kasi I Pak PS271, pelo PS270 e pelo PS273 [indonésios]. Quando lá chegámos, eles interrogaram-me sobre o ataque das Falintil a Mauchiga. Como eu não lhes disse a verdade, eles puseram-me numa cela secreta, cuja porta e janelas foram trancadas. Fiquei nessa cela escura durante algumas semanas. Uma noite, quando eu estava a dormir, um soldado das ABRI que estava de guarda à porta entrou de repente na cela e fez-me uma coisa feia [violou-me]. Depois de acabar, ameaçou-me: "Não contes nada a ninguém." Ao todo, estive naquela cela escura durante três meses.¹⁶⁸

224. Dezenas de pessoas de Mauchiga permaneceram detidas no mercado de Dare, situado frente ao *Koramil*. O mercado era um pátio aberto com uma cobertura de colmo. Alguns dos que foram capturados e ficaram detidos no mercado só lá passaram uma noite, antes de serem levados para o edifício da escola primária, do lado oposto da rua. Outros dos detidos de Mauchiga ficaram lá por vários meses, enquanto se construíam abrigos provisórios perto do local. Os membros das *ABRI* e da *Hansip* violaram, pelo menos, cinco mulheres durante o período de detenção no mercado. Eram levadas durante a noite e violadas nas traseiras do mercado. Duas mulheres encontravam-se em avançado estado de gravidez quando foram violadas. SH relatou à Comissão:

Na noite de 17 de Setembro de 1982, vários membros da Hansip foram ao sítio onde eu estava e disseram que o comandante me queria interrogar. Assim que saímos do Koramil, eles violaram-me de imediato. [Os perpetradores] foram o PS274, o PS275, o PS276 e o PS277. Durante a violação, o PS277 segurou uma tocha para iluminar o local onde nos encontrávamos. Nessa altura, eu estava grávida de cinco meses.¹⁶⁹

225. TH foi violada à noite na véspera de dar à luz. Ela afirmou à Comissão:

Foi a meio da noite que quatro Hansip vieram ao sítio onde estávamos. Eles perguntaram: "Onde está o Tomas, o teu marido?" "O meu marido fugiu, não sei onde está." "Estás a mentir!" Depois levaram-me para o exterior...[O]s quatro Hansip violaram-me à vez. Enquanto era violada, um homem segurava uma tocha apontada para mim e para o que me estava a violar. Isto continuou até eles acabarem. Eu sentia-me muito esfomeada e fraca, porque eles me tinham violado sem parar até de manhã. Quando acabaram, eu estava a chorar, mas o que é que eles disseram? "Porque é que estás a chorar? Os nossos pénis são iguais ao do teu marido. Nós fizemos isto para o bebé sair [nascer] mais depressa." Depois foram-se embora. Consegui levantar-me, segurando-me às árvores em redor e andar até ao nosso sítio. A barriga doía-me muito. Sangrei copiosamente durante duas horas. Compreendi que estava quase a ter o bebé. Fui perguntar se podia usar a cozinha daqueles que viviam perto do Koramil, para dar à luz. Por fim, eles deram-me um sítio e eu dei à luz o meu filho naquela cozinha, no dia 18 de Setembro de 1982, às 10 horas da manhã.¹⁷⁰

226. Os depoimentos daqueles que sobreviveram à violência mostram que foram feitos esforços no sentido de separar os detidos das detidas. Segundo o depoimento de Albertina Martins, um grupo foi atacado enquanto participava num *koremotan* [velório] tradicional em Maubisse e foi levado para Dare.^{xviii} À chegada, os homens foram separados das mulheres. Estas foram levadas para o mercado, enquanto que “todos os homens do grupo foram levados para a Ilha de Ataúro.”¹⁷¹

227. No final de Agosto de 1982, a escola primária situada por detrás da sede do *Koramil* de Dare foi confiscada pelas *ABRI* durante cerca de seis meses, para ser usada como centro de detenção provisório. Muitas das detidas foram torturadas e violadas na escola. A partir de 22 de Agosto de 1982, os residentes de Mauchiga foram levados para o edifício em grupos, à medida que iam sendo capturados. Alguns ficaram lá durante dias ou semanas, outros durante meses. Quando alguém era removido [da escola], uma outra pessoa era trazida para ocupar o lugar vago. Entre o início e o final de Setembro, o número de pessoas levadas para a escola foi diminuindo; a partir de Outubro, já quase mais ninguém deu entrada na escola. Entre Março e Abril de 1983, todos os que tinham estado detidos na escola já haviam sido transferidos e a escola reassumiu a sua função original.

228. Em 1982, o edifício da escola primária tinha quatro salas grandes. Cada sala tinha uma porta de madeira e janelas grandes, tapadas com arame farpado. Três das salas foram utilizadas para albergar os detidos. Aqueles que estavam detidos em determinada sala não podiam olhar para, nem misturar-se com, os detidos das restantes salas. Os detidos tinham de dormir no chão e todos os dias eram libertados o tempo suficiente para procurarem a sua própria comida. As *ABRI* usavam uma das quatro salas, localizada numa das extremidades do edifício, como escritório e sala de interrogatórios. Era frequente as mulheres serem convocadas ao “escritório” para serem “interrogadas”. A sala tinha mesas, livros e outros equipamentos de escritório, assim como um colchão e uma almofada, que eram usados quando as mulheres eram violadas.

229. Os dados recolhidos pela Comissão sugerem que existia um padrão de violação que respeitava a hierarquia da patente dos infractores. Os oficiais de patente mais elevada usavam o “escritório” das *ABRI* na escola para efeitos de violação. Os *Hansip* e os soldados das *ABRI* de baixa patente tendiam a ir ao edifício da escola a meio da noite. Eles arrastavam as mulheres para o exterior e violavam-nas entre a erva alta que rodeava a escola. PS278 trabalhou como *TBO* para PS279, um membro indonésio do Batalhão de Engenharia de Combate 5 (*Batalyon Zeni Tempur, Yon Zipur*, ou só, *Zipur*). O PS278 depôs perante a Comissão sobre um dever que lhe era atribuído:

*Quando eles queriam uma mulher, uma das minhas obrigações adicionais era ir à escola, e informar os pais da rapariga que eles queriam usar. Os pais tinham que fazer com que ela se lavasse e ficasse à espera, numa sala vazia, dentro da escola. A porta estava sempre aberta. No chão existia um colchão com uma almofada. Se a sala estivesse a ser usada, então a porta estaria trancada pelo lado de dentro. Esse era o meu dever. Eu tinha de ir à escola mais ou menos duas vezes por semana. Só o PS279 me mandava fazer isso. Eu ia durante a tarde e voltava imediatamente para o posto. Depois, o PS279 ia e voltava outra vez; não ficava lá. Talvez o comandante soubesse, mas não havia nada que pudesse fazer, pois o PS279 era um homem brutal e tinha-se apossado do poder. Uma vez, durante a noite, quando levaram uma mulher para o posto, eu só a ouvia gritar. Mas de manhã não a vi.*¹⁷²

^{xviii} *Koremotan* significa “levantar o luto”. É uma cerimónia tradicional realizada 12 meses após a morte, momento em que os parentes podem abandonar as vestes negras simbólicas do luto. Habitualmente é acompanhada por cantos e dança.

230. UH tinha apenas 15 anos quando foi repetidamente violada por membros das ABRI, do Batalhão de Engenharia de Combate (*Batalyon Zeni Tempur, Yon Zipur*) e da Hansip.

Nessa altura, eu tinha 15 anos, era muito nova. Quando cheguei a Dare, verifiquei que todas as mulheres, as crianças pequenas e os idosos estavam detidos na escola. Enquanto ali permaneci, eles assediaram-me todas as noites. O PS280 e o PS281, membros das ABRI e da Hansip, levavam-me para o quarto de um soldado indonésio chamado PS279. O quarto era um escritório e também um quarto de dormir. Ele tinha uma arma pequena e estava totalmente fardado com o uniforme das ABRI para me “atacar”...Na segunda noite, um Hansip de Habuilico [Ainaro] fez-me a mesma coisa. Ele fê-lo ao ar livre, de pé. Na terceira noite, aconteceu-me a mesma coisa no quarto do PS279. Na quarta noite, um soldado das ABRI, o PS229 [indonésio], levou-me para casa do seu amigo PS283. O amigo não estava e o PS229 fez-me aquela coisa vergonhosa.¹⁷³

231. Apesar da sala de interrogatório na escola ter sido usada como local de violação das mulheres, a maioria das violações ocorreu no exterior, ao ar livre, tal como descrevem os dois depoimentos que se seguem. VH contou à Comissão:

Após ter estado detida na escola durante um mês, alguns Hansip – o PS284 de Tatiru Dare; o comandante do batalhão, PS54, o PS286 e o PS287 – chamaram-me para um interrogatório; todavia, assim que eu saí da escola eles levaram-me para o mato e violaram-me.¹⁷⁴

232. WH, cujo marido tinha fugido para as montanhas, relata:

Quando eu cheguei à escola, os soldados das ABRI e os Hansip mostraram as suas verdadeiras intenções. Quando não havia raparigas novas, então as mulheres mais velhas tornavam-se as suas vítimas. Um Hansip que eu conheço, o PS288, de Dare Mulo, fez-me aquela coisa má. A princípio, ele fingiu querer saber sobre o paradeiro do meu marido, mas por fim descarregou a sua ira em cima de mim, entre a erva alta, no exterior da escola.¹⁷⁵

233. Durante a sua detenção na escola primária de Dare, foram ali violadas perto de um terço das mulheres com idade igual ou superior a 15 anos.

Table 2 - Mulheres detidas no edifício da escola primária, Dare, Ainaro, 1982/1983

No	Data da detenção (1982)	Nome	Idade Aproximada	Crianças que acompanhavam a detida	Violência sexual relatada durante a detenção na escola
1	23 Agosto	XH	22		violação (posteriormente: escravidão sexual)
2	25/26 Agosto	VH	25	uma criança pequena, um bebé de colo	violação
3	"	Orlanda da Costa	18/20	um bebé de colo	
4	"	YH	15		violação
5	"	ZH	15		violação
6	"	UH	15		violação
7	"	AI	38	uma criança pequena, um bebé de colo	tentativa de violação
8	"	Mariana da Costa	40	oito crianças	
9	"	BI	22		(posteriormente: escravidão sexual)
10	Final Agosto	Eduarda da Costa	33	três crianças, um bebé de colo	
11	"	Celestina da Silva	30	uma criança	
12	"	FH	33	seis crianças, um bebé de colo	(antecedente: tortura sexual)
13	"	DH	36	duas crianças	(antecedente: tortura sexual)
14	"	EH	26	um bebé de colo	(antecedente: tortura sexual)
15	"	Laurentina de Orleans	44	cinco crianças, um bebé de colo	
16	Início Setembro	WH	35	uma criança	violação
17	Meio Setembro	CI	40	três crianças	violação
18	"	Joana Britos	Desconhecida	cinco crianças, um bebé de colo	
19	"	DI	20	duas crianças	violação
20	"	EI	25		tentativa de violação
21	"	Elisa Barbosa	50		
22	30 Set/1 Out	Armanda Barbosa	45	duas crianças	
23	Desconhecida	FI	adolescente		violação
24	Desconhecida	IH	14		
25	Desconhecida	Silvina Barbosa	Desconhecida		
26	Desconhecida	Juliana B	40		
27	Desconhecida	Josefa de Conceição	30+		
28	Desconhecida	Bendita Barbosa	22		
29	Desconhecida	TH	25		violação

234. Por volta de meados de Setembro, com o mercado e a escola primária cheios de detidos, as *ABRI* viram-se na necessidade de encontrar alojamento alternativo. Alguns dos detidos receberam autorização para ficarem com familiares ou conhecidos que vivessem perto do *Koramil* de Dare. No entanto, viver numa casa, em vez de na escola ou no mercado, não representava qualquer garantia de segurança para as mulheres. BI contou à Comissão:

*Todas as noites, os soldados das ABRI vinham buscar-me a casa, para ir com eles a uma festa e para dançar com eles [perto de Dare]. Eles usavam essa oportunidade para satisfazer a sua luxúria. Por fim, eu tive um filho de um soldado da Nanggala 16, chamado PS289.*¹⁷⁶

235. Os militares determinavam os locais onde os detidos poderiam construir as suas próprias casas. Dois dos lugares mencionados foram Lebukua, um pouco acima da escola em direcção à Monte de Blehetu e Fatuk Hun, um bairro de Dare. Quando todos os cantos de Dare ficaram saturados com os detidos de Mauchiga, o comandante do *Koramil* obteve a ajuda do chefe de aldeia de Nunu Mogue para aí alojar alguns dos detidos. A situação em Nunu Mogue não diferia grandemente de Dare. Não existiam instalações para os deslocados, pelo que as pessoas de Mauchiga tiveram de construir cabanas muito simples, com materiais que apanharam na floresta. Tal como em Dare, as mulheres deslocadas para Nunu Mogue também estavam vulneráveis à violência sexual. Um dia, quando GH^{xix} saiu de casa para ir buscar água, foi seguida por um *Hansip*, que a violou.¹⁷⁷

236. A violação foi cometida não só contra as mulheres de Mauchiga, mas também contra as mulheres das comunidades vizinhas. GI, da aldeia de Mulo, (Hatu Builico), descreveu o seu sequestro na altura do ataque do Batalhão de Infantaria 745 a Hautio, em 1982. Sob o pretexto de que o chefe da secção dos serviços secretos do *Kodim* de Ainaro a tinha convocado, a GI foi levada para um posto de comando, onde foi violada repetidamente por três membros do Batalhão de Infantaria 745. Anteriormente, a GI também já tinha sido torturada e violada pelo chefe da secção dos serviços de informação PS229 [indonésio] e por dois membros do *Kodim* 1633, o PS291 e o PS292 [indonésios].¹⁷⁸

237. A violação e a escravidão sexual continuaram em Dare muito depois do primeiro ataque de retaliação e das prisões em massa de Agosto e Setembro de 1982. HI foi capturada em 1984, por o seu tio ser membro das Falintil. No *Koramil* de Dare, foi espancada por 10 membros da unidade especial de combate (*Nanggalla*) e depois levada para o *Kodim* de Ainaro, onde foi despida e electrocutada durante duas horas, até perder a consciência. Depois disso, foi forçada a viver durante três meses numa situação de escravidão sexual com PS229, o chefe da secção dos serviços de informação do *Kodim* de Ainaro.¹⁷⁹

E.2 Prisão na Ilha de Ataúro, Dili

238. Na sequência do levantamento falhado, os detidos de Mauchiga foram enviados para Ataúro em, pelo menos, três vagas distintas de deslocações. No dia 30 de Agosto de 1982, foi enviado o primeiro grupo de Mauchiga para Ataúro. O grupo incluía homens capturados antes do ataque das Falintil ao *Koramil* de Dare, alguns detidos no *Kodim* de Ainaro e outros detidos no *Koramil* de Lesuati. O segundo grupo partiu para Ataúro no dia 16 de Outubro de 1982 e o terceiro no dia 6 de Janeiro de 1983. A Comissão recebeu uma declaração da comunidade de Mauchiga com a lista dos nomes das pessoas que morreram, ou que foram detidas. Indicava que 431 pessoas foram enviadas e presas em Ataúro: 202 homens e 229 mulheres.¹⁸⁰ As condições de vida em Ataúro eram extremamente deficitárias, com a instalação na ilha de mais de 3.000 detidos, vindos de todos os pontos de Timor-Leste. Pelo menos 56 detidos da região de

^{xix} A GH é a mesma mulher cujo caso de violação no posto de Mantutu, pouco depois de Mauchiga ser arrasada, está referido atrás neste subcapítulo.

Mauchiga – homens, mulheres e crianças – morreram devido a doença, a falta de água e a má-nutrição durante o período de prisão em Ataúro. A Comissão não encontrou provas de violência sexual durante este período. (Ver Capítulo 3: História do Conflito; Capítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome).

239. No dia 27 de Novembro de 1984, após dois anos de prisão em Ataúro, cerca de 300 pessoas de Mauchiga e de aldeias vizinhas foram mandadas de regresso ao distrito de Ainaro.¹⁸¹ Foram transferidas para Bonuk (Hatu Udo, Ainaro), uma zona não habitada na costa sul do distrito de Ainaro. Várias fontes referiram que a vida em Bonuk era semelhante aos primeiros meses vividos em Ataúro: "...[nós] sofremos mais por comparação com a vida em Ataúro, porque Bonuk era muito remoto, seco e cheio de mosquitos."¹⁸² A única comida que tinham era um resto de milho que tinham trazido consigo de Ataúro. Depois de cerca de 50 dias em Bonuk e na sequência da visita do governador Mário Viegas Carrascalão, os detidos de Bonuk foram levados de volta para Dare. Voltaram a ficar próximos do centro local de controlo da população de Mauchiga, o *Koramil* de Dare. Na viagem entre Bonuk e Dare, cerca de 20 a 30 homens e mulheres que eram considerados os dirigentes da Resistência ficaram detidos em Mau-ulo III, uma aldeia que dista cerca de um quilómetro de Ainaro.^{xx} Foi-lhes ordenado que construíssem casas para aí permanecerem. Não existem registos de terem ocorrido violações sexuais em Ataúro ou em Bonuk.(Ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-tratos)

240. A maioria da comunidade de Mauchiga acabou por ser enviada de regresso a Dare. Comparados com os anos vividos em Ataúro, as condições em Dare eram piores, principalmente porque o controlo militar era muito mais apertado dentro e à volta de Dare. Os que tinham chegado de Bonuk foram obrigados a apresentarem-se no *Koramil* antes de autorização de regresso às suas próprias casas. JL mudou-se para a habitação tradicional da sua família em Dare e permaneceu ali por mais de três anos. JL afirmou à Comissão:

Na primeira noite que lá passámos, um soldado das ABRI, PS294, chefe de secção III^{xxi} de Java Orienta, foi lá a casa com um TBO. Eles disseram-me que saísse, mas eu recusei-me. Na segunda noite, [o soldado das ABRI] apareceu sozinho, fardado e armado com uma pistola, tal como na primeira noite e ameaçou matar toda a minha família. A minha mãe teve de dizer: "É melhor cederes." Portanto, antes de ser transferido para Ainaro, o PS294 foi a minha casa [todos os dias] durante uma semana e violou-me. Eu fiquei grávida em consequência deste relacionamento. Tinha acabado de dar à luz quando um soldado das ABRI, o PS229, me deu uma lata de milho para comer, para eu poder amamentar o bebé...Quando...[a minha filha] tinha cinco meses, o primeiro-sargento PS391 [indonésio] quis ter um relacionamento comigo, mas eu recusei-me. A partir daí, nunca mais fui assediada por soldados que me quisessem violar.¹⁸³

^{xx} Localizado na estrada entre Ainaro e Suai, Mau-ulo III não ficava longe do conhecido local de execuções de Builico, popularmente conhecido por Jacarta II (ver Subcapítulo 7.4: : Prisão, Tortura e Maus-Tratos). As pessoas deixadas em Mau-ulo III sabiam da existência de Jacarta II e isto deve ter tido um factor adicional de repressão a que estiveram sujeitos enquanto ali viveram. Na estrada para Suai, mesmo antes de Mau-ulo III, também existia um posto do exército onde o material de guerra era armazenado. Um pelotão de 30 a 40 soldados prestava serviço nesse posto.

^{xxi} O *Kasi* ou *Kepala Seksi* (chefe de secção) III tratava de assuntos territoriais; o *Kasi I* era o chefe de Secção dos Serviços de Informação.

E.3 Prisão em Dotik (Alas, Manufahi)

241. Em geral, o povo de Mauchiga que tinha sido capturado nas grutas ou áreas florestadas do Monte Kablaki, acima de Same, ficava detido no *Kodim* ou no *Koramil* de Same. No dia 7 de Janeiro de 1983, cerca de 100 pessoas da região de Mauchiga, mais de 70% das quais eram homens, foram transferidos de Same para Dotik, uma aldeia a sul de Alas, na costa sul de Manufahi. Quando chegaram, depararam-se com um posto das *ABRI* e uma dezena de famílias que já lá viviam. No entanto, não havia casas nem terras de cultivo disponíveis para eles e as *ABRI* não lhes designaram um lugar para viver. O chefe de aldeia de Dotik, Eusébio, atribuiu-lhes uma área de terra não cultivada, que ficava a alguma distância do posto das *ABRI* e das outras famílias. Ali, eles viveram debaixo de lonas distribuídas pelas *ABRI*, até construírem as suas próprias casas com materiais da floresta. Tal como Bonuk, também Dotik era quente, a água escasseava e os mosquitos eram abundantes. Em torno do perímetro do conjunto de habitações, foram construídos quatro postos do Sistema de Segurança de Zona (*pos Siskamling*), um em cada direção – norte, sul, este e oeste. A guarnição dos postos era constituída por membros do Batalhão de Infantaria 745.

242. Pelo menos três mulheres foram violadas em Dotik. Em 1982, KI, o seu pai, e a sua irmã, viviam numa casa com duas mulheres de Mauchiga, chamadas L e M e com a filha de M, de cerca de seis meses. A KI contou à Comissão:

Nós estávamos em Dotik há cerca de um mês quando as ABRI nos começaram a assediar. Uma noite, a M foi chamada e foi violada porque o seu marido era um comandante das Falintil. Ele já faleceu. Mas não foi só a M; nós as três fomos todas violadas. Semanalmente, ou a cada duas semanas, eles limitavam-se a aparecer, vindos do seu posto em Dotik, sempre que queriam dormir com uma mulher. Algumas vezes aparecia um de cada vez, outras vezes apareciam em grupo e revezavam-se para nos violar, até já não quererem mais. Da primeira vez que apareceram, dispararam as armas dentro da casa. Nessa altura, o meu pai disse: “Agora estamos à mercê deles, é melhor que vocês [três raparigas] lhes cedam.” A partir daí, começaram a aparecer periodicamente.

Também havia um Babinsa indonésio chamado PS295. Ele aparecia continuamente para nos assediar a todas mas, por fim, tomou a L como sua “mulher”. Após dois meses naquele posto, ele deu ordens à comunidade para que construíssem uma casa para ele e para a L. Passado um ano e meio, a L deu à luz uma criança. Quando a criança tinha um ano, eles mudaram-se para Dare. A L ficou nessa casa quando o PS295 regressou para a Indonésia. Nas primeiras semanas, o PS295 violou-nos, a mim e à M, mas depois da L ter deixado a nossa casa para ir viver com ele, ele deixou de nos assediar.

Um dia, o PS296, um Babinsa de Bobanaro, foi a nossa casa e ameaçou-me. Eu fui violada por três homens – o PS296 [timorense] e dois soldados indonésios. Enquanto um deles me violava, um outro ficava de guarda. Uma vez, um dos soldados indonésios ameaçou-me com uma pistola apontada à minha garganta. Eu fui violada até que [por fim] tive um filho. Vivi em Dotik durante três anos.¹⁸⁴

243. Em 1984, o governador Mário Viegas Carrascalão visitou a comunidade deslocada em Dotik, tal como tinha feito com as pessoas de Mauchiga que tinham ficado detidas em Bonuk. Pouco tempo depois dessa visita, os detidos em Dotik receberam autorização para regressassem a Dare. Por volta de 1985, as pessoas de Mauchiga que tinham estado aprisionadas em Ataúro, Bonuk, Mau-ulo e Dotik regressaram a Dare. Uma vez mais, eles tiveram de prover às suas necessidades de alimentação e de alojamento. Só mais tarde, por volta de 1987, após cinco anos de deslocações e de dificuldades, é que as pessoas de Mauchiga obtiveram autorização para regressar à sua própria aldeia.

Depoimento de XH, Mauchiga, Hatu Bulico, Ainaro

A história de XH inicia com o ataque das Falintil às sedes do Koramil de Dare e de Ainaro e com a operação de retaliação das ABRI, a 20 de Agosto de 1982. A XH ajudou a tomar conta de um soldado ferido das Falintil, que descobriu perto de sua casa:

Talvez por o ter ajudado passei a ser suspeita e naquela tarde fui capturada pelas ABRI e pela Hansip na minha casa em Mauchiga e fui levada para Dare. Nessa altura, apenas estavam mulheres detidas no posto do Koramil em Dare. Ali, as ABRI e a Hansip começaram a torturar cada uma de nós. Antes de me violarem, espancaram-me...utilizaram armas para me baterem na região das costelas até eu ficar ferida e pontapearam-me na região lombar com botas militares até ficar incapaz de andar...Depois violaram-me. A seguir à violação, queimaram-me no rosto e nos braços com pontas de cigarro até a minha pele ficar enegrecida. Fizeram[-me] tudo isto durante mais de um mês no posto do Koramil de Dare.

Também fui tratada como escrava. Todos os dias tinha de lavar roupa, cozinhar e fazer outras tarefas domésticas para as ABRI. Também me obrigaram a usar um uniforme das ABRI. Foi-me entregue uma mochila, um rádio, uma pistola e munições. Ensinaram-me a usar o equipamento, para que eu os pudesse acompanhar ao Monte Kablaki, na busca de comandantes das Falintil. A mochila era tão pesada que por vezes eu caía. Uma vez caí no meio de um rio e fiquei com as roupas todas encharcadas, mas as ABRI não quiseram saber de mim e mandaram-me prosseguir a marcha. Quando chegámos [ao nosso destino], entregaram-me aos soldados que lá estavam para me violarem. Depois, regressámos ao posto do Koramil de Dare, com a desculpa de que não se tinha encontrado nenhum comandante das Falintil. No dia seguinte, recusei-me a participar em mais operações.

Nessa altura as ABRI...[utilizavam as instalações da escola atrás do] posto do Koramil de Dare. Disseram que era para...alojar as mulheres cujos maridos estavam presos em Ataúro. Não se tratava exactamente de uma escola, mas de um lugar onde as mulheres tinham de viver com os soldados das ABRI. Era ali que eu vivia. Todos os dias era chamada para ser interrogada, mas, mesmo antes de começarem, já tinham recebido informação falsa sobre mim de um comandante da Hansip, um timorense que vivia em Hatu Bulico. Se eu não respondesse de acordo com a informação falsa que tinham recebido deste comandante, seria torturada e violada. Eu não fui a única a ser violada, havia mulheres ainda a amamentar, mulheres cujos filhos tinham cerca de dois meses e outras cujos filhos tinham três ou quatro anos. Quando os soldados violavam as mulheres, levavam-nas para o exterior e separavam-nas dos seus filhos. Mesmo quando as crianças choravam, os soldados pouco se importavam. Tudo o que queriam era satisfazerem a sua luxúria. Eles também violaram mulheres grávidas.

O Tomás era o marido de uma das mulheres [que estava detida]. Eles amarraram-lhe as duas mãos atrás das costas e arrastaram-no ao longo de Dare preso a um camião Hino. Enquanto era arrastado, as ABRI e a Hansip bateram-lhe com bastões de madeira sempre que ele passava por eles, até que o corpo dele ficou desfeito e o branco dos ossos se tornou visível. Apenas o seu rosto parecia intacto. Um outro homem jovem foi metido dentro de um saco plástico de açúcar, de 50 quilos. Não foi o saco propriamente dito que eles usaram, mas o seu forro de plástico. Eles amarraram o saco de plástico à volta dele, verteram querosene por cima e queimaram o jovem vivo. Por muito estranho que pareça, quando ele já estava morto – o seu corpo estava completamente queimado – mas continuava ajoelhado e com a mão direita erguida. Eu vi com os meus próprios olhos a forma sádica como eles trataram esses dois homens.

Por fim, senti que tinha de encontrar uma solução, por isso fugi para o convento das Irmãs em Ainaro para continuar a minha formação profissional [SMPK] em Ainaro. Para conseguir autorização para sair, disse que tinha de tratar de um assunto urgente em Ainaro, mas em vez disso fugi e consegui regressar à escola, se bem que não por muito tempo...[as ABRI]...escreveram uma declaração...[onde me acusavam de estar] ligada às Falintil. Depois, levaram essa declaração falsa ao reitor da escola...e, em Setembro de 1982, eles voltaram a capturar-me, na escola de Ainaro. Quatro homens foram buscar-me – dois [soldados das] ABRI e dois membros da Hansip timorenses – e levaram-me de regresso ao Kodim de Ainaro.

Quando chegámos ao Kodim, o chefe de secção dos serviços de informação tinha ido à aldeia de Cassa [Ainaro, Ainaro] pelo que tive que esperar até ao seu regresso. Ele perguntou imediatamente ao seu subordinado: “É esta a XH? Espera que eu primeiro vou tomar um banho. ”Depois de tomar banho, chamou-me imediatamente, não para a sala de interrogatório mas para o seu quarto, para ser violada. Depois disso, começaram a interrogar-me, [fazendo-me] todos os tipos de acusações: “Tu fornecestes comida às Falintil, não foi? A tua casa não foi usada para reuniões das Falintil?” Eu neguei tudo e foi aí que me começaram a torturar pela segunda vez. Depois, bateram-me na cabeça com uma cadeira de madeira até o sangue escorrer pela minha cara e para as minhas roupas. Ao mesmo tempo, colocaram-me cabos eléctricos nos ouvidos para me electrocutarem. Também me electrocutaram as mãos e os pés. Dei saltos por todo o lado até o meu sangue congelar. De cada vez que me bombardeavam com uma pergunta, queimavam-me com pontas de cigarro – na boca, no rosto e noutras partes do meu corpo – ou electrocutavam-me. Quando fiquei indefesa, violaram-me outra vez. Depois levaram-me para a casa de banho do escritório do chefe dos serviços de informação e detiveram-me lá durante três meses. Todos os dias, quando os soldados lá entravam para utilizar as instalações, eu tinha de sair...Fosse o que fosse que lá fizessem, nunca puxavam o autoclismo. Foi ali que eu vivi, dormi e comi durante três meses. Punham a minha comida numa pequena lata de leite condensado e isto era tudo o que eu recebia, uma vez por dia. A água para beber também era dada dentro daquela lata. Durante três meses nunca mudei de roupa nem tomei banho.

Certo dia, todo o pessoal das ABRI foi a Díli participar num evento. Enquanto estavam ausentes, um funcionário público timorense aproveitou a oportunidade para tentar violar-me. Começou a tocar-me e disse que me considerava como a sua segunda “mulher”. Eu lembrei-lhe: “Tu já tens uma mulher e eu também tenho um marido. Não me trates como aqueles estrangeiros. O meu marido há-de voltar de Ataúro e, quando estivermos a caminhar juntos, o que é que vais [então] dizer?” Desta maneira, consegui evitar que ele me violasse.

À tarde, quando as ABRI regressaram de Díli, o funcionário público relatou-lhes o acontecimento dizendo: “A XH disse que continua a pensar no seu marido das Falintil que continua no mato.” Mas eu nunca tinha dito nada daquilo. Nessa noite, as ABRI levaram sete homens e duas mulheres detidas, eu própria incluída, para nos atirar de Builico [uma ravina muito profunda, também conhecida como Jacarta II]. Quando chegámos, os homens foram obrigados a ficar de pé, na borda da ravina e depois foram empurrados para a sua morte. Quando nos tentaram empurrar a nós, mulheres, agarrámo-nos às suas pernas para que, se caíssemos, também os soldados caíssem connosco. Um dos comandantes disse: “Então, queremos matá-las ou levamo-las de volta?” Um outro soldado disse que seria melhor levar-nos de volta, uma vez que os outros já estavam mortos. Assim que regressámos, a minha amiga e eu fomos imediatamente torturadas e violadas.

Não se passava um dia sem que fôssemos violadas. A qualquer hora e em qualquer dia, as minhas amigas e eu éramos violadas.

Um dia, uma amiga chamada Maria foi convocada para o gabinete do chefe de secção dos serviços de informação. A Maria também estava detida. Quando estava no escritório do chefe de secção dos serviços de informação, ela viu-me na casa de banho e sussurrou através de um pequeno orifício na parede: “O melhor é confessares tudo o que eles queiram, para poderes sair depressa dessa casa de banho. Seja o que for que te perguntem, concorda com eles e diz-lhes que eu, a Maria, era a tua comandante.” Por fim, acabei por dizer às ABRI que a Maria era a minha comandante. Depois desta confirmação sobre a Maria, eles libertaram-me da casa de banho e mudaram-me para uma cela da prisão, onde fiquei três meses, até Abril de 1983, altura em que fui libertada e regressei a Dare.¹⁸⁵

Esclavidão sexual durante a consolidação da ocupação (1985/1998)

244. Tal como sucedeu nos casos de violação, também o número de casos de esclavidão sexual ocorridos no período de 1985 a 1998 foi muito inferior, quando comparado com o número de casos ocorridos no período pós-invasão e em 1999. Estes dados coincidem com o decréscimo do número de casos de detidas, como revela o seguinte gráfico:

[[BENETECH]**

245. Os dados disponíveis revelam um decréscimo da esclavidão sexual militar e um aumento dos casos de esclavidão sexual doméstica, ou seja, quando um membro das forças armadas faz uso do poder que a sua posição lhe confere, bem como da força das armas, para obrigar uma mulher a submeter-se a um relacionamento sexual num contexto doméstico.

246. K foi vítima de esclavidão sexual doméstica durante cinco anos, entre 1985 e 1989, perpetrada pelo comandante do *Koramil* do subdistrito de Laclubar (Manatuto). Logo de início, o comandante, que se chamava PS297, derrubou a porta da casa de K a pontapé, porque os pais dela recusaram abri-la. Ameaçando-a com uma arma, PS297 forçou K a despir-se e violou-a na sua própria casa. Os pais de K não podiam aceitar tal situação, pelo que lhe bateram, para que ela se recusasse a ter qualquer tipo de relacionamento com o PS297. Contudo, este continuou a visitar a casa de K com o propósito de ter relações sexuais com ela. Por fim, a K engravidou e deu à luz um filho, que morreu pouco depois de ter nascido. A situação prolongou-se durante cinco anos, até o PS297 regressar a Sumatra, ao terminar a sua comissão de serviço em Timor-Leste.¹⁸⁶

247. A Comissão também obteve provas da prática de tráfico de mulheres a troco de evitar, ou pôr fim, à tortura de familiares. N1, da aldeia de Bado-Ho'o (Venilale, Baucau), foi preso por um oficial militar de aldeia (*Babinsa*) chamado PS298, em Agosto de 1986. Antes de o prender, PS298 tinha pedido à N, a irmã de N1, que tivesse relações sexuais com ele. Perante a sua recusa, PS298 prendeu N1 e levou-o para um posto militar, onde foi torturado. Acusaram-no de ser membro de um grupo perturbador da segurança (*GPK*) e da Fretilin. O N1 foi pontapeado e agredido na boca com uma arma, até os dentes lhe caírem. No dia seguinte, foi obrigado a ficar de pé, junto ao poste da bandeira do posto, ao sol, de manhã até à tarde. No segundo dia, o N1 foi ameaçado com um mês de detenção e tortura, se não entregasse a sua irmã. Por fim, para salvar o irmão, a N viu-se obrigada a aceitar uma situação de esclavidão sexual doméstica com PS298.¹⁸⁷

248. Algumas das vítimas de esclavidão sexual, infligida por soldados indonésios, também se tornaram alvo do mesmo crime cometido por timorenses pertencentes a grupos civis. LI testemunhou ter vivido uma situação de esclavidão sexual, imposta por um soldado do *Koramil* de Laleia (Manatuto) chamado PS299, que teve início em 1980 e durou seis anos. Em 1986, foi de novo coagida a uma situação de esclavidão sexual, desta vez por PS300, [timorense]. Ele era membro da *Hansip* do mesmo *Koramil*. Sob a ameaça de uma arma, a LI foi violada noite após noite, na sua própria casa. No final, acabou por ter de assumir sozinha a responsabilidade de criar os seus dois filhos, um de cada um dos relacionamentos.¹⁸⁸

Depoimento de MI, Lalerek Mutin, Viqueque

MI é uma mulher pequena e com voz doce. Ela teve a coragem de partilhar as suas vivências de escravidão sexual doméstica com a Comissão em Abril de 2003.

Após a revolta da *Hansip*, liderada pelo comandante Ular, à qual se seguiu os massacres de Kraras, na vila de Bibileo (Viqueque, Viqueque) em Setembro de 1983, a população sobrevivente de Kraras, na sua maioria constituída por mulheres, foi transferida pelos militares indonésios para uma aldeia chamada Lalerek Mutin. Mais tarde, esta aldeia veio a ser conhecida por “aldeia das viúvas”. Na altura dos massacres de Kraras, a MI estava grávida de dois meses. Ela refugiou-se na floresta com o marido, mas depois rendeu-se. Quando a criança tinha cinco dias, o marido dela abandonou a floresta.

Depois dele se ter rendido...regressou a casa, onde vivemos durante um mês. Em Março [de 1984], as ABRI intimaram-no a servir como auxiliar de operações [TBO]. Depois de se ter ido apresentar, o meu marido nunca mais regressou. Assassinaram-no, talvez, na mesma noite em que o intimaram.

Quando o filho da MI tinha um ano e dois meses, adoeceu e acabou por morrer por falta de assistência médica. Juntamente com outros habitantes de Lalerek Mutin, a MI foi forçada a integrar a Brigada Lança (*pasukan tombak*), cuja função era patrulhar a zona. Todas as noites, as viúvas que pertenciam a esta brigada civil eram ameaçadas e assediadas por membros das ABRI.

Uma noite, em 1988, as ABRI deram uma festa que durou muitas noites. PS301, um segundo-cabo indonésio da unidade especial de combate *Nangalla III*, ordenou a MI que comparecesse. Recorrendo a justificações diversas, MI conseguiu evitar esta ordem duas vezes. À terceira vez, três homens foram a sua casa e acordaram-na e forçaram-na a ir à festa. Quando ela chegou à festa, o PS301 acusou-a de albergar um membro das Falintil (conhecidas como movimento de perturbação da segurança - *Gerakan Pengacau Keamanan, GPK*) em casa dela. Ela negou essa acusação. O PS301 dançou com MI até de madrugada não deixando qualquer outro dançar com ela. Já cedo pela manhã, o PS301 ordenou-lhe que regressasse a casa e o aguardasse. Assim que chegou a casa, a MI pegou em água, na faca de colher arroz e num recipiente com comida e partiu para os arrozais com a sua prima. Ela estava muito cansada e adormeceu numa cabana próxima, enquanto a sua prima cuidava dos campos. Pouco depois, um membro da *Hansip* e um timorense seu amigo chegaram ao arrozal, acompanhados pelo PS301 e pelos seus três homens da noite anterior. Quando a encontraram, o PS301 aproveitou a oportunidade para “capturar” a MI, sob a acusação de que entre os fugitivos se encontrava o comandante Ular, o líder da rebelião que tinha atacado o posto da engenharia de combate (*Zifur*) em Kraras. Nessa altura, o PS301 atacou a MI:

Ele começou a esbofetear-me e eu caí. Quando me tentei levantar, ele pisou-me os seios e eu fiquei de novo caída de costas. De seguida, bateu-me nas costas, pegou num tronco grosso de mandioca...e bateu-me com ele. Nem sei quantas vezes o fez, porque não estava a contar, mas bateu-me até me partir o tronco no corpo. Eu não chorei, nem sei porquê, só senti que ia morrer. Quando ele parou de me bater, eu sentia a cara inchada. Depois corri para casa, mas eles seguiram-me até lá.

Antes do PS301 chegar a casa da MI, a cunhada tinha ido relatar o incidente aos líderes do bairro e a uma outra pessoa que tinha ido a casa da MI. Eles olharam para ela, mas não disseram nada. Pouco depois do PS301 ter chegado à casa, pediu uma panela e foi ele próprio ferver água para colocar as compressas no corpo da MI. Quando ele saiu para ir preparar a água, a MI começou a discutir o assunto com os timorenses que se tinham juntado lá em casa.

...os meus sogros, o chefe [do bairro] começaram a dizer-me: “Deixa lá, aceita as investidas dele. Ninguém te vai desprezar por “casares” com ele. Não é porque tu queiras, todos nós sabemos que estás a ser forçada a fazê-lo. Se tu não o aceitares, vamos todos morrer. Mais vale venderes a alma e salvares todos.” Eu repliquei: “Agora podem dizer-me isso, mas o que é que vai acontecer quando a situação normalizar? Os meus pais hão-de aparecer e perguntar por mim. O que é que lhes vão dizer?” Eles replicaram: “Se eles nos perguntarem, havemos de encontrar resposta, porque nesta situação não temos escolha.”

Quando a água fervida ficou pronta, todos eles se ocuparam a cuidar do meu corpo. Um colocou compressas na minha cara, outro nos braços e nas pernas, até eu me começar a sentir melhor e o inchaço começar a diminuir. Quando terminaram, foram todos para casa, excepto o PS301. Ele ficou e a partir desse dia vivemos como marido e mulher durante um ano. Depois, ele regressou ao seu país. Eu fiquei grávida, mas abortei espontaneamente ao fim de três meses e 15 dias.

Em 1991, chegaram novas tropas de combate a Lalerek Mutin. Um dia, quando a MI estava no arrozal com uma amiga, um soldado destas novas tropas, o praça PS302, seguiu-a e, quando chegou ao arrozal, disparou um tiro na direcção dela. A MI e a sua amiga ficaram assustadas e correram para casa. Uma vez mais, as pessoas próximas da MI encorajaram-na a entregar-se a um soldado indonésio.

No caminho para casa, os meus amigos disseram-me: “Entrega-te a ele, senão vais morrer.” Então, como eu me sentia envergonhada, disse-lhes: “Está bem, vou-me cortar em duas. A parte debaixo fica para ele, mas a parte de cima fica para o meu país, para Timor.” Eles disseram-me: “Não tenhas medo. Não fujas. Talvez tenhas de sofrer [assim] porque o teu marido foi assassinado, mas tu ainda estás viva. Deixa lá. As nossas vidas são todas iguais.” O [PS302] começou a seguir-me e a acompanhar-me...até casa...eu aceitei que talvez esse fosse o meu destino. Vivemos como marido e mulher e eu tive uma criança.

Em 1993, a MI foi de novo forçada a viver com um soldado, Sumitro, do Batalhão de Infantaria 408.

Deste relacionamento, tive uma filha...[Quando a criança] tinha apenas alguns meses, o Sumitro partiu. Depois disso, vivi com os meus dois filhos. Felizmente, ainda tinha a ajuda da minha cunhada, da família do meu primeiro marido. [Ela] não se importava de tomar conta das crianças enquanto eu trabalhava no arrozal.

Mais tarde, o Batalhão de Infantaria 514, o 527 e o Linud 100 foram destacados para Lalerek Mutin. Suspeitaram que eu fosse uma bihu [informadora] por ser “mulher das ABRI”. As pessoas diziam que eu não era uma mulher respeitável porque tinha vivido com três homens. Por vezes fiquei zangada...Se [os ouvia] falarem sobre mim, eu amaldiçoava-os e dizia: “Se vocês dizem que eu sou uma colaboradora, com certeza não é por o meu marido ter sido morto por ser um ladrão. Também não foi morto por andar a assediar as mulheres dos outros. Se querem chamar colaborador a alguém, então escolham outra pessoa. Só me vêm como mulher das ABRI, mas não sabem o que é que eu penso.” Depois disso, já não tornaram a falar sobre mim.¹⁸⁹

249. Apesar da redução no número de casos conhecidos de escravidão sexual durante o período de “consolidação” da ocupação indonésia, os testemunhos seguintes comprovam que a escravidão sexual doméstica continuou a ser imposta por membros das forças de segurança, um pouco por todo o território.

250. Em 1987, na aldeia de Matohei (Uatu-Lari, Viqueque), NI foi ameaçada com uma faca para aceitar as investidas sexuais de PS304, um membro do comando *Chandrasa-7* das forças especiais. Como dois dos membros da sua família ainda estavam na floresta, a NI foi forçada a

aceitar, sob coacção, uma situação de escravidão sexual doméstica. Nasceu uma criança, fruto deste relacionamento.¹⁹⁰

251. Em 1988, OI, de Aicurus (Remexio, Aileu), recebeu a visita de um oficial militar de aldeia (*Babinsa*), PS305 [indonésio], que chegou fardado e armado com uma pistola. PS305 pediu à mãe da OI que lhe entregasse a sua filha, e arrastou a NI imediatamente para o quarto, para a violar. Este relacionamento prolongou-se por 10 meses, até o oficial ter completado a sua comissão de serviço. A OI teve um filho, fruto deste relacionamento.¹⁹¹

252. Em 1993, PS306 [indonésio], um membro do Batalhão de Infantaria 122, foi a casa de PI em Sananain (Laclubar, Manatuto). O soldado violou-a e, a partir desse dia, passaram a viver juntos. Por fim, a PI engravidou e o PS306 abandonou-a.¹⁹²

253. QI, de Lauana (Letefoho, Ermera), sujeitou-se a uma situação de escravidão sexual em Novembro de 1998 após o milícia PS307 ter ameaçado os pais dela com uma faca. Como o irmão da QI era membro de uma organização clandestina, ela viu-se na necessidade de o proteger. Quando ela estava grávida de dois meses, o PS307 espancou-a e ela abortou.¹⁹³

Escravidão sexual infligida por membros das Falintil

254. Um caso, relatado à Comissão, de escravidão sexual ocorrido durante o período da ocupação indonésia teve por perpetradores membros das Falintil. No dia 26 de Outubro de 1996, a RI e a sua irmã, SI, que na altura tinham, respectivamente, 14 e 13 anos, foram ameaçadas com pistolas e granadas por um membro do movimento clandestino – PS308 – e dois membros das Falintil –, PS309 e PS310 – em Manusea (Hatulia, Ermera). Após as ameaças, a RI foi violada pelo PS309 e a SI pelo PS310. A situação prolongou-se por vários meses, até que as duas raparigas ficaram grávidas e os dois homens desapareceram.¹⁹⁴

A escravidão sexual e a Consulta Popular (1999)

255. Os casos de escravidão sexual ocorridos em 1999 não devem ser isolados dos casos de violação mencionados na secção anterior. A Comissão recebeu provas irrefutáveis que apontam para uma situação generalizada de ilegalidade, que possibilitou não só a ocorrência periódica de violações, mas também permitiu que os perpetradores violassem reiteradamente uma mulher, durante meses consecutivos. As vítimas não tinham qualquer possibilidade de pôr fim ao crime, nem de exigir justiça.

256. TI1, uma mulher da aldeia de Mabo (Hatulia, Ermera), descreveu à Comissão como o chefe de aldeia e um soldado do comando de reserva estratégica (*Rajawali*) tinham ido a sua casa e a tinham ameaçado com armas, acusando-a por a sua filha se ter casado com um membro das Falintil.¹⁹⁵ A TI1 foi forçada a ir procurar os seus filhos, que tinham fugido para a floresta. A sua filha, TI e a sua sobrinha, UI, pagaram 1.000.000 de rupias (cerca de 100 USD) às *ABRI* para “salvar as suas vidas”.¹⁹⁶ Contudo, a TI e a UI foram capturadas e levadas para o posto da comando de reserva estratégica, onde foram obrigadas a cozinhar durante um mês. Uma noite, o sargento PS311 [indonésio] apontando uma arma à TI forçou a entrada no quarto dela e violou-a. Um soldado conhecido como PS312 fez o mesmo à UI. Este caso foi participado na sede da polícia local em Ermera, mas esta não agiu. TI testemunhou:

No dia 22 de Maio de 1999, por volta do meio-dia, o segundo sargento PS311 do Batalhão 144 foi buscar-me e à minha sobrinha UI, porque tinha recebido informações de que alguns membros das Falintil comiam e ficavam na nossa casa com alguma regularidade. Depois nos ter levado para o posto do seu batalhão, o segundo sargento PS313 arrastou-me para um quarto. Ele despiu-me completamente, enquanto me ameaçava com uma arma. Se eu me recusasse a ter sexo com ele [disse ele], ele matava-me, por isso tive de me submeter, para salvar a minha vida. Ele violou-me...enquanto a minha sobrinha, UI, era levada pelo PS312 [timorense], um primeiro-cabo das ABRI, que era membro do Koramil 1637. Eles obrigaram-nos a lavar-lhes a roupa, a passar a ferro e a cozinhar, como se fossemos suas criadas. À noite, mandaram-nos para casa. Eles ameaçaram matar os nossos pais: "Estão proibidas de dizer seja o que for; se se atreverem a falar, eles morrem." No dia 25 de Maio de 1999...o PS313 [de novo] puxou-me por um braço para dentro de um quarto, onde me despiu e me violou...depois a 27 de Junho aconteceu o mesmo...mas eu recusei-me e o segundo sargento PS313 esbofeteou-me e pontapeou-me até eu cair. Ele puxou-me pela mão para que eu me levantasse e eu e a UI ficámos ali de pé. Então, levaram-nos para o posto 144 do BTT, para trabalharmos para eles como criadas e para satisfazermos as suas necessidades sexuais. Ficámos ao serviço deles desde o dia 25 de Maio de 1999 e até ao dia 27 de Junho de 1999.¹⁹⁷

257. Muito antes do Massacre na Igreja de Suai, a milícia *Laksaur* perpetrou actos de terror sexual, nomeadamente a escravidão sexual. No dia 25 de Abril de 1999, a milícia *Laksaur* decidiu transformar a casa de VI, em Fatumean (Covalima), num posto da milícia. O seu marido viu-se forçado a fugir para a floresta, enquanto a VI, que tinha ficado na aldeia, foi obrigada a viver uma situação de escravidão sexual. Foi repetidamente violada por PS314 [timorense] e, na ausência deste, foi igualmente violada por outros dois membros da milícia, PS315 e PS316. Como consequência desta situação, a VI engravidou e o seu marido separou-se dela quando, mais tarde, teve conhecimento da gravidez.¹⁹⁸

258. Um outro membro da milícia *Laksaur*, PS208, que foi nomeado perpetrador de violência sexual no Massacre da Igreja de Suai depois da ida às urnas, esteve também activamente envolvido em actos de violência sexual antes da Consulta Popular. No dia 6 de Junho de 1999, o PS208 entrou à força em casa de WI, na aldeia de Salele (Tilomar, Covalima), derrubando-lhe a porta de entrada. Ameaçou matá-la e ao pai dela, e forçou a WI a ter relações sexuais continuadas com ele. Na sequência deste acontecimento, ela engravidou, mas acabou por conseguir fugir para um lugar seguro.¹⁹⁹

Violação e escravidão sexual pela milícia Halilintar em Atabae, Bobonaro^{xxii}

Logo desde de 1998, os grupos das milícias *Halilintar* e equipa *Armui* (*Aku rela mati untuk Indonesia*, Estou disposto a morrer pela Indonésia) implementaram uma campanha generalizada de terror no subdistrito de Atabae, Bobonaro. Tendo por base treze depoimentos relativos a casos de violação e de escravidão sexual perpetrados por estes grupos, a Comissão está convicta de que a violação fazia parte integrante do padrão de violência. Um ofensor, repetidamente identificado pelas vítimas pelo nome de PS318, era o vice-comandante da *Halilintar*. Crê-se que ele tenha sido morto durante uma escaramuça com a Interfet, em Outubro de 1999.²⁰⁰ Um outro ofensor reincidente foi o comandante da *Halilintar*, Paulo Gonçalves. O seu nome também aparece na acusação por crimes contra a humanidade (tortura, violação e perseguição), submetida pelo Procurador-Geral Painel Especial do Tribunal, em Díli.²⁰¹

A *Halilintar* iniciou estes actos de terror no subdistrito de Atabae em 1998. Um milícia da *Halilintar*, PS320, entrou em casa de XI em Boloí, no dia 5 de Maio de 1998. O PS320 colocou a sua faca em cima da mesa, forçou a XI a ir para o quarto e violou-a. A XI descreveu a prática de escravidão sexual desta maneira: “O perpetrador fez de mim sua amante e, todas as noites, por volta das 9.00h, ele aparecia e passava a noite em minha casa. Vivemos juntos desta maneira até ao dia 25 de Outubro de 1999.”²⁰² Ainda na aldeia de Boloí, YI foi violada no seu próprio quarto por um milícia chamado PS322. Ela não conseguiu recusá-lo e as violações continuaram desde 1998 até ao dia 26 Outubro de 1999. Nessa altura, a mulher do PS322 queixou-se da situação a PS319, o comandante da *Halilintar*. Em consequência da queixa, YI foi espancada por PS319, que gritou: “Uma mulher destas devia levar um tiro nas pernas, ser despida e obrigada a caminhar de Aidabaslala até Coilima, Atabae.” A YI deveria pagar uma multa à família da mulher do PS322, tal como a tradição o exigia em casos de adultério. Contudo, isso não chegou a acontecer porque a situação piorou e a maioria dos aldeões fugiu em busca de segurança.²⁰³

O comandante PS319 ameaçou ZI, da aldeia de Aidabaslala, vila de Hataz, com uma arma e violou-a na sua própria casa em Fevereiro de 1999. A ZI permaneceu numa situação de escravidão sexual até Agosto de 1999.²⁰⁴ AJ e BJ também foram vítimas de escravidão sexual. Após o marido de AJ, um membro do *Koramil* de Atabae, ter sido preso sob suspeita de participar num movimento clandestino, ela foi violada por PS323, que era um membro da milícia. PS318 ajudou à violação ao ameaçar a AJ com uma arma.²⁰⁵

Quando a casa de BJ foi saqueada pela milícia *Halilintar*, a 2 de Fevereiro de 1999, o seu pai foi espancado quando tentou intervir. Ele teve de ser levado para o hospital de Maliana, para receber tratamento. Enquanto o pai estava hospitalizado, PS318 foi a casa de BJ, violou-a e forçou-a a aceitar uma situação de escravidão sexual até ela dar à luz uma criança.²⁰⁶

CJ foi violada quando a milícia organizou uma cerimónia de juramento de lealdade à *Halilintar* na aldeia de Kaitapo, Aidabaleten, antes da votação. Sob a ameaça de morte, CJ foi coagida a jurar fidelidade à *Halilintar*. CJ recorda-se de o comandante PS318 “ordenar ao membro PS324 Lacumau da *Halilintar* que me chamasse. Recusei-me a ir de princípio, mas porque [fui ameaçada], tive de me submeter...”. CJ foi violada durante “três horas” até PS318 a deixar em paz.²⁰⁷

^{xxii} A *Halilintar* (Raio) era um grupo paramilitar pró-integração, inicialmente fundado por João Tavares, um descendente da realeza timorense de Bobonaro, no final dos anos 70 ou no início dos anos 80. Tavares, um membro da UDT, esteve entre os primeiros a serem aliciados pelos indonésios e tornou-se comandante dos Partidários. As suas tropas Partidárias deram origem à *Halilintar*. João Tavares tornou-se administrador do distrito de Bobonaro no final dos anos 70 e a *Halilintar* foi extinta em 1983. A *Halilintar* voltou a ser reactivada em 1994 como grupo de milícias, na altura em que o movimento clandestino se estava a fortalecer em Bobonaro. Nessa altura, João Tavares fundou também vários outros grupos de milícias, nomeadamente a *Armui*, que operava sob o comando da milícia *Halilintar*. [ver Capítulo 4: Regime de Ocupação].

Manuel Pereira depôs sobre um conjunto de violações cometidas pela milícia *Halilintar*, que ele próprio sofreu e presenciou. Em Março de 1999, o Manuel foi atacado na sua casa em Sorohati, Hataz (Atabae, Bobonaro), por membros da milícia *Halilintar*, nomeadamente pelo comandante PS319, pelo PS318 e pelo PS323. Foi levado para a o gabinete oficial da aldeia, em Hataz, que funcionava como sede da milícia local. Depois de ter estado detido durante três meses na sede da milícia, conseguiu escapar a uma tentativa de homicídio. Durante esse tempo, também presenciou o PS318 forçar uma mulher chamada DJ a ter relações sexuais com ele. A DJ, por medo, e porque a isso foi forçada, tomou PS318 como “marido”.²⁰⁸

EJ, cujo marido tinha fugido para a floresta, ficou detida no gabinete do oficial da aldeia de Aidabaslala, Hataz, durante uma noite.

*O comandante PS319 ameaçou-me. Eu fiquei quieta e rezei silenciosamente. Ele apontou-me uma faca e ordenou-me que tirasse o sarong que eu tinha vestido. Recusei-me e ele ameaçou matar-me. Tive medo e acabei por obedecer. O PS319 violou-me de imediato.*²⁰⁹

FJ, da povoação de Loumeta (Ermera), descreveu a violação repetida que sofreu, antes e depois do Consulta Popular. No dia 17 de Abril de 1999, a FJ foi raptada pela milícia juntamente com duas amigas e levada para a casa de PS327, que “servia de sede dos crimes cometidos pelas milícias.” Durante dois dias, ficou ali detida e foi torturada; também foi violada pelo comandante PS319. Depois da Consulta Popular, a FJ continuou a estar sujeita à violência sexual:

*A milícia tratava as mulheres que tinham sido violadas como se fossem suas amantes. Sempre que precisavam de nós para ter relações [sexuais], éramos levadas para casa do PS327. Eu fui violada seis vezes. A primeira vez foi no dia 4 de Setembro de 1999, no posto do BMP, [onde] fui violada pelo PS327. Na segunda vez fui violada em casa do milícia PS407, em Madapau. A terceira violação ocorreu em casa do PS408; a quarta violação foi perpetrada no posto da milícia, estabelecido em casa do PS327; a quinta violação foi em casa da PS409; e da sexta vez fui violada no gabinete oficial da aldeia, em Hataz.*²¹⁰

A primeira vez que a milícia *Halilintar* pilhou a casa de GJ, na aldeia de Saburapo, foi no dia 14 de Abril de 1999. Dois dias mais tarde, regressaram para a levarem.

*Três milícias desconhecidos arrastaram-me por um braço para a casa de um vizinho. Os três ficaram de guarda à porta, enquanto o milícia PS328 entrou na casa, pousou uma espingarda artesanal e a faca que tinha nas mãos e desapertou as calças. Depois, puxou-me para si. Eu tentei resistir, mas ele bateu-me na cabeça com uma G3 [uma arma automática] e eu caí ao chão. De seguida, violou-me, por volta das 10.00h da noite.*²¹¹

Após desta violação, GJ fugiu para Maliana; mas o PS328 seguiu-a e conseguiu violá-la mais algumas vezes, incluindo num campo de refugiados em Timor Ocidental, após a Consulta Popular. Durante uma das violações, o PS328 apareceu acompanhado pelo PS318, que ficou de guarda no exterior da casa enquanto o PS328 cometia o crime.²¹²

A violência cometida pela milícia *Halilintar* escalou em ataques violentos logo após a Consulta Popular. HJ, da vila de Biadila (Cailaco, Bobonaro), foi raptada de sua casa no dia 2 de Setembro de 1999. Os membros da milícia PS318 e PS329, obedecendo a instruções do comandante PS319, amarram-na com uma corda, levaram-na para o exterior e atiraram-na ao chão, onde foi violada pelo PS328.²¹³

O PS6 também esteve envolvido na violação de IJ, de Sorhati, Aidabaslala, após o desaparecimento forçado do marido desta. No dia 18 de Setembro de 1999, o marido de IJ foi levado de sua casa por membros da milícia *Armui*. Cerca de uma semana mais tarde, o PS318 e os outros membros da milícia foram a casa de IJ, para a informarem que o marido tinha sido morto:

Quando ouvi o que ele disse, comecei logo a chorar, mas o PS330, da milícia Halilintar, puxou-me pela mão e começou a beijar-me. Eu tentei mordê-lo na perna. Ele disse-me: “Hoje vou dormir em casa desta mulher. Se ela não concordar, dou-lhe um tiro.” Ele entrou no quarto, enquanto eu fiquei [do lado de fora] a chorar. A minha cunhada apareceu e disse que seria melhor se eu “o servisse”. Ao ouvir estas palavras, o PS330 começou a fingir uma tosse. Por fim, acabei por entrar no quarto. Ele levantou-se e, enquanto me abraçava e beijava, atirou-me para cima da cama, onde me violou duas vezes na mesma noite...[Nove dias mais tarde] por volta das 8.00h da noite, o PS330, vestido com uns calções e uns sapatos e com uma G3, apareceu à minha janela. Ele chamou-me – eu já estava a dormir – e disse: “Não tranques a porta. Se o fizeres, já sabes as consequências.” Mais tarde, ele entrou em minha casa e violou-me outra vez.²¹⁴

O PS318 e o PS319 participaram ambos num caso de violação repetido. Seis meses depois da casa de KJ ter sido completamente queimada, em Março de 1999, a KJ foi capturada pela milícia *Halilintar*, no dia 13 Setembro de 1999. Ela foi vendada, espancada e violada pelo comandante PS319. No dia 29 de Setembro, ela tornou a ser espancada, ameaçada e novamente violada, desta vez pelo vice-comandante PS318. Ela disse que no dia seguinte “à meia-noite, o milícia PS319 espancou-me, esbofeteou-me e pontapeou-me, amarrou-me as mãos atrás das costas, vendou-me com um pano preto e depois violou-me na estrada principal, perto do posto da *Halilintar*.”²¹⁵

Em Outubro de 1999, o grupo da milícia *Halilintar* ainda estava operacional, apesar das tropas da Interfet já terem entrado em Díli. Uma noite em Outubro, por volta da meia-noite, o PS318, juntamente com o PS331, o PS332 e outros milícias cujos nomes se desconhece, entraram de rompante em casa de LJ. Ela foi raptada e levada à força para o posto da *Halilintar*, para ser interrogada sobre o paradeiro do seu marido, que já tinha fugido para as montanhas. Depois de ter estado detida por mais de uma hora, foi violada pelo PS318.²¹⁶

259. Na sequência do anúncio do resultado da Consulta Popular, a violência generalizada que se lhe seguiu e as deslocações em massa da população forneceram oportunidades para se cometerem violações. Numa situação de caos e de vazio legal, os perpetradores de violação usufruíam de uma oportunidade única, que lhes facilitava o acesso às vítimas e que criava condições propícias à escravidão sexual ou de outros tipos de escravatura.

260. Em Aileu, uma rapariga de 17 anos, da aldeia de Selo Kraik (vila de Aileu, Aileu), foi forçada a submeter-se a uma situação de escravidão sexual durante o período crítico que se seguiu ao anúncio do resultado do Consulta Popular. MJ lembra-se da forma como a milícia *AHI* aterrorizava todas as pessoas: “[Eles] disseram que tínhamos de evacuar depressa [as nossas casas] porque cem aviões de combate indonésios [estavam a caminho para] queimar todas as casas [da aldeia]. “ A MJ e a sua família partiram para a vila de Aileu, de onde tencionavam seguir para Atambua em Timor Ocidental. Enquanto em Aileu, MJ foi violada pela primeira vez:

PS333, um milícia e membro do Kodim 1632 de Aileu, ameaçou a minha mãe para me poder levar. Ela assustou-se com as ameaças e cedeu. O homem levou-me para a sua casa na vila de Aileu, onde fiquei uma semana. No dia 12 de Setembro, ele foi ao meu quarto por volta das 8.00h da noite e forçou-me a ter relações sexuais. Eu submeti-me, porque ele estava fardado e tinha uma espingarda F19. Deixei que ele me violasse para salvar a minha família.²¹⁷

261. A MJ foi repetidamente violada e forçada a ir para Díli com a família do PS333. Por fim, a mulher do PS333 descobriu o que tinha acontecido e pôs a MJ na rua. A MJ foi levada para Kupang, em Timor Ocidental, onde finalmente encontrou a sua família.

262. NJ e a sua família esconderam-se na sua casa em Cassa (Ainaro, Ainaro) depois de terem votado na Consulta Popular. Um membro da milícia *Mahidi*, PS334, entrou em casa de NJ com uma espingarda. Para proteger as suas duas irmãs mais novas que ainda eram virgens, a NJ submeteu-se a ter relações sexuais com o PS334. Esta situação continuou durante algumas semanas, até que finalmente a NJ encorajou a sua família a fugir para Betun, onde o PS334 voltou a encontrá-la. Quando soube que a NJ estava grávida, o PS334 levou-a a um centro de saúde comunitário (*Puskesmas*) em Betun, Timor Ocidental, para lhe administrarem uma injeção abortiva. As intenções do PS334 goraram-se, uma vez que a NJ ainda estava grávida quando deixou Timor Ocidental, para regressar a Ainaro.²¹⁸

263. Como demonstrado nos estudos de casos de violência sexual cometidos pela milícia *Halilintar* e durante o Massacre da Igreja de Suai, nos finais de Setembro de 1999, as vítimas de escravidão sexual de Bobonaro e Covalima foram deslocadas à força para Timor Ocidental, pelos mesmos homens que as tinham raptado. A Comissão tem conhecimento de outros casos de escravidão sexual que tiveram continuidade em Timor Ocidental. Após a violência em Gleno, Ermera, o membro da milícia Sangue Vermelho pela Integração implicado no assassinato de ZE (ver mais atrás “A violação e assassinato de ZE”), conhecido como PS177, continuou a sua campanha de violência. Ele ameaçou a família de OJ1, tendo finalmente levado consigo a sobrinha de OJ1, OJ. O PS177 ameaçou matar a OJ por pertencer à Comissão de Estudantes, se ela não concordasse em ir com ele para Atambua, Timor Ocidental. Basicamente, o PS177 sequestrou a OJ como se fosse seu proprietário, para que ela o servisse sexualmente em Atambua.²¹⁹

264. No caso de PJ, da aldeia de Metagou (Bazartete, Liquiça), o membro da milícia *Besi Merah Putih*, PS336, foi a casa dela no dia 4 de Setembro de 1999, munido de uma arma artesanal e de uma faca. Ele exigiu que a PJ se tornasse sua “mulher”. Dois outros membros da milícia apareceram em casa dela e renovaram a ameaças a si à sua família. Por medo, a PJ foi forçada a obedecer-lhe. Ele obrigou-a a lavar-lhe as suas roupas. Alguns dias mais tarde, a PJ e toda a sua família foram obrigados a partir para Atambua, onde o PS336 reafirmou a sua posse sobre a PJ através de violações regulares, cometidas ao longo de quatro meses. Em Fevereiro de 2000, a PJ escapou ao PS336 e regressou a Liquiça.²²⁰

265. No dia 12 de Abril de 1999, as forças das Falintil lançaram um ataque no subdistrito de Cailaco, Bobonaro, durante o qual alguns soldados indonésios e milícias pró-integração foram mortos. Os militares indonésios e a milícia local retaliaram, visando a população civil de Cailaco. Essa retaliação consistiu no incêndio de habitações, em detenções arbitrárias, em tortura e na execução pública de sete homens. Também se verificaram casos de violação e de escravidão sexual no contexto destes actos de violência.²²¹ Alguns soldados do *Koramil* de Cailaco, conhecidos por também serem membros da milícia, violaram pelo menos quatro mulheres. Duas das vítimas foram obrigadas a ir para Timor Ocidental como refugiadas, onde se tornaram vítimas de escravidão sexual durante a sua estadia no campo de refugiados. Uma das vítimas fez o seguinte relato:

*No dia 12 de Abril de 1999, após o assassinato dos meus dois irmãos por milícias de Cailaco, eu tinha de proteger os restantes membros da minha família das ameaças de PS337, um membro do TNI. Fui forçada a entregar-me para que ele me usasse [sexualmente]. Depois deste incidente, deixei a minha aldeia. Quando os resultados do referendo foram anunciados, o PS337 foi à minha procura e obrigou-nos, a mim e à minha família, a irmos para Hakesak [Timor Ocidental]. Enquanto estivemos no campo de refugiados, ele forçou-me a ter relações sexuais com ele e tornei-me a sua amante.*²²²

266. Existe pouca documentação sobre a violência sexual cometida nos campos de refugiados em Timor Ocidental, no período compreendido entre Setembro de 1999 e Janeiro de 2000. No entanto, os resultados da investigação conduzida pela Equipa Humanitária de Timor Ocidental (*TKTB, Tim Kemanusiaan Timor Barat*), que incidiu sobre o período compreendido entre Fevereiro de 2000 e meados de Maio do mesmo ano, apontam para a existência de níveis significativos de violência contra as mulheres nos campos, na sua maioria cometidos por timorenses membros do exército indonésio e por membros das milícias que exerciam o controlo efectivo nos campos.²²³ Dos 15 casos de poligamia registados, em pelo menos nove deles existem indícios de escravidão sexual, onde um homem reivindicou por via da força “a propriedade” sobre uma segunda (ou terceira) “mulher”. A maioria destes nove casos parece ter tido início durante a violência ocorrida no período do Consulta Popular em Timor-Leste e não nos campos de refugiados.

7.7.4 Outras formas de violência sexual

267. A Comissão constatou que durante a ocupação, as forças de segurança indonésias recorreram de uma forma generalizada a outras formas de violência sexual, nomeadamente à tortura sexual durante a detenção, à humilhação sexual pública e ao assédio sexual. A tortura sexual durante o interrogatório era uma forma eficaz de quebrar a resistência dos prisioneiros e de instilar o medo na generalidade da população. A tortura sexual é um tipo específico de tortura levada a cabo por via sexual, ou visando a sexualidade da vítima (para uma definição de tortura ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-tratos).

268. Num conflito armado, a tortura, incluindo a tortura sexual, representa uma violação da Lei Internacional sobre os Conflitos Armados, nomeadamente uma infracção grave das Convenções de Genebra e uma violação das Leis e Costumes de Guerra. A tortura também pode constituir um crime contra a humanidade.

269. Muitos dos casos descritos nas secções anteriores (do presente subcapítulo) sobre violação e escravidão sexual também ilustram outras formas de violência sexual, tal como a tortura sexual. A humilhação sexual pública era utilizada como forma de exercer poder e domínio sobre a população civil. O assédio sexual foi também uma característica de alguns dos sequestros perpetrados pelos militares. Foi igualmente uma forma de violência sexual evidente, descrita nos depoimentos das mulheres forçadas a participar em festas organizadas pelo exército e pelos seus grupos coadjuvantes. Nestas festas, elas eram obrigadas a dançar com homens armados e a submeter-se ao assédio sexual por eles perpetrado.

270. Estas formas de violência sexual, especialmente a tortura durante a detenção, foram sobretudo relatadas por vítimas do sexo masculino.

Inserir Gráfico 94210900

Outras formas de violência sexual no contexto do conflito interpartidário

271. Durante este período, a única incidência de violência sexual relatada à Comissão, para além dos casos de violação e de escravidão sexual, foi a tortura sexual duma mulher infligida por membros da Fretilin em 1977. O pai e o tio de VF1 eram membros da UDT que posteriormente se evadiram de um centro de detenção da Fretilin e que procuraram a protecção das forças indonésias. A VF1 e outros membros da sua família foram apelidados de traidores pela Fretilin. Esse facto deu origem à sua detenção e tortura por membros da Fretilin em Laclo, Manatuto, em Maio de 1977. A VF1 apresentou um depoimento comovente sobre a tortura sofrida pela sua prima WF e pela sua tia.

Eles começaram a interrogar a WF, a bater-lhe e a queimar-lhe o corpo com um ferro incandescente, que tinham aquecido ao lume. Queriam forçar a minha prima a dizer que sabia onde estavam as armas e as pistolas da UDT e das ABRI. Como ela afirmou que não as tinha visto...eles espancaram-na até ela fazer uma confissão falsa...Aconteceu o mesmo à minha tia, eles espancaram-na, pontapearam-na e queimaram-lhe todo o seu corpo com um ferro quente, inclusivamente os órgãos genitais. Depois juntaram-lhe os pés e as mãos, amarraram-nos e penduraram-na de cabeça para baixo durante um dia inteiro.²²⁴

Outras formas de violência sexual durante a ocupação indonésia (1975/1999)

Tortura e humilhação sexuais durante a detenção

272. A Comissão obteve provas de que as forças indonésias praticaram a tortura, o tratamento cruel e a humilhação de natureza sexual sobre todos os detidos, independentemente de serem homens ou mulheres. Esta violência sexual era usada de forma eficaz, para extrair informação aos detidos e para os obrigar a obedecerem ao interrogador. De acordo com a informação apresentada à Comissão, os métodos utilizados neste tipo de violência sexual incluem:

- despir completamente os detidos durante o interrogatório;
- queimar e electrocutar os seios e os órgãos genitais;
- forçar os detidos a terem relações sexuais uns com os outros;
- tirar fotografias dos detidos em poses humilhantes, inclusivamente enquanto desnudados.

273. Os exemplos que se seguem de tortura sexual, de formas de tratamento cruéis e de humilhação não incluem a violação, se bem que este, em algumas circunstâncias, também possa ser considerado uma forma de tortura, tal como anteriormente explicado.

274. Despir os detidos e colocá-los numa situação de total vulnerabilidade era uma forma de os desmoralizar. Desde a primeira vez que foi presa, no final de 1975, RJ, tia do dirigente da Fretilin RJ1, foi detida e libertada em Baucau pelo menos 20 vezes. Pesavam sobre ela suspeitas de pertencer à Fretilin, de ser dirigente da OPMT^{xxiii} e de ser comunista. Segundo o seu testemunho, sempre que um grupo se rendia, ou era capturado, os interrogadores das ABRI convocavam-na para a interrogarem sobre os recém-detidos. Durante os seus muitos interrogatórios, os militares tentaram obter uma confissão do seu envolvimento com a Fretilin e da sua participação nas festas dançantes da Fretilin, onde, alegadamente, todos dançariam nus. Foi em vão que ela tentou dizer que tal nunca tinha acontecido. Ela relatou à Comissão o sucedido numa noite de interrogatório no Hotel Flamboyant.

^{xxiii} A OPMT desempenhou um papel activo na Resistência promovendo a educação política nas aldeias e abastecendo as Falintil com provisões e medicamentos.

Depois, cerca da meia-noite as ABRI foram à minha casa...“O comandante do Kodim mandou chamar-te.” Eu saí de casa e vi cerca de 10 homens armados à minha espera. [Depois de ser levada para o interrogatório] eles perguntaram: “Onde está a G3? Onde estão as duas granadas? Onde estão as pistolas?” Eu tinha, de facto, uma pistola, mas menti. [Disse-lhes] que não tinha pistola nenhuma, que era uma mulher e que não saberia usá-la.

Vi uma agulha de seringa em cima numa pequena mesa. Nunca tinha visto nenhuma tão grande, de 5 ou 10cc. Calculei que a agulha se destinasse a injectar animais, mas eles tinham-na preparado para mim...Eles atiraram-me com força para cima de uma cama, esticaram-me o braço e, com aquela agulha, começaram a procurar uma veia para me injectarem. Depois de me terem dado a injeção eu caí imediatamente no chão, mas conseguia ouvi-los a rir. Eles pegaram em mim e atiraram-me para uma pequena cama de lona, usada pelos soldados das ABRI. Nessa altura, deixei de ter consciência do que me estavam a fazer. Sabia apenas que tinha câibras nos braços e nas pernas e que estava quase morta. Foi então que eles viram que os meus olhos não se mexiam. Alguém pegou em cinco comprimidos e empurrou-os para dentro da minha boca.

Depois de me darem o medicamento, eles começaram a tirar-me as roupas, uma peça de cada vez. Primeiro tiraram-me as calças e riram-se. Depois tiraram-me a blusa, atiraram-na fora e riram-se de novo. Tornaram a rir-se quando me tiraram o soutien. Finalmente, tiraram-me as cuecas e eu para ali fiquei, despida como uma criança pequena. Corriam-me lágrimas pela cara abaixo, mas não conseguia falar nem mexer-me. Pensei que eles talvez me quisessem violar e que era por isso que me tinham deixado nua em cima da cama. Mas Deus é misericordioso. Quando eu estava...na cama, um soldado das ABRI chamado PS338, pertencente à Umi^{xxiv}, entrou e interrogou-me enquanto eu estava nua. Ele tinha uma pistola SKS que apontou à minha garganta e disse: “Se te recusares a falar, mato-te.” Eu queria falar, mas a minha boca, os meus braços e as minhas pernas estavam com espasmos. No entanto, conseguia ouvir e compreender tudo. Eu tremia como uma galinha devido à droga que me tinham injectado. Sentia-me muito doente. Quando quis abrir os olhos, ouvi um comandante militar entrar e ordenar aos seus homens que me devolvessem a roupa...Senti que me mexiam nas pernas e ouvi-os rirem-se por eu estar nua. Eles devoraram-me com os olhos até cerca das 4.00h da manhã e só então [me devolveram a roupa]. Nunca me devolveram o meu relógio nem o meu fio de ouro.²²⁵

^{xxiv} Umi é o sinal de chamada de rádio utilizado pela Unidade 4 (Nanggala) do Comando Especial de Guerra (Komando Pasukan Sandi Yudha) [Ver Ken Conboy, *Kopassus: Inside Indonesia's Special Forces*, Publicações Equinox, Jacarta e Singapura, 2003, p. 218].

275. A RJ esteve detida durante quatro dias e depois foi libertada. Ela começou a cozinhar para os eventos das ABRI e, por fim, deixou de ser alvo de interrogatórios.

276. Por vezes as detidas não eram despidas, mas eram colocadas em situações comprometedoras segundo os padrões culturais locais, o que é equivalente a violência sexual. SJ e o seu marido foram detidos em Julho de 1976, devido ao seu trabalho de mensageiros [“estafetas”] entre os guerrilheiros das Falintil que estavam na montanha e os seus apoiantes em Baucau. A SJ ficou num centro de detenção chamado Casa Cinco (*Rumah Lima*) durante uma semana, tendo depois sido levada para o Hotel Flamboyan, onde ficou duas semanas. Ali, os detidos e as detidas eram amarrados frente a frente, numa posição que simulava o acto de relação sexual.

Não fui torturada, mas o que quase me enlouqueceu foi o facto de as ABRI nos amarrarem [aos pares] – um homem e uma mulher frente a frente. Só éramos libertados para ir à casa de banho, para comer ou para sermos interrogados. Com excepção dessas ocasiões, estávamos [sempre] amarrados aos pares, com pessoas diferentes de cada vez. Eu só podia resignar-me [à situação]...[E]sse acto ia contra as normas e a cultura timorense [e era] especialmente [cruel no meu caso] por eu ser uma mulher casada.²²⁶

277. Na maioria das vezes, a humilhação sexual envolvia a nudez e as agressões directas aos órgãos reprodutores. Em Julho de 1977, na sequência de um ataque das Falintil a um camião das ABRI na aldeia de Guruca (Quelicai, Baucau), TJ e membros da sua família foram detidos por soldados e fuzileiros das ABRI. O marido e o pai de TJ foram amarrados e depois espancados e pontapeados até ao amanhecer, no posto 9 das forças da Marinha (*Pasukan Marinir 9, Pasmar 9*). A seguir, foram levados para o subdistrito de Laga, onde quatro outros detidos se lhes juntaram. No ‘posto da marinha’ em Laga (um edifício escolar), a TJ foi despida, interrogada e torturada sexualmente:

Quando lá chegámos, os soldados do TNI [ABRI] começaram a interrogar-me e a electrocutar-me. Mandaram-me despir e queimaram-me a vagina com um isqueiro. Durante essa semana, não se passou um dia sem que o TNI [ABRI] me obrigasse a despir e me torturasse.²²⁷

278. No dia 26 de Abril de 1981, UJ1 foi preso por dois membros da *Hansip*, sob ordens do oficial do *Koramil* de Quelicai, Baucau. O UJ1 foi detido juntamente com cinco mulheres da sua família – UJ, VJ, UJ2, UJ3 e WJ – e algumas outras pessoas. Quando chegaram ao *Koramil*, as mãos do UJ1 foram amarradas atrás das costas e ele foi espancado e pontapeado. UJ e VJ foram levadas para uma cela separada, onde dois soldados as despiram completamente, as espancaram com um pau e lhes esmagaram as unhas dos pés colocados sob as pernas de uma cadeira. A UJ2, e a UJ3 também foram interrogadas. Despiram a WJ e obrigaram-na a sentar-se sobre um tambor cheio de água. Mais tarde, queimaram-lhe partes do seu corpo, nomeadamente os seios, com um cigarro.²²⁸

279. Em Díli, XJ descreveu como tinha participado num ataque das Falintil a 10 de Julho de 1981, que mais tarde veio a ser conhecido como o ataque de Marabia (ver Capítulo 3: História do Conflito). Ele foi capturado e libertado no dia seguinte, mas voltou a ser preso no dia 12 de Julho. Foi levado para a messe dos oficiais do Comando Militar Sub-Regional (*Korem*), onde foi espancado e torturado. O XJ trabalhava como motorista para um padre local; os seus interrogadores fizeram-lhe perguntas sobre o envolvimento da Igreja no apoio ao movimento pró-independência:

No dia 29 de Julho [de 1981], os militares levaram-me outra vez para o exterior. Tiraram-me as calças e as cuecas e puseram-me de novo dentro dum tanque, desta vez juntamente com um outro timorense que eu não conhecia, nem tão pouco sabia porque é que ele tinha sido posto dentro do tanque comigo. Eles prenderam-nos e depois amarraram os nossos pénis um ao outro. A seguir, começaram a espancar o outro homem e, por consequência, a puxar a corda que ligava os nossos pénis, provocando-me dor. Eu tive de ficar sentado junto do outro homem, à espera que ele recuperasse a consciência, enquanto continuámos amarrados um ao outro. Depois deste episódio, voltámos a ser amarrados às 9.00h da manhã. Durante as horas mais quentes do dia, fomos colocados em cima dum rochedo na parte arenosa da sede do Kodim, onde nos deixaram ficar perto duma hora antes de nos levarem de volta para o edifício.²²⁹

280. No dia seguinte, o XJ foi transferido para a prisão de Balide, em Díli, onde ficou detido numa cela solitária durante 10 dias. No dia 3 de Setembro de 1981, foi posto num barco, a caminho de Ataúro.

281. YJ, da aldeia de Fuat, (Iliomar, Lautém), descreveu à Comissão a tortura sexual que sofreu em 1982:

Em Setembro de 1982, fui capturado pelo Batalhão 320 da Indonésia, por suspeitarem que eu levava alimentos e informação à Fretilin na floresta. Levaram-me para o posto 03 do Koramil de Iliomar, para ser interrogado pelo comandante PS339 [indonésio] e por um tradutor chamado PS390 [timorense]. Depois do interrogatório, levaram-me para um lugar [aldeia] chamado Paitoma [vila de Iliomar I, subdistrito de Iliomar, Lautém]. Quando lá chegámos, despiram-me completamente, disseram-me para me deitar no chão e puseram-me uma pedra grande em cima da barriga. De seguida, espancaram-me com uma arma nas costas. Depois disso, penduraram-me numa árvore. Forçaram uma mulher, que também era suspeita [de ser pró-independência], a agarrar o meu pénis, a abaná-lo, a chupá-lo e a brincar com ele. Também me queimaram o corpo com fogo.²³⁰

282. ZJ, de Cairui, Laleia (Manatuto), foi capturado em 1982 por dois membros da *Hansip* conhecidos como PS341 e PS342. A *Hansip* levou-o a pé para a sede do *Koramil* de Laleia. Uma vez lá, foi interrogado pelo PS338, igualmente membro da *Hansip* e torturado pelo PS341 e pelo PS338. Eles despiram-no, espancaram-no e pontapearam-no até quase ter perdido os sentidos. Também lhe amarraram uma pedra ao pénis. Esta tortura durou desde as 7.00h da manhã até às 4.00h da tarde. O ZJ ficou detido no *Koramil* durante um ano.²³¹

283. As detidas eram frequentemente sujeitas a humilhações sexuais. Como o marido de O1 era um guerrilheiro que estava na floresta, os soldados das *ABRI*, nomeadamente um conhecido pela vítima como PS344 [timorense], dirigiram-se a casa dela em Ainaro, em 1982. Os soldados assassinaram o seu irmão e depois espancaram, despiram e violaram a sua cunhada, O. Após a violação, a O e a O1 foram levadas para a sede do *Kodim* de Ainaro, onde um oficial dos serviços de informação as interrogou.

Depois disso, reuniram-nos, a mim e à O e fomos levadas à presença do oficial dos serviços de informação em Ainaro, onde ficámos detidas com outras vítimas do sexo feminino. Ficámos na repartição dos serviços de informação durante um mês, sem permissão para de lá sair. Se uma de nós estivesse menstruada, tinha que lavar as suas roupas e tornar a vesti-las ainda húmidas. Durante a detenção, fomos interrogadas pelo PS344. Ele trazia sempre uma faca que utilizava para [nos] espicaçar à volta da boca e no baixo ventre. Um dia, a O e eu fomos separadas das outras detidas e encerradas numa casa de banho durante dois dias e duas noites.²³²

284. Em 1983, AK foi detido em Hatu Udo (Ainaro), sob suspeita de manter contactos com as Falintil. Ele conseguiu escapar, mas foi recapturado em Mau-ulo, Ainaro, por cerca de 50 soldados do Batalhão de Infantaria 744. Após ter estado detido durante dois dias na sede do Batalhão 744, foi levado à presença do comandante militar distrital de Ainaro, que confirmou ser o AK a pessoa que eles procuravam. O AK ficou então detido na sede militar em Ainaro. AK disse à Comissão:

Quando lá cheguei, um soldado chamado PS345 começou a torturar-me. Fui pontapeado, espancado e esbofeteado...depois ele disse-me para me despir. Fiquei nu. [Enquanto estava nu] o PS345 colocou doze fios [eléctricos] em diferentes partes do meu corpo: no cabelo, ouvidos, pescoço, todos os dedos das mãos e pés, e órgãos genitais. O PS229 [indonésio] ligou a electricidade e eu fui electrocutado muitas, muitas vezes. Esta tortura deixou-me sem capacidade de reagir. Eles começaram às 8.00h da manhã e continuaram até à uma da tarde. Fiquei detido em Ainaro durante um mês e uma semana. Eles também capturaram duas mulheres de meia-idade, que usavam roupas tradicionais e eram de Zumalai [Covalima]. Essas mulheres foram interrogadas pelo PS405 [indonésio] e forçadas a despirem-se. Quando ficaram nuas, fui obrigado a colocar os fios [eléctricos] nos corpos delas. Depois, o PS229 e o PS345 ligaram a electricidade e electrocutaram-nas. Depois de serem torturadas, elas foram mantidas como “amantes” do PS229 e dos outros soldados.²³³

285. Em Mehara (Tutuala, Lautém), o exército indonésio retaliou vigorosamente contra as mulheres que tinham sido deixadas para trás pelos seus filhos e maridos que, em Agosto de 1983, se tinham juntado em massa às Falintil. BK, a sua amiga P e o seu jovem filho foram detidos. A BK descreveu o modo como a violência sexual foi usada para a torturem:

No dia 9 de Agosto de 1983, os membros da Wanra [Força de Resistência Popular], os Hansip, o chefe da aldeia e toda a população masculina fugiram para a floresta. Dois meses mais tarde, soldados do Linud 100 [Batalhão Aerotransportado de Sumatra, Indonésia] ordenaram que todas as mulheres cujos maridos tinham fugido para a floresta que se reunissem, para [receberem] instruções do pessoal das ABRI. Quando a sessão terminou, os soldados permitiram que a maioria das mulheres regressasse a casa, mas a P e eu tivemos que lá ficar para sermos interrogadas...Fomos levadas para o posto do Linud 100 das ABRI. Chegámos às 6.00h da tarde e ficámos detidas em celas separadas. Eles começaram imediatamente a interrogar-nos. Perguntaram-nos: “Porque é que os vossos maridos fugiram para a floresta?” Nós replicámos: “Nós não sabemos porque é que eles fugiram para a floresta.” “Porque é que não sabem? Eles são vossos maridos, não são? Vocês são comunistas? Membros do GPK [movimento de perturbação da segurança]?” Então, começaram a espancar-nos e a despir-nos...desde as 6.00h da tarde até à 1.00h da manhã. Eles bateram-nos com paus, pontapearam-nos, despiram-nos e ameaçaram-nos com armas, ordenando-nos que confessássemos. Nós não confessámos nada, porque não sabíamos nada. [A]inda nessa mesma noite, um oficial dos serviços de informação do exército [Kasi I] começou a interrogar-me, enquanto me arrancava os pelos púbicos um a um para me magoar, de modo a que confessasse o que soubesse quando já não pudesse aguentar a dor. Contudo, como eu não sabia de nada permaneci calada, apesar da dor ser muito grande. Como eu não confessei, eles ficaram cada vez mais enfurecidos e espancaram-me até me correr sangue pelo nariz e pela boca. Então, por volta da 1.00h da manhã pararam de me torturar. Depois disso, disseram-me, a mim e à minha amiga P, para comer, mas eu recusei-me. Doía-me o corpo todo, porque me tinham picado com os espinhos numa árvore, uma coisa do género da palmeira de areca e por isso eu estava a sangrar.²³⁴

286. Apesar de ter sido libertada depois dessa noite, a BK voltou uma vez mais a ser detida pelo Batalhão 641 e foi mantida numa casa tradicional em Mehara durante seis meses.

287. Ao contrário de muitas mulheres da aldeia de Maluro, Lore (Lospalos, Lautém), que foram vítimas de escravidão sexual durante as operações militares em grande escala naquela região (ver acima) CK conseguiu escapar à violação. No entanto, ela foi vítima de tortura e de assédio sexual.

No dia 11 de Outubro de 1983, fui capturada pelas tropas [do Batalhão] 744 das ABRI e pela Hansip. Fui entregue às tropas que realizavam operações no terreno, que na altura estavam de serviço na periferia da floresta. Após uma semana sem ser sujeita a qualquer interrogatório, Durante uma semana fui interrogada todas as noites. Se não desse a resposta certa, era espancada. Eles espancavam e pontapeavam-me as ancas e depois sentavam-se numa cadeira que estava pousada em cima do meu pé. Durante os interrogatórios, eles tocavam-me e beliscavam-me, mas não me violaram. Depois, limitaram-se a deixar-me para ali. Durante o período de mais dum mês em que lá permaneci, não fui mais interrogada ou assediada.²³⁵

Depoimento de DK, Mehara, Tutuala

DK depôs sobre o desaparecimento do seu marido e sobre o modo como ela própria tinha sido vítima de violência sexual:

O meu marido era professor do primeiro ciclo do ensino básico na aldeia de Poros [Mehara Tutuala, Lautém] e um dos dirigentes de uma organização clandestina chamada Loriku Assuwain, também em Poros. Em 1983, um grupo de Hansip, de Poros, fugiu para a floresta, para se juntar às Falintil. Após várias semanas, o comandante da força de intervenção [Komandan Satgas] de Tutuala forçou o meu marido a juntar-se à operação “cerco de pernas” durante um mês, para procurar os Hansip que tinham fugido.

No dia 13 de Novembro de 1983, os membros da Hansip que tinham regressado da floresta para voltar a trabalhar com o TNI [ABRI] 641 em Poros foram a nossa casa e prenderam o meu marido. Alguns dias mais tarde, eles foram de novo lá a casa, desta vez com soldados do Batalhão 641, para procurarem documentos de actividades clandestinas. Não encontraram nada porque eu os tinha escondido. Eu fui obrigada a ir ao posto militar 641 em Laluna Lopo, Poros, para prestar declarações. Nessa noite, peguei no meu filho, que naquela altura tinha apenas três meses e dirigi-me ao posto militar [do Batalhão] 641.

Uma vez lá, fui interrogada. O comandante do posto 641 perguntou-me: “Sabes alguma coisa sobre o envolvimento clandestino do teu marido? Já te encontraste com a Fretilin?” Eu respondi “não” a todas essas perguntas. Então eles prepararam três sítios para dormir – um para mim, um para o meu filho e outro para uma outra mulher que na altura estava grávida. A meio da noite, o comandante militar começou a abraçar-me. Ele começou a beijar-me, a encostar a sua boca à minha e mandou-me segurar as suas partes íntimas. Depois, tocou nas minhas partes íntimas e disse: “As minhas partes íntimas são iguais às do teu marido. Porque é que me resistes?” Eu respondi que não tinha sido convocada para fazer aquilo e que se ele quisesse perguntar alguma coisa sobre o envolvimento do meu marido que por favor continuasse a perguntar. Depois de ouvir a minha resposta, o comandante soltou-me do abraço. Isto aconteceu durante duas noites, mas nunca chegou até ao ponto da relação sexual.

No entanto, foi diferente com a minha amiga que estava grávida. Um dos soldados começou a dar-lhe empurrões e pancadas na barriga, com o intuito de matar a criança que ela trazia no ventre, dizendo que essa criança era resultado do relacionamento com o seu marido que tinha fugido para a floresta. A criança sobreviveu, mas ficou com a cara desfigurada. À terceira noite, mandaram-nos para casa. Quando cheguei a casa, o meu marido disse-me: “Mulher, eu vou enfrentar os soldados do posto 641. Penso que não vou regressar. Só tenho um filho. Que esta criança me substitua. É possível que, depois de eu morrer, te transformem na prostituta do Batalhão militar 641. Mas sê boa no teu coração e sê paciente. Isto está a suceder por causa do conflito político, para que nos libertemos do opressor. Mesmo que não regressemos, continua à procura de pistas nossas, porque o tempo virá em que todos perguntarão por nós. Que sejas tu a nossa testemunha, porque nós estamos a trabalhar pela libertação da nossa nação.” Depois de dizer isto, o meu marido foi levado para o Posto Militar 641 em Lalua Lopo.

Depois do meu marido ter sido levado para o posto militar, ele e alguns dos seus amigos foram transferidos para o Kodim 1629 em Lospalos. Até hoje, nem o meu marido nem dois dos seus amigos regressaram. Um terceiro amigo foi libertado e vive em Poros, Mehara.

O meu bebé de três meses morreu, depois de ter adoecido com malária durante as duas noites que permanecemos no posto militar 641. ²³⁶

288. No dia 14 de Outubro de 1991, EK foi presa por suspeita de roubo de documentos de secretos da sede do *Korem*, onde ela tinha trabalhado como assistente de administração durante 10 anos. A princípio, foi detida e torturada no gabinete do comandante do pelotão dos serviços

de informação (*Komandan Peleton Intelejen, Danton Intel*). Apesar de nunca ter sido violada, a ameaça de violação, de assédio e de humilhação sexual faziam parte integrante da estratégia para a aterrorizar e eliminar a sua resistência durante o interrogatório. Para além das ameaças de violência sexual, a EK também foi humilhada. Durante os três primeiros dias de interrogatório, não lhe foi permitido tomar banho nem mudar de roupa, apesar de estar menstruada. Ela contou à Comissão:

Um intel [agente dos serviços de informação] de Nusra Bakti [de Díli] com a patente de capitão – não me recordo do seu nome – interrogou-me desde as duas e meia até às seis horas da manhã. Nessa ocasião ele tinha consigo uma cobra, que manteve dentro dum saco. Porque eu pouco dizia e só replicava que não sabia, ele tentou desapertar os botões da minha blusa...[o capitão apontou-me a pistola à testa e eu desmaiei]. Quando recuperei a consciência, a cobra, que tinha estado no saco, estava a enrolar-se à volta do meu corpo...mas não me mordeu, [talvez] porque continuei a rezar no meu coração. Depois a cobra mexeu-se e deslizou na direcção do seu dono. Quando estava sobre o corpo do seu dono, a cobra defecou sobre ele e deslizou de novo para dentro do saco...Após o interrogatório, o intel do Korem não fez nada de brutal comigo, mas os de Nusra Bakti assediavam-me sexualmente de forma constante. Punham os pés dentro da minha saia e tentavam tirá-la, mas eu nunca os deixei fazê-lo.²³⁷

289. Após receber a visita da Cruz Vermelha Internacional, a EK foi transferida em segredo para a esquadra de polícia de Díli Ocidental (*Polsekwil Díli Barat*). Segundo a EK, o chefe da polícia era um homem bondoso, que escondia as chaves da cela dela para que os outros não pudessem lá entrar durante a noite. Todas as noites, os soldados e os oficiais dos serviços de informação escarneciam dela do exterior da cela. Na continuidade do seu relato, ela afirmou:

Um soldado do [Batalhão] 744, que se tinha tornado Intel e a quem chamavam PS347 [timorense], disse, “Venham, vamos abrir a porta. Vamos rebentar com isto e atacá-la lá dentro.” Depois de dizer isto, eles tentaram derrubar a porta. A seguir, procuraram pela chave dentro duma caixa. Acabaram por encontrar uma chave e tentaram abrir a porta da minha cela, mas a porta não se abriu. Eles disseram, “Hoje não pudemos comer a nossa carne, mas amanhã vamos voltar.”²³⁸

290. As ameaças continuaram todas as noites. Os soldados ameaçaram-na com uma arma, chamaram-lhe nomes recorrendo a uma linguagem sexualmente explícita e espancaram um homem jovem que estava detido numa cela ao lado da dela, o que contribuiu para aumentar o medo da EK. Por fim, um oficial de polícia timorense levou, às escondidas, uma carta da EK para a sua família. No dia seguinte, o pessoal da Cruz Vermelha Internacional apareceu e conseguiu que ela fosse transferida para a prisão de Becora. Ali, a sua situação melhorou um pouco, apesar de ter continuado a ser regularmente assediada por oficiais dos serviços de informação de Nusra Bakti. Em Janeiro de 1992, a EK, o seu tio e o seu cunhado foram julgados e condenados a seis anos de prisão. Ela foi libertada em 1997.

291. A tortura que recorria à violência sexual, ou a ameaça dela, contra os detidos não era prática exclusiva dos militares indonésios, mas também da polícia indonésia. Em Outubro de 1996, após o assassinato dum comerciante indonésio, que as Falintil acreditavam ser um agente

dos serviços de informação, foram presos, pela polícia de Ermera, o FK, o GK, o HK, o IK e dois outros homens. Os seis homens, foram levados para a sede da polícia do subdistrito de Gleno (Ermera). Uma vez lá, a polícia forçou os homens a despirem-se. Então, bateram-lhes na cabeça e no corpo e puxaram-lhes os pénis com força. Espancaram os órgãos genitais do IK até ficarem inchados. A polícia também aplicou choques eléctricos por todo o corpo dos detidos. O HK foi alimentado com um lagarto vivo e dependurado numa cruz, de cabeça para baixo, completamente nu. O seu pénis foi esfregado com a seiva irritante de uma flor. Os pais do GK, GK1 e JK, também foram presos. A JK, foi interrogada e um oficial da polícia arrancou-lhe a roupa até ficar quase nua. Foi obrigada a dar 900.000 rupias, uma cabra, galinhas e milho aos polícias. Por fim, os seis homens foram julgados e sentenciadas a 10 anos de prisão. Todos fugiram da prisão em 1999.²³⁹

Fotografar os detidos

292. Uma outra forma de violência sexual consiste em fotografar os corpos de mulheres e homens nus, torturados e assassinados; tem por objectivo degradar as vítimas e instilar terror naqueles que as vêem. A Comissão examinou fotografias que mostram os corpos nus, magoados e ensanguentados, de mulheres cujas faces estão cobertas. Também visíveis nas fotografias são as pernas e os pés de indivíduos com uniformes e botas do exército. Estas fotografias foram obtidas pela primeira vez (e disseminadas em Timor-Leste) em Novembro de 1997 pelo East Timor International Support Centre (ETISC), uma organização com sede na Austrália que apoiava a autodeterminação de Timor-Leste. A ETISC obteve cerca de 40 fotografias que mostram explicitamente os corpos torturados de (provavelmente) cinco mulheres. Depoimentos recebidos pela Comissão indicam que era prática corrente das forças de segurança indonésias fotografar os corpos de vítimas de ambos os sexos, que tinham acabado de sofrer violação ou tortura.^{xxv}

293. Os casos seguintes fornecem provas de detidos que foram fotografados. Eles revelam como a tortura e a humilhação que visam a sexualidade estão, numa grande percentagem das ocorrências, intimamente relacionadas com actos de violação e de escravidão sexual.

294. Em 1977, um tradutor das *ABRI*, PS348 [timorense], levou KK de sua casa. Primeiro, ela foi levada para o *Koramil* e mais tarde para um centro de detenção em Díli, conhecido como *Sang Tai Hoo* em Colmera. A KK contou à Comissão a sua experiência de ter sido completamente despida, torturada e depois fotografada. Ela sofreu ainda violações diárias e acabou por fazer a escolha difícil de aceitar um relacionamento com um oficial das *ABRI*:

Durante o interrogatório, fui torturada...Fui chicoteada com um cinto para [me forcarem a] confessar que estava em contacto com as Falintil e que tinha recebido uma carta dum membro das Falintil. Mas eu não confessei. No segundo dia, a 30 de Janeiro de 1977, fui de novo interrogada pela intel em Sang Tai Hoo, ao longo do dia...Durante o interrogatório, eles despiram-me completamente e queimaram-me o corpo com pontas de cigarro, electrocutaram-me enquanto estava nua e depois fotografaram-me. Também fui violada pelos TNI [ABRI]. Eles diziam sempre que, se eu dormisse com eles, poderia ir para casa. Como eu me recusei, pontapearam-me. Fiquei em Sang Tai Hoo durante 25 dias.

^{xxv} A Comissão detem cópias destas fotografias no seu Arquivo. A comissão decidiu não as republicar neste Relatório ou em outras publicações, por respeito à dignidade das vítimas.

No dia 14 de Fevereiro de 1977, fui de novo transferida, para a prisão de Balide...Na cela comum encontrei duas das minhas amigas, LK e MK. Menos de uma semana mais tarde, elas foram mais uma vez transferidas, mas antes disso levaram-nos para uma sala na prisão de Balide e...violaram-nos até de manhã...Nessa manhã, voltámos a ser separadas. Elas foram ambas para Sang Tai Hoo e eu permaneci em Balide. [Enquanto lá estive] conheci algumas mulheres timorenses que tinham acabado de se render, mas cujos nomes desconheço. O TNI [ABRI] obrigou-nos a tomar banho nuas no exterior; quando terminámos, levaram-me de volta para a cela comum.²⁴⁰

295. A KK esteve detida até 1980, altura em que concordou manter um relacionamento sexual com um tenente-coronel chamado PS349 [indonésio]. Na sequência deste relacionamento, ela deu à luz uma criança.

296. O NK tinha catorze anos quando, em 1982, foi capturado por soldados indonésios, durante as operações militares em resposta à revolta de Mauchiga (Hutu Bullico, Ainaro) (ver estudo de caso sobre Mauchiga, apresentado na secção sobre escravidão sexual). Depois de ter estado escondido numa gruta no Monte Kablaki durante duas semanas, o NK foi descoberto e capturado, juntamente com o seu pai e o seu irmão mais velho. O NK lembra de que modo uma fotografia que lhe tiraram desempenhou um papel importante na sua humilhação pública e na forma de tratamento cruel de que foi vítima.

Depois [de ter sido capturado], fui imediatamente forçado a servir como TBO [auxiliar de operações] e levado para o posto do Zipur [engenharia de combate]. Ao fim de cerca de dois dias de estar com eles, comecei a ver órgãos genitais e orelhas pendurados num pinheiro que existia no posto. À noite, ficava com eles de plantão, no posto. Eles faziam turnos para poderem dormir, só eu é que não podia dormir. Tinha de cantar e gritar até de manhã. Cerca duma semana mais tarde, eles levaram-me de novo para o posto do Koramil. Por volta das 8.00h da manhã, fui amarrado ao poste da bandeira. Depois disso, tiraram-me as roupas até ter ficado completamente nu e depois deram-me um par de cuecas deles para vestir, enquanto ali estava amarrado. Fui libertado do poste da bandeira e obrigado a levar uma caixa vazia até ao posto do Zipur. Pelo caminho, mandaram-me gritar, para que as pessoas que por ali estavam ouvissem, "Não vão atrás do rabo das Falintil! Se seguirem as Falintil, vão ficar todos iguais a mim!" Quando cheguei ao posto do Zipur, eles fotografaram-me. Eu pedi que me devolvessem as minhas roupas antes de me fotografarem, mas eles recusaram. Só da parte da tarde é que mas devolveram.²⁴¹

297. Em 1983, centenas de homens das aldeias em torno de Lospalos juntaram-se às Falintil, na floresta. Devido a este êxodo em massa, as mulheres dos homens que tinham fugido das aldeias foram obrigadas a dormirem todas as noites no posto militar, durante um ano. PK, de Porlamanu, Mehara (Lospalos, Lautém) foi interrogada por soldados do Batalhão aerotransportado 100 e do Batalhão 641, porque o seu marido tinha fugido para se juntar aos guerrilheiros. A PK contou à Comissão:

Eles prenderam-me firmemente as mãos, com o meu próprio cinto, depois puseram dinheiro em cima da mesa e disseram-me: “Se nos disseres o nome do comandante da [organização] clandestina, podes ficar com este dinheiro.” Eu repliquei: “Eu não sei quem ele é, só conheço o meu marido.” Depois disso, eles ataram-me pelo pescoço, de modo a ficar perto da parede e despiram-me completamente. Então, queimaram-me o corpo todo com pontas de cigarro...Mandaram-me contar os meus pelos púbicos e tiraram-me uma fotografia enquanto estava nua.²⁴²

298. Fingindo que necessitava de ir à casa de banho, a PK conseguiu fugir dos seus captores e pedir ajuda ao Batalhão 623. Nessa mesma noite, foi libertada.

299. QK1 contou o que tinha sucedido a dois dos seus amigos, numa sessão de interrogatório. Os seus amigos tinham sido completamente despidos e tinha-lhes sido ordenado que se mantivessem de pé, apoiados numa só perna, com ambos os braços esticados acima das suas cabeças, para tirarem uma fotografia.

Em 1994, os soldados duma unidade do Nanggala [comando de forças especiais] despiram dois dos meus amigos, o QK e o RK, obrigaram-nos a sentarem-se em cima duma mesa e electrocutaram-lhes os órgãos genitais. No dia seguinte, sucedeu o mesmo. Começaram outra vez a espancar-nos e disseram-nos para nos despirmos e ficarmos em cuecas. Nós ficámos de pé, apenas sobre uma perna, com os nossos braços esticados acima das nossas cabeças e depois eles tiraram-nos fotografias. Depois das fotografias [terem sido tiradas], foi-nos permitido que nos vestíssemos outra vez.²⁴³

300. SK deu exemplos adicionais sobre o hábito do exército de fotografar os detidos.

Em 1996, recebi uma carta que dizia que eu tinha de ir buscar uma jornalista a Baraut e que devia colaborar [com ela]. Eu fui e encontrei-me com ela. Levei todos os [meus] documentos e dei-os à jornalista. Como não [nos sentíamos à vontade] para falar muito naquele sítio, decidimos regressar...a Becora [Cristo-Rei/Díli Oriental, Díli]...eu apanhei um táxi para Fatuhada [Dom Aleixo/Díli Ocidental, Díli]. Quando entrei no táxi, reparei que um outro táxi, um Argo, me estava a seguir. Dentro do Argo estavam quatro homens gordos, com óculos escuros e casacos pretos. O meu coração começou a bater mais depressa. Quando já estávamos na estrada, a caminho de Delta [uma zona de Díli], cerca das cinco da tarde, dois homens entraram no táxi onde eu estava. Também eles usavam casacos pretos, óculos escuros e [tinham as caras cobertas com] máscaras “ninja.” Eu fiquei assustada. Eles bloquearam-me as pernas, para eu não poder fazer nada. Depois, começaram a amarrar-me e vendaram-me com um pano. De seguida, tiraram-me todas as roupas [não fiquei com nada em cima], e levaram-me para uma casa em Tacitolu. Antes de me violarem, queimaram-me por todo o corpo com pontas de cigarro e drogaram-me. Taparam-me a boca e o nariz com um lenço – provavelmente embebido numa droga narcótica – para que, quando me violassem, eu estivesse inconsciente. Não sei quantos eles eram, mas seriam seguramente mais de cinco. Quando acabaram de me violar, foram deixar-me perto de Kasait [Liquiça], ao pé da praia. Ao recuperar a consciência, apercebi-me de que estava nua. Todo o meu corpo, incluindo os meus seios, estava coberto de sangue e de feridas. Alguns meses mais tarde, um membro da SGI [Unidade Conjunta dos Serviços de Informação] de Ambon, disse ao Juli [um ambonense que trabalhava no gabinete do Procurador] que tinha visto fotografias de mim nua. O Juli deu-me essa informação.

No dia 20 de Maio de 2002, no Dia da Independência de Timor-Leste, vi, na exposição, as fotografias onde eu aparecia nua. Eu conheço a forma do meu corpo e tenho um sinal no peito, por isso, foi fácil reconhecer[-me] na fotografia.²⁴⁴

Humilhação sexual pública

301. A exibição pública da nudez era uma forma de tratamento cruel e degradante, que foi eficazmente usada pelas forças ocupantes para subjugar quem os detidos, quer o público em geral que era obrigado a presenciar estes eventos. Após as prisões em massa, em resposta à revolta de Mauchiga em 1982, três mulheres ficaram detidas no *Koramil* na vila de Lesuata (Turiscaí, Manufahi). Uma noite, elas foram levadas para o exterior, completamente nuas e obrigadas a subir a um pinheiro. DH descreveu o acontecido à Comissão:

A nossa casa em Hatuquero foi queimada e o TNI [ABRI] obrigou-nos a fugir para o Koramil de Lesuati. Lá, encontrei-me com a EH e a FH. Nessa mesma noite, os soldados das ABRI levaram-nos para Mantutu. As minhas amigas e eu fomos obrigadas a despirmo-nos [até ficarmos completamente nuas] e depois mandaram-nos subir a um pinheiro alto e grande. Fizeram-nos subir e descer da árvore várias vezes, enquanto nos queimavam o corpo com paus que tinham colocado ao lume. Também nos encharcaram com água fria que já tinham à mão dentro dum balde. E também tinham trazido lanternas para iluminarem os nossos órgãos genitais e riam-se enquanto nós íamos subindo à árvore. A FH estava com dificuldades em subir, porque para ela as dores das queimaduras e dos arranhões eram insuportáveis, o que fazia com que estivesse sempre a escorregar, porque não conseguia continuar. Mas os TNI [ABRI] obrigaram-na a subir até ao topo.²⁴⁵

302. No dia 30 de Janeiro de 1983, o Batalhão 745, sob o comando de um homem conhecido como PS350 [indonésio], deteve a TK, de Souro, (Lospalos, Lautém), juntamente com seis homens e quatro outras mulheres, quando eles regressavam a casa vindos das suas hortas. Ao dirigirem-se para o posto militar, um dos homens conseguiu fugir, apesar das ABRI terem disparado sobre ele. A fuga de um dos detidos enfureceu os soldados, que a partir daí separaram os homens das mulheres. Os homens foram levados para um outro lugar e nunca mais voltaram a ser vistos. A TK contou à Comissão o que sucedeu às cinco mulheres:

Nós, as cinco mulheres, fomos obrigadas a despirmo-nos e a ficarmos em pé, nuas, enquanto eles nos rapavam o cabelo. Depois, queimaram as nossas roupas à nossa frente...

De seguida, fomos obrigadas a ir a pé até à caserna do 745 em Lospalos. Quando atravessávamos a aldeia de Home, os soldados das ABRI obrigaram toda a população a sair de casa e a vir ver-nos caminhar nuas...As pessoas ficaram em silêncio e algumas baixaram a cabeça quando passámos por elas; outras choraram ao verem o que os soldados nos estavam a fazer, mas não disseram nada porque tinham medo de serem mortas. Nós estávamos muito envergonhadas, mas não dissemos nada e fizemos aquilo que eles queriam, porque tínhamos medo de morrer. Ficámos na caserna do 747 por apenas uma noite.²⁴⁶

303. No dia seguinte, o chefe de aldeia, Ventura, foi pedir às ABRI que libertassem as mulheres. Por fim, foram-lhes dados sacos para cobrirem os corpos nus e foi-lhes permitido que fossem para casa do chefe de aldeia. Uma das mulheres, UK, contou à Comissão que tinha sido violada durante a noite que passou na caserna do Batalhão 745.

Durante a noite que passámos na caserna do 745 em Lospalos, um soldado das ABRI violou-me à frente de quatro dos seus amigos. Senti-me muito envergonhada e chocada. Nessa altura, eu ainda estava muito preocupada com o destino do meu marido...que tinha sido capturado connosco em Souro. Eu não sabia se ele ainda estava vivo ou se teria sido morto pelas ABRI. Senti-me como se o estivesse a atraindo. Todas as minhas amigas sabiam que eu tinha sido violada naquela noite, mas não podiam fazer nada para me proteger, pois as nossas vidas estavam nas mãos das ABRI.²⁴⁷

304. Um ano mais tarde (em 1984), também na aldeia de Souro (Lospalos, Lautém), WK1 e os membros da sua família foram detidos por soldados do Batalhão de Combate Territorial (BTT) 315, por suspeita de envolvimento em actividades clandestinas. Foram levados para o posto do BTT 315 na aldeia de Karalata, Souro (Los Palos, Lautém) onde ficaram e onde foram interrogados durante uma semana. Um dia, a WK e a XK foram completamente despidas da cintura para cima e obrigadas a permanecer ao sol durante um dia inteiro.²⁴⁸

305. Em Mehara (Tutuala, Lautém), em 1985, YK foi presa por um membro das forças da Wanra, chamado PS351, por ordem dum comandante local, conhecido por PS392. O PS351 levou a YK para um tanque de água, mergulhou-a na água e molestou-a. Depois, levou-a para o posto de comando,^{xxvi} onde foi espancada, juntamente com outros detidos que lá estavam. Depois de lhe baterem, levaram-na para uma cela onde já estavam outras duas mulheres, chamadas Q e R. Eles despiram as três mulheres por completo e depois puseram-nas dentro dum tanque de água durante toda a noite. A YK contou à Comissão a humilhação sexual pública de que foi posteriormente vítima.

No posto do comando, puseram-me numa cela com outras duas mulheres, a Q e a R. Nós as três fomos mergulhadas dentro de um tanque com água musgosa e só pela manhã nos tornaram a devolver as nossas roupas para nos vestirmos. No dia seguinte, eu fui retirada da cela sem roupas, só com calças de treino. À frente de muitas pessoas, o PS352, um membro da Tim Alfa^{xxvii}, arrancou-me as calças e disse aos seus amigos: “Quem quer ter sexo com a YK?” Mas ninguém se voluntariou.²⁴⁹

306. Tornaram então a dar-lhe as suas roupas para se vestir e levaram-na de volta para o posto. Três dias mais tarde, foi libertada.

307. A humilhação sexual nem sempre ocorreu em público. No dia 26 de Abril de 1999, a AL foi capturada na sua casa na aldeia de Purogoa (Cailaco, Bobonaro), por membros das milícias Guntur e Halilintar, incluindo um homem chamado PS410 e polícia. AL disse à Comissão:

^{xxvi} O testemunho original refere simplesmente posto de comando. Este tanto poderia ser um posto da Defesa Civil como um posto do grupo de milícia Tim Alfa (Tim significa Equipa, em indonésio, é aqui usado nesta língua por ser o nome comum do grupo).

^{xxvii} “ O Tim Alfa foi montado pela Kopassus [Comando de Forças Especiais] em meados da década de 80, para infiltrar o movimento clandestino e para auxiliar em operações de combate. Esse laço institucional manteve-se até 1999” [Geoffrey Robinson, *East Timor 1999 – Crimes against Humanity*, Relatório por solicitação do Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), Julho de 2003, Documento disponibilizado à CAVR, Abril de 2004, p. 165].

No dia 26 de Abril de 1999, PS410, juntamente com membros da milícia Halilintar e a polícia, levaram-me da minha casa cerca das 10.00h [da manhã]. Eu não sabia os seus nomes à excepção do PS410 e do PS353. Eles puxaram-me para a rua e espancaram-me com um pedaço grande de mandioca...o PS410 e o PS353...ataram uma bandeira vermelha e branca [a bandeira da Indonésia] cobrindo a minha cara, de modo a que as pessoas não me reconhecessem...Não a retiraram até chegarmos à aldeia de Biadoi, Meligo [Cailaco, Bobonaro]. Depois, empurraram-me para dentro dum carro. Quando chegámos ao gabinete do PS410 na vila de Cailaco [posto da milícia Halilintar], o PS353 pontapeou-me [e] o PS410 despiu-me até eu ficar só em cuecas e soutien. À meio-noite, o PS410 obrigou-me a assinar uma carta na qual eu declarava que não me iria envolver em nenhuma organização ilegal. Depois disso, mandaram-me para casa.²⁵⁰

Assédio sexual

308. O assédio sexual é vulgarmente definido como uma atenção sexual não solicitada, que ocorre no contexto de um relacionamento de poder desigual. Diz-se que ocorre assédio sexual quando a pessoa que detém o poder dominante usa essa vantagem para cometer investidas sexuais não solicitadas, sejam elas verbais ou físicas, contra a pessoa com menor poder. Tal como já anteriormente vimos, no contexto do conflito armado em Timor-Leste, homens armados ou poderosos fizeram uso do seu poder inequívoco sobre a população civil para se envolverem numa variedade de formas de violência sexual, incluindo o assédio sexual.^{xxviii}

309. No dia 26 de Março de 1996, a casa de BL, na aldeia de Lisabat (Hatulia, Ermera), foi cercada pelo grupo 401 do Comando da Reserva Estratégica do Exército (*Rajawali*). Ela e o marido tinham dado guarida a um comandante-adjunto das Falintil chamado BL2, que foi nessa altura capturado. Os soldados amarraram o marido, BL1, e o BL2 com uma corda, espancaram-nos e pontapearam-nos, enquanto os obrigavam a marchar à volta da casa. Eles agrediram a BL com uma arma, despiram-na e molestaram-na. Também despiram a sogra da BL, a CL, e sujeitaram-na a um interrogatório:

A Rajawali entrou em minha casa e capturou-me; eu estava na cozinha. Os soldados seguraram-me as mãos com firmeza, enquanto me interrogavam para saber se eu tinha escondido membros das Falintil ou se lhes levava víveres à floresta. Fui torturada [bateram-me, esbofetearam-me, arrastaram-me dum lado para o outro e agrediram-me na cabeça com uma arma]. Depois disso, um [militar] Rajawali abraçou-me e segurou-me nos seios. De seguida, começaram a despir-me e apalparam-me por todo o corpo, com a desculpa de que eu podia ter armas escondidas. Então, agarraram a minha sogra e começaram a despi-la, como parte do interrogatório que lhe faziam. Alguns dos Rajawali bateram-lhe. Os Rajawali também espancaram o meu marido até ele ficar coberto de nódoas negras, enquanto eu estava ali de pé, nua como uma boneca.²⁵¹

^{xxviii} O assédio sexual é discutido frequentemente no contexto dos relacionamentos entre patrão e empregado, ou professor e estudante.

310. Em 1999, muitas mulheres sofreram formas de tratamento cruéis e degradantes, que se materializaram no assédio sexual a que foram sujeitas nos “bailes”. No auge da actividade das milícias, em 1999, os grupos de milícia existentes em Timor-Leste organizavam bailes e forçavam as mulheres das aldeias próximas a participarem. Uma dessas festas ocorreu na aldeia de Lourba (Bobonaro, Bobonaro). DL descreveu assim o incidente à Comissão:

No dia 4 de Maio de 1999, a milícia DMP [Dadurus Merah Putih] efectuou uma operação na nossa aldeia...Obrigaram-nos a matar vacas, porcos, cabras e galinhas e a dar-lhes [a carne]. Nessa altura, os comandantes eram o PS354 e o PS355 e o total dos efectivos era de cerca de 300 homens. Durante o dia, tínhamos de cozinhar para eles e à noite tínhamos de os servir...fazer-lhes companhia e dançar com eles em Jo Belis.

Durante a dança, eles começavam a fazer todo o tipo de coisas, como enfiar os dedos em zonas sensíveis [do nosso corpo] e a tocar-nos nos nossos corpos como se fossemos suas mulheres. Mas o que é que eu podia dizer? Se eu resistisse, eles matavam-me. Nessa altura, estava com [outras três mulheres].²⁵²

311. As milícias recorreram ao assédio sexual, assim como a outras formas de violência sexual, na sua campanha de terror para provocar o medo na população em geral. A Comissão recebeu testemunhos de mulheres que tinham sido levadas à força, normalmente durante a noite, por grupos de milícias e depois sujeitas a assédio sexual.

312. A meio da noite, algures antes do Consulta Popular de 1999, a EL e a S foram levadas à força da sua casa, na aldeia de Lacro (Atsabe, Ermera), por cinco milícias do grupo de milícia *Pancasila*, que obedeciam a ordens do chefe de aldeia, PS356. Quando chegaram à casa do chefe de aldeia, foram obrigadas a dançar com oficiais da Unidade Conjunta dos Serviços de Informação (SGI) até ao amanhecer. Como temiam pelas suas vidas, a EL e a S dançaram com estes homens, que lhes tocaram nos seios e as molestaram enquanto dançavam. Em Setembro de 1999, as duas mulheres foram novamente detidas por membros do mesmo grupo de milícias e voltaram a ser levadas para casa do chefe de aldeia. Desta vez, foram imersas num tanque de água, onde havia uma cobra preta que acabou por lhes morder.²⁵³

313. No dia 7 de Maio de 1999, a milícia *Mahidi* atacou a casa de FL, do subdistrito de Zumalai, (Covalima), com o objectivo de procurar o marido dela, que, entretanto, já tinha fugido para a floresta. A FL disse à Comissão:

Entre 7 e 9 de Maio de 1999, eles vieram e cercaram a nossa casa. Revistaram a casa toda, à procura duma bandeira da Fretilin, de documentos e do meu marido. Como não encontraram nada, despejaram a sua frustração em cima de mim e do meu filho de um ano. Eles atiraram com o meu filho para dentro de um carro e bateram-me na cabeça e insultaram-me, antes de me atirarem também para dentro do mesmo carro. No carro, continuaram a bater-me, enquanto diziam: “Primeiro vamos praticar um pouco de desporto.” Eles levaram-nos para o posto da Mahidi e puseram-nos numa cela. Eu fui interrogada pela chefe da aldeia, que se chamava PS360 [timorense] e bateram-me por não responder às perguntas dela. Quando pararam de me bater, deram-me comida – arroz sem vegetais. Depois de eu ter comido, bateram-me de novo e forçaram-me a beber urina. Nem sei de quem era essa urina. Fiquei numa cela com outras quatro mulheres – a Lucília, a Domingas, a Mónica e a Lucia. A cela ficava em casa de um polícia chamado PS358 [timorense].

Depois disso, uma milícia chamada PS359 [mulher] foi à minha cela e queimou-me a boca com um cigarro, enquanto me ameaçava: “Se o marido dela não está aqui, mais vale matarmos a mulher.” A PS357 perguntou-me: “Onde é que escondeste a bandeira da Fretilin?” Eu continuei sem responder à pergunta, por isso ela foi-se embora e disse a cinco homens para entrarem na minha cela, enquanto apregoava: “Brinquem com ela, que é de graça.” Mas eles não me fizeram nada. Dos cinco milícias, só o PS361 tentou violar-me, mas eu recusei-me e disse: “Mais vale matares-me.” Então, o comandante da companhia do TNI 743 [Danki] regressou e disse: “Vamos ficar juntos, tu beijas as Falintil com frequência.” Eu retorqui de forma grosseira e ele bateu-me na boca até esta ficar inchada. Depois de termos feito uma declaração em como iríamos ficar sob [o controlo da] Mahidi e da Merah Putih, fomos libertadas por ordem da PS357.²⁵⁴

314. GL foi levada da sua aldeia de Cová (Balibo, Bobonaro) pela milícia *Firmi Merah Putih* (Verdadeiro Crente no Vermelho e Branco), juntamente com outras duas mulheres, para o posto de comando da milícia. Com a desculpa de que lhes estavam a examinar os seios à procura de implantes “mágicos”, eles foram despindo-as.

No dia 7 de Maio de 1999, um milícia da Firmi chamado PS362 e o comandante PS363 capturaram-me, assim como à HL e à IL, em Railuli, vila de Cova, Bobonaro. Fomos as três levadas para o posto da milícia Firmi em Balibo. Quando lá chegámos, eles interrogaram-nos; depois, levaram-nos para um quarto e disseram-nos que nos despíssemos, para eles verem que tipo de “medicamento” é que tínhamos implantado nos nossos seios. Como não encontraram nada, após o exame mandaram-nos para casa.²⁵⁵

7.7.5 O impacto das violações sexuais nas vítimas

315. Os 25 anos de conflito tiveram um impacto muito profundo nas suas vítimas, independentemente do sexo e da idade. Todas as famílias de Timor-Leste sofreram algum tipo de violência. No entanto, se bem que homens e mulheres partilhem o enredo comum de terem sido vítimas do conflito, é importante salientar as diferenças sentidas pelos homens e pelas mulheres que foram vítimas de violações de direitos humanos. A experiência das vítimas do sexo feminino foi diferente em três aspectos:

- As mulheres foram as principais vítimas de violência sexual. Portanto, as mulheres sofreram as consequências específicas da violência sexual, a nível social, mental e físico.
- As mulheres que foram vítimas de violações de direitos humanos de carácter não sexual tiveram que ultrapassar diferentes tipos de barreiras à sua recuperação, em consequência das diferentes funções reprodutoras, bem como dos diferentes papéis e estatutos atribuídos à mulher e ao homem.
- As mulheres, enquanto principais responsáveis pelo cuidar da família, também sofreram quando os homens das suas famílias foram vítimas de violações graves de direitos humanos. Na ausência dos seus maridos, as mulheres viram-se obrigadas a cumprir com todas as responsabilidades, de modo a garantirem protecção, meios de subsistência, e os cuidados às crianças e a outros dependentes.

316. Durante o período do conflito em Timor-Leste, a violência sexual teve um impacto profundo nas suas vítimas e na comunidade em geral. Apesar da maioria dos actos de violência sexual terem ocorrido à porta fechada, o conhecimento desses actos espalhou-se rapidamente por toda a comunidade. A violência sexual continua a afectar as vidas dos sobreviventes, quer ao nível do seu bem-estar físico e mental bem como do seu estatuto social, mesmo passado muito tempo da ocorrência dos actos.

Saúde reprodutiva

317. Durante a retaliação das *ABRI* contra os residents de Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), no seguimento do levantamento frustrado das Falintil em 1982, a IH foi uma das muitas mulheres de Mauchiga que sofreram violência sexual. A IH foi uma adolescente vítima de violações consecutivas no posto militar de Mantutu, próximo de Lesuati, sendo depois transferida para Dare, e depois para Nunu Mogue. Ela era constantemente “perseguida” por soldados indonésios. Um membro da *Hansip* seguiu-a até Nunu Mogue, e violou-a.²⁵⁶

Todas as noites, eu era seguida pela [por membros da] ABRI e pela Hansip, porque nessa altura tinha cerca de 14 anos. Antes de ter sido violada, fui torturada de várias maneiras. Bateram-me com armas, queimaram-me, atiraram-me água e despiram-me. Eles levaram-me para o meio da erva alta, onde o impensável aconteceu. Na primeira noite, fui violada por um cabo do 744 chamado PS364 [timorense]. Na segunda noite, fui violada pelo PS365 [timorense], que também era cabo no 744. Na terceira, fui violada pelo PS365 [timorense], um outro cabo do 744. Depois [do primeiro incidente] fiquei com o meu corpo coberto de sangue, dado que nunca antes tinha tido relações sexuais. Havia um membro da Hansip que não estava satisfeito. Ele seguiu-me até Nunu Mogue [Hatu Bulico, Ainaro], foi buscar-me a casa a meio da noite e fez aquilo comigo [violou-me] no exterior da casa. Antes da violação, bateu-me na cabeça com a sua arma. Depois de tudo aquilo, senti dores nos meus órgãos genitais – comichão e dificuldade em urinar – e também dores no abdómén e nas ancas.²⁵⁷

318. Durante o período do conflito, o acesso das mulheres aos serviços de saúde reprodutiva era limitado. Se bem que existissem centros de saúde comunitários, os serviços de saúde indonésios centravam a sua atenção na prestação de cuidados de saúde primários e maternos e na satisfação das metas definidas para o planeamento familiar. Não prestavam a devida atenção aos cuidados de saúde reprodutiva e sexual.²⁵⁸ As mulheres não tinham acesso às necessidades específicas associadas aos cuidados de saúde reprodutiva, à realização de exames e tratamentos médicos para doenças sexualmente transmissíveis, ou à detecção precoce do cancro ou de células pré-cancerígenas no sistema reprodutivo. As mulheres que sobreviviam à violação não tinham onde se dirigir para receberem tratamento médico formal.

319. Em muitos casos, foram tratadas por familiares, com medicamentos tradicionais.

Quando [a minha sobrinha] desceu da mota, não conseguia andar porque tinha sido violada. Ela tinha sangue e feridas nos órgãos genitais, eu tratei-a...ela bebeu [uma infusão de] água com folhas de bétéle [sirih] e eu lavei-a com a água das folhas de sirih que tinha fervido.²⁵⁹

320. As doenças sexualmente transmissíveis, quando não tratadas, podem provocar uma morte relativamente rápida devido a infecção pélvica grave ou, a longo prazo, provocar problemas na saúde reprodutiva, incluindo o cancro e a esterilidade. Em vários testemunhos recolhidas pela Comissão, as sobreviventes de violação, ou os seus familiares, fizeram referência a um certo tipo de “doença feminina” não identificada.

Eles levaram-na para o posto militar e violaram-na uns a seguir aos outros. Continuaram a fazer isso até 1980, altura em que [os membros do Linud 100] foram desmobilizados e substituídos pelo Batalhão 643. Eles também me levaram para servir como TBO nesse posto...Vi, com os meus próprios olhos, a minha irmã a ser violada. Quando eles partiram para Fahinehan [Fatuberliu, Manufahi], ela foi libertada e foi-lhe permitido regressar a casa...Após ter estado sujeita à violência sexual durante tanto tempo, ela desenvolveu um problema uterino e morreu, em 1994.²⁶⁰

321. As mulheres que foram repetidamente violadas e sujeitas a torturas graves, sofreram de problemas de saúde múltiplos: reprodutivos, mentais e físicos. O facto destes crimes não terem sido punidos e poderem ser repetidos a qualquer momento, representou um fardo mental acrescido para as sobreviventes.

Ficámos detidas durante 16 dias e, todas as noites, eu e as minhas três amigas fomos violadas por quatro homens...Quando eles se cansavam, obrigavam alguns dos detidos a violar-nos. Depois, fui torturada. Eles bateram-me com um pedaço grosso de madeira; bateram-me nas ancas e na cabeça. Por causa disso, fiquei com a anca partida, tive dores de cabeça contínuas e não conseguia andar...Passados 16 dias, eles libertaram-nos. Tiveram de me levar a casa, em Uatu-Lari [Viqueque]. Em casa, fui tratada com medicamentos tradicionais, mas não serviu de muito. A única coisa que aliviava ligeiramente a dor era o gelo sobre a minha anca. Fiquei tão traumatizada, que continuei a ter a sensação de que alguém me estava a vigiar, à espera de me prender. Tive tanto medo que, finalmente, fugi para Díli.

[Por fim], acabei por me casar e tive um filho. Após o parto, comecei a sentir muitas dores nas ancas. Não conseguia andar, tinha que estar deitada. Fiquei de cama durante três anos. Agora, eu estou de novo a começar a andar. Queria contar muitas mais coisas, mas esqueci-me de muitas delas, talvez por causa da tortura que sofri enquanto estive presa.²⁶¹

322. Também as mulheres grávidas foram sujeitas a violência sexual e a outros tipos de violações de direitos humanos. Isto teve implicações graves na sua saúde materna e na sobrevivência dos fetos.

As duas [mulheres] foram violadas durante seis horas, desde manhã até às 4.00h da tarde. Nessa altura, [a minha mulher] estava grávida de seis meses. Elas conseguiram fugir, mas o TNI alvejou-as. A JL morreu e a minha mulher levou um tiro na anca. Ela conseguiu escapar-se para [o lugar] onde eu estava...Sofreu um aborto espontâneo e, pouco depois, também morreu.²⁶²

Abortos com riscos para a saúde

323. Algumas das vítimas de violação, que engravidaram em sequência da violação, foram levadas a tomar medidas desesperadas para acabar com a gravidez, em consequência do sentimento de vergonha, de culpa e de raiva. Em alguns casos, abortos praticados em condições que implicavam riscos para a saúde, tiveram resultados fatais.

Após regressarmos de Ataúro, éramos constantemente monitorizados pelos serviços de informação das ABRI; as nossas vidas eram difíceis. A pior de todas as notícias, que recebemos à chegada, foi a da morte da minha irmã, KL. Ela tinha ficado grávida de um militar das ABRI quando esteve detida no Korem de Díli. Quando soube que o seu marido ia em breve se [libertado] e que ia regressar a Laleia, Manatuto, tentou abortar. Tinha medo de ser considerada uma mulher infiel. Ela morreu na sequência do aborto.²⁶³

324. Num caso, uma mulher vítima de escravidão sexual doméstica morreu, devido a uma doença possivelmente relacionada com as tentativas de acabar com a gravidez efectuadas pelo próprio soldado que a tinha violado.

Em Março de 1979, a minha irmã mais nova, T, foi levada por um membro da Hansip chamado PS367 para o posto de comando em Leohat [Soibada, Manatuto], por ordens de um membro da Hansip chamado PS368, que espancava regularmente a população local. A minha irmã contou-me que, quando lá chegou, foi violada por um Nanggala chamado PS369 [indonésio]. Depois, foi forçada a ser 'mulher' dele durante seis meses. Quando descobriu que a T estava grávida, o PS369 tentou acabar com a gravidez, esfregando-lhe continuamente um bálsamo no barriga, até ela adoecer. No dia 6 de Setembro de 1979, quando ela já estava muito doente, o PS369 levou-a para casa do meu tio. Passados quatro dias, eu fui obrigado a ir para a floresta como TBO durante um mês, com o comando 122. Quando regresssei, a T já tinha morrido. O meu tio disse-me que ela só tinha vivido mais seis dias.²⁶⁴

325. A Comissão também recebeu provas de casos em que o perpetrador tentou forçar a vítima a acabar com a gravidez. Em alguns casos, as mulheres eram levadas para clínicas de saúde locais, onde lhes eram dadas injeções que se acreditava induzirem o aborto.

Em Betun, em Timor Ocidental, voltei a encontrá-lo e ele quis forçar-me de novo a ter sexo com ele. Eu disse-lhe que lamentava, mas que o meu período estava atrasado [em consequência da violação cometida pelo mesmo homem]. Ele ficou surpreendido e levou-me a um centro de saúde onde me deram uma injeção. Três dias mais tarde, perguntou-me se o meu período já tinha aparecido. Disse-lhe que não. A partir desse dia, ele evitou-me e nunca mais voltou.²⁶⁵

326. Abortos efectuados em circunstâncias perigosas podiam conduzir à morte da mãe, a doença prolongada ou a incapacidade da mãe. Podiam ainda ter repercussões na saúde de um bebé que sobrevivesse a tais tentativas de aborto.

Saúde mental

Não houve uma única pessoa que se preocupasse com o que me tinha acontecido. Estava sozinha. Após o incidente [a violação] doía-me o ombro e também fiquei doente de tanto pensar naquilo. Fiquei muito tensa. Por causa deste trabalho clandestino, não tomei conta do meu filho, que morreu em Agosto de 1999, após a bandeira das Falintil ter sido hasteada. Devido às violações, fiquei afectada por uma doença feminina – um ataque de sangue branco. Fiquei louca e acabei por me separar do meu marido. Agora vivo sozinha, com os meus quatro filhos.²⁶⁶

327. Para algumas das mulheres vítimas de angústia e trauma devido à violência sexual, a falta de segurança contínua e a ausência de serviços de saúde mental que as ajudassem a lidar com o trauma e os seus próprios sentimentos de raiva, vergonha, isolamento e culpa, propiciaram o desenvolvimento de doenças crónicas de saúde mental. Aquelas que receberam apoio e atenção da parte dos seus familiares, conseguiram ultrapassar o seu trauma, sem sequelas graves a longo prazo. (ver Capítulo 10: Acolhimento e Apoio à Vítima)

328. No entanto, outras mulheres que sofreram violência sexual grave não conseguiram ultrapassar o seu trauma, ainda que tivessem recebido apoio familiar.

Os soldados, indonésios e timorenses, violaram a minha irmã aos pares. Eu não consegui contá-los, só sei que eram muitos. Isto prolongou-se por quatro dias. A U, ainda hoje sofre por causa das coisas más que lhe fizeram – ela é mentalmente instável, sofre de desmaios e ficou solteira porque não está bem.²⁶⁷

329. A Comissão ouviu relatos recorrentes sobre as consequências a longo prazo na saúde mental provocadas pela violação.

Muitas mulheres foram vítimas de violação, durante o mês em que as tropas do Batalhão 122 de Sumatra ocuparam a área. Eles iam a casa das pessoas, levavam-nas e aos seus pertences, galinhas e ovos e forçavam as filhas e as mulheres a satisfazerem os seus desejos sexuais. Uma mulher ficou deprimida e acabou por enlouquecer, porque essas tropas a violaram repetidamente.²⁶⁸

330. Durante os períodos de escalada da violência, aquelas que já sofriam de doenças mentais, resultantes de violações anteriores, ficavam vulneráveis a trauma recorrente.

331. Em 1999, a Fokupers^{xxix} relatou o caso de uma mulher que foi vítima de escravidão sexual em Viqueque. Ela, que tinha sido professora primária durante o período português, foi repetidamente forçada a ser a “mulher” de, pelo menos, cinco militares, uns a seguir aos outros.

^{xxix} A Fokupers (Forum Komunikasi Perempuan, Fórum para a Comunicação entre Mulheres) é uma proeminente NGO de defesa de mulheres, com sede em Díli. Foi fundada em 1997, e conduziu um programa psico-social extensivo de apoio às mulheres sobreviventes da violência. A Fokupers trabalhou de perto com a Comissão, num conjunto de elementos do seu programa de apoio às vítimas de violações dos direitos humanos, em particular mulheres sobreviventes.

Quando os funcionários da *Fokupers* souberam do seu caso, a Dina, nome pelo qual ela é referida no relatório para proteger a sua identidade, estava mentalmente doente. Sem ter recebido qualquer tipo de cuidados de saúde mental para tratar a sua doença, a Dina deambulava nua pela aldeia, até que os seus pais desesperados a acorrentaram à sua cama.²⁶⁹

332. Durante os 25 anos de conflito, o acesso aos serviços de saúde mental foi muito limitado e continua a ser um problema para os sobreviventes da violência sexual. (ver Capítulo 10: Acolhimento e Apoio à Vítima e também Capítulo 11: Recomendações)

Espiral de vitimização

333. As mulheres vítimas de violência sexual acabavam frequentemente por entrar numa espiral de vitimização. A maioria das vítimas de violência sexual foi também vítima de outros tipos de violações de direitos humanos, tais como detenções ilegais e deslocações forçadas. Não era raro que um incidente de violência sexual desse origem a outras violações, de natureza sexual ou não, cometidas por outros perpetradores. Infelizmente, as mulheres vítimas de violência sexual também foram vitimadas pela sua própria comunidade que, devido à perversão de conceitos, as culpabilizava pela infracção de normas sexuais firmemente protegidas. As mulheres que também tinham interiorizado estas normas morais caíam na armadilha de se autoculpabilizarem, mesmo reconhecendo que nunca deram o seu consentimento para que o crime fosse cometido.

Autoculpabilização

334. Em Timor-Leste, a percepção social da violação e da violência sexual era fortemente influenciada pela noção de honra. Assim, as vítimas de violência sexual albergavam, muitas vezes, sentimentos de culpa, por não terem conseguido proteger a sua honra e a honra da sua família e, em alguns dos casos, a dos seus maridos. No depoimento que se segue, uma vítima de violação sentiu que tinha traído o seu marido ao ter “permitido” a sua própria violação:

*Fiquei muito envergonhada e abalada. Naquela altura, eu estava muito deprimida a pensar no destino do meu marido, que tinha sido capturado connosco em Souro [Lospalos, Lautém]. Eu não sabia se ele ainda estava vivo, ou se tinha sido assassinado pelas ABRI. Senti-me como se o tivesse traído.*²⁷⁰

335. Algumas das vítimas de violação chegaram ao ponto de considerar a hipótese de suicídio.

*Eu estava numa situação muito difícil. Tinha medo que ele violasse a minha irmã mais nova. Por isso sacrifiquei-me a mim própria, apesar de ter tentado invocar algumas razões médicas para que ele me não violasse. Ele violou-me quatro vezes. Eu queria matar-me. [Tentei] escapar, mas a milícia continuou a vigiar-me.*²⁷¹

336. As mulheres solteiras na altura em que foram violadas sentiram-se profundamente envergonhadas com o que lhes tinha acontecido. Nalguns casos, a violação constituiu um impedimento a que elas desenvolvessem um relacionamento ou se tentassem casar.

[Depois da violação, o soldado das Falintil] ameaçou-me para que eu nunca contasse aos meus pais nem a ninguém, ou uma qualquer noite ele voltaria para me matar. Ainda hoje não me quero casar, porque ele me destruiu como se eu fosse um animal. Sinto-me demasiado envergonhada para me casar. O melhor mesmo é ficar quieta e trabalhar na minha horta para sobreviver.²⁷²

Culpabilizar a vítima

337. As vítimas de escravidão sexual foram submetidas a formas extremas de isolamento social. A natureza prolongada da violação implicou frequentemente formas de coacção mais subtis. A percepção da comunidade relativamente às vítimas de escravidão sexual, especialmente de escravidão sexual doméstica, foi influenciada pela opinião popular, que não estabelece distinção entre relacionamento sexual extraconjugal consentido e não consentido.

[Há] pessoas [em Liquiça, que] consideram-me uma mulher ordinária, uma puta [lonte]. Dizem que eu sou uma amante das ABRI. Já lhes disse que não foi nada que eu quisesse, que foi a guerra que me fez isto. Sim, eu estava 'casada' com eles. Mas se eu não tivesse consentido, eles teriam assassinado a minha família e algumas das minhas amigas. Eu lutei pela nossa independência, rendendo-me a mim própria pela nossa terra, Timor-Leste.²⁷³

338. As vítimas não foram as únicas pessoas sujeitas à vergonha e ao ridículo:

Muitas das vítimas sofreram enormemente, porque alguns membros da comunidade lhes chamavam nomes e diziam que elas eram amantes das ABRI. Outros chamavam-lhes putas. De acordo com [a moral vigente n]a nossa comunidade o casamento forçado com as ABRI é uma vergonha, de que ninguém pode falar.²⁷⁴

339. Os sentimentos intensos que a comunidade nutria, contra as mulheres que tinham estado sujeitas a situações de escravidão sexual, não eram estranhos a ninguém, nem sequer às crianças mais pequenas. Muitas das mulheres que não tiveram outra alternativa senão obedecer aos desejos de homens armados, estavam bem conscientes do desprezo a que seriam votadas pela comunidade ao entrarem numa situação de escravidão sexual. Este facto afectou também as escolhas que fizeram depois de conseguirem escapar àquela situação.

Eu disse-lhe que ainda era uma criança [de 13 anos], que ainda queria ir à escola. O chefe de aldeia perguntou-me: “Queres que as ABRI te levem para te matar? Não queres viver?” [Eu disse] que casar com um ABRI estava muito bem mas, segundo os nossos anciões, uma mulher que se torne amante dum soldado é uma puta. Eu não queria que me chamassem ‘feto puta’...Passados três meses, o comandante do Kodim tomou posse como governador [sic] do distrito de Viqueque e trouxe a sua mulher javanesa para Viqueque. A partir dessa data, o comandante do Kodim deixou de me usar. [Q]uando nos iam buscar à noite, para nos levarem para o Kodim, as nossas amigas da escola viam-nos passar e eu ficava muito envergonhada. Por fim, acabei por não regressar à escola.²⁷⁵

340. Outra mulher declarou:

Durante quatro meses, entrava e saía do posto, de dia e de noite. Sentia-me tão envergonhada. Ouviam-se muitos mexericos sobre mim, dizia-se que eu tinha relações sexuais com todos os soldados do posto.²⁷⁶

341. Em alguns casos, a comunidade era cúmplice ao apoiar o sacrifício de uma mulher ou de um grupo delas, que se tornavam “amantes do exército” a troco da segurança colectiva. Ainda assim, estas mulheres, vítimas de escravidão sexual doméstica, eram frequentemente alvo de ridículo e de suspeita.

342. A falsa noção popular de que a escravidão sexual era uma relação extraconjugal consentida fez com que, em alguns casos, as vítimas fossem também abusadas por outros:

Durante um mês, eu e a minha família vivemos em Hakesak [Atambua, Timor Ocidental]. Assim que chegámos ao campo, o PS370 [timorense] continuou a usar-me como sua segunda mulher. Um dia, a mulher dele apareceu e chamou-me nomes ‘perempuan lonte’ [puta]. Ela ameaçou matar-me se eu continuasse a ter um relacionamento íntimo com o seu marido. Nessa altura, eu estava entre a espada e a parede. O PS370 tinha ameaçado matar-me e à minha família se eu não tivesse sexo com ele, mas depois a mulher dele foi ao campo e também me ameaçou.²⁷⁷

343. A escravidão sexual doméstica representava uma desonra para a família. As mulheres eram frequentemente culpabilizadas pela vergonha que a família vivia, apesar de terem sido forçadas a viver aquela situação.

*Ele empurrou a porta e violou-me com força. Eu chorei enquanto ele me violava porque ainda era muito nova; só tinha 15 anos. Depois disso, o Danramil [Komandan Koramil, comandante do Koramil] PS371 [indonésio] disse-me: “Tens de casar comigo.” Quando o PS371 se foi embora, os meus pais bateram-me até eu sangrar. Os meus pais disseram-me para não me casar com um militar. Mas o PS371 continuou a ir a minha casa. Eu fiquei grávida, mas o bebé morreu após o parto. Ele esteve casado comigo durante cinco anos [de 1985 a 1989] e depois deixou-me. Regressou a Sumatra sem dizer nada, nem a mim nem aos meus pais.*²⁷⁸

Perda da virgindade, perda da oportunidade de casamento

344. Na sociedade de Timor-Leste e em especial nas zonas rurais, as normas sociais de valorização da virgindade resultaram em que algumas das mulheres sobreviventes de violação, sentissem dificuldade em casar-se. De novo, a falta de distinção entre relações sexuais consentidas e não consentidas vitimaram as próprias vítimas de violação.

*Após a violação, a minha irmã disse-me: “Esta é uma consequência da guerra.” Ela levou-me até Ermera para receber tratamento médico, pois eu tinha uma ferida nos órgãos sexuais, provocada pela força com que o soldado tinha cometido a violação. Permaneci lá dois meses. Por causa da violação, fiquei solteira até agora. Ainda hoje vivo com o meu pai.*²⁷⁹

345. No entanto, a Comissão também ouviu depoimentos de vítimas de violação e de escravidão sexual que, apesar daquilo que lhes aconteceu, conseguiram encontrar a felicidade no casamento

Sobrevivência e discriminação contra as crianças

346. As mulheres que engravidaram e que tiveram filhos, em resultado de relações sexuais não consentidas, enfrentaram vários níveis de discriminação. As mulheres que se encontravam numa situação de escravidão sexual eram consideradas “libertinas”. As mulheres violadas eram consideradas “mercadoria em segunda mão”. Os seus filhos eram frequentemente discriminados, pois eram vistos como filhos ilegítimos, nascidos fora do casamento. Este estigma, que afectou as mulheres e os seus filhos, esteve na origem do seu isolamento social, bem como de graves problemas psicológicos no seio da família.

*A Fokupers tomou conta dum caso muito difícil, mas já era demasiado tarde. A vítima tinha sido violada por vários membros das ABRI. Tinha tido filhos de pais diferentes. A vítima foi discriminada e ridicularizada pela sua própria comunidade. Chamavam-lhe nomes e foi isolada pela comunidade. Chamavam-lhe ‘feto puta’, por considerarem que ela se tinha vendido às ABRI. A vítima não conseguia aceitar os seus próprios filhos; nem sequer conseguia olhar para as suas caras, em consequência da pressão exercida pela comunidade.*²⁸⁰

347. Quando o pai biológico era um soldado indonésio, não era raro que a mãe e a(s) criança(s) fossem abandonadas logo que finalizada a sua comissão de serviço. A luta pela

sobrevivência diária, sem o apoio da comunidade ou da família alargada, era, e ainda é extremamente difícil para muitas mulheres.

O PS303, um soldado indonésio, partiu após o nascimento do meu filho. Eu vivia com os meus dois filhos. Quando precisava de ir trabalhar no campo, tinha de os levar comigo, pois não tinha ninguém que tomasse conta deles. Felizmente, [ao fim de algum tempo] a minha cunhada concordou em tomar conta deles enquanto eu estava nos arrozais.²⁸¹

348. Estas mães solteiras, sem a protecção da figura masculina tradicional do pai ou do marido, tornavam-se vulneráveis às investidas sexuais de outros homens. No testemunho que se segue, uma mulher que já tinha uma criança, nascida em consequência de uma situação de escravidão sexual infligida pelo comandante militar indonésio do subdistrito, foi forçada a aceitar as investidas de um soldado timorense:

Quando o meu filho tinha 8 anos, um timorense membro das ABRI, chamado PS373, ameaçou matar o meu irmão. Este soldado prometeu que se casava comigo mas, depois de eu ter dado à luz um filho dele e dele ter uma missão a cumprir em Buikarin, [Bahalara Uain Viqueque, Viqueque], casou com outra mulher e nunca mais me deu qualquer atenção.²⁸²

349. Contra toda a probabilidade, algumas mulheres conseguiram prover às necessidades básicas dos seus filhos e assegurar os seus estudos.

O PS374 [indonésio] deixou-me com três filhos. Agora já todos terminaram a sua instrução. Isso só foi possível graças ao meu trabalho árduo, para ganhar o suficiente que lhes permitisse ir à escola.²⁸³

350. Outras mulheres foram menos afortunadas e não conseguiram dar aos seus filhos a educação necessária para garantir um futuro melhor.

Eu tive quatro filhos de soldados indonésios – como um morreu, fiquei com três. Como nós estávamos em guerra pela nossa independência, eu aceitei sem hesitar aquilo que me aconteceu. Quem sabe se no futuro o estado não nos irá prestar atenção. E se o não fizer, também posso aceitar isso. A minha contribuição para a luta foi entregar-me aos soldados indonésios para poder salvar outras pessoas. É provável que eu tivesse sido uma mulher boa se não tivesse havido guerra. Mas estou resignada perante o meu destino, já que isto [independência] era o que todos queríamos. Esta foi a consequência da guerra...Peço ajuda para que os meus três filhos possam frequentar a escola e ter um futuro melhor, tal como as outras crianças. Durante a guerra, fui usada como um cavalo pelos soldados indonésios, que se serviram de mim à vez e que me fizeram ter tantos filhos. Mas agora já não tenho força suficiente para garantir aos meus filhos um futuro melhor.²⁸⁴

351. Durante os anos de conflito em Timor-Leste, a Igreja Católica desempenhou um papel importante ao proporcionar abrigo e protecção às vítimas de violações de direitos humanos, inclusivamente às vítimas de violação.^{xxx} Apesar deste facto, em alguns casos não conseguiu ultrapassar os seus preconceitos relativamente às mulheres vítimas de escravidão sexual e aos seus filhos. Sem compreenderem o elemento 'não consentimento' presente na situação de escravidão sexual, os funcionários da Igreja por vezes tinham a percepção da escravidão sexual como se de uma relação sexual extraconjugal se tratasse. Para as vítimas, em particular para aquelas que tinham tido filhos fruto de relacionamentos consecutivos não consensuais, a experiência de serem negligenciadas pela Igreja teve um impacto psicológico muito profundo. As crianças a quem foi negado o baptismo, não ficaram apenas privadas da normalidade que as suas mães tanto ambicionavam para elas. Existiam ainda consequências práticas, tais como a dificuldade em efectuar a matrícula na escola, que requeria um certificado de baptismo:

Fui apoiada por todos os membros da família, quer da família do meu falecido marido, quer da minha própria. Isto fez com que a minha vida fosse aceitável. Mas a comunidade à minha volta chamava-me nomes e evitava-me. Mesmo assim, consegui ultrapassar essas dificuldades. Mas a Igreja não me apoiou e não permitiu que os meus filhos fossem baptizados. Só em 2000, quando já éramos livres, é que a Igreja permitiu que os meus filhos fossem baptizados.²⁸⁵

352. No depoimento seguinte, esta vítima de episódios consecutivos de escravidão sexual e os seus filhos foram publicamente humilhados pela Igreja, tendo daí resultado um afastamento de todas as actividades religiosas comunitárias, que durou 16 anos:

Eu não fui afastada pela minha família, mas sim pela comunidade e pela Igreja. Quando as pessoas me chamavam nomes, o meu pai dizia: "Quaisquer que sejam as consequências, ela é nossa filha. Os pecados dela são os nossos pecados; é um fardo, uma cruz, que carregaremos como seus pais."

Um dia, eu e o meu filho estávamos numa fila em frente do altar para ele receber o sacramento do baptismo. Já só tínhamos duas pessoas à nossa frente para chegarmos junto ao Padre, quando fomos puxados para fora da fila...Ele disse que o Padre lhe tinha dado instruções nesse sentido. O meu filho não podia ser baptizado, porque tinha nascido fora do casamento. Nem eu, nem os meus pais, tínhamos permissão para comungar, confessar os nossos pecados, ou rezar durante o mês de Santa Maria. Entre 1980 e 1996, nunca chegou a vez da nossa casa rezar. Tive de esperar até as ABRI já não viverem entre nós e então já me foi permitido voltar a participar nas actividades da Igreja, nomeadamente comungar e confessar-me.²⁸⁶

Separação conjugal ou reconciliação

353. A reacção dos maridos face à violência sexual perpetrada contra as suas esposas foi um factor importante na capacidade de recuperação das mulheres. A Comissão ouviu depoimentos

^{xxx} Considere-se, por exemplo, os casos de TC (acima) e da Declaração 03335 da HRVD em que a Igreja deu protecção a estas mulheres, vítimas de violação repetida pelas forças de segurança.

de mulheres sobreviventes de escravidão sexual e de violação, cujos maridos não foram capazes de aceitar o que lhes tinha sucedido e que acabaram por as deixar.

Em Abril de 2001, o meu marido escreveu-me para [Timor Ocidental] por duas vezes, apesar de eu só ter recebido uma das cartas. Dizia que ainda estava vivo e que já tinha ouvido dizer que eu tinha tido um filho do PS314 [comandante da Laksaur]. Na carta, ele instava-me a regressar a casa com a criança. A segunda carta, ao passar pela fronteira, caiu nas mãos da Kostrad que a entregou ao PS314. Quando o PS314 foi morto, o irmão dele, o PS194, foi ao funeral e ameaçou tirar-me a criança...Eu escapei de casa para ir inscrever o meu nome na lista [de repatriamento] do ACNUR. Depois de ter sido rejeitada três vezes, um amigo meu conseguiu que o meu nome fosse finalmente aceite. Parti sem que o PS194 soubesse. Quando cheguei a casa o meu marido já tinha uma nova esposa. Quando fui ter com ele, ele disse-me que não me queria para sua mulher. Eu sei que tenho este filho dum homem da Laksaur, mas isso aconteceu devido à situação. Se eu não tivesse obedecido às ordens deles, teria sido assassinada.²⁸⁷

354. Por outro lado, a Comissão também recebeu testemunhos de sobreviventes de violência sexual, cujos maridos conseguiram aceitar que o que acontecera estava para além do controlo das suas esposas. Estas mulheres, que sobreviveram à violação e à escravidão sexual, foram aceites pelos seus maridos:

No barco [a caminho do exílio em Ataúro], reencontrei o meu marido. Passadas algumas semanas, contei-lhe aquilo que me tinha sucedido. Ainda assim, o meu marido continuou a aceitar-me como sua mulher.²⁸⁸

355. No testemunho que se segue, uma mulher que foi repetidamente violada durante os muitos meses em que esteve detida, contou ao seu marido as violações sexuais que tinha sofrido. A reconciliação não foi imediata. O assunto foi debatido por ambas as famílias e foi solicitada a mediação de um sacerdote:

Pouco depois de eu ter regressado, o meu marido foi libertado de Ataúro. Nessa altura, reunimos ambos os lados das nossas famílias, para debater aquilo que me tinha acontecido enquanto estive detida pelos militares indonésios. Uma vez, eu e o meu marido consultámos um padre. Por fim e após um longo debate, regressámos os dois a Mauchiga, para iniciar a nossa felicidade em família.²⁸⁹

356. Em alguns casos, os maridos aceitaram tanto as mulheres como as crianças, nascidas na sequência das violações. No caso seguinte, uma mulher, que tinha estado separada do marido durante cerca de três anos por ele ter sido exilado, deu-lhe as boas vindas com um filho nos braços:

Em 1985, quando o meu marido regressou do exílio, eu contei-lhe [as violações sexuais de que tinha sido vítima e também que tinha tido uma criança]. Ele disse que me continuava a aceitar como sua mulher. Ele sabia que não tinha acontecido por minha vontade, que tinha sido uma consequência da guerra.²⁹⁰

357. A compreensão e a aceitação da família alargada também foram cruciais, em particular no período que antecedeu o regresso do marido:

Ninguém, nem da minha família, nem da família do meu marido, me tentou defender quando eu fui tratada daquela maneira. Nessa altura...as vidas deles também estavam em perigo. Nenhum membro da minha família me chamou nomes. Eles apoiaram-me e disseram que sabiam que aquilo não tinha sido por minha vontade, mas sim uma consequência daquela situação. Quando fiquei grávida [na sequência da violação], o meu marido foi libertado da prisão de Lospalos. Quando regressou a casa, não se zangou comigo. Ele aceitou a criança que eu tinha dentro de mim como se fosse sua. Na altura do baptizado, o padre não disse nada, porque não sabia que aquela criança não era do meu marido. O meu filho foi baptizado.²⁹¹

7.7.6 Conclusões

Violações sexuais perpetradas por membros da Fretilin e da UDT

358. A Comissão constatou que:

1. Membros da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) e da União Democrática Timorense (UDT) estiveram envolvidos em violações e em violência sexual, durante o período do conflito político interno (de 1974 a 1976) e ainda noutras alturas cobertas pelo mandato da Comissão. No entanto, o reduzido número de casos relatados à Comissão (dois cometidos pela UDT, um cometido pela Fretilin, comparados com as centenas de casos cometidos pelas forças de segurança indonésias) aponta para o facto destes incidentes serem casos isolados e não sistemáticos.

Violações sexuais perpetradas por membros das Falintil

359. A Comissão constatou que:

2. Durante a ocupação indonésia, houve membros das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Falintil) envolvidos em casos de violação e de violência sexual. Em alguns casos, os perpetradores gozaram de impunidade devido à relutância das comunidades em relatar as actividades das Falintil às autoridades. Contudo, o reduzido número de casos relatados à Comissão aponta para o facto destes incidentes serem casos isolados e não sistemáticos.

Violação e tortura sexuais perpetrados pelos membros das forças de segurança indonésias.

360. A Comissão constatou que, durante o período da invasão e da ocupação de Timor-Leste:

3. Membros das forças de segurança indonésias e dos seus grupos coadjuvantes estiveram envolvidos em actividades sistemáticas e generalizadas de violação, tortura sexual e outros actos de violência sexual (para além da escravidão sexual), dirigidos essencialmente contra mulheres timorenses em situação de vulnerabilidade.

361. Esta constatação da Comissão baseia-se nas entrevistas e nos testemunhos de centenas de vítimas que corajosamente prestaram testemunho na primeira pessoa sobre as experiências pessoais por que passaram. Baseia-se igualmente nas provas que corroboram os testemunhos das vítimas, apresentadas através dos depoimentos de outras testemunhas e de documentos que a Comissão decidiu aceitar para o efeito. As provas apresentadas pelas vítimas foram consideradas particularmente credíveis, essencialmente devido ao trauma e ao impacto pessoal negativo associado à prestação de informação desta natureza a uma entidade oficial.

4. Tanto os procedimentos institucionais, como as políticas formais ou informais das forças de segurança indonésias, toleravam e encorajavam a prática da violação, da tortura e da humilhação sexual das mulheres de Timor-Leste, infligidas por membros das forças armadas indonésias e dos grupos coadjuvantes sob seu comando e controlo.

362. Esta constatação está baseada em provas sólidas e amplamente confirmadas, que demonstram que:

- As violações foram regularmente perpetradas num vasto número de instituições militares.
- Os comandantes militares e os funcionários civis tinham conhecimento que os soldados sob seu comando utilizavam as instalações e os equipamentos militares, de forma rotineira, para violarem e torturarem mulheres, e não tomaram qualquer medida para pôr cobro a tais actividades ou punir os envolvidos. Muito pelo contrário, em alguns casos, os comandantes e os funcionários foram os perpetradores da violência sexual. No caso dos oficiais de patentes de escalão médio ou elevado, estas práticas passavam pelo fornecimento de mulheres jovens, que podiam ser violadas a pedido de convidados que estivessem de visita, ou pela passagem ao oficial substituto da “licença para violar” ou “possuir” mulheres jovens uma vez terminada a sua própria comissão de serviço.
- 5. As vítimas de tortura sexual foram, habitualmente, as mulheres identificadas pelas forças de segurança como tendo uma ligação com o movimento pró-independência. Estas mulheres eram frequentemente vítimas de violência por substituição, isto é, uma vez que o marido ou o irmão dessa mulher era procurado pelo exército mas permanecia ausente, a mulher seria violada e torturada como forma indirecta de retaliação contra o alvo ausente.

363. Estas mulheres eram regularmente levadas para instalações militares, onde eram interrogadas sobre as actividades dos seus maridos ausentes, ou de quaisquer outros membros da sua família, e sujeitas a uma vasta gama de métodos obscenos de tortura. Noutros casos, as mulheres eram violadas nas suas casas ou noutros locais, no decurso de operações militares.

6. A Comissão constatou que os seguintes actos, cometidos contra mulheres de Timor-Leste, ocorreram no interior de instalações militares indonésias:

- Mutilações dos órgãos genitais das mulheres, incluindo: a inserção de pilhas na vagina; queimaduras de mamilos e órgãos genitais com cigarros.
 - Aplicação de choques eléctricos aos órgãos genitais, aos seios e à boca.
 - Violação em grupo, cometida por membros das forças de segurança.
 - Forçar os detidos a realizarem actos sexuais uns com os outros, enquanto eram observados e expostos ao ridículo por membros das forças de segurança.
 - Violação das detidas, imediatamente após períodos de tortura sexual prolongada.
 - Violação de mulheres vendadas, cujos pés e mãos estavam algemados. Em alguns casos, as mulheres amarradas desta maneira foram violadas até perder a consciência.
 - Arranque forçado de pelos púbicos, na presença de soldados do sexo masculino.
 - Violação de mulheres grávidas. A Comissão recebeu múltiplas provas, incluindo o relato de uma mulher que foi violada na véspera do parto.
 - Forçar as vítimas a ficarem nuas, ou a serem violadas à frente de desconhecidos, de amigos ou de membros da sua família. Pelo menos num caso, uma mulher foi violada à frente da sua mãe e posteriormente assassinada. O mais vulgar era as vítimas serem violadas e torturadas à frente dos seus filhos.
 - Violação de mulheres frente a outros prisioneiros, como meio de aterrorizar quer as vítimas, quer os restantes prisioneiros.
 - Colocar as mulheres dentro de tanques de água durante longos períodos de tempo, por vezes submergindo-lhes as cabeças, antes de serem violadas.
 - Recurso a cobras para instilar o terror durante a tortura sexual.
 - Ameaças feitas às mulheres de que os seus filhos seriam mortos ou torturados, se elas resistissem, ou se queixassem por terem sido violadas.
 - Violações constantes e repetidas de mulheres, por uma multiplicidade de perpetradores não identificados, que eram membros das forças de segurança. Em alguns casos, as mulheres afirmaram não terem conseguido contar o número de homens que as tinham violado. A Comissão admite que algumas vítimas foram diariamente violadas por vários oficiais militares, durante vários meses de detenção.
 - Sexo oral forçado.
 - Urinar na boca das vítimas.
 - Violação e violência sexual indiscriminadamente infligidas a mulheres casadas, a mulheres solteiras e a jovens adolescentes virgens, ainda crianças perante a lei.
 - Manutenção de listas de mulheres locais, que podiam ser rotineiramente forçadas a irem aos postos e aos quartéis militares para serem violadas pelos soldados. As listas eram partilhadas entre as unidades militares. Em alguns casos, estas mulheres eram obrigadas a comparecer nos postos militares todas as manhãs, para serem violadas pelos membros das forças de segurança.
7. O grau de violação e de outras formas de violência sexual era proporcional ao grau de actividade militar num dado momento. Verificou-se um aumento significativo no número de violações sexuais durante os períodos em que ocorreram as maiores operações militares e uma correspondente diminuição quando estas eram menos frequentes.

8. As mulheres que se renderam às forças de segurança indonésias tornaram-se particularmente vulneráveis à violação e à tortura sexual. Durante os primeiros anos do conflito (de 1975 a 1978), a maior parte das vítimas de violações sexuais eram mulheres que se tinham rendido e viviam em abrigos temporários providenciados pelos militares indonésios, ou então que tinham regressado recentemente às suas casas na sequência da rendição.
9. As mulheres vindas das montanhas, que se renderam e que se sabia terem ligações com as forças da guerrilha, ou suspeitas de conhecerem a localização dos guerrilheiros ou dos seus apoiantes, eram obrigadas a assistirem os militares indonésios nas suas buscas para encontrar esses grupos. Em alguns casos, as mulheres foram sujeitas a tortura, a violação e a escravidão sexual, durante a sua participação nestas operações militares. As mulheres também foram forçadas a integrarem grupos de defesa civil, estabelecidos e obrigadas a patrulharem a região em torno das suas aldeias. Durante estas patrulhas e enquanto eram supervisionadas por homens armados, as mulheres eram frequentemente violadas e alvo de assédio sexual.
10. As prisões em massa, que se seguiram aos levantamentos civis de 1981 a 1983, conduziram a um aumento do número de mulheres que foram violadas ou forçadas a viver em situações de escravidão sexual, por membros das forças de segurança. Este facto reforça a constatação de que existiu uma relação directa entre, por um lado, as operações e os objectivos militares e, por outro, o grau de ocorrência de violação e de outras violações sexuais cometidas por membros das forças de segurança.

364. Em alguns casos, as operações militares de grandes envergadura decorriam em simultâneo com, ou eram seguidas de, acções coordenadas e em grande escala de violação, escravidão sexual e outras violações, que visavam as mulheres das comunidades implicadas nas referidas operações militares.

- Em 1982, na sequência do ataque das Falintil ao *Koramil* de Dare e a outros postos das *ABRI* em Dare e em Mauchiga (Hatu Bulico, Ainaro) os membros das forças de segurança indonésias separaram as mulheres dos restantes membros da comunidade. De seguida, empreenderam uma campanha de violação individual e em grupo, de escravidão sexual, de tortura sexual e de outras formas de violência sexual contra grande número destas mulheres vulneráveis. A campanha prolongou-se ao longo de vários meses e nela estiveram envolvidos, como perpetradores, comandantes militares, militares de baixa patente e membros da *Hansip*. A Comissão atribui a responsabilidade pelas violações em massa de direitos humanos, ocorridas neste período, aos comandantes militares e aos responsáveis civis do distrito de Ainaro.
 - A violência sexual extrema infligida às mulheres locais também foi utilizada como uma forma de repressão sobre a população local, após a revolta em Kraras, Bibileo (Viqueque, Viqueque) em 1983, incluindo forçar as mulheres a situações de escravidão sexual.
 - As prisões em massa como parte integrante das operações militares, que possibilitaram o abuso sexual das mulheres durante a sua detenção. Este abuso sexual foi vivido pelas detidas no Hotel Flamboyan em Bahu (vila de Baucau, Baucau), no comando militar do subdistrito (*Koramil*) de Uatu-Lari (Viqueque), na prisão de Balide (Comarca) em Díli e ainda noutros centros de detenção.
11. A violência em grande escala que se verificou em 1999 conduziu a um aumento significativo do número de violações de mulheres deslocadas e refugiadas. Estes incidentes de violência sexual foram perpetrados por membros das milícias, pelo *TNI* e, em alguns dos casos, por ambos em acções conjuntas.

Impunidade gozada pelos perpetradores de violação e de tortura sexual

12. A prática de capturar, violar e torturar mulheres era levada a cabo abertamente e sem qualquer temor de sanções, por oficiais militares superiores, por funcionários públicos, por militares de baixa patente, por agentes da polícia, por professores e por membros dos grupos coadjuvantes, tais como a *Hansip* e as milícias. Quando as vítimas de violência sexual, ou os familiares que as representavam, participavam o sucedido às autoridades judiciais, os seus pedidos de ajuda eram normalmente confrontados com a negação e a agressão. Registaram-se casos em que os familiares que apresentaram a participação foram espancados ou punidos de outra forma por o terem feito.
13. As vítimas de violação ou de violência sexual de Timor-Leste não tinham como recorrer na tentativa de obterem uma reparação legal pelo facto de terem sofrido esses crimes. Não existia nenhuma via para que as vítimas, ou os membros das suas famílias que agissem em seu nome, pudessem obter ajuda oficial de modo a evitarem as violações, ou a impedir que continuassem. As vítimas estavam indefesas e incapazes de escaparem às violações perpetradas pelos membros das forças de segurança.
14. Vários factores se congregaram para gerar uma situação na qual tais práticas podiam ser cometidas por qualquer membro das forças de segurança, quando tal lhe apetecesse, entre eles, a participação de comandantes militares e de funcionários públicos em tais práticas, e a sua aceitação das mesmas, o conhecimento generalizado de que a violação e a tortura sexual eram oficialmente tolerados, a utilização de instalações militares e públicas para esse fim e a impunidade total gozada pelos perpetradores. Esta situação traduziu-se no aumento da violência sexual durante os anos que se seguiram à invasão e numa maior participação de militares de patentes mais baixas e de membros das forças coadjuvantes, como são o caso da *Hansip* e das milícias, que operavam sob o controlo e a protecção das forças de segurança. Nalguns casos, os membros da *Hansip* e os funcionários civis locais de categorias mais baixas obtinham mulheres à força, para depois as entregarem aos comandantes militares, a troco de prestígio e de recompensas.

365. Os agentes de polícia indonésios também estiveram envolvidos na tortura e na violação, mas em menor escala que os militares. Ao cometerem crimes sexuais, os agentes da polícia gozavam da impunidade geral extensível aos restantes membros das forças de segurança.

366. Também se verificaram alguns incidentes em que membros do sexo masculino das forças de segurança indonésias violaram prisioneiros e civis timorenses, igualmente do sexo masculino, nomeadamente através da prática de sexo oral forçado, entre outras formas de violação. No entanto, este tipo de incidente ocorreu em muito menor escala do que a violência sexual perpetrada contra as mulheres timorenses.

Escravidão sexual

15. Durante o período da invasão e da ocupação, instituiu-se uma prática persistente de forçar as mulheres de Timor-Leste a tornarem-se escravas sexuais dos oficiais militares envolvidos. Estas práticas eram levadas a cabo sem qualquer dissimulação ou receio de represália, no interior das instalações militares, em edifícios públicos e dentro da própria casa da mulher visada. Num número significativo de casos semelhantes, as violações e os ataques de carácter sexual foram repetidamente cometidos nas casas das próprias vítimas, apesar da presença dos pais, dos filhos ou de outros membros da família da vítima.

16. Tal como ocorreu em relação às violações, verificou-se um aumento significativo dos casos de escravidão sexual durante os períodos em que ocorreram as principais operações militares e uma correspondente diminuição quando estas eram menos frequentes. Por exemplo, sessenta e quatro por cento dos casos de escravidão sexual relatados à Comissão ocorreram durante o período da invasão, ou durante os períodos de operações militares de grande escala.
17. Foi prática comum dos membros das forças de segurança indonésias manterem mulheres timorenses detidas nas bases militares, por motivos não relacionados com objectivos militares legítimos. Estas mulheres, que permaneceram detidas durante vários meses, ou até mesmo vários anos, eram muitas vezes violadas diariamente, ou sempre que o oficial que as controlava assim o exigisse, bem como por outros soldados. Eram ainda forçadas a realizar trabalho doméstico não remunerado.
18. As vítimas deste tipo de escravidão não podiam movimentar-se livremente, deslocar-se ou realizar qualquer tipo de acto independente. Os “direitos de propriedade” sobre estas mulheres eram não raras vezes transmitidos de um oficial que tinha terminado a sua comissão de serviço para aquele que o ia substituir, ou para um qualquer outro oficial. Em alguns casos e durante os anos em que estiveram sujeitas à escravidão sexual, as mulheres forçadas a estas situações ficaram grávidas e deram à luz várias crianças, filhas de oficiais militares diferentes.
19. Em geral, os oficiais indonésios que tinham concebido estas crianças, através da violação ou de situações de escravidão sexual, não assumiam a responsabilidade continuada pelo seu bem-estar material. As mães destas crianças enfrentaram grandes dificuldades para as criarem. Este foi um aspecto especialmente problemático, porque as vítimas de violação e de escravidão sexual perpetradas pelas forças militares indonésias eram normalmente consideradas “sujas”, consideradas pelos timorenses como impróprias para casar e enfrentavam um estigma social continuado.
20. Os métodos utilizados para forçar as mulheres timorenses a submeterem-se a situações de escravidão sexual incluíam, habitualmente, a tortura infligida por membros das forças de segurança, as ameaças de tortura e de assassinato das vítimas ou dos seus familiares, ou ainda as ameaças que visavam as suas comunidades.

Impunidade para os perpetradores de escravidão sexual.

21. Sem qualquer receio de represálias, os membros das forças de segurança indonésias forçavam abertamente as mulheres a submeterem-se a situações de escravidão sexual, fosse em instalações militares ou nas próprias casas das vítimas. A impunidade total gozada pelos membros das forças de segurança, a capacidade comprovada de matarem e torturarem a seu belo prazer e a natureza sistemática destas violações por todo o território, deixavam as vítimas sem possibilidade de escapar. As mulheres visadas foram obrigadas a sofrer a violação repetida e horrível do seu próprio corpo e da sua dignidade pessoal, sob pena de serem confrontadas com um dano ainda maior para elas próprias, para as suas famílias, ou para as suas comunidades. Nesta situação impossível, não existia sequer um lampejo de esperança de ajuda por parte dos representantes da autoridade, ou de qualquer outra fonte, nem qualquer fundamento para acreditarem que a situação terminaria num futuro próximo.
22. Durante a ocupação, a dimensão e a natureza das violações que estavam a ser cometidas e a impunidade total usufruída pelos diferentes perpetradores, eram bem conhecidas, a todos os níveis das forças de segurança e da administração civil. Esta impunidade não poderia ter subsistido sem o conhecimento e a cumplicidade dos membros das forças de segurança indonésias, das forças policiais, dos quadros superiores da administração civil e dos membros do sector judicial.

Violações sexuais como utensílio de terror e de degradação.

23. Para além da violação, da tortura sexual e da escravidão sexual, foram cometidos pelos membros das forças de segurança indonésias muitos outros tipos de violações de carácter sexual. As violações que eram particularmente degradantes ou culturalmente repulsivas para as vítimas, eram com frequência efectuadas ostensivamente ou perante o público. Verificaram-se, nomeadamente, situações em que prisioneiros nus foram obrigados a caminhar grandes distâncias em público, violações em público e uma miríade de casos de violação acompanhados de tortura realizados em instalações militares, em locais que permitiam que os restantes prisioneiros pudessem ouvir os gritos das vítimas.
24. A dimensão e a natureza das violações demonstram que a intenção subjacente ia para além da gratificação pessoal dos perpetradores ou do impacto directo em cada uma das vítimas. O propósito continha uma tentativa de humilhar e de desumanizar o povo de Timor-Leste. Foi uma tentativa clara de destruir a sua vontade de resistir, de reforçar o facto de que eles eram totalmente impotentes e sujeitos a qualquer capricho cruel e desumano que pudesse brotar nas mentes daqueles que controlavam a situação pela força das armas. Os oficiais militares insistiam em tratar e falar com as vítimas timorenses como se estas fossem “sub-humanas”. Estes padrões ajudaram a disseminar esta mentalidade entre todas as forças de segurança, contribuindo para uma justificação mais fácil e uma participação mais generalizada nas violações sexuais.
25. A violação, a escravidão sexual e a violência sexual foram ferramentas utilizadas na campanha destinada a infligir uma profunda experiência de terror, de impotência e de desespero entre a população que apoiava a independência. A violação sexual das mulheres de Timor-Leste, especialmente daquelas que tinham alguma ligação com a Fretilin e as Falintil, foi levada a cabo intencionalmente, com o objectivo de destruição da auto-estima e do espírito, não apenas destas vítimas inocentes, mas de todos aqueles que apoiavam o movimento clandestino a favor da independência, de modo a forçá-los a aceitarem o objectivo político da integração na Indonésia.

Número total de vítimas de violações sexuais

26. A Comissão salienta a conclusão inevitável de que muitas das vítimas de violações sexuais não se apresentaram perante a Comissão para as relatar. As razões para o limitado número de relatos incluem a morte de vítimas e de testemunhas (em particular para os casos no período inicial do conflito), vítimas que podem estar fora de Timor-Leste (em particular, em Timor Ocidental), a natureza dolorosa e muito pessoal da experiência vivida e o receio da humilhação ou rejeição social ou familiar se a experiência que sofreram vier a conhecimento público. Estas motivações fortes para o limitado número de relatos, o facto de 853 casos de violação e de escravidão sexual e a prova resultante de outras 200 entrevistas registadas, levam a Comissão a concluir que o número total de violações de natureza sexual é provavelmente várias vezes superior ao número relatado. A Comissão estima que o número de mulheres que foram sujeitas a violações sexuais graves, cometidas por membros das forças de segurança indonésias, se situe na ordem dos milhares, e não das centenas.

Impacto nas vítimas

27. Apesar das vítimas de violência sexual não poderem, de forma alguma, ser culpabilizadas ou responsabilizadas pelas terríveis violações que lhes foram impostas, elas foram frequentemente marginalizadas pela sociedade, ou destratadas pelas suas próprias famílias, pelos membros das suas comunidades e pela Igreja Católica, devido às experiências que viveram. A percepções erradas relativamente à violência sexual continuam a provocar a vitimização das mulheres.

¹ Nações Unidas, *Contemporary Forms of Slavery: Systematic Rape, Sexual Slavery and Slavery-like Practices during Armed Conflict*, Relatório Final submetido por Gay J. McDougall, Relator Especial sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Nova Iorque: Nações Unidas, 1998, E/CN.4/Sub.2/1998/13, pp. 7-8.

² CAVR, Equipa de Investigação de Mulheres, Perempuan dan Konflik, April 1974 s/d Oktober 1999: Laporan Tim Penelitian Perempuan dan Konflik, FOKUPERS-CAVR [Mulheres e Conflito: Abril 1974-Outubro 1999: Relatório da Equipa de Pesquisa sobre Mulheres e Conflito, FOKUPERS-CAVR], Abril de 2004.

³ *Prosecutor v Jean-Paul Akayesu*, ICTR Caso nº ICTR-96-4-T, Julgamento no Gabinete do Magistrado, 2 de Setembro de 1998, parág. 598; *Prosecutor v Zejnil Delalic*, ICTY Caso nº IT-96-21, Julgamento no Gabinete do Magistrado, 16 de Novembro de 1998, parág. 479.

⁴ *Prosecutor v Zejnil Delalic*, ICTY Caso nº IT-96-21, Julgamento no Gabinete do Magistrado, 16 de Novembro de 1998, parág. 479. Seguido por *Prosecutor v Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac and Zoran Vukovic*, ICTY Caso nº IT-96-23 e IT-96-23/1, Apelo no Gabinete do Magistrado, 12 de Junho de 2002, parágs. 127-133; *Prosecutor v Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac and Zoran Vukovic*, ICTY Caso nº IT-96-23 and IT-96-23/1, Apelo no Gabinete do Magistrado, 12 de Junho de 2002, parágs. 127-128.

⁵ *Prosecutor v Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac and Zoran Vukovic*, ICTY Caso nº IT-96-23 e IT-96-23/1, Julgamento no Gabinete do Magistrado, 22 de Fevereiro de 2001, parág. 460. Isto foi levantado durante o apelo: *Prosecutor v Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac and Zoran Vukovic*, ICTY Caso nº IT-96-23 e IT-96-23/1, Apelo no Gabinete do Magistrado, 12 de Junho de 2002, parágs. 127-133.

⁶ AA, Resumo da Testemunho nº, preparada pela CAVR a partir da entrevista com AA, Díli, 23 de Abril de 2003, para a Audiência Pública Nacional sobre Mulheres e Conflito, Díli, 28 e 29 de Abril de 2003.

⁷ HRVD Testemunho nº 04309.

⁸ HRVD Testemunho nº 04346.

⁹ HRVD Testemunho nº 08160

¹⁰ Além dos 5 casos relatados nesta secção sobre casos de estupro cometidos por membros das Falintil, ver também HRVD 03537.

¹¹ HRVD Testemunho nº 03184.

¹² HRVD Testemunho nº 03579.

¹³ HRVD Testemunho nº 06400.

¹⁴ HRVD Testemunho nº 06353.

¹⁵ HRVD Testemunho nº 02571.

¹⁶ HRVD Testemunho nº 01784.

¹⁷ HRVD Testemunho nº 03574.

¹⁸ HRVD Testemunhos nºs 04956 e 04972.

¹⁹ HRVD 04083 e 04085.

²⁰ HRVD Testemunho nº 05778.

²¹ HRVD Testemunho nº 08370.

²² HRVD Testemunho nº 06205.

²³ HRVD Testemunho nº 07463.

-
- ²⁴ HRVD Testemunho n° 07218.
- ²⁵ HRVD Testemunho n° 00163.
- ²⁶ HRVD Testemunho n° 07217.
- ²⁷ HRVD Testemunho n° 01671.
- ²⁸ CAVR, entrevista com WA, Afolokai, (Uatu-Lari, Viqueque), 17 de Setembro de 2003.
- ²⁹ HRVD Testemunho n° 07428; CAVR, entrevista com XA, Becora, (Cristo-Rei/Díli Oriental, Díli), 13 de Fevereiro de 2003; Macadique (Uatu-Lari, Viqueque), 17 de Setembro de 2003.
- ³⁰ CAVR, entrevista com YA, Macadique (Uatu-Lari, Viqueque), 17 de Setembro de 2003.
- ³¹ CAVR, entrevista com ZA, Macadique (Uatu-Lari, Viqueque), 17 de Setembro de 2003.
- ³² HRVD Testemunho n° 08067.
- ³³ CAVR, entrevista com BB, Rotutu, (Same,Manufahi), 22 de Abril del 2003; HRVD Testemunho n° 04104.
- ³⁴HRVD Testemunho n° 01613.
- ³⁵ HRVD Testemunho n° 05796.
- ³⁶ HRVD Testemunho n° 01370.
- ³⁷ HRVD Testemunho n° 05228.
- ³⁸ CAVR, entrevista com Dulce Vitor, Bairro Formosa (Nain Feto/Díli Oriental, Díli),13 Junho de 2004.
- ³⁹ HRVD Testemunho n° 05393.
- ⁴⁰ HRVD Testemunho n° 02698.
- ⁴¹ HRVD Testemunho n° 08038.
- ⁴² HRVD Testemunho n° 07193.
- ⁴³ HRVD Testemunho n° 07271.
- ⁴⁴ HRVD Testemunho n° 03189.
- ⁴⁵ HRVD Testemunho n° 01612.
- ⁴⁶ CAVR, entrevista com RB, Poros, (Tutuala, Lautém), 28 de Outubro de 2003.
- ⁴⁷ CAVR, entrevista com SB1, Bahú (Baucau, Baucau), 27 de Maio de 2004.
- ⁴⁸ CAVR, entrevista com TB, Lame Gua, Bahú (Baucau, Baucau), 26 de Maio de 2004.
- ⁴⁹CAVR, entrevistas com UB1, Bahú (Baucau, Baucau), 11 de Junho de 2003; VB1 e VB2, Bairro Alto, Bahú (Baucau, Baucau), 14 de Junho de 2003.
- ⁵⁰ CAVR, entrevista com VB1, Bairro Alto, Bahú (Baucau, Baucau), 14 Junho de 2003.
- ⁵¹ CAVR, entrevista com Zeferino Armando Ximenes, Teulale, Tirilolo (Baucau, Baucau), 13 de Junho de 2003.
- ⁵² HRVD Testemunho n° 04932.
- ⁵³ HRVD Testemunho n° 07209.
- ⁵⁴ HRVD Testemunho n° 02721.
- ⁵⁵ HRVD Testemunho n° 03335.
- ⁵⁶ HRVD Testemunho n° 07747.

-
- ⁵⁷ HRVD Testemunho n° 02693.
- ⁵⁸ HRVD Testemunho n° 03767.
- ⁵⁹ HRVD Testemunho n° 00774.
- ⁶⁰ HRVD Testemunhos n°s 02516 e 02527.
- ⁶¹ HRVD Testemunho n° 02426.
- ⁶² HRVD Testemunho n° 06679.
- ⁶³ HRVD Testemunho n° 04482.
- ⁶⁴ HRVD Testemunho n° 03681.
- ⁶⁵ HRVD Testemunho n° 00649.
- ⁶⁶ APIK (Asosiasi Perempuan Indonesia untuk Keadilan, Associação das Mulheres Indonésias pela Justiça) et al, *Laporan Kasus Perkosaan atas Diri TC [Relatório sobre o Caso de Violação de TC]*, Testemunho n° ao Komnas HAM, [Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Indonésia], 22 de Janeiro de 1997.
- ⁶⁷ CAVR, entrevista com Rui Pereira dos Santos, aldeia de Bedalan, (Bebora), vila 20 de Maio (Dom Aleixo/Díli Ocidental, Díli), 24 de Outubro de 2004.
- ⁶⁸ HRVD Testemunho n° 07439.
- ⁶⁹ CAVR, entrevista com Rui Pereira dos Santos, aldeia de Bedalan, (Bebora), vila 20 de Maio (Dom Aleixo/Díli Ocidental, Díli), 24 de Outubro de 2004.
- ⁷⁰ HRVD Testemunho n° 05326.
- ⁷¹ HRVD Testemunho n° 06238.
- ⁷² HRVD Testemunho n° 06167.
- ⁷³ HRVD Testemunho n° 06237.
- ⁷⁴ Fokupers, Base de Dados (completa com testemunhos transcritos) de violações com base no género em 1999, Testemunho n° à CAVR, 2004, HRVD Testemunho n° F9369.
- ⁷⁵ HRVD Testemunho n° 03054.
- ⁷⁶ HRVD Testemunho n° 01857.
- ⁷⁷ HRVD Testemunho n° 02541.
- ⁷⁸ HRVD Testemunho n° 05837.
- ⁷⁹ HRVD Testemunho n° 01658.
- ⁸⁰ Mário Viegas Carrascalão, Testemunho escrito sobre Mulheres e Planeamento Familiar, Testemunho n° à CAVR, 28 de Abril de 2004.
- ⁸¹ Ver HRVD Testemunho n° 04652.
- ⁸² HRVD Testemunho n° 06441.
- ⁸³ O Procurador-Geral da UNTAET, Acusação a João Franca da Silva, aliás Jhoni Franca et al., Caso n° BO-06,1-99-SC (4a-2001).
- ⁸⁴ Fokupers, 2004, HRVD Testemunhos n°s F9466, F9482 e F9474.
- ⁸⁵ HRVD Testemunho n° 06768.
- ⁸⁶ CAVR, entrevista com FE, Lourba, (Bobonaro, Bobonaro), 10 de Julho de 2003.
- ⁸⁷ Fokupers, Julho de 2004, HRVD Testemunho n° F9463.

-
- ⁸⁸ HRVD Testemunho n° 03631.
- ⁸⁹ Fokupers, Julho de 2004, HRVD Testemunho n° F9483.
- ⁹⁰ HRVD Testemunho n° 00297.
- ⁹¹ HRVD Testemunho n° 00248.
- ⁹² HRVD Testemunho n° 01204.
- ⁹³ HRVD Testemunho n° 01964.
- ⁹⁴ HRVD Testemunho n° 06296.
- ⁹⁵ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9290.
- ⁹⁶ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9291.
- ⁹⁷ Fokupers, 2004, HRVD Testemunhos n°s F9297 e F9298.
- ⁹⁸ Fokupers, 2004, HRVD Testemunhos n°s FF9382 e 08980.
- ⁹⁹ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9383.
- ¹⁰⁰ Ibid.
- ¹⁰¹ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F 9362.
- ¹⁰² Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9480.
- ¹⁰³ HRVD Testemunho n° 06437.
- ¹⁰⁴ HRVD Testemunho n° 02139.
- ¹⁰⁵ HRVD Testemunho n° 06200.
- ¹⁰⁶ ZE1, Resumo da Testemunho n°, preparada pela CAVR a partir da entrevista com ZE1, Ermera, 18 de Março de 2003, para a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Mulheres e Conflito, Díli, 28 e 29 de Abril de 2003; HRVD Testemunho n° 02183.
- ¹⁰⁷ CAVR, entrevista com Bosco da Costa, Malilait, (Bobonaro, Bobonaro), 10 de Julho de 2003.
- ¹⁰⁸ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9452.
- ¹⁰⁹ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9453.
- ¹¹⁰ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9453; HRVD Testemunho n° 05116.
- ¹¹¹ HRVD Testemunho n° 08459.
- ¹¹² Fokupers, 2004, HRVD Testemunhos n°s F9320 e 01273.
- ¹¹³ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n°, F9389.
- ¹¹⁴ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9266.
- ¹¹⁵ HRVD Testemunho n° 08462.
- ¹¹⁶ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° 9268
- ¹¹⁷ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9323.
- ¹¹⁸ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9243.
- ¹¹⁹ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9258; CAVR, entrevista com LF1, Kuloan (Zumalai, Covalima), 12 de Abril de 2003.
- ¹²⁰ HRVD Testemunho n° 03622.
- ¹²¹ HRVD Testemunho n° 02466.

-
- ¹²² HRVD Testemunho nº 02149.
- ¹²³ PF, Resumo da Testemunho nº, preparada pela CAVR a partir da entrevista com PF, Nitibe, Lela Ufe (Hau Ufe, Oecussi), 3 de Abril de 2003, para a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Mulheres e Conflito, Dili, 28 e 29 de Abril de 2003, HRVD Testemunho nº 00362.
- ¹²⁴ HRVD Testemunho nº 07421.
- ¹²⁵ HRVD Testemunho nº 02110.
- ¹²⁶ HRVD Testemunho nº 08473.
- ¹²⁷ *Testemunho n.º Universal do Direitos Humanos 1948* (entrada em vigor a 10 Dezembro de 1948), artº 4º; *Convénio Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos*, disponível para assinatura a 16 December 1966 (entrada em vigor a 23 Março de 1976) artº 8º; *Convenção sobre a Escravatura* (entrada em vigor a 25 Setembro de 1926).
- ¹²⁸ Nações Unidas, *Contemporary Forms of Slavery: Systematic Rape, Sexual Slavery and Slavery-like Practices during Armed Conflict*, Relatório Final submetido por Gay J. McDouggal, Relatora Especial sobre Formas Contemporâneas de Escravatura, New York: Nações Unidas, 1998, E/CN.4/Sub.2/1998/13.
- ¹²⁹ HRVD Testemunho nº 03201.
- ¹³⁰ HRVD Testemunho nº 04943.
- ¹³¹ CAVR, entrevista com VF1, Umanaruk (Laclo, Manatuto), 20 de Março de 2003.
- ¹³² HRVD Testemunho nº 04741.
- ¹³³ HRVD Testemunho nº 01022.
- ¹³⁴ Ibid.
- ¹³⁵ HRVD Testemunho nº 06239.
- ¹³⁶ HRVD Testemunho nº 06159.
- ¹³⁷ HRVD Testemunho nº 06205.
- ¹³⁸ HRVD Testemunhos nºs 03474 e 03492.
- ¹³⁹ HRVD Testemunho nº 07179.
- ¹⁴⁰ Ibid.
- ¹⁴¹ Ibid.
- ¹⁴² HR VD Testemunho nº 06479
- ¹⁴³ HRVD Testemunhos nºs 03344 e 03346.
- ¹⁴⁴ CAVR, entrevista com HG, Chai (Tsai), Lore I (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.
- ¹⁴⁵ HRVD Testemunho nº 07725.
- ¹⁴⁶ Ibid.
- ¹⁴⁷ HRVD Testemunho nº 01686.
- ¹⁴⁸ HRVD Testemunhos nºs 03492, 03498, 04018 e 04057.
- ¹⁴⁹ HRVD Testemunho nº 00664.
- ¹⁵⁰ HRVD Testemunho nº 06542.
- ¹⁵¹ HRVD Testemunho nº 02330.
- ¹⁵² HRVD Testemunho nº 01504.

-
- ¹⁵³ HRVD Testemunho n° 06609.
- ¹⁵⁴ Ibid.
- ¹⁵⁵ CAVR, entrevista com HG, Chai (Tsai), Lore I (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.
- ¹⁵⁶ CAVR, entrevista com AH, Lore II, (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.
- ¹⁵⁷ CAVR, entrevista com BH, Lore II, (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.
- ¹⁵⁸ CAVR, entrevista com CH, Titilari, Lore I (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.
- ¹⁵⁹ CAVR, entrevista com IH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003; HRVD Testemunho n° 07196.
- ¹⁶⁰ CAVR, entrevista com JH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.
- ¹⁶¹ CAVR Interview with GH, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 30 May 2003.
- ¹⁶² CAVR, entrevista com AI, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 29 de Maio de 2003.
- ¹⁶³ CAVR, entrevista com LH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 29 de Maio de 2003.
- ¹⁶⁴ CAVR, entrevista com NH e MH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 29 de Maio de 2003.
- ¹⁶⁵ CAVR, entrevista com OH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 30 de Maio de 2003.
- ¹⁶⁶ CAVR, entrevista com OH1, Dare, (Hatu Builico, Ainaro), 1 de Junho de 2003.
- ¹⁶⁷ CAVR, entrevista com QH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 17 de Março de 2003; HRVD Testemunho n° 07269.
- ¹⁶⁸ CAVR, entrevista com RH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 31 de Maio de 2003.
- ¹⁶⁹ CAVR, entrevista com SH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.
- ¹⁷⁰ CAVR, entrevista com TH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.
- ¹⁷¹ CAVR, entrevista com Albertina Martins, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.
- ¹⁷² CAVR, entrevista com NK, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.
- ¹⁷³ CAVR, entrevista com [UH](#), Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.
- ¹⁷⁴ CAVR, entrevista com VH, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 19 de Março 2003.
- ¹⁷⁵ CAVR, entrevista com WH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.
- ¹⁷⁶ CAVR, entrevista com BI, Mauchiga, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 30 de Maio de 2003.
- ¹⁷⁷ CAVR, entrevista com GH, Mauchiga, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 30 de Maio de 2003.
- ¹⁷⁸ HRVD Testemunho n° 04910.
- ¹⁷⁹ HRVD Testemunho n° 07234.
- ¹⁸⁰ Abílio dos Santos, Secretário da Aldeia de Mauchiga, Lista das Vítimas [manuscrita] do dia 20 de Agosto de 1982, Documento disponibilizado à CAVR, Maio de 2003.
- ¹⁸¹ CAVR, entrevista com Adriana do Rego, Mauchiga, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 31 de Maio de 2003.
- ¹⁸² CAVR, entrevista com OH, Mauchiga, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 30 de Maio de 2003.
- ¹⁸³ CAVR, entrevista com JI, Mauchiga, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 30 de Maio de 2003; HRVD Testemunho n° 07191.
- ¹⁸⁴ CAVR, entrevista com KI, Mauchiga, Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), 31 de Maio de 2003. HRVD Testemunho n° 07241;

-
- ¹⁸⁵ XH, Resumo da Testemunho n°, preparado pela CAVR a partir da entrevista com XH, 17 de Março de 2003, para a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Mulheres e Conflito, Díli, 28 de Abril de 2003.
- ¹⁸⁶ HRVD Testemunho n° 05299.
- ¹⁸⁷ HRVD Testemunho n° 03869.
- ¹⁸⁸ HRVD Testemunho n° 05212.
- ¹⁸⁹ MI, Resumo da Testemunho n°, preparado pela CAVR a partir da entrevista com MI, Lalerek Mutin Bibileo (Viqueque, Viqueque), 24 de Março de 2003, para a Audiência Pública Nacional sobre Mulheres e Conflito, Díli, 29 de Abril de 2003.
- ¹⁹⁰ HRVD Testemunho n° 07440.
- ¹⁹¹ HRVD Testemunho n° 05746.
- ¹⁹² HRVD Testemunho n° 06567.
- ¹⁹³ HRVD Testemunho n° 01733.
- ¹⁹⁴ HRVD Testemunho n° 06204.
- ¹⁹⁵ HRVD Testemunho n° 06381.
- ¹⁹⁶ HRVD Testemunho n° 06380.
- ¹⁹⁷ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9315.
- ¹⁹⁸ HRVD Testemunho n° 05125.
- ¹⁹⁹ HRVD Testemunho n° 08470.
- ²⁰⁰ CAVR, entrevista com Adriano João, Díli, 21 de Setembro de 2004.
- ²⁰¹ O Procurador-Geral da República Democrática de Timor-Leste, Acusação a Paulo Gonçalves, *et al.*, Caso n° B0-84-99-SC (08-2002).
- ²⁰² Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9497.
- ²⁰³ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9400.
- ²⁰⁴ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9433.
- ²⁰⁵ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9280.
- ²⁰⁶ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9478.
- ²⁰⁷ HRVD, Testemunho n° 01854.
- ²⁰⁸ HRVD Testemunho n° 01860.
- ²⁰⁹ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9401.
- ²¹⁰ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9485.
- ²¹¹ Fokupers, Julho de 2004, HRVD Testemunho n° F9488.
- ²¹² Ibid.
- ²¹³ HRVD Testemunho n° 05537.
- ²¹⁴ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9366.
- ²¹⁵ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9434, e 01799
- ²¹⁶ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9486 e 01855
- ²¹⁷ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9386.

-
- ²¹⁸ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9387.
- ²¹⁹ HRVD Testemunho n° 08397.
- ²²⁰ HRVD Testemunho n° 00247.
- ²²¹ Fokupers, 2004; HRVD Testemunhos n°s F9470, F9420, F9411, 99BOB016 e 99BOB024.
- ²²² Fokupers, 2004, HRVD Testemunho n° F9420.
- ²²³ Karen Campbell-Nelson, Yooke Adelina Damapolii, Leonard Simanjuntak e Ferderika Tadu Hungu, *Perempuan dibawa/bawah Laki-laki Yang Kalah: Kekerasan terhadap Perempuan Timor Timur dalam Kamp Pengungsian di Timor Barat [Women Carried by/Underneath Men Who Lost: Violence Against East Timorese Women in Refugee Camps in West Timor]*, JKPIT e PIKUL, Kupang NTT, n.d., pp. 217-242.
- ²²⁴ VF1, Resumo da Testemunho n°, preparado pela CAVR a partir da entrevista com VF1, Umanaruk (Laclo, Manatuto), 20 de Março de 2003, para a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Mulheres e Conflito, Díli, 28 e 29 de Abril de 2003.
- ²²⁵ CAVR, entrevista com RJ, Bahú (Baucau, Baucau), 10 de Junho de 2003.
- ²²⁶ CAVR, entrevista com SJ, Bahú (Baucau, Baucau), 27 de Maio de 2004.
- ²²⁷ HRVD Testemunho n° 07792.
- ²²⁸ HRVD Testemunho n° 09776.
- ²²⁹ XJ, Resumo da Testemunho n°, preparado pela CAVR a partir da entrevista com XJ, Ataúro, Díli, 7 de Março 2002, para a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, Díli, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- ²³⁰ HRVD Testemunho n° 03936.
- ²³¹ HRVD Testemunho n° 05303.
- ²³² HRVD Testemunho n° 03357.
- ²³³ HRVD Testemunho n° 03346.
- ²³⁴ CAVR entrevista com BK, Mehara, (Tutuala, Lautém), 31 de Outubro de 2003.
- ²³⁵ CAVR, entrevista com CK, Lore I (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.
- ²³⁶ DK, Resumo da Testemunho n°, preparado pela CAVR a partir da entrevista com DK, Mehara, (Tutuala, Lautém), Fevereiro de 2003, para a Audiência Pública Nacional sobre Prisão por Motivos Políticos, Díli, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- ²³⁷ CAVR, entrevista com EK, Meti Aut (Nain Feto/Díli Oriental, Díli), 4 de Maio de 2004.
- ²³⁸ Ibid.
- ²³⁹ HRVD Testemunho n° 08342.
- ²⁴⁰ KK, Resumo da Testemunho n°, preparada pela CAVR a partir da entrevista com KK, Akadiru-Hun (Cristo Rei/Díli Oriental, Díli), 7 de Janeiro de 2003, para a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, Díli, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- ²⁴¹ CAVR, entrevista com NK, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 29 de Maio de 2003.
- ²⁴² CAVR, entrevista com PK, Porlamanu, Mehara (Tutuala, Lautém), 30 de Outubro de 2003.
- ²⁴³ HRVD Testemunho n° 004735.
- ²⁴⁴ CAVR, entrevista com SK, Vila Verde (Dom Aleixo/Díli Ocidental, Díli) 23 de Maio de 2003 e 15 de Julho de 2003.
- ²⁴⁵ CAVR, entrevista com DH, Mauchiga, (Hatu Builico, Ainaro), 28 de Maio de 2003.

-
- ²⁴⁶ CAVR, entrevista com TK, Souro (Lospalos, Lautém), 8 de Julho de 2003.
- ²⁴⁷ CAVR, entrevista com UK, Souro (Lospalos, Lautém), 8 de Julho de 2003.
- ²⁴⁸ HRVD Testemunho nº 008754.
- ²⁴⁹ HRVD Testemunho nº 01617.
- ²⁵⁰ HRVD Testemunho nº 004235.
- ²⁵¹ HRVD Testemunho nº 06385.
- ²⁵² CAVR, entrevista com DL, Lourba, (Bobonaro, Bobonaro), 10 de Julho de 2003.
- ²⁵³ HRVD Testemunho nº 004493.
- ²⁵⁴ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho nº F9261.
- ²⁵⁵ HRVD Testemunho nº 06867.
- ²⁵⁶ CAVR Interview with IH, Mauchiga (Hatu Bulico, Ainaro), 28 Maio 2003.
- ²⁵⁷ Ibid.
- ²⁵⁸ Rosália Sciortino, “The Challenge of Addressing Gender in Reproductive Health Programs: Examples from Indonesia,” <http://www.hsph.harvard.edu/Organizations/healthnet/SAsia/suchana/0310/sciortino.html> (obtido a 31 de Março de 2005).
- ²⁵⁹ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho nº F9258.
- ²⁶⁰ HRVD Testemunhos nºs 03474 e 03492.
- ²⁶¹ CAVR, entrevista com XA, Díli, 13 de Fevereiro de 2003.
- ²⁶² HRVD Testemunho nº 03501.
- ²⁶³ CAVR, entrevista com KL1, Díli, 19 de Março de 2003.
- ²⁶⁴ HRVD Testemunho nº 00678.
- ²⁶⁵ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho nº F9387.
- ²⁶⁶ HRVD Testemunho nº 06400.
- ²⁶⁷ HRVD Testemunho nº 02516,
- ²⁶⁸ Manuel Cárceres da Costa, testemunho na Audiência Pública Nacional sobre Massacres, 19 a 21 de Novembro de 2003
- ²⁶⁹ Fokupers, *Six Monthly Report on the Situation of Violence Against Women in East Timor*, Janeiro a Julho de 1999.
- ²⁷⁰ CAVR, entrevista com UK, Souro, (Lospalos, Lautém), 8 de Julho de 2003.
- ²⁷¹ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho nº F9487.
- ²⁷² HRVD Testemunho nº 6353.
- ²⁷³ CAVR, entrevista com ML, Liquiça, 28 de Março de 2003.
- ²⁷⁴ CAVR, entrevista com Luis Franco, Lalerek Mutin, Bibileo (Viqueque, Viqueque), 30 de Maio de 2003.
- ²⁷⁵ CAVR, entrevista com NL, Lalerek Mutin, Bibileo (Viqueque, Viqueque), 24 de Março 2003.
- ²⁷⁶ CAVR, entrevista com OL, Lifau (Laleia, Manatuto), 19 de Março 2003.
- ²⁷⁷ CAVR, entrevista com PL, (Cailaco, Bobonaro), 8 de Julho de 2003.
- ²⁷⁸ HRVD Testemunho nº 05299.
- ²⁷⁹ HRVD Testemunho nº 01023.

-
- ²⁸⁰ CAVR, entrevista com Judite da Conceição e Maria Barreto, Farol, Motael (Dom Aleixo/Dili Ocidental, Dili), 26 de Outubro de 2004.
- ²⁸¹ CAVR, entrevista com MI, Lalerek Mutin, Bibileo (Viqueque, Viqueque), 24 de Março de 2003.
- ²⁸² CAVR, entrevista com QL, Beobe (Viqueque, Viqueque), 31 de Maio de 2003.
- ²⁸³ CAVR, entrevista com ML, Liquiça, 28 de Março de 2003.
- ²⁸⁴ CAVR, entrevista com AG, Afaloicai (Uatu-Lari, Viqueque), 18 de Setembro de 2003.
- ²⁸⁵ CAVR, entrevista com HG, Chai (Tsai), Lore I (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.
- ²⁸⁶ CAVR, entrevista com OL, Lifau (Laleia, Manatuto), 19 de Março de 2003.
- ²⁸⁷ Fokupers, 2004, HRVD Testemunho nº F9268 e 05125.
- ²⁸⁸ CAVR, entrevista com OH, Mauchiga (Hatu Bulico, Ainaro), 30 de Maio de 2003.
- ²⁸⁹ CAVR, entrevista com XH, Mauchiga (Hatu Bulico, Ainaro), 17 de Março de 2003.
- ²⁹⁰ CAVR, entrevista com BI Mauchiga (Hatu Bulico, Ainaro), 30 de Maio de 2003.
- ²⁹¹ CAVR, entrevista com AH, Lore II (Lospalos, Lautém), 10 de Julho de 2003.